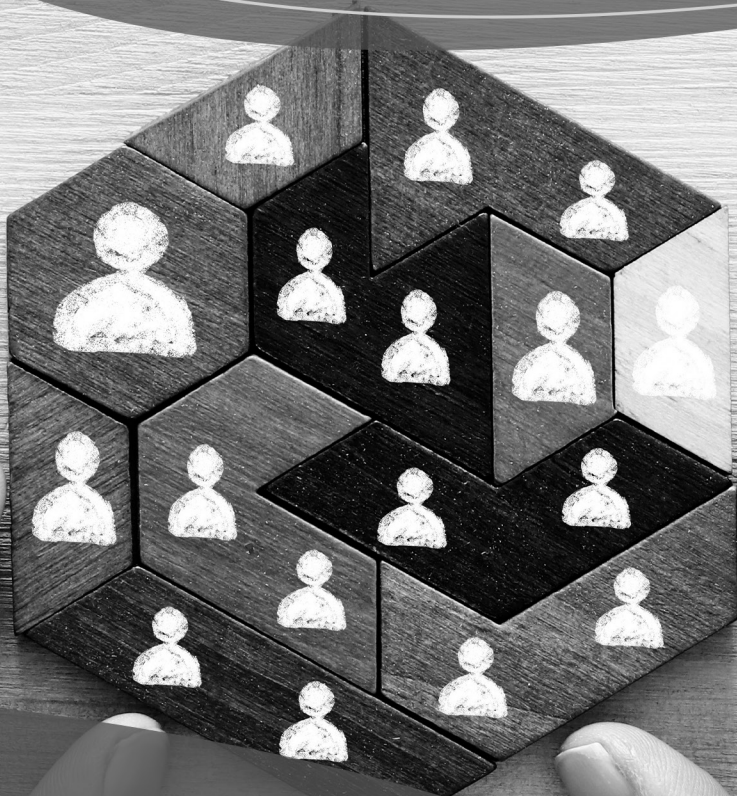


Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: necessidades individuais & coletivas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] :
necessidades individuais & coletivas / Organizadora
Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa,
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-364-4

DOI 10.22533/at.ed.644200909

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I.
Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas”, são ao todo trinta e dois artigos organizados e apresentados em dois volumes.

As pesquisas abordam temas relevantes que visam identificar, analisar e refletir sobre as relações estabelecidas entre os fenômenos sociais, econômicos e políticos no atual contexto.

No primeiro volume apresenta-se quatorze artigos com pesquisas relacionadas a três eixos temáticos: Desenvolvimento tecnológico, inovação e sustentabilidade; Consumo, comunicação e informação e Educação e processos de formação voltados para a cidadania e práticas emancipatórias.

O segundo volume é composto por dezoito artigos que tratam sobre políticas públicas e gestão pública e os impactos no atendimento das demandas relacionadas a área de saúde, profissionalização, socioeducação, sistema judiciário e processos de institucionalização. Os artigos analisam também os aspectos políticos e coligações partidárias.

Os artigos possibilitam o reconhecimento e análise de maneira mais aprofundada dos temas abordados, bem como, podem contribuir para a realização de novos questionamentos e pesquisas, com aproximações sucessivas das relações sociais e desvelamento das necessidades individuais e coletivas existentes no atual contexto

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

**COLIGAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PARTIDÁRIAS NA COMPETIÇÃO ELEITORAL:
TRAJETÓRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATURAS (MARABÁ 2015 - 2016)**

Samuel Martins de Lima

Marilza Sales Costa

DOI 10.22533/at.ed.6442009091

CAPÍTULO 2..... 16

**A CONTRIBUIÇÃO DAS FIBRAS PRESENTES NO BAGAÇO DO CAJU NAS
PROPRIEDADES FÍSICAS DO CONCRETO ARMADO E ALVENARIA ESTRUTURAL**

Lucas Emanuel Fernandes Araújo

Francisco Gustavo Pessoa Jovino

Juscelino Chaves Sales

DOI 10.22533/at.ed.6442009092

CAPÍTULO 3..... 24

**PRÁTICAS EMERGENTES NA ARTICULAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E DESIGN
DE VESTUÁRIO**

Valdecir Babinski Júnior

Mariana Moreira Carvalho

Jussara Dagostim

Ana Paula Voichinevski da Silva Milanese

Neide Köhler Schulte

Lucas da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.6442009093

CAPÍTULO 4..... 38

**COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR INFANTIL: O CONSUMO PELOS TWEENS E
SUAS RELAÇÕES SOCIAIS**

Mariana Tomaz Silva

Rita de Cássia de Faria Pereira

Patrícia Lacerda de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.6442009094

CAPÍTULO 5..... 53

**PUBLICIDADE E CULTURA: A ANÁLISE DA LINGUAGEM DISCURSIVA REGIONAL NO
ANÚNCIO AUDIOVISUAL**

Alessandro Luchini Zadinello

DOI 10.22533/at.ed.6442009095

CAPÍTULO 6..... 67

**QUEM ESCOLHE O QUE VOCÊ LÊ? O IMPACTO DA PLATAFORMIZAÇÃO DA
SOCIEDADE NO CONSUMO DE NOTÍCIAS**

Cristina Siqueira Pacheco

Sandra Portella Montardo

DOI 10.22533/at.ed.6442009096

CAPÍTULO 7..... 74

O CONSUMISMO EM PROL DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: UM DILEMA CRESCENTE DO SÉCULO XXI

Helena Francisco de Oliveira Lima

Priscila Silva Esteves

DOI 10.22533/at.ed.6442009097

CAPÍTULO 8..... 82

MERCADOS DE INFORMAÇÃO: PRODUTOS E SERVIÇOS NA ARQUIVOLOGIA

Ismaelly Batista dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.6442009098

CAPÍTULO 9..... 92

DIPLOMA E PROFISSÃO, PARADOXOS DA FORMAÇÃO SUPERIOR

Elane Luís Rocha

Mara Rúbia Alves Marques

DOI 10.22533/at.ed.6442009099

CAPÍTULO 10..... 105

“O SINAL ESTÁ FECHADO PRA NÓS, QUE SOMOS JOVENS”? AS RELAÇÕES E INTERAÇÕES CONSTRUÍDAS (OU NÃO) ENTRE A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E JUVENTUDES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA/PI

Marcos Rangel de Sousa Costa

Luciano de Melo Sousa

Gabriel Eidelwein Silveira

DOI 10.22533/at.ed.64420090910

CAPÍTULO 11..... 120

CURRÍCULO E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: UM ESTUDO DE CASO

Juliana de Souza Ramos

DOI 10.22533/at.ed.64420090911

CAPÍTULO 12..... 131

A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O ESTUDO DO CONCEITO DE CIDADANIA A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Michel Gustavo de Almeida Silva

Vitor Machado

DOI 10.22533/at.ed.64420090912

CAPÍTULO 13..... 143

POR UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA: A INTEGRAÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES BOLIVIANOS NA EMEF ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS

Israel Filipe Santos Nascimento

Marina Nascimento Simão

DOI 10.22533/at.ed.64420090913

CAPÍTULO 14.....	157
FERROVIA, IMPRENSA, ESPORTES E SOCIEDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX EM PONTA GROSSA – PARANÁ	
Cláudio Jorge Guimarães	
Alfredo César Antunes	
Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.64420090914	
SOBRE A ORGANIZADORA	171
ÍNDICE REMISSIVO	172

CAPÍTULO 1

COLIGAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PARTIDÁRIAS NA COMPETIÇÃO ELEITORAL: TRAJETÓRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATURAS (MARABÁ 2015 - 2016)

Data de aceite: 01/09/2020

Data submissão: 05/06/2020

Samuel Martins de Lima

UNIFESSPA/ICH/FACSAT

Marabá-Pará

<http://lattes.cnpq.br/7066130281521354>

Marilza Sales Costa

UNIFESSPA/ICH/FACSAT

Marabá-Pará

<http://lattes.cnpq.br/5673712805104580>

RESUMO: O objetivo do trabalho foi estudar “As eleições em 2016: Candidaturas ao cargo majoritário e proporcional, Partidos, Campanha eleitoral e Resultados eleitorais”. Inicialmente realizando uma abordagem clássica e contemporânea através de autores como: Weffort (1984), Nicolau (2004) e Motta Sá (1999), Ferreira (2005) dentre outros. Adotou-se uma abordagem qualitativa no estudo dos conceitos e leis sobre os partidos e as eleições no país; assim como estudamos as coligações partidárias ocorridas nas eleições do ano de 2016 realizando entrevistas aos candidatos, vereadores eleitos e coordenador de campanha. Vemos que as grandes coligações tendem a beneficiar os partidos maiores no “jogo” político. Também analisamos os dados quantitativos coletados da página do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), do TRE (Tribunal Regional Eleitoral); além disso, damos ênfase a algumas mudanças nas leis: N° 9.504/1997 (Lei das eleições), Lei N°

9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), Lei N° 4.737/1965 (Código Eleitoral), Reforma Eleitoral, Lei N° 13.165/2015 nas eleições de 2016. A análise nos mostrou que a eleição de 2016 foi a de maior representação eleitoral no que se refere ao número de eleitores. Apuramos, através dos dados analisados nas tabelas que os partidos, MDB e PSDB, de maior expressão nacional também o são em nível estadual, regional e municipal. Em se tratando da distribuição das cadeiras na Câmara Municipal de Marabá, o percentual dos maiores partidos não teve tanta expressão na região.

PALAVRAS-CHAVE: Coligações, partidos, competição eleitoral.

PARTY PARTNERSHIPS AND ASSOCIATIONS IN THE ELECTORAL COMPETITION: TRAJECTORY AND CANDIDACY SELECTION (MARABÁ 2015 - 2016)

ABSTRACT: The objective of the work was to study “The elections in 2016: Candidacies for majority and proportional office, Parties, Electoral campaign and Electoral results”. Initially performing a classic and contemporary approach through authors such as: Weffort (1984), Nicolau (2004) and Motta Sá (1999), Ferreira (2005) among others. A qualitative approach was adopted in the study of the concepts and laws about parties and elections in the country; as well as we studied the party coalitions that took place in the 2016 elections by conducting interviews with candidates, elected councilors and campaign coordinator. We see that large coalitions tend to benefit the larger parties in the political “game”.

We also analyze the quantitative data collected from the TSE (Superior Electoral Court), TRE (Regional Electoral Court) page; in addition, we emphasize some changes in laws: N°. 9.504/1997(Law of elections), Law N°. 9,096/1995 (Law of Political Parties),Law N°. 4,737/1965 (Electoral Code), Electoral Reform, Law N°. 13,165/2015 in the 2016 elections. showed that the 2016 election was the one with the greatest electoral representation with regard to the number of voters. We found, through the data analyzed in the tables, that the parties, MDB and PSDB, of greater national expression are also at the state, regional and In the case of the distribution of seats in the Municipality of Marabá, the percentage of the largest parties did not have as much expression in the region.

KEYWORDS: Coalitions, parties, electoral competition.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa foi apresentar os resultados obtidos do plano de trabalho “A competição eleitoral nas eleições de 2016: candidaturas ao cargo majoritário e proporcional, Partidos, campanha eleitoral e resultados eleitorais”. Parte integrante do projeto da Professora Dra. Marilza Sales Costa da faculdade de Ciências Sociais/ UNIFESSPA – Marabá-PA, intitulado: “Coligações e Associações Partidárias na Competição Eleitoral: Trajetória e Seleção de Candidaturas (Marabá 2015 - 2016)”. O breve aporte teórico foi construído a partir de discussões de autores clássicos e contemporâneos como: Weffort (1984), Capella (1986), Nicolau (2004), Motta Sá (1999), Ferreira (2005) e outros.

Procuramos analisar o processo eleitoral nas eleições de 2016, em Marabá – PA, buscando descrever as coligações partidárias e candidaturas aos cargos majoritário e proporcional, endossados pela convenção partidária no período estabelecido pela justiça eleitoral. Assim como apresentar o resultado das eleições, a distribuição das cadeiras no Legislativo de acordo com o quociente partidário. E por fim, uma pesquisa de campo com a realização de entrevistas, tanto à candidatos (as) à vereadores e prefeitos, eleitos e não eleitos na cidade de Marabá. No percurso de análise dos dados, ainda consultamos o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE (Tribunal Regional Eleitoral) no intuito de analisar as normas gerais para as eleições de 2016 e as leis partidárias e eleitorais (2016) e nos auxiliar na formulação dos quadros e das tabelas e na análise quantitativa. Nossa intenção foi de que esse trabalho possa servir de base para estudos acadêmicos, para movimentos sociais e à comunidade de modo geral.

2 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 Algumas abordagens clássicas e contemporâneas

Weffort (1984, VL 1, p. 8), em sua obra sobre os “Clássicos da Política”, apresenta uma série de teóricos que acompanharam a formação do Estado moderno: Maquiavel (séc. XVI), os ingleses Hobbes e Locke (séc. XVII), os franceses Montesquieu, Rousseau e os americanos, Madison, Hamilton e Jay (séc. XVIII). Em Hobbes (Séc. XVII), os homens,

no [...] estado de natureza, atacariam os outros homens, sendo necessário um contrato social para gerar uma segurança ao Estado e aos homens”. (p.45,58). Locke (Séc. XVII), o “Contrato Social” surgiu da necessidade de dar segurança e favorecer a preservação da propriedade (p. 60). Rousseau (Séc. XVIII) propõe “[...] o exercício da soberania pelo povo”(p. 149). Enquanto, Duverger (Século XX), destaca dois tipos de partidos: os de Quadro: “conservadores, liberais e radicais” formados por grupos elitistas; e os de Massa: “socialistas, comunistas e fascistas”. Conceitua o partido político como grupo de pessoas que se opõem a outros grupos, tendo em vista a diversidade de opiniões e interesses.

Em termos da política partidária e eleitoral no Brasil, Ferreira (2005, p. 121-122), afirma que até 1831 não existia partidos no país, só depois houve a criação de partidos o: “[...] 1) Restaurador: queria a volta de D. Pedro I, o 2) Republicano: ansiava pela abolição e o 3) Liberal: pela reforma da Constituição de 1824, “[...] Haviam os Liberais que se dividiam em os moderados e exaltados. A partir de 1837 surgiu o Partido Conservador opositor ao partido Liberal. O Pluripartidarismo teve sua abertura a partir do código eleitoral de 1932, do voto secreto, da unificação dos sistemas eleitorais e da criação da justiça eleitoral. Porém, na República Velha (1889-1930), os fenômenos do coronelismo e das oligarquias inviabilizavam a ideia de partidos e “[...] somente em 1945 é que se começa a legislar em termos de partidos políticos nacionais” (CAPELLA, 1986, p.11). De acordo com Motta Sá (1999, p. 13) o código de 1945 criou a obrigatoriedade de os candidatos “[...] se registrarem (...) em um partido e a candidatura avulsa foi proibida, desta forma as alianças partidárias ganharam ênfase no processo político, mas “representavam apenas instrumentos “eleitoreiros”, usados por líderes personalistas”

Por um lado “[...] a lei valorizava os partidos, por outro, desconsiderava o eleitor, valorizava o personalismo e o mandato, favorecendo a perpetuação de uma “mentalidade antipartidária” no Brasil. (MOTTA SÁ, 1999, p. 15,16). De 1946 a meados do primeiro semestre de 1964 se estabeleceu o pluripartidarismo, mas com o chamado “Golpe de 1964” criou-se o bipartidarismo gerando “[...] condições políticas ideais para a valorização do mandato sob o partido, assim concluindo que “o partido, é apenas o veículo legal para a participação na eleição” (p.13). Ocorreu em 1985 a redemocratização que ampliou o registro de partidos e se caracterizou por pluripartidarismo e pelo voto secreto e direto, composto por três poderes: “[...] Executivo, Legislativo e Judiciário, através do sistema proporcional e majoritário, com mandatos de quatro anos para presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, prefeito, vice-prefeito, deputado federal, estadual e distrital e vereador e oito anos para senador (SILVA, 2015, p. 8).

2.2 O sistema Eleitoral: conceitos e Leis

Em termos da análise sobre o sistema eleitoral, Nicolau (2004, p. 10), o conceitua como um “[...] conjunto de regras que define como em uma determinada eleição, o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados

em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo)”. Nele, descreve os sistemas eleitorais, majoritário e proporcional e suas subdivisões: o sistema majoritário se caracteriza por eleger os candidatos mais votados em uma eleição. Assim, se divide em, 1) “maioria simples” (como é o caso da eleição de Prefeito em cidades com menos de duzentos mil eleitores); 2) “maioria absoluta” ou “dois turnos”, (no Brasil 50% +1, há variações em outros países. Como no caso de eleição de Presidente da República, Governador e Prefeito de cidades com mais de duzentos mil eleitores); e 3) voto alternativo, em que para garantir a “maioria absoluta”, transfere-se os votos dos menos votados para os mais votados (NICOLAU,2004).

O proporcional tem como propósito assegurar a diversidade de opiniões de uma sociedade, se divide em: 1) “voto único transferível”, (em que se estabelece uma quota para candidatos e outra para partidos, sendo atingidas essas quotas, os votos são transferidos de maneira proporcional segundo o número de votos que cada um recebeu; 2) “sistema de lista”, (em que cada partido ou coligação apresenta uma lista de candidatos (lista aberta, caso do Brasil) ou legendas (lista fechada) e as cadeiras são distribuídas de acordo com a votação obtida); Há também o sistema misto que usa em uma mesma eleição, os sistemas majoritário e proporcional (NICOLAU,2004). Segundo o autor, “[...] entre 1945 e 1965, os chefes do executivo (presidente, governadores e prefeitos) eram escolhidos pelo sistema de maioria simples”(p. 34). Mas na constituição de 1988, ficou definido que presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores, seriam eleitos pelo sistema de dois turnos; a menos que um candidato obtenha mais de 50% dos votos. No sistema de dois turnos pode acontecer que o candidato mais votado no primeiro turno seja derrotado no segundo turno.

O autor discorre sobre as fórmulas eleitorais, dentre elas, destaca a “fórmula D`Hondt”, empregada em vários países que utilizam a representação proporcional de lista, inclusive o Brasil, os votos dos partidos (ou coligação) “[...] são divididos pela série 1,2,3,4,5 etc” ,há ainda, a “fórmula Sainte-Lague”, que “opera com números ímpares” e a “fórmula Sainte-Lague modificada”, que também “opera com números ímpares, mas começa com 1,4” (NICOLAU, 2004, p. 44). No caso das Eleições Municipais de 2016, a seleção dos candidatos (as) ocorreu conforme as normas do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) que disciplina a capacidade eleitoral ativa (apta a votar) e a passiva (apta a ser votada). Vale ressaltar alguns pontos inseridos nas novas regras à partir das eleições municipais de 2016, efetuando alterações nas Leis no 9.504/1997 (Lei das eleições), no 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), e no 4.737/1965 (Código Eleitoral), através da Lei no 13.165/2015. Sobre criação de novos partidos:

[...] só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o “apoio” de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos

em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles (LEI nº 9.096/95, art. 7º, §1º).

Alterado, (Lei nº 13.107, de 24 de março de 2015) passa, no art. 7º, §1º, a exigir que a comprovação do “apoio” de eleitores não filiados a partido político se dê no período de dois anos. Ainda, segundo à propaganda partidária:

i) a realização de um programa a cada semestre, em cadeia nacional, com duração de: cinco minutos cada, para os partidos que tenham elegido até quatro Deputados Federais; e dez minutos cada, para os partidos que tenham elegido cinco ou mais Deputados Federais; ii) a utilização, por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais, do tempo total de: dez minutos, para os partidos que tenham eleito até nove Deputados Federais; vinte minutos, para os partidos que tenham eleito dez ou mais deputados federais (SEVERO & CHAVES, 2015, p. 84).

Na questão sobre o fundo partidário, o art. 37 da Lei nº 9.096/97 determinou que a “[...] falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implicaria na suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei”. Quanto a doação de recursos financeiros aos partidos políticos, no §3º do art. 39 ficou definido que “[...] poderão ser efetuadas na conta do partido político por meio de: cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos”. (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS, §3º do art. 39). O prazo para filiação partidária de no art. 9º da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), passou de 6 (seis) meses antes das eleições, assim

Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito. Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses: I – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; II – grave discriminação política pessoal; e III – mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente (LEI nº 9.096/95, art. 22-A)

Deste modo, em relação às eleições de 2016, vereadores que concorreriam a reeleição ou ao cargo de prefeito poderiam mudar de partido entre o dia 3 de março de 2016 e 1º de abril de 2016. As campanhas veiculadas no rádio e TV passariam de 45 para 35 dias, com início em 26 de agosto (no primeiro turno), então a campanha passou a contar com dois blocos no rádio e televisão com 10 minutos cada, ainda os partidos teriam direito a 70 minutos diários em inserções, 60% para candidatos a prefeito e 40% para vereadores, com duração de 30 ou 60 segundos cada uma, 90% do tempo ficando distribuído aos partidos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara Federal, 10% distribuídos em partes iguais aos demais partidos e

(i) nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, a exibição do horário eleitoral gratuito ocorrerá de segunda a sábado, das 7h às 7:10h e das 12h às 12:10h, no rádio; e das 13h às 13:10h e das 20:30h às 20:40, na televisão. (ii) ainda nas eleições para Prefeito, e também nas de Vereador, mediante inserções de trinta e sessenta segundos, no rádio e na televisão, totalizando 70 (setenta) minutos diários, de segunda-feira a domingo, distribuídas ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte e quatro horas, na proporção de 60% (sessenta por cento) para Prefeito e 40% (quarenta por cento) para Vereador (LEI ELEITORAL, incisos VI e VII do art. 47) .

Sobre peças veiculadas no horário eleitoral gratuito, dispõe:

Nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação só poderão aparecer, em gravações internas e externas, observado o disposto no §2º, candidatos, caracteres com propostas, fotos, Inglês, clipes com música ou vinhetas, inclusive de passagem, com indicação do número do candidato ou do partido, bem como seus apoiadores, inclusive os candidatos de que trata o §1º do art. 53-A, que poderão dispor de até 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção, sendo vedadas montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais. (LEI ELEITORAL, incisos VI e VII do art. 54).

Em caso de pedido de direito de resposta por ofensa veiculada na internet, o §1º do art. 58 da Lei nº 9.504/97, “[...] a qualquer tempo, quando se tratar de conteúdo que esteja sendo divulgado na internet, ou em 72 (setenta e duas) horas, após a sua retirada”. Com a alteração no art. 233-A do Código Eleitoral passou a ser garantido o voto em trânsito para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital em urnas instaladas nas capitais e nos Municípios com mais de cem mil eleitores. Essas foram algumas mudanças legais realizadas para as eleições de 2016.

3 I CARACTERIZANDO OS DADOS DA PESQUISA

3.1 Resultados: Majoritário e Proporcional

Eleições de 2016 no Município de Marabá, a composição de cãndidos por vaga. Em 2016 (tabela 01) foram 4 (quatro) candidatos a prefeito e candidatos a vereador foram 15,86% por vaga.

Vereador		Candidatos: 333	15,86/vaga
Vice-prefeito	Vagas: 21	Candidatos: 4	4/vaga
Prefeito	Vagas: 1		4/vaga

Tabela 1 -Vereador (es)/Prefeito e Vice

Fonte:TSE estatísticas eleitorais 2016. Adaptado pelos autor(es) (2017).

Na tabela 02, abaixo, existem 3 coligações majoritárias, 8 coligações proporcionais, e ainda, 5 partidos que lançaram candidatos isolados. As coligações com 32 candidatos atingiu a cota máxima que é de 150% por partido ou coligação, conforme especificado em páginas anteriores. Nas coligações majoritárias, o candidato Jorge Bichara (PV) (tabela 2 acima), apresenta em sua coligação, 6 partidos; o candidato Manuel Veloso (DEM), 4 partidos; o candidato Sebastião Miranda (PTB), 18 partidos em sua coligação; e o candidato Rigler Aragão do PSOL, não fez coligações. Outro fator interessante nas coligações, é o fato de partidos antagônicos se unirem em um pleito, como é o caso, na coligação majoritária “todos por Marabá”, em que se encontra o PSC e o PC do B. Nas eleições de 2016 em Marabá, concorreram 28 partidos, 14 deles conseguiram eleger candidatos. A tabela 3 nos mostra o eleitorado nas eleições 2016.

Em termos de eleitorado, os grupos entre 25 a 59 anos representou 77,17% do eleitorado marabaense. (TSE estatística do eleitorado 2016). Nessa eleição o eleitorado foi de 159.055, 2,887% a mais que o eleitorado de 2012 que era de 144.248 representando 2,828% (<http://www.tse.jus.br>). Nas eleições 2012, os “votos válidos” foram 110649, total de vagas na Câmara Municipal foi 21, quociente eleitoral (QE) 5269. Porém, nas eleições de 2016 o total de votos foi de 125.264; os “votos válidos” foram 119.405 (95,32%); os brancos 2.545 (2,03%); os nulos 3.314 (2,65%); abstenções 33.791 (21,24%). (G1 2016).

Votos válidos 119.405, total de vagas na Câmara Municipal foi 21, quociente eleitoral (QE) 5686. acréscimo de 7,9 % em relação à 2012.

Em relação às pesquisas eleitorais para prefeito, os dados obtidos nos informaram que o candidato Tião Miranda estava com 64,1% das intenções de voto; o candidato Manoel Veloso, com 18%; o candidato Jorge Bichara, com 6,6%; e o candidato Rigler Aragão, com 1,5% das intenções de voto. Sendo confirmado nas urnas o que as pesquisas indicavam, não com essa margem de vantagem para o prefeito eleito, que foi eleito com 59,416 votos (51.64%). Correio News em 22/09/2016).

Coligação/Partido Isolado – Candidatura Prefeito/Vereador	Quant/cand.		%/subt	Quant/ eleitos	%/p.col.
PC do B	26		7,8	2	7,7
PDT / DEM / PRTB / PR	2		-	-	-
PDT / PR / DEM / PRTB	26		7,8	1	3,8
PMDB	19		5,7	3	15,8
PMN / PSC	32		9,6	2	6,2
PP / PSB	32		9,6	3	9,4
PPL / PROS / PHS / PSD	31		9,3	1	3,2
PPS	22		6,6	1	4,5
PRB / REDE / PRP	32		9,6	1	3,1
PSDB	22		6,6	2	9,1
PSOL	15(-2)		3,9	-	-
PT / PT do B / PEN	29		8,7	1	3,4
PTB / PSL	20		6,0	3	15,0
PTB / REDE / PSDB / PPS / PSC / PRB / PRP / PMN / PP / PSB / PROS / PHS / PPL / PC do B / PMDB / PSL / PSD / SD	2		-	-	-
PV / PSDC / PTN	29		8,7	1	3,4
PV / PSDC / PTN / PT / PT do B / PEN	2		-	-	-
Subtotal	333	8	100%		
Total Geral	341			21	

Tabela 2 - Coligações/partidos isolados - candidatura -Prefeito-Vereador.

Fonte: TSE estatísticas eleitorais 2016. Adaptado pelo autor(es) (2017).

A tabela 3, abaixo, mostra o percentual de votos de cada candidato nos seis núcleos da zona urbana, e zona rural. Foram usados noventa por cento (90%) dos resultados dos votos de cada candidato, sendo descartados os últimos, dez por cento (10%), por ter uma grande quantidade de itens com pequenos valores, ou seja, muitas seções com pequena quantidade de votos. O candidato Sebastião Miranda obteve o maior percentual de voto na Marabá Pioneira, com aproximadamente 72,3%, porém, a Nova Marabá é que representa a maior quantidade de votos com aproximadamente 33% do total geral dos votos do candidato que foi de 59416 votos, que representa 51,64% do total geral de votos. O candidato Manoel Veloso, teve o maior percentual de votos em São Félix 48,6 %, mas a maior quantidade de votos foi na Cidade Nova, com aproximadamente 37% do total de votos que recebeu que foi 47640 votos, que representa 41,4% do total dos votos contabilizados. O candidato Jorge Bichara, teve o maior percentual de votos nos bairros Nossa Senhora Aparecida/Araguaia, em torno de 9%, mais em quantidade foi na Nova Marabá, que obteve mais votos, girando em torno de 35% de sua votação, sendo seu total de votos 5647, que é 4,91% do total geral. O candidato Rigler Aragão, teve o seu maior percentual de votos na Marabá Pioneira

e Nova Marabá, com 2,8% em cada, mas quantitativamente foi na Nova Marabá que teve o maior número de votos representando em torno de 43% dos seus votos que foi um total de 2348 votos sendo 2,04% do total geral. (eleições 2016). O total de votos foi de 125.264: válidos 115.051 (91,85%); brancos 2.364 (1,89%) nulos 7.849 (6,27%); abstenções 33.791 (21,24%), (g1 2016).

Nas eleições para vereador em Marabá, o PMDB e PTB, conquistaram 3 cadeiras cada (14% cada); o PSDB, PCdo B e PSB, 2 cadeiras cada (10% cada); o PSC, PRB, PP, PT, PPS, PR, PHS, PTN e PMN, conquistaram 1 cadeira cada (5% cada). Do total, 16 vereadores foram eleitos por quociente partidário e 5 vereadores eleitos por média. Dos vinte e um vereadores eleitos, dezoito são da coligação do prefeito eleito, isso poderá facilitar a aprovação de projetos para o Executivo. O PMDB venceu as eleições em 17 municípios (44%); o PSDB, 8 municípios (21%). Ou seja, esses dois partidos venceram em 65% dos municípios do Sudeste do Pará, restando 35% para sete outros partidos. Sendo que o PMDB, conquistou 41 municípios (29%); o PSDB, 34 (24%); o DEM e o PR, 15 cada (10% cada); o PSD e o PT, 7 cada (5% cada); o PSC, 6 (4%); o PDT, 5 (3%); o PPS, 4 (3%); o PTB, 3 (2%); o SD, 2 (1%); o PTN, PSB, PP e PMB, 1 cada (1% cada).

Nas eleições para vereador em Marabá, o PMDB e PTB, conquistaram 3 cadeiras cada (14% cada); o PSDB, PCdo B e PSB, 2 cadeiras cada (10% cada); o PSC, PRB, PP, PT, PPS, PR, PHS, PTN e PMN, conquistaram 1 cadeira cada (5% cada). Do total, 16 vereadores foram eleitos por quociente partidário e 5 vereadores eleitos por média. Dos vinte e um vereadores eleitos, dezoito são da coligação do prefeito eleito, isso poderá facilitar a aprovação de projetos para o Executivo. O PMDB venceu as eleições em 17 municípios (44%); o PSDB, 8 municípios (21%). Ou seja, esses dois partidos venceram em 65% dos municípios do Sudeste do Pará, restando 35% para sete outros partidos. Sendo que o PMDB, conquistou 41 municípios (29%); o PSDB, 34 (24%); o DEM e o PR, 15 cada (10% cada); o PSD e o PT, 7 cada (5% cada); o PSC, 6 (4%); o PDT, 5 (3%); o PPS, 4 (3%); o PTB, 3 (2%); o SD, 2 (1%); o PTN, PSB, PP e PMB, 1 cada (1% cada)

Prof.	Sebastião Miranda		Manoel Veloso		Jorge Bichara		Rigler Aragão			
Núcleo										
M. Pion.	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Voto /cand / núcleo	%	T.Voto / cand / núcleo	%	T.Vot o/ núcle o	% do total
	5739	72,3	1606	20,2	366	4,7	221	2,8	7932	7,5
C. Nova	18514	47,7	17652	45,5	1893	4,9	755	1,9	38814	36,5
N. Mar.	19271	53,1	14057	38,7	1963	5,4	1003	2,8	36294	34,2
S. Félix	3126	46,3	3279	48,6	201	3,0	139	2,1	6745	6,3
M. Nova	2496	50,1	2400	48,2	45	0,9	41	0,8	4982	4,7
Z. Rural	5776	54,4	4053	38,1	746	7,0	46	0,5	10621	10,0
N. S.Ap. Araguaia	338	38,2	460	52,1	78	8,8	8	0,9	884	0,8
T. cand/%	55260	51,9	43507	41,0	5292	5,0	2213	2,1	106272	100

Tabela 3 - Total de votos e percentuais por Núcleo

Fonte: tse.jus.br 2016 – cadastro eleitoral. dados do autor 2018.

Nas eleições para vereador em Marabá, o PMDB e PTB, conquistaram 3 cadeiras cada (14% cada); o PSDB, PCdo B e PSB, 2 cadeiras cada (10% cada); o PSC, PRB, PP, PT, PPS, PR, PHS, PTN e PMN, conquistaram 1 cadeira cada (5% cada). Do total, 16 vereadores foram eleitos por quociente partidário e 5 vereadores eleitos por média. Dos vinte e um vereadores eleitos, dezoito são da coligação do prefeito eleito, isso poderá facilitar a aprovação de projetos para o Executivo. O PMDB venceu as eleições em 17 municípios (44%); o PSDB, 8 municípios (21%). Ou seja, esses dois partidos venceram em 65% dos municípios do Sudeste do Pará, restando 35% para sete outros partidos. Sendo que o PMDB, conquistou 41 municípios (29%); o PSDB, 34 (24%); o DEM e o PR, 15 cada (10% cada); o PSD e o PT, 7 cada (5% cada); o PSC, 6 (4%); o PDT, 5 (3%); o PPS, 4 (3%); o PTB, 3 (2%); o SD, 2 (1%); o PTN, PSB, PP e PMB, 1 cada (1% cada). Em relação às coligações e seleção de candidaturas foram feitas entrevistas com: candidatos a vereador; vereadores eleitos e coordenador de campanha.

3.2 Eleições 2016: as Entrevistas

As entrevistas foram realizadas através de questionários semi-aberto e no final livre para o entrevistado fazer referência a algo que julgasse relevante, mas que não havia sido abordado pelo questionário. Todos os entrevistados assinaram o termo de autorização de divulgação e uso de imagem. Foram entrevistados: três vereadores eleitos, Tiago Koch e

Nonato Dourado, ambos do MDB e Márcio do São Félix do PSDB; uma coordenadora de campanha, Mirian Guedes, do DEM; um candidato a prefeito, Rigler Aragão do PSOL. O vereador Nonato Dourado se candidatou pela primeira vez em 2008, depois em 2012, e sendo eleito apenas em 2016, no entanto, no período de 2013-2016 (suplente) assumiu a cadeira de vereador por 50 dias. Sobre a motivação de entrar na política o vereador enfatizou

[...] o que me motivou a entrar na política foi justamente para complementar o trabalho que eu faço no rádio e TV, que trabalho é esse? É um trabalho de defesa do cidadão, das pessoas menos favorecidas, daquelas pessoas que encontram dificuldade no dia-dia no meio social, daquelas pessoas que não conseguem acesso nas instituições públicas, das pessoas que tem dificuldade em conseguir os seus direitos que já é garantido, mas tem dificuldade em adquirir o seu direito, então eu vi que eu poderia contribuir mais com o município de Marabá, por isso eu resolvi sair candidato ((VEREADOR NONATO DOURADO, MDB, 23 de mai.-/2018)

Deste modo, o vereador citado, diz se apresentar como um facilitador ante à burocracia encontrada pelo cidadão comum, que em muitos casos não é conhecedor dos seus direitos. Sobre a importância das coligações afirma que:

[...] se fortalece os partidos, tanto os grandes quanto os pequenos, eu acredito até que numa coligação, os pequenos terminam fortalecendo (nessa cadeia social), sempre os maiores. Quando há uma coligação de um partido denominado pequeno, esse partido, ele termina servindo de escada para um partido maior, ele fortalece mais o partido [maior], e as vezes o que ele busca não é alcançado, as vezes termina, é, você elegendo dois vereadores do partido maior da mesma coligação, quando um de um partido menor não consegue se eleger, esse é o que eu vejo em relação às coligações, serve para fortalecer e serve também pra fechar o cerco, ou seja, para blindar, se eu tenho mais partidos, por exemplo se eu sou um candidato a prefeito e eu tenho mais partidos, é, comigo, e mais partidos coligados, eles estão fechados, ou seja, está blindado pra que outros não entrem ou que não esfalece o voto, pra que tenha mais união de voto. ((VEREADOR NONATO DOURADO, MDB, 23 de mai.-/2018)

Ainda segundo o vereador, os partidos maiores acabam sendo favorecidos com as coligações. Quanto às articulações para que as coligações aconteçam enfatiza:

[...] é complicado porque é como se fosse um funil, e eu já vivi esse momento por algumas vezes, essa articulação é através de reuniões, através de conversas, mas elas acontecem assim de forma repentina, por exemplo, hoje, sexta-feira, é, existe uma articulação pra que determinado partido esteja com outro partido, com partido X, daqui uma hora, quando é na reta final, nos últimos dias, nos últimos prazos para o fim das coligações, daqui uma hora aquele partido que tava aqui, ele já tá com outro partido, já tá em outra coligação, há mudanças repentinas no prazo de vinte e quatro horas que são coisas assim, assustadoras, que os próprios candidatos a vereadores que tão num determinado partido se assustam – mas a gente num tava agora

a pouco com partido X? né? Mas era há duas horas, mas agora já tão com partido Y, então essas articulações, elas são muito fortes, (...) faltando ali trinta minutos pra fechar a ata muita coisa acontece (...) tem partido que por ser de direita dificilmente vai pra esquerda e tem partido que por ser de esquerda dificilmente vai pra direita (...) essas conversas ficam na informalidade (...)

(VEREADOR NONATO DOURADO, MDB, 23 de mai.-/2018)

As articulações (aqui) são conversas informais que não se encontram registradas em nenhum documento. As atas servem apenas para assinalar o resultado das articulações e não o seu conteúdo. O vereador Nonato (MDB) nos confidenciou ainda que nas eleições de 2012, por estar em um partido pequeno (PMN) não foi eleito por falta de cinco votos que faltaram para atingir o coeficiente, porém, se tivesse em um partido maior corria o risco de não ser eleito por falta de voto, mas não por falta de coeficiente, foi o que fez com que aceitasse o convite para ir para o PMDB atual MDB. A respeito do eleitor, se diz manter a transparência não fazendo promessas impossíveis de cumprir, o que o faz conquistar a confiança do eleitor. Perguntado sobre as questões pendentes das administrações passadas, afirma ainda haver pendências da administração anterior devido o tempo não ser suficiente para saná-los, mas que está sendo reparado.

Diz não ser conivente com a corrupção política nacional na área da educação tem enviado requerimentos para investimentos em escolas. Ainda trabalha em busca de dá acessibilidade aos direitos e ao bem-estar do cidadão, da saúde, da educação, da moradia, da água potável. O vereador Márcio do São Félix foi filiado ao PDT de 2008 a 2012, filiando depois ao PSDB, permanecendo até hoje. Em relação à motivação, afirma ser participante de pastorais e viu a necessidade de ampliar sua área de atuação em favor dos movimentos sociais. Questionado sobre a importância das coligações:

Bom, isso nada mais é do que um agrupamento de partidos como forma estratégica de conseguir somar quantitativo de votos para eleição de seus candidatos, e que diga se de passagem tem dias contados, existe uma lei tramitando provavelmente em 2020 as eleições já não tenham mais a questão das coligações, cada partido vai ter que ter sua estrutura com a quantidade de eleitores suficientes pra poder eleger os seus representantes.

(VEREADOR MÁRCIO, PSDB, 28, mai.-/ 2018)

Na sua primeira candidatura foi convidado pelo partido pela sua desenvoltura com a comunidade. A confiança com os eleitores “veio” através do envolvimento com as comunidades. Afirma ainda que em decorrência do município ter passado por mandatos anteriores que deixaram a prefeitura com muitas pendências tornou-se necessário o Executivo tomar medidas vistas como impopulares, mas necessárias para sanar as contas. Falando dos escândalos de corrupção diz que o momento por que passa o país é propício para se coibir essa prática. Afirma que a educação precisa ser modificada na base, citando

Augusto Cury que considera nosso modelo de educação falido, ainda fez também uma analogia dizendo que “a política é como uma televisão sem controle remoto, ou você levanta e muda ou vai ter que assistir tudo que passa na sua frente”. Defende uma melhor reestruturação dos serviços públicos. Espera ver uma renovação no cenário político para se sentir estimulado a continuar.

O vereador Tiago Koch (MDB), é da região do Rio Preto (distrito de Marabá) e está na política a pouco tempo filiando-se ao PMDB apenas no início da campanha em 2016. O que o motivou a entrar na política foi o sentimento de mudança. Diz não conhecer bem a questão das coligações, mas defende o fim das mesmas no país. Sobre a escolha como candidato foi através do interesse do partido na representação na zona rural e também sua articulação junta a juventude em Marabá. Diz que conquistou a confiança dos eleitores falando a “verdade” e agora seu compromisso é fiscalizar o Executivo e intermediar a favor do povo. Em relação às pendências dos mandatos anteriores, o pagamento de folhas atrasadas pode prejudicar o investimento da gestão atual.

Também concorda com o vereador Márcio do São Félix, quando afirma a urgência de se investir na educação básica. Também destinou emendas para reformar escolas na zona rural. Priorizar educação, saúde e segurança. A sua expectativa é avaliar ao final do mandato, se conseguiu fazer mudanças propostas em campanha e se o grupo continua apoiando, se não, não tem problemas em abandonar a carreira política.

Realizamos uma entrevista com Miriam Guedes, coordenadora da campanha das eleições majoritárias do partido Democratas (DEM), trabalhando na política desde 1988. Iniciou no PSDB, depois PTB e atualmente no DEM, já concorreu em campanha por causa da cota feminina. Sobre as coligações existe o “(...) interesse de acumular um número de voto, aquele acúmulo de sigla, que acumularia voto e sairia vitorioso, foi esse o intuito das coligações”. Em relação as articulações para se formar as coligações, a coordenadora da campanha do DEM comenta:

[...] existem muitos interesse pessoal, não existe interesse coletivo, presidente, muitos presidente de partido, ele pensa nele, ele não pensa no coletivo, tipo, fulano de tal ele é candidato, mas ele não tem potencial nenhum pra ganhar, mas ele tá com dinheiro eu vou com ele, ele vai me bancar, entendeu, geralmente os presidentes de partido eles são candidatos, na majoritária ou na proporcional, principalmente os que vai pra proporcional vai pensando nele, em se eleger (...). O partido político virou uma moeda de troca na hora da eleição, (...) quando o ex-presidente Lula se coligou com tudo quanto foi partido (...) pra ganhar a eleição de 2002, mudou muito a opinião partidária, hoje o cara ele quer ganhar, ele não importa como, ele quer ser eleito. (MIRIAM GUEDES, DEM, 02 de abr.-/2018)

Na fala do professor da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Rigler Aragão, que também é coordenador geral do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (SINDUNIFESSPA) e candidato a prefeito de Marabá

pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Foi presidente do partido em Marabá, hoje é membro do diretório municipal do partido, ele afirma estar envolvido na política desde que entrou na universidade (2000) fazendo parte do movimento estudantil, posteriormente, o sindicato. Afirma que a motivação de entrar na política é o fato de que a política estar em todo lugar.

Na escolha dos candidatos reafirma o que a maioria dos entrevistados falou que é a questão do perfil do possível candidato. Defende as políticas públicas junto as comunidades de bairros, política para mulheres, juventude, serviços de saneamento, saúde pública e educação. Vale ressaltar que entre a fala de todas as pessoas entrevistadas, percebeu-se que há em primeiro momento uma rejeição às coligações, mas, a maioria dos partidos acaba cedendo as alianças das coligações.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de Julho/2017 a Janeiro/2018 avaliamos os dados de projeção dos partidos, comparando com a projeção partidária estadual e nacional, ficando evidente que as projeções partidárias e eleitorais seguem uma ordem proporcional em todos os cenários e que uns poucos partidos ficam com a maior parte nessa proporção, o caso do PSDB e PMDB (atual MDB).

Nas eleições majoritárias municipais o prefeito eleito havia feito coligações com a maioria dos partidos considerados grandes, favorecendo sua eleição e também por ter feito uma boa administração em mandatos anteriores. Em relação às eleições proporcionais, houve uma renovação com muitos candidatos novos eleitos e alguns já estavam no poder em mandatos anteriores, assim alguns não foram reeleitos. Porém, a maioria dos eleitos fazem parte da coligação majoritária favorecendo ao Executivo, mas pode ter um efeito negativo ante os problemas sociais, no sentido de cobranças do legislativo. Finalizando nossa pesquisa vimos que as candidaturas possuem como primícias à observação dos partidos, a desenvoltura dos possíveis candidatos, o desempenho, a relação com a comunidade, sua popularidade, carisma e etc.

As coligações, segundo a fala da maioria dos entrevistados, serve para somar forças e “fechar o cerco” em torno do voto, elas parecem ser um pouco rejeitada por alguns, no sentido de que há muita movimentação no seu entorno (jogo de interesses) em muitos casos prevalece a “lei do mais forte” em que os partidos menores acabam apenas somando votos para os maiores. A relevância da pesquisa tem sua gênese na escassez de estudo dessa natureza no âmbito municipal valorizando a história política local; evidenciando os interesses políticos no processo de seleção de candidatura e contribuindo para a pesquisa acadêmica sobre a política partidária e eleitoral da região.

REFERÊNCIAS

CAPELLA, Ayrton. **A Mentalidade Antipartidária no Brasil**. Estudos de Problemas Brasileiros da UFSC, 1986.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Evolução do sistema eleitoral Brasileiro**. – 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005.

MOTTA SÁ, Rodrigo Patto. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas. 5ª edição 2004.

PERES, Paulo. **Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SEVERO, Gustavo; CHAVES, Humberto. **A Reforma Eleitoral de 2015** – Breves comentários à Lei nº 13.165/2015. Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE, Belo Horizonte, ano 7, n. 13, p. 81-120, jul./dez. 2015.

SILVA, Laís Rafaell Rodrigues Justino da. **Relatório Final** - Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/ PROPIT/UNIFESSPA, 2015.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Colapso Teórico do Populismo**. Intellèctus (UERJ. Online), 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo. Editora Cultrix. 2011.

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**, VL I e II, São Paulo, Ed. Ática, 1984. **TRE** partidos - <http://www.tre-pa.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-politicos> (Acesso 21/08/2017)

Notícias **TSE** - novas regras para as eleições -<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/conheca-as-novas-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016> .

CORREIO NEWS - <http://www.correionews.com/home/noticias/politica/2016/09/tiao-miranda-tem-641-do-eleitorado> (Acesso 26/08/2017)

Lei das Eleições - http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo_eleitoral-anotado-e-legislacao-complementar-12-edicao-atualizado.pdf (Acesso 03/01/2018)

Lei dos Partidos - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm (Acesso 17/10/2018)

CAPÍTULO 2

A CONTRIBUIÇÃO DAS FIBRAS PRESENTES NO BAGAÇO DO CAJU NAS PROPRIEDADES FÍSICAS DO CONCRETO ARMADO E ALVENARIA ESTRUTURAL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 29/07/2020

Lucas Emanuel Fernandes Araújo

Graduando em Engenharia Civil da
Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA.
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/5203346466740228>

Francisco Gustavo Pessoa Jovino

Graduando em Engenharia Civil da
Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA.
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/2173135641889321>

Juscelino Chaves Sales

Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do
Acaraú, UVA.
Sobral - CE
<http://lattes.cnpq.br/1845293985076098>

RESUMO: A indústria da construção civil é um setor que visa sempre buscar novas tecnologias que sejam econômicas e ambientalmente responsáveis. O concreto reforçado com fibras é um compósito que pode ser utilizado ao uso de concreto armado ou para estruturas pré-moldadas. A sua utilização na indústria moderna da construção civil surgiu através da necessidade de melhorias nas propriedades mecânicas do concreto e pela necessidade de substituição no mercado de produtos danosos à saúde humana, como é o caso do amianto. Tendo em vista as propriedades das fibras do bagaço de caju e seu viés econômico e recurso renovável, propõe-se a acrescentar esse material fibroso como reforço em compósitos de concreto armado e alvenaria

estrutural, visando melhorias de desempenho estrutural. De maneira pioneira, esse projeto poderá apresentar novas alternativas a indústria no tratamento químico de fibras vegetais com Ph baixos, para serem acrescentadas como reforço em matriz cimentícia.

PALAVRAS-CHAVE: Fibras, Bagaço do Cajú, Matriz Cimentícia.

THE CONTRIBUTION OF FIBERS PRESENT IN CASHEW BAGASSE IN THE PHYSICAL PROPERTIES OF ARMED CONCRETE AND STRUCTURAL MASONRY

ABSTRACT: The construction industry is a sector that always seeks to seek new technologies that are economically and environmentally responsible. Fiber reinforced concrete is a composite that can be used when using reinforced concrete or for precast structures. Its use in the modern civil construction industry arose from the need for improvements in the mechanical properties of concrete and the need to replace products on the market that are harmful to human health, such as asbestos. In view of the properties of the cashew bagasse fibers and their economic bias and renewable resource, it is proposed to add this fibrous material as reinforcement in reinforced concrete composites and structural masonry, aiming at improvements in structural performance. In a pioneering way, this project may present new alternatives to the industry in the chemical treatment of low Ph vegetable fibers, to be added as reinforcement in cement matrix.

KEYWORDS: Fibras, Caju Bagasse, Cement Matrix.

1 | INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é um meio que sempre se propõe ao incentivo de inovações que venham a agregar nos seus índices de produtividade e rendimento no setor. A utilização de fibras, como reforço para matriz cimentícias, se apresenta como uma alternativa viável, econômica, ecológica e muitas vezes social. Pesquisas sobre a utilização de fibras vegetais como reforço ainda são novidades no mercado nacional, embora o país possua grande potencial para o desenvolvimento de inovações na área. No Brasil o desenvolvimento de tecnologia sustentáveis é bem vista pela sociedade, governo e o agronegócio, agregando valor ao desenvolvimento destas. O Brasil, impulsionado pelo crescimento do setor do agronegócio nos últimos anos, possui grande variedade de produtos voltados ao mercado nacional e internacional favorecem o incentivo à produção em larga escala. Pseudofrutos como o caju tem ganhado cada vez mais espaço, no Nordeste brasileiro este alimento está entre as principais mercadorias produzidas na região.

A utilização de materiais sustentáveis na produção de elementos construtivos é uma alternativa para redução do impacto ambiental do setor da construção civil, que apresenta alguns indicadores preocupantes quanto ao consumo de recursos não renováveis, gasto energético e geração de resíduos sólidos. Os compósitos reforçados com fibras vegetais apresentam-se neste contexto como um material promissor, visto que, em comparação com fibras manufaturadas (poliméricas, asbesto, aço ou vidro), as fibras do bagaço do caju, é proveniente de fontes renováveis, apresentam baixo custo de produção e são abundantes nas regiões tropicais. Esse fato tem incentivado o desenvolvimento de vários produtos com essas fibras, em matrizes poliméricas ou cimentícias, que proporcionam melhores em índices de desempenho nas propriedades mecânicas do concreto.

Porém, a utilização de fibras com baixos valores de Ph aderidos tendem a entrar em reações químicas com a matriz devido a elevada alcalinidade desta. Como resultado, há redução importante da resistência mecânica da peça estrutural reforçada, mesmo com a introdução de baixos teores de fibras, além de promover a hidrólise alcalina da molécula de celulose devido aos elevados índices de alcalinidade da matriz cimentícia. Outra preocupação é a vida útil das fibras vegetais que reduz ao longo prazo, pesquisas apontam que as causas desse fator são devido ao ataque alcalino da matriz mineralização da fibra provocada pela migração dos produtos de hidratação para o lúmen das fibras e para os vazios e a variação volumétrica das fibras por causa da sua alta absorção de água. O desenvolvimento de materiais compósitos de alto desempenho só é possível, então, através da modificação da matriz ou por proteção química do reforço.

Caso obtenha-se dados físicos e econômicos positivos, da utilização de materiais como o bagaço do caju em matrizes cimentícias, poderá apresentar desse modo alternativas inovadoras para a indústria da construção civil, além de agregar valores comerciais a esses produtos, que podem vim impactar socialmente famílias produtoras gerando uma nova

fonte de renda para o setor. O desenvolvimento tem como principais aplicações das fibras em compósitos de base cimentícia, sendo referentes a melhoria da matriz em relação as suas propriedades mecânicas, tendo custos de aplicabilidade inferior em comparação com as fibras poliméricas e metálicas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Os materiais compósitos podem ser definidos como dois ou mais matérias que se relacionam com o intuito de formar uma unidade estrutural. Esses compósitos são projetados de modo que as propriedades físicas e químicas de ambos os materiais contribuam para o melhoramento de características desejáveis da peça estrutural. Compósitos reforçados através de fibras podem ser classificados como de reforço de fibra contínua e de fibra descontínua. Os reforçados com fibra contínuas são feitos de mechas de fibras trançadas em placas bidimensionais que se assemelham a um tecido.

O comprimento das fibras é um fator que influencia no processo de fabricação dos compósitos. Fibras muito longas dificultam aplicação de métodos para modelagem destas em compósitos a base de matriz cimentícia reforçado com fibras descontínuas, o que resulta em propriedades mecânicas distintas ao longo da peça estrutural.

As propriedades químicas da matriz e do reforço fibroso afetam a resistência da peça estrutural. Reações entre compostos alcalinos e ácidos favorecem o processo de corrosão da ferragem do concreto armado. Além dessa reação, outro mais comum para reforços com fibras vegetais diz respeito Alcalinidade da matriz cimentícia que protege a armadura de ferro do concreto armado por corrosão, no entanto ao entrar em contato com a água, ocorre reações químicas ocorrendo a produção de Ca(OH)_2 (hidróxido de cálcio), que em contato com fibras vegetais acamam destruindo a celulose, célula base das fibras vegetais.

É interessante notar que, muitas vezes, a consideração de projeto importante para materiais de reforço não é o valor absoluto, como resistência a tração ou modulo, mas o valor por unidade de massa, tais como a resistência ou modulo específicos. Este fato é extremamente importante para aplicações, nas quais a redução de peso e fundamental (GUIMARÃES, 2013).

No centro do entendimento do comportamento mecânico de um compósito é o conceito da transferência de carga entre a matriz e a fase reforço. A tensão pode variar agudamente de um ponto a outro, principalmente com respeito a reforços de partículas ou fibra curtas, mas a proporção da carga externa suportada por cada um dos componentes individuais pode ser avaliada pelo volume de média a carga no seu interior. Naturalmente, no equilíbrio, a carga externa deve ser igual a soma da média por volume das cargas suportadas pelos constituintes, isto é, a matriz e as fibras. Isso dá origem a condição governando as tensões medias por volume da matriz e das fibras em um compósito, sob carga externa aplicada, contendo um volume f de reforço. Assim para um compósito de

dois constituintes sob uma determinada carga aplicada, certa proporção da carga será suportada pela fibra e o restante pela matriz. (GUIMARÃES, 2013).

Supondo que a resposta do compósito permanece elástica, essa proporção será independente da força aplicada e representa uma importante característica do material. Isso depende da fração volumétrica, forma e orientação do reforço e das propriedades elásticas dos constituintes. (GUIMARÃES, 2013).

Considerando-se uma fibra de comprimento em uma matriz de baixo módulo, alinhada com a direção do carregamento, e assumindo que a fibra é bem aderida a matriz, a tensão aplicada a matriz será transferida para a fibra através da interface. A matriz e a fibra experimentarão diferentes deformações de tração devido aos seus diferentes módulos. Na região das extremidades das fibras a deformação na fibra será menor que na matriz. Como resultado das diferenças nas deformações serão induzidas tensões cisalhantes em torno da fibra e na direção do eixo da fibra, está será tracionada. (GUIMARÃES, 2013).

O conceito de incorporação de fibras de origem celulose em compósitos destinados à construção é muito antigo, que remonta a civilização egípcia antiga. As fibras orgânicas naturais têm um papel muito importante e único na contribuição que podem aliviar o problema da habitação. Elas não só ocorrem em abundância, em muitas partes do mundo, como também podem contribuir diretamente na economia de energia, conservação dos recursos mais escassos do mundo e proteger o meio ambiente. O fato de que um dos recursos da terra mais acessível e prontamente renovável pode ser usado para resolver, pelo menos em parte, um dos maiores problemas da humanidade, é um desafio não só para o instinto humano básico de sentimento de solidariedade, mas também para a ciência e as habilidades das tecnologias desenvolvidas (GUIMARÃES, 2013).

Os compósitos reforçados com fibras vegetais, se apresentam como uma alternativa ecológica e economicamente viável para a substituição desse material, em relação as demais opções de reforços (poliméricos e metálicos) disponíveis no mercado.

Com base nestes aspectos, os pesquisadores propõem uma correlação entre as características da interface e as propriedades da matriz: a porosidade excessiva das fibras vegetais contribui para o desempenho macroestrutural inferior dos compósitos. Durante a mistura, fibras vegetais porosas atraem uma grande quantidade de água, fazendo a zona de transição mais pronunciada do que nos compósitos reforçados com fibras de amianto ou de polipropileno. O descolamento da fibra deve ser o resultado da grande retração observada. O principal efeito deste fenômeno é a baixa absorção de energia durante o ensaio mecânico e assim um fator de redução da ductilidade do material compósito (GUIMARÃES, 2013).

A aplicabilidade de fibras vegetais em matriz cimentícia, preocupa devido a durabilidade dos compósitos ao longo prazo. Pesquisas demonstraram que esse efeito é devido ação do meio alcalino a mineralização da fibra e devido a sua variação volumétrica por ter alta capacidade de absorção de água.

A mercerização é um processo químico muito empregado pela indústria do papel, com o objetivo de remover lignina e hemicelulose. A mercerização promove ainda aumento da rugosidade superficial da fibra, podendo favorecer a ancoragem mecânica da fibra pela matriz. As fibras foram imersas por 1 hora, em temperatura ambiente, em soluções aquosas com 2, 5, 10 e 15 % em peso de NaOH. A seguir, foram lavadas em água corrente e deixadas em imersão em água destilada por 48 horas, com troca da água após 24 horas, para remoção de qualquer resíduo de NaOH. O pH da solução final ficou sempre próximo a 7, indicando que as fibras foram convenientemente lavadas (D'ALMEIDA, CALADO e BARRETO 2006).

Estudos voltadas para identificar as características físicas e químicas do bagaço do caju foram realizadas por Santos Filho (2016) e que tiveram como resultado as seguintes relações para a quantidade do bagaço do caju fibroso em relação ao pseudofruto por um todo: $(\text{peso do bagaço}) \cdot 100 / (\text{peso total do pseudofruto})$. A continuação dos estudos identificou as seguintes características do bagaço do caju: peso médio 7,66 (g); pH médio 4,56; umidade 85,51. Tais características físico químicas apresentadas pelo pseudofruto são de extrema importância para sua utilização deste em matriz cimentícia, pois pode-se a partir desses dados prever determinados comportamentos e assim promover as intervenções necessárias ao composto, reforço das fibras do bagaço do caju.

3 | METODOLOGIA

A coleta do bagaço do caju será realizada em parceria com os produtores de caju dos municípios de Marco, Cruz, Bela Cruz e Jijoca, todos localizado na região norte do estado do Ceará. As fibras serão separadas do restante do bagaço, sendo o comprimento especificado pelas medidas de 10mm, 15mm, 20mm, 30mm, 35mm e 45mm, tais comprimentos foram estabelecidos baseados em outras pesquisas relacionadas a reforço de fibras vegetais na matriz cimentícia, que tiveram resultados satisfatórios dos esforços mecânicos para tais medidas

O tratamento por esterificação, para a modificação superficial das fibras de bagaço do caju, será adotado as recomendações de Pasquini et al. (2008). Será utilizado um sistema de refluxo na temperatura de ebulição do solvente por 1 hora, em que ocorreram as reações com os diferentes agentes modificadores, cloreto de octanoíla, cloreto de lauroíla e cloreto de estearoil, todos em solução de tolueno (solvente) e piridina (catalisador). Será acrescentado 0,50 mL de cada agente modificador, em solução de 50,00 mL de tolueno e 10,0mL de piridina para cada 1,0 grama de fibra. Repetiu-se o experimento variando-se as quantidades dos agentes modificadores, com 0,75mL e 1,0mL, obedecendo-se às proporções. Após as modificações as fibras irão ser lavadas em Soxhlet com acetona durante 20 horas para eliminação dos resíduos de reagentes. O aspecto e a integridade da manta não foram alterados com o tratamento.

O processo químico de mercerização consiste em remover lignina e hemicelulose antes de serem acrescentadas na matriz, evitando que isso ocorra dentro do compósito. A degradação das fibras vegetais ocorre devido a água alcalina presente na matriz que age nos poros dissolvendo a lignina e a hemicelulose existentes no meio da lamela das fibras, enfraquecendo assim a ligação entre cada célula. Foram imersos 20g do material triturado em 2 litros de solução 4% de hidróxido de sódio (NaOH) durante 1 hora a 50°C, sob agitação constante. A suspensão resultante desse processo foi filtrada e lavada com água destilada até obtenção de pH igual ao da água usada para a lavagem, sendo então seca em estufa artesanal a 60°C por 24 horas. Tal procedimento, para remover da superfície da fibra constituintes amorfos solúveis em meio alcalino. Com isso, diminui o grau de agregação das fibras e a superfície resulta mais rugosa. Após esse processo as fibras farão o procedimento de desumidificação em estufas (Jesus, 2015).

A acetilação envolve reações com anidrido acético. As reações acontecem com grupos hidroxila acessíveis nos polímeros das paredes das células e, dependem da reatividade destes grupos e da taxa de difusão do reagente na matriz da fibra. Antes da realização do tratamento de acetilação as fibras do bagaço de caju serão lavadas em água em média de 50°C e posteriormente em água destilada a temperatura ambiente, para retirada do material residual, secadas em estufa artesanal por 24 h e armazenadas. Anterior ao tratamento de acetilação, as fibras serão embebidas em uma solução aquosa de NaOH a 1% por 1 h e repetidamente lavadas, até que apresentassem pH neutro na solução de lavagem final e secadas em estufa artesanal durante 24h. (Lopes, 2010)

Para a realização dos tratamentos de acetilação a metodologia adotada foi adaptada de D'Almeida et al. (2005), as amostras de fibras serão acondicionadas em um reator de condensação, sob agitação e em banho termostático com solução de anidrido acético e ácido acético, na proporção de 1,5:1,0 em massa. Os tempos reacionais (contato entre fibras e solução) serão de 1 e 3 h, a temperaturas de 100°C e 120°C. Decorrido o tempo de reação as amostras serão lavadas inicialmente com água corrente e, posteriormente, com água destilada, onde permaneceram durante 1h, apresentando pH próximo a 7; enfim, serão secadas em estufa a 60°C, durante 24 h, e armazenadas em dessecador com sílica gel, até o momento dos ensaios. Serão realizados ensaios resistência mecânica voltados a identificar as propriedades das fibras do bagaço do caju quando submetidas em compósitos de matriz cimentícia. (Lopes, 2010)

Os ensaios mecânicos estão baseados em normas brasileiras e norte americanas, o intercâmbio de normas estrangeiras tornou-se necessário devido a carência de normas técnicas brasileiras sobre ensaios mecânicos com matriz reforçada com fibras vegetais. Os ensaios são:

- Argamassa e concreto – Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos (ABNT NBR 7222:2011)

- Argamassa e concreto endurecidos – Determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica (ABNT NBR 9778:2005)
- Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos (ABNT NBR 5739:2018)
- Concreto – Determinação do módulo estático de elasticidade à compressão (ABNT NBR 8522:2017)
- Flexural testing of Fiber-Reinforced Concrete Beams (ASTM C12609)
- Concreto endurecido — Determinação do coeficiente de dilatação térmica linear — Método de ensaio (ABNT NBR 12815:2012)
- Standard Test Method for Steady-State Heat Flux Measurements and Thermal Transmission Properties by Means of the Guarded-Hot-Plate Apparatus (ASTM C177-1)

4 | RESULTADOS

Espera-se que a adição do bagaço de caju no concreto armado e na alvenaria estrutural melhore as suas propriedades físicas. No concreto armado esperamos melhores resultados de acordo com as normas da ABNT da resistência do concreto, tanto no ensaio de compressão axial quanto na tração por compressão diametral, resistência à tração, módulo estático de elasticidade à compressão e a dilatação térmica linear, promovendo assim o melhoramento da aplicabilidade dessas peças para suportar cargas de projetos superiores ao que é projetado atualmente.

Em análises preliminares das fibras do bagaço do caju, foi possível constatar que as fibras possuem propriedades hidrofóbicas, tal característica físico-química é importante para aplicação em impermeabilização de estruturas que tem sua vida-útil reduzida devido a reação deletéria com a água, reduzindo assim as propriedades mecânicas. Esperasse que ao acrescentar as fibras nas peças estruturais de concreto armado e alvenaria estrutural, as mesmas adquiram certa resistência contra ação da umidade presente no meio.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do Caju no estado do Ceará é indiscutível quanto seus índices de produtividade, sendo o maior produtor nacional com 60,8% da produção do País, e quanto na geração de emprego e renda para a população trabalhadora do semiárido nordestino. O bagaço do caju é um substrato com baixo valor de mercado, sendo destinado à alimentação de bovinos, no entanto esse projeto visa, ao introduzir as fibras do bagaço do caju em compósitos de matriz cimentícia para viabilização e aperfeiçoamento das características mecânicas de peças estruturais na indústria da construção civil, proporcionar a cadeia do agronegócio do caju, um novo nicho de mercado valorizando esse substrato

economicamente, viabilizado através do tratamento, coleta, separação e destinação das fibras do bagaço ao setor da construção civil, proporcionando nova fonte de renda e desenvolvimento a comunidades produtoras, beneficiando principalmente o pequeno e médio agricultor.

REFERÊNCIAS

D'ALMEIDA, A.L.F.S; CALADO, V; BARRETO, D.W; D'ALMEIDA, J.R.M. **Efeitos do tratamento de mercerização em fibras de Curauá**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/cbpol/2005/PDF/125.pdf>>. Acesso em: 24/07/2020.

FERREIRA, H. Ceará se firma como principal produtor de caju no Nordeste. **Globo Rural**. 2017. Disponível em < <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/08/ceara-se-firma-como-principal-produtor-de-caju-no-nordeste.html> > . Acesso em 27 mai. 2018.

GUIMARÃES, E. A. **Efeito da adição de fibras da palma do Licuri (syagrus CORONATA) no comportamento físico e mecânico de compósitos de matriz cimentícia**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande no Norte. 2013. Disponível em:<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12859/1/ElvioAG_TESE.pdf> Acesso em: 11 mai. 2018.

JESUS, M.S; Sousa, T.B; Mori, F.A; Guimarães, B.M.R: Fibras vegetais com potencial para reforço de compósitos poliméricos analisados a partir da microscopia eletrônica de varredura – MEC. **O PAPEL** vol. 76, num. 8, pp. 61 - 63 Aug 2015. Disponível em < <http://revistaopapel.org.br/publicacoes.php?id=2019> >. Acesso em: 24 Jul. 2020.

LOPES, F. F. M. Modificação das propriedades das fibras de curauá por acetilação. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande, PB, v.15, n.3, p.316– 321, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v15n3/v15n3a14.pdf> >. Acesso em: 16 mai. 2018.

PASQUINI, D; D'SOUSA, J.D.G.T; MOTTA, L.A.C; VIEIRA, J.G; PIRES, C: Modificação química superficial de fibras de bucha vegetal visando à compatibilização e aplicação como reforço em matriz cimentícia. **Ambiente Construído**. vol.17 no.2 Porto Alegre Apr./June 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/s1678-86212017000200157> > Acesso em: 24 Jul. 2020.

SANTOS FILHO, W. L. G. Características físicas e químicas do caju (Anacardium Occidentale). **Tecnologia & Ciência Agropecuária**, João Pessoa, v.10, n.5, p.23-28, 2016. Disponível em: < <http://revistatca.pb.gov.br/edicoes/volume-10-2016/v-10-n-5-julho-2016/tca10504.pdf> >. Acesso em: 13 mai. 2018.

CAPÍTULO 3

PRÁTICAS EMERGENTES NA ARTICULAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E DESIGN DE VESTUÁRIO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 18/06/2020

Valdecir Babinski Júnior

Universidade do Estado de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Design de
Vestuário e Moda
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/3236784093903342>

Mariana Moreira Carvalho

Universidade do Estado de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Design de
Vestuário e Moda
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/4716148298606671>

Jussara Dagostim

Universidade do Estado de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Design de
Vestuário e Moda
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/9512150097405752>

Ana Paula Voichinevski da Silva Milanese

Universidade do Estado de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Design de
Vestuário e Moda
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/2350564705244603>

Neide Köhler Schulte

Universidade do Estado de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Design de
Vestuário e Moda
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/2166230362197561>

Lucas da Rosa

Universidade do Estado de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Design de
Vestuário e Moda
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/1943713096006841>

RESUMO: O presente artigo é fruto de pesquisa descritiva, qualitativa e básica/pura. O objetivo está em apresentar e descrever a articulação do Design de Vestuário à sustentabilidade pelo intermédio de quatro práticas emergentes e suas propostas estético-formais: (i) design e trabalho artesanal; (ii) design e ativismo; (iii) design para remanufatura; e (iv) *zero waste design*. No âmbito da primeira prática são apresentados os casos da marca *Recollection Lab* e da designer Carla Fernández. No tangente ao design e ativismo, citam-se os casos *Justa Trama* e *Armário Coletivo*. Em design para remanufatura, aponta-se os casos *Comas* e *Patch Over Patch*. Por fim, a marca *Contextura* e o figurinista *Nick Cave* ilustram a prática do *zero waste design*. Entende-se que as práticas apresentadas nesse artigo promovem novas abordagens para o desafio da aproximação entre Indústria Têxtil e de Confecção e sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Design de Vestuário, Design e Trabalho Artesanal, Design e Ativismo, Design para Remanufatura, *Zero Waste Design*.

EMERGING PRACTICES IN THE ARTICULATION BETWEEN SUSTAINABILITY AND APPAREL DESIGN

ABSTRACT: This article is a descriptive, qualitative and basic/pure research whose objective is to present and describe the articulation of Apparel Design to sustainability through four emerging practices and their aesthetic-formal proposals, which are: (i) design and craft work; (ii) design and activism; (iii) design for remanufacturing; and (iv) zero waste design. As part of the first practice, the cases of the Recollection Lab brand and designer Carla Fernández are presented. With regard to design and activism, the Justa Trama and Armário Coletivo cases are mentioned. In design for remanufacturing, we can see the Comas and Patch Over Patch cases. Finally, the Contextura brand and costume designer Nick Cave illustrate the practice of zero waste design. It is inferred that the practices presented in this article promote new approaches to the challenge of the approximation between the Textile and Apparel Industry and sustainability.

KEYWORDS: Apparel Design, Design and Craft Work, Design and Activism, Design for Remanufacturing, Zero Waste Design.

1 | INTRODUÇÃO

É inegável que a materialidade do mundo ocidental moderno produziu uma pressão sem antecedentes sobre os recursos naturais do planeta. Quando em meados do século XVIII, a Revolução Industrial permitiu à humanidade a produção em escala, não havia projeções para o esgotamento de suas fontes de energia ou de matéria-prima. Breve (2018) afirma que até a metade do século XX a natureza seguiu sendo vista como um bem inexaurível. Ao inventar a primeira máquina de costura, dez anos depois do começo da Revolução Industrial, por volta de 1770, o estadunidense Isaac Singer talvez não vislumbrasse o quão expressiva – ou o quão nociva – se tornaria a Indústria Têxtil e de Confecção para o mundo.

Segundo o relatório *Pulse of The Fashion Industry* (GLOBAL FASHION AGENDA, 2018), ou Pulso da Indústria da Moda, em tradução livre para o português, essa indústria gera, globalmente, cerca de 92 milhões de toneladas de resíduos sólidos. Dados apresentados pelo relatório apontam que, entre 2017 e 2018, 73% das peças confeccionadas foram destinadas para lixões e aterros sanitários; aproximadamente 15% foram enviadas para reciclagem; e 1% da matéria-prima utilizada na manufatura de novas peças foi reciclada (O'CONNOR, 2018). Para a Associação Têxtil e de Vestuário de Portugal (ATP, 2019), as estimativas são de que o setor alcance um crescimento de 81% até 2030, o que pode atingir o montante de 102 milhões de toneladas de peças de vestuário e de calçados em circulação no mundo. Não por acaso, Schulte *et al.* (2014), Müller e Mesquita (2018) e Silva (2018) classificam a Indústria Têxtil e de Confecção como a segunda maior poluidora do planeta, atrás apenas da Indústria do Petróleo.

Observa-se que, mediante os impactos negativos causados ao meio ambiente pela manufatura de peças de vestuário, novas práticas pró-sustentabilidade têm emergido do

campo do Design de Vestuário no intuito de minimizar os prejuízos provocados pela indústria tradicional. Ao se debruçar sobre os estudos de Fletcher e Grose (2011) e Gwilt (2014), Breve (2018) afirma que tais práticas podem ser denominadas de: (i) design com materiais de baixo impacto; (ii) design pelo reuso e remanufatura; (iii) design para o envelhecimento; (iv) design para reciclagem; (v) design pela modularidade; (vi) design pelo uso eficiente de materiais e recursos; e (vii) design colaborativo. O autor ainda cita as estratégias de design de Manzini e Vezzoli (2011) para o ciclo de vida de produtos com foco na sustentabilidade, a saber: (i) escolha de recursos de baixo impacto; (ii) extensão da vida dos materiais; (iii) facilidade de desmontagem; (iv) otimização da vida dos produtos; e (v) minimização de recursos.

Outras práticas emergentes relacionadas ao Design de Vestuário e à sustentabilidade são apresentadas por Martins (2017; 2018), que aponta para o emprego de múltiplas estratégias projetuais com ênfases em: (i) reduzir o número de operações obrigatórias na confecção de vestuário com foco em evitar o desperdício de energia; (ii) desenvolver peças que possibilitem e incentivem o reuso de suas matérias-primas; (iii) fomentar a reciclagem de partes ou de todo material empregado na peça quando em situação de pós-descarte; e (iv) incentivar o resgate de trabalhos e processos artesanais, tal como o crochê e o tricô. A autora também menciona o *zero waste design* (design para mitigação de resíduos) como prática emergente no trabalho de designers autônomos e estudiosos da área, a exemplo do finlandês Timo Rissanen, designer de moda e docente da *Parsons School of Design*, de Nova York (EUA).

Ao mapear projetos experimentais e pesquisas relacionadas com estratégias de design para promoção da sustentabilidade, Gwilt (2014) identificou cinco dimensões em que as práticas supracitadas estão presentes. A primeira dimensão é denominada “Design” e apresenta os seguintes desdobramentos: (i) design pela empatia; (ii) design pelo bem-estar; (iii) design pelo baixo impacto de materiais e processos; e (iv) design com material monofibra. A segunda dimensão, intitulada “Produção”, encontra-se composta por: (i) design para o desperdício zero; (ii) design pela durabilidade; (iii) design pelo uso eficiente de materiais e recursos; e (iv) design pela produção ética e de comércio justo. Na terceira dimensão, de nome “Distribuição”, Gwilt (2014) cita: (i) design pela necessidade; (ii) design pela redução do transporte; (iii) design pela redução/reuso de embalagens; e (iv) design pela participação das comunidades locais.

Gwilt (2014) ainda identifica outras duas dimensões: a quarta dimensão, de título “Uso”, e a quinta dimensão, chamada pela autora de “Fim da vida”. A quarta dimensão apresenta-se dividida em: (i) design pela multifunção; (ii) design pela modularidade; (iii) design pelo cuidado de baixo impacto; (iv) design pela customização; (v) design pelo conserto; e (vi) design pelos sistemas de produto/serviço. Por fim, a quinta dimensão desenrola-se em: (i) design pelo reuso; (ii) design pela desconstrução; (iii) design pela reciclagem/reforma; (iv) design pela remanufatura; e (v) design pelos sistemas de ciclo

fechado.

Em seu relatório sobre os quatro anos (2011-2015) do programa *Mistra Future Fashion*, Earley *et al.* (2016) apontam para práticas similares às citadas por Gwilt (2014). Com o apoio das professoras Clara Vuletich, Kate Goldsworthy, Kay Politowicz e Miriam Ribul e sob a égide da *University of Arts London* (UAL), Earley *et al.* (2016) compilaram cerca de cem estudos de casos de diversas empresas da Indústria Têxtil e de Confecção mundial, desde casos sobre moda *fitness* (vestuário voltado para prática de ginástica) até casos sobre grandes corporações de *fast fashion* (empresas multinacionais cujo vestuário é distribuído de maneira massificada). As autoras classificaram os estudos por meio de dez ferramentas, a saber: (i) design para mitigação de resíduos; (ii) design para circularidade; (iii) design para redução de impactos químicos; (iv) design para reduzir o uso de água e de energia; (v) design para explorar novas tecnologias; (vi) design inspirado na natureza e na história; (vii) design para produção ética; (viii) design para redução da necessidade de consumo; (ix) design para desmaterialização e para o desenvolvimento de sistemas e serviços; e, por fim, (x) design e ativismo.

Earley *et al.* (2016) ressaltam que o programa *Mistra Future Fashion* possuía o propósito de oferecer conhecimentos e soluções que pudessem ser utilizados pela indústria da moda sueca e seus *stakeholders* (partes interessadas, em livre tradução) para ampliar a performance e a competitividade do país diante do cenário mundial. As dez ferramentas identificadas pelas autoras foram agrupadas sob o título de “*Textile Toolbox*” (em português, caixa de ferramentas têxteis). As ferramentas apresentadas pelo relatório de Earley *et al.* (2016) foram validadas por meio de *workshops* (oficinas) e treinamentos com designers autônomos, estudantes de graduação e pós-graduação, alunos do ensino médio e empresas de pequeno, médio e grande porte.

Diante do exposto até aqui, este artigo possui como objetivo apresentar e descrever a articulação do Design de Vestuário à sustentabilidade pelo intermédio de quatro práticas emergentes e suas propostas estético-formais, sendo elas: (i) design e trabalho artesanal; (ii) design e ativismo; (iii) design para remanufatura; e (iv) *zero waste design*. A seguir, é apresentada a justificativa do recorte para o objetivo, bem como os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desta pesquisa.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte apresentado no objetivo geral deste artigo articula-se aos autores descritos na introdução, de modo que as práticas selecionadas representam àquelas investigadas por Breve (2018), Earley *et al.* (2016), Fletcher e Grose (2011), Gwilt (2014) e Martins (2017; 2018). Destaca-se que a seleção de tais práticas também envolveu a configuração do grupo de estudo a que pertencem os autores deste artigo, uma vez que estes são alunos regulares do Programa de Pós-Graduação em Design de Vestuário e Moda (PPGModa), da

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordenado pela professora Doutora Neide Köhler Schulte, o grupo reúne pesquisadores das linhas de pesquisa Design de Moda e Sociedade e Design e Tecnologia do Vestuário que dissertam sobre os temas escolhidos – o que, por sua vez, justifica tal recorte. O Quadro 1, a seguir, denota as relações supracitadas.

Práticas selecionadas	Articulação	Dissertação de mestrado
Design e trabalho artesanal	Gwilt (2014): design pela customização e design pelo conserto	“Modelo conceitual para gestão de design de produtos artesanais” de Ana Paula Voichinevski da Silva Milanese, sob orientação da professora Doutora Neide Köhler Schulte, a ser defendida até junho de 2021
	Martins (2017; 2018): design para o incentivo do resgate de trabalhos e processos artesanais	
Design e ativismo	Earley <i>et al.</i> (2016): design e ativismo	“Armário Coletivo: impulso para disseminação e suporte da iniciativa sustentável” de Jussara Dagostim, sob orientação da professora Doutora Neide Köhler Schulte, a ser defendida até junho de 2021
	Fletcher e Grose (2011): práticas para fins sociais e políticos	
Design para remanufatura	Breve (2018): design pelo reuso e pela remanufatura	“Remanufatura e sustentabilidade: transformação de resíduos têxteis em matéria-prima” de Mariana Moreira Carvalho, sob orientação da professora Doutora Neide Köhler Schulte, a ser defendida até junho de 2021
	Earley <i>et al.</i> (2016): design para circularidade	
	Gwilt (2014): design pelo reuso, design pela remanufatura e design pelos sistemas de ciclo fechado	
Zero Waste Design	Breve (2018): design para minimização de recursos	“Ferramenta projetual para abordagem zero waste (resíduo zero) em Design de Vestuário” de Valdecir Babinski Júnior, sob orientação do professor Doutor Lucas da Rosa, a ser defendida até dezembro de 2020
	Earley <i>et al.</i> (2016): design para mitigação de resíduos	
	Gwilt (2014): design para o desperdício zero	
	Martins (2017; 2018): zero waste design	

Quadro 1: recorte das práticas selecionadas

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir do recorte apresentado no Quadro 1, o artigo foi elaborado de modo a serem evidenciadas as abordagens ao Design de Vestuário mediante o contexto da sustentabilidade. Para cada prática estabelecida foram elencados e descritos exemplos que ilustram os aspectos estético-formais intencionados. Deste modo, na perspectiva de Gil (2008), o presente artigo pode ser classificado enquanto pesquisa descritiva, qualitativa e básica/pura, uma vez que, no tangente aos procedimentos técnicos empregados, a coleta de dados envolveu, tão somente, o levantamento bibliográfico de autores com afinidade aos temas propostos, escolhidos de forma randômica e não-direcional.

Salienta-se que a pesquisa ocorreu de modo narrativo e não-sistemático, tendo a análise de dados sido feita de maneira interpretativa e qualitativa. A argumentação favoreceu modalizadores deônticos para balizar a compreensão facultativa às ideias, assim como, também, foram empregados modalizadores epistêmicos no nível do possivelmente acreditável. A lógica utilizada pauta-se no pensamento indutivo com inclinações ao método dialético.

Assim, a partir dos procedimentos metodológicos, o artigo estrutura-se em seu referencial teórico de modo a apresentar, respectivamente, os tópicos: (i) design e trabalho artesanal; (ii) design e ativismo; (iii) design para remanufatura; e (iv) *zero waste design*.

3 | DESIGN E TRABALHO ARTESANAL

O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), lançado em 2010 e em vigor atualmente, compreende que o artesanato nacional possui *status* de expressão cultural, o que ultrapassa seu significado enquanto produto. O programa determina que a execução do artesanato deve ser prioritariamente manual, salvo exceções em que o próprio artesão fabrica suas ferramentas ou emprega maquinário simples. Para este artigo, no entanto, usar-se-á o termo trabalho artesanal para expressar a confecção de vestuário quando realizada manual e criativamente. É válido ressaltar, no entanto, que as chamadas manualidades não são necessariamente fruto de criatividade ou mesmo de tradição passadas entre gerações, como no caso do artesanato. As manualidades podem ser corroboradas com o trabalho que a Indústria Têxtil e de Confeção tem desenvolvido no intuito de agregar valor e diferencial competitivo a seus produtos, na busca por alternativas pró-sustentabilidade.

O design, por outro lado, trata do projeto de determinado produto. Isto implica pensar no desenho projetual e planejar previamente a execução do produto perante as funções estimadas para seu uso. Mozota (2003) afirma que, além disso, o design exerce um papel substancial no marketing por meio da diferenciação, uma vez que se pretende influenciar a experiência do consumidor com o produto.

Nesse sentido, o trabalho artesanal, ao contar com o suporte do design, pode vir a atingir mercados pouco explorados e de maneira mais sustentável do que outrora, visto que se torna possível buscar características mais condizentes com os desejos dos consumidores. Para Fletcher e Grose (2011) e Gwilt (2014), na atualidade, a articulação entre design e artesanato implica em repensar o meio de produção tradicional, assim como, a escolha de matérias-primas – que podem advir de materiais reciclados, por exemplo – e as estratégias de diferenciação que, por sua vez, podem empregar a customização de peças ou outras tantas técnicas relacionadas.

Alguns designers têm se valido dessas estratégias de diferenciação para o desenvolvimento de suas coleções. Este é o caso de Larissa Moraes, uma designer criciumense que está à frente do *atelier Recollection Lab*. A designer customiza peças de

segunda mão garimpadas por ela mesma em brechós ou em saldos de estoques parados de fábricas de *jeanswear* (segmento voltado ao jeans) da região. Larissa desenvolve projetos exclusivos e contemporâneos em contato pessoal com seus consumidores, o que possui como objetivo o estímulo ao prolongamento da vida útil de suas peças.

Em suas peças, o *atelier Recollection Lab* utiliza, principalmente, aplicações, bordados e pintura manual. Ao analisar o perfil do *atelier* na rede social Instagram, percebe-se que as peças sofrem intervenções das mais diversas, desde mudanças significativas até novas e completas roupagens. É possível perceber, também, que o *Recollection Lab* trabalha junto com a empresa Damyller na remanufatura de peças da marca e por intermédio de pequenas coleções que são vendidas em seu endereço eletrônico.

Outro exemplo pode ser encontrado no trabalho da designer mexicana Carla Fernández que atua junto a comunidades indígenas (DW, 2019, 25m47s). Ao valorizar as heranças culturais dessas comunidades, a designer demonstra uma preocupação constante com a construção de uma moda ética, com valores sustentáveis e propostas estético-formais inovadoras. Segundo Fletcher e Grose (2011) e Gwilt (2014), a designer utiliza tecelagem manual e estamparia com tingimentos naturais para reformular formas e modelagens. As tradições indígenas que inspiram o trabalho de Carla Fernández não são estáticas e, portanto, ao se renovarem continuamente, oferecem possibilidades de transformação e de aporte ao vestuário, o que assegura um trabalho manual e criativo em constante mudança.

4 | DESIGN E ATIVISMO

Dentre as práticas emergentes instituídas para a sustentabilidade, utilizar de um discurso consciente aliado à compreensão de aspectos históricos e à práxis pode ser entendido como um meio ativista de aplicar o Design de Vestuário. O dicionário Aurélio conceitua o ativismo como “doutrina ou prática que preconiza ação política vigorosa e direta” (FERREIRA, 1993, p. 53). Portanto, ser um projeto com cerne político e engajado, relacionado ao vestuário e que prevê a desconstrução dos moldes produtivos e de consumo atuais na Indústria Têxtil e de Confecção foi critério para seleção dos exemplos desta seção.

Conforme sinalizado por Fletcher e Grose (2011), os ativistas defendem e praticam condutas efetivas para fins sociais ou políticos. As autoras apontam que a prática dos designers envolvidos no processo de sustentabilidade deve ser direcionada aos objetivos econômicos, ecológicos e sociais. Os designers de vestuário podem ser inovadores sociais, conforme indica Earley *et al.* (2016), e devem utilizar suas habilidades para atender às necessidades coletivas. Isto pode ocorrer por influência da comunicação que, por sua vez, pode provocar os consumidores a repensar questões ambientais e sociais.

Como primeiro exemplo de Design de Vestuário voltado ao ativismo, levanta-se

o caso Justa Trama, uma cadeia produtiva de algodão agroecológico que conta com um sistema de produção ecológico e sustentável com base na rede da economia solidária. A Justa Trama acredita em relações de produção sem exploração, atua por meio do cooperativismo e efetua o processo completo de produção, do plantio do algodão orgânico ao produto final, que passa pelas mãos de cerca de 600 trabalhadoras e trabalhadores, por etapas distribuídas em cinco estados do Brasil, a saber: Ceará, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os produtos da cooperativa são peças convencionais de vestuário, sem grandes diferenciais em modelagem, de tonalidades naturais – comuns aos fios orgânicos de algodão – e atemporais (JUSTA TRAMA, 2018).

O segundo caso dentre as práticas emergentes entre o Design de Vestuário e o ativismo consiste no projeto Armário Coletivo. O projeto emprega estratégias de reutilização de peças de vestuário de segunda mão, como aquelas advindas de brechôs, e prevê o compartilhamento desses e de outros bens materiais com o auxílio de um móvel urbano. O projeto, idealizado por Carina Zagonel e Albano Bernardes, conta com 14 pontos em Florianópolis (SC) e 1 em Curitiba (PR). O Armário Coletivo preocupa-se em recircular trabalho, energia e matéria-prima empregados nos processos manufatureiros que ainda assumem o modo como as roupas chegam até os corpos (ARMÁRIO COLETIVO, 2019). Nesse caso, as experimentações estético-formais se fazem subjetivas, uma vez que as escolhas do usuário se aliam ao seu senso de uso e de necessidade, sem obrigatoriamente estarem atreladas a uma tendência de consumo ou de design ditada pela Indústria Têxtil e de Confecção.

5 | DESIGN PARA REMANUFATURA

Por si só, o método do *upcycling* (reutilização) já se mostra eficaz quanto à remanufatura de roupas que não teriam outro destino, a não ser o descarte. Essa afirmação se mostra pertinente à medida que se observa o surgimento de muitas marcas de moda especializadas em recriar peças de vestuário a partir de outras já existentes, sejam elas provenientes de estoque obsoleto ou de material excedente (GWILT, 2014).

Tadeu *et al.* (2016) caracterizam o contexto de fornecimento desses bens de vestuário em pós-venda e pós-consumo, nos quais opera a logística reversa como um canal de distribuição para o reaproveitamento de peças de vestuário. Os canais de distribuição reversos de pós-venda apresentam em seu fluxo o retorno de bens materiais à sua origem como, por exemplo, do usuário final ao fabricante, por motivos que vão desde pequenos defeitos que os inutilizam até erros na emissão do pedido do produto. Já os canais de distribuição pós-consumo correspondem ao “retorno ao ciclo de produção/geração de matéria-prima de uma parcela de bens/produtos ou de seus materiais constituintes após o fim de sua vida útil” (TADEU *et al.*, 2016, p. 17).

A marca Comas, de São Paulo (SP), faz parte desse contexto de remanufatura, dentro do cenário brasileiro, que se mostra cada vez mais promissor. Liderada pela estilista Agustina Comas desde 2008, quando surgiu, a marca procura racionalizar o processo de experimentação estética e têxtil por meio do *upcycling*. A sua equipe desenvolve receitas e métodos que possam ser aplicados em peças de vestuário para sua recuperação, desconstrução, reconstrução e transformação, de modo a dar aos produtos descartados novas possibilidades de usos e significados. Sua principal matéria-prima é proveniente de camisas masculinas sem uso que, segundo o conceito de design elaborado pela estilista, dão nova vida às peças (COMAS, 2020).

Outro exemplo, já presente no cenário mundial, vem da Índia. Idealizada pela designer Kavisha Parikh, a marca *Patch Over Patch* cria peças de vestuário a partir de resíduos têxteis gerados pela Indústria Têxtil e de Confecção, e utiliza diversas técnicas de *patchwork* (mistura de trabalhos), que consiste no trabalho com retalhos, o que proporciona a cada peça uma estética única (PATCH OVER PATCH, 2020). A marca propõe novas e criativas possibilidades estético-formais sem, no entanto, afastar-se do que desejam os consumidores atuais. Nesse sentido, faz-se importante destacar que “ao adquirir novos usos, para além do primeiro descarte, os artefatos ganham uma sobrevida às vezes muito maior do que a ‘vida útil’ que lhes fora destinada por seus fabricantes” (CARDOSO, 2012, p. 159).

6 | ZERO WASTE DESIGN

Compreendido como uma abordagem ao processo produtivo com foco na mitigação de resíduos durante as fases de planejamento, desenvolvimento e confecção de produtos, o *zero waste design* possibilita a criação de peças de vestuário sem que sejam geradas sobras ou retalhos (RISSANEN, 2013; FIRMO, 2014; RIZZI, 2018). Isto ocorre por técnicas que empregam desde o encaixe total de moldes, na fase de design e de planejamento da modelagem, até a reinserção de aparras, arretas e fios sobressalentes como adornos ou ornamentos. Segundo apontam Anicet e Rüttschilling (2013), Firmo (2014), Rüttschilling e Anicet (2014), Müller e Mesquista (2018), Rizzi (2018) e Anicet (2019), esse é o caso da marca brasileira Contextura.

Fundada em 2010 pelas professoras Anne Anicet e Evelise Anicet Rüttschilling, a marca porto-alegrense desenvolve trabalhos que alinham arte, moda, design e desenvolvimento sustentável (ANICET, 2019). Segundo Anicet e Rüttschilling (2013), Firmo (2014) e Rizzi (2018), enquanto laboratório de investigação têxtil, a Contextura emprega como principais processos produtivos: a sublimação, a *moulage* (modelagem tridimensional) e as colagens têxteis – realizadas a partir dos resíduos dos processos anteriores.

Na *moulage*, as peças são criadas com o intuito de serem evitados quaisquer

desperdícios. Contudo, quando tal resultado não ocorre, os resíduos são prontamente encaminhados para serem empregados como *inputs* (entradas) na colagem têxtil. Sob esta técnica, “os resíduos tornam-se matérias-primas para tratamentos de superfície e embelezamentos” (ANICET; RÜTHSCHILLING, 2013, p. 29). Além de peças de vestuário com uma proposta estético-formal autoral e atemporal, a marca também gera acessórios, como colares-lenços, e painéis têxteis artísticos – alguns destes já apresentados em museus, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) e em bienais internacionais, como *Art Venice Biennale* e a *Boston Biennial* (MÜLLER; MESQUITA, 2018).

Outras experimentações no emprego de resíduos têxteis na etapa de confecção de vestuário podem ser encontradas nos trabalhos do australiano Nick Cave (RISSANEN, 2013; GARCIA, 2014). Garcia (2014) cita Nick Cave como exemplo de profissional que concentra múltiplas habilidades: além de designer, Cave é escultor, artista performático, músico, roteirista e compositor. Para a autora, o trabalho como designer começou a ser desenvolvido na década de 1990, quando Nick Cave realizava experiências a partir de diferentes tipos de resíduos: galhos de árvores, cabelo humano, sisal, bordados, botões, penas, miçangas e lantejoulas. Os materiais eram cosidos e cerzidos, experimentalmente. À época, as peças do designer possuíam forte influência dos trajes e das máscaras africanas utilizadas em rituais e cerimônias. Atualmente, o trabalho de Nick Cave aborda o uso de retalhos e resíduos têxteis de diferentes ciclos produtivos na composição de figurinos sob medida e de peças únicas, que são carregadas de conceito e de fruição artística, o que promove propostas estético-formais ousadas e disruptivas (RISSANEN, 2013).

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores deste artigo consideram ter obtido êxito quanto ao objetivo proposto – apresentar e descrever a articulação entre o Design de Vestuário e a sustentabilidade pelo intermédio de quatro práticas emergentes e suas propostas estético-formais: sendo elas: (i) design e trabalho artesanal; (ii) design e ativismo; (iii) design para remanufatura; e (iv) *zero waste design*.

Sobre a primeira prática, verificou-se o trabalho da marca brasileira *Recollection Lab* e da designer mexicana Carla Fernández, que ilustram que o processo produtivo, se realizado de modo manual e criativo, pode assegurar propostas estético-formais inovadoras e diferenciadas, se comparadas àquelas advindas da massificação do *fast fashion*.

No tangente ao design e ativismo, segunda prática descrita, faz-se notório perceber que o ativismo interligado ao Design de Vestuário e à moda, enquanto fenômeno social, atinge mais as esferas dos processos produtivos, das escolhas de consumo e da comunicação em relação às características estético-formais. Isso porque ao tratar da problematização das fontes de matéria-prima, do trabalho, da obsolescência programada a partir de tendências, do descarte indevido de têxteis, dentre outros aspectos, o ativismo tem sua essência

muito mais na quebra de paradigmas das práxis do que no desenvolvimento de novos produtos. Todavia, com o intuito de atingir mais partes interessadas para uma discussão e construção, tem-se como necessidade o trabalho de designers atentos ao modelo vigente de construção de produtos de moda, a fim de redesenhar e trazer a contemporaneidade aos arquétipos hodiernos. Exemplificaram o exposto os casos Justa Trama e Armário Coletivo.

Quanto ao design para remanufatura, foi possível denotar que, se empregado o *upcycling* como estratégia para o diferencial competitivo, o Design de Vestuário tende a assumir maior responsabilidade perante o ciclo de vida útil dos produtos de moda. Percebe-se que os sistemas criativos alternativos tendem a trabalhar de maneira associada ao sistema tradicional de produção, de modo que se torne viável ampliar estes processos ao ponto em que volumes maiores de resíduos possam ter um destino adequado. Para ilustrar como se articulam Design de Vestuário e sustentabilidade, foram citados os casos das marcas Comas, que trabalha a partir da transformação de camisas sociais masculinas em novas peças, e *Patch over Patch*, que utiliza a técnica de *patchwork* para criar novas propostas estético-formais cujo foco está em aproximar criatividade e desempenho comercial.

Por último, em relação ao *zero waste design*, foram apresentados os exemplos da marca brasileira Contextura e do figurinista australiano Nick Cave. Diferentemente das práticas emergentes citadas anteriormente, as propostas estético-formais em *zero waste design* podem apresentar determinada fruição artística e autoral, o que as torna disruptivas mediante a tradicional Indústria Têxtil e de Confecção. Ressalta-se que, neste sentido, o *zero waste design* age como uma abordagem voltada à mitigação de resíduos no processo produtivo do vestuário e, portanto, fomenta o emprego de estratégias pró-sustentabilidade.

As quatro práticas emergentes tratadas neste artigo demonstram o potencial de ação da Indústria Têxtil e de Confecção mediante o desafio de aproximar-se da sustentabilidade. Todos os exemplos supracitados servem como ilustração para a adoção de novos projetos, novas técnicas e novas estratégias que aliam a preocupação com o meio ambiente e o desejo inovador de ressignificação do design e da moda.

Por fim, os autores deste artigo agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Design de Vestuário e Moda (PPGModa), à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que tornaram possíveis os encontros do grupo de estudo das linhas de pesquisa Design de Moda e Sociedade – coordenada pela professora Doutora Neide Köhler Schulte e à qual pertencem as dissertações das mestrandas Mariana Moreira Carvalho, Jussara Dagostim e Ana Paula Voichinevski da Silva Milanese – e Design e Tecnologia do Vestuário, coordenada pelo professor Doutor Lucas da Rosa e cujo representante foi o também mestrando Valdecir Babinski Júnior. Faz-se necessário, ainda, agradecer o apoio financeiro prestado para alguns dos autores supracitados por meio do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP/UDESC) da instituição.

REFERÊNCIAS

ANICET, Anne. **Vivências de Moda Sustentável**. Porto Alegre: [s.n.], 2019.

ANICET, Anne; RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet. Contextura: processos produtivos sob abordagem *Zero Waste*. **Modapalavra e-periódico**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p.18-36, jul - dez 2013. Disponível em: <http://200.19.105.203/index.php/modapalavra/article/view/3473-/2488>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARMÁRIO COLETIVO. **Onde estão os armários?** Disponível em: <https://www.armariocoletivo.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ATP – Associação Têxtil e de Vestuário de Portugal (Portugal). **Grandes marcas pouco sustentáveis**. 2019. Jornal T. Disponível em: <https://www.portugaltextil.com/grandes-marcas-pouco-sustentaveis/>. Acesso em: 11 maio 2019.

BREVE, Danilo Gondim. **Zero Waste**: design sustentável aplicado ao ensino de moda. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COMAS. **Comas São Paulo**. Disponível em: <https://comas.com.br/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

DW, Histórias Latinas. **Carla Fernández: moda ética mexicana**. 2019. (25m47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Ubh5EHGMYG>. Acesso em: 29 mar. 2020.

EARLEY, Rebecca *et al.* **The Textile Toolbox: New Design Thinking, Materials & Processes for Sustainable Fashion Textiles**. Londres: University of The Arts London, 2016. *Full Research Report*. Disponível em: <http://www.textiletoolbox.com/media/uploads/report01/mistra-textile-toolbox-project-report-2011-2015.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIRMO, Francis da Silveira. *Zero Waste (Resíduo Zero): uma abordagem sustentável para confecção de vestimentas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 11., 2014, Gramado. **Anais eletrônicos**. Gramado: Editora Edgard Blücher, 2014, p. 1-13. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/11ped/00668.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

FLETCHER, Kate; GROSE, Lynda. **Moda & Sustentabilidade**: design para mudança. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. Tradução de: Janaína Marcoantonio.

GARCIA, Sueli. **Arte e cultura da moda como fundamentos do vestir contemporâneo**. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL FASHION AGENDA (Dinamarca: Copenhagen). **Taking the pulse of The Fashion Industry**. Disponível em: <https://www.globalfashionagenda.com/initiatives/pulse/#>. Acesso em: 17 nov. 2018.

GWILT, Alison. **Moda sustentável: um guia prático**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2014. Tradução de: Márcia Longarço.

JUSTA TRAMA. **Como Fazemos**. Disponível em: <https://www.justatrama.com.br/como-fazemos/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. Tradução de: Astrid de Carvalho.

MARTINS, Cláudia Regina. Sustentabilidade: emergências e novas abordagens em processos produtivos no design de moda. In: COLÓQUIO DE MODA, 13., 2017, Bauru. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/13-Coloquio-de-Moda_2017/GT/gt_6/gt_6_Texteis_2022_Novos_Caminhos.pdf. Acesso em: 14 jan. 2018.

MARTINS, Cláudia Regina. Sustentabilidade nos processos produtivos de design de moda: abordagem *zero waste* em tecnologias tradicionais e novas tecnologias. In: FÓRUM FASHION REVOLUTION, 1., 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Instituto Fashion Revolution Brasil, 2018. p. 50 - 54. Disponível em: https://www.fashionrevolution.org/wp-content/uploads/2019/01/FR_forum_2018.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

MOZOTA, Brigitte Borja. de. **Design Management: using design to build brand value and corporate innovation**. New York: Allworth Press, 2003.

MÜLLER, Madeleine; MESQUITA, Francisco. **Admirável moda sustentável: vestindo um mundo novo**. [S.l.]: Adverte, 2018.

O'CONNOR, Tamison. **As 7 principais prioridades de sustentabilidade para os líderes da moda**. 2018. Texto traduzido e adaptado do original "*Fashion's 7 Priorities To Achieve Sustainability*" do portal *Business of Fashion*. Disponível em: <http://slowdownfashion.com.br/2018/04/12/agenda-sustentavel-de-2018-para-os-ceos-da-industria-da-moda/>. Acesso em: 06 maio 2018.

PATCH OVER PATCH. **Patch Over Patch**. Disponível em: https://www.instagram.com/patchoverpatch_upcycled/?hl=en. Acesso em: 31 jan. 2020.

RISSANEN, Timo. **Zero-Waste Fashion Design: a study at the intersection of cloth, fashion design and pattern cutting**. 2013. 313 f. Tese (Doctorate of Philosophy – Design), University of Technology, Sydney, 2013.

RIZZI, Suelen. **Metodologias de desenvolvimento de produtos de vestuário: abordagem sustentável integrada com a modelagem zero waste**. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado em Design), Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.uniritter.edu.br/imagens/035UNR89/0000F1/0000F129.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet; ANICET, Anne. Estudo para construção de metodologia de design de moda sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 11., [s.l.]. **Anais eletrônicos**. [S.l.]: Editora Edgard Blücher, 2014, p.1044-1055. <http://dx.doi.org/10.5151/designpro-ped-00598>. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/11ped/00598.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SCHULTE, Neide Köhler *et al.* Logística reversa, reutilização e trabalho social na moda. **Modapalavra E-periódico**, Florianópolis, Ano 7, n. 13, p. 85-100, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5119/3317>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SILVA, Fernando Moreira da. Moda inclusiva: cultura, responsabilidade social e polinização cruzada. In: AULER, Daniela; SANCHES, Gabriela (Org.). **Moda inclusiva**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018. Cap. 3. p. 130-143.

TADEU, Hugo Ferreira Braga *et al.* **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

CAPÍTULO 4

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR INFANTIL: O CONSUMO PELOS TWEENS E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 09/06/2020

Mariana Tomaz Silva

Mestre em Administração pela Universidade
Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
Lattes iD: [http://lattes.cnpq.
br/2945734441874477](http://lattes.cnpq.br/2945734441874477)

Rita de Cássia de Faria Pereira

Professora Doutora na Universidade Federal da
Paraíba
João Pessoa - Paraíba
Lattes iD: [http://lattes.cnpq.
br/0210649927174422](http://lattes.cnpq.br/0210649927174422)

Patrícia Lacerda de Carvalho

Doutoranda em Administração pela
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba
Lattes iD: [http://lattes.cnpq.
br/7723495864846018](http://lattes.cnpq.br/7723495864846018)

RESUMO: As crianças estão cada vez mais inseridas em relações de consumo, nesse contexto, os *Tweens* despontam como um público cobiçado pelo mercado. Essas crianças podem ser vulneráveis ao consumo por estarem em uma fase liminar entre infância e adolescência e por tanto podem supervalorizar o status proporcionado pelo consumo. Ao ouvir a própria voz das crianças, este estudo teve por objetivo analisar como as relações sociais influenciam o consumo de bens e marcas desses *Tweens*.

Identificou-se como o contexto do consumo e as relações interpessoais influenciam o consumo de bens dos *Tweens*; como as relações com os pares são afetadas pelos aspectos simbólicos e funcionais relacionados à apropriação de bens e marcas; e, como eles lidam com o “não ter” perante os grupos e em sua individualidade. O estudo se configura como qualitativo e exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com as crianças. A coleta se deu em duas etapas, a primeira consistiu na técnica projetiva de e-colagem, na qual foram produzidos painéis de imagens digitais, que serviu como guia para a segunda etapa, que foi a entrevista semiestruturada. Os dados foram avaliados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que os bens materiais podem facilitar a interação das crianças nos grupos ao mesmo tempo em que a cobrança em ter os bens “corretos” pode gerar constrangimentos entre eles afetando sua autoestima, o autoconceito e o status de cada um nos grupos.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento do Consumidor Infantil, *Tweens*, Bens Materiais.

CHILDREN’S CONSUMER BEHAVIOR: TWEEN’S CONSUMPTION AND THEIR SOCIAL RELATIONSHIPS

ABSTRACT: Children are increasingly inserted in consumer relationships and in this context *Tweens* are emerging as a public coveted by the market. These children may be vulnerable to consumption because they are in a preliminary phase between childhood and adolescence and therefore they can overestimate the status

provided by consumption. Listening to the children's own voice, this study aimed to analyze how social relationships influence the consumption of goods and brands by Tweens. It was identified how the context of consumption and interpersonal relationships influence the consumption of goods by Tweens; how relationships with peers are affected by symbolic and functional aspects related to the possession of goods and brands; and, how they deal with "not having" within groups and in their individuality. The study is configured as qualitative and exploratory. Data were collected through interviews with children. The collection took place in two stages, the first consisting of the projective technique of e-collage, in which digital image panels were produced, which served as a guide for the second stage, which was the semi-structured interview. The data were evaluated using the content analysis technique. The results indicated that material goods can facilitate the interaction of children in the groups at the same time that the charge for having the "correct" goods can generate embarrassment between them affecting their self-esteem, self-concept and the status of each one in the groups.

KEYWORDS: Children's Consumer behavior, Tweens, Material Goods.

1 | INTRODUÇÃO

No mundo moderno as crianças influenciam a compra de todo tipo de produto. Desse modo, a questão que envolve a criança na cultura de consumo pode ser vista sob três perspectivas: enquanto mercado consumidor, enquanto mercado influenciador e enquanto mercado futuro (JOHN, 1999). Os apelos ao consumo infantil estão presentes em todos os lugares, havendo um bombardeio de informações referentes a produtos e serviços destinados às crianças. E emerge a preocupação sobre como as crianças são influenciadas ao consumo (LINN, 2006; SCHOR, 2009).

O consumo infantil tem ganhado destaque há alguns anos na mídia. No Brasil, o tema tem estado em evidência desde que organizações como o Instituto Alana, têm promovido debates e ações que visam denunciar práticas abusivas do mercado que atinjam a vulnerabilidade da criança. O debate ganhou força em abril de 2014 quando houve a publicação da Resolução 163 do Conanda¹ que considera abusiva toda publicidade dirigida às crianças que tenha o intuito de persuadi-las ao consumo.

As crianças aprendem competência no consumo por intermédio de seus pais, redes sociais e contextos institucionais. São três fontes de aprendizagem e influências e essa diversidade pode levar tanto a uma maior pluralidade de consumo quanto a um aumento da confusão e ansiedade sobre como é exatamente a forma adequada de consumir em diferentes contextos culturais (MARTENS; SOUTHERTON; SCOTT, 2004).

Os estudos de consumo bens e marcas por crianças de 7 a 12 anos, os *Tweens*, têm apontado para problemas inerentes, suas motivações e suas consequências, arraigadas aos grupos de pares e as formas como as crianças usam os bens para facilitar sua socialização

1. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) foi criado pela Lei Nº 8.242, de 12 de Outubro 1991. Integra a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

(ROPER; SHAH, 2007; ROPER; NIECE, 2009). Por ser uma fase liminar os indivíduos podem vir a ser vulneráveis e enfrentar dificuldades em suas relações de consumo.

Considerando que o consumo infantil pode ter implicações positivas e negativas, o estudo buscou analisar como as relações sociais com os pares influenciam o consumo de bens pelos *Tweens*.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Na literatura, existe uma compreensão de que alguns grupos de consumidores podem ser considerados vulneráveis. Andreasen e Manning (1990) classificam como vulneráveis: crianças, idosos, incultos, pobres, deficientes psicológicos e minorias étnicas, raciais ou com problemas de idioma. Cardona (2004), de forma semelhante, aponta que grupos vulneráveis como grupos de idosos, crianças, mulheres, pobres e iletrados, por exemplo, são mais suscetíveis a sofrerem situações de vulnerabilidade.

Baker, Gentry e Rittenburg (2005) entendem que a vulnerabilidade do consumidor é multidimensional, em que tanto fatores internos quanto externos podem contribuir para a vulnerabilidade no consumo. Nesse sentido, desenvolveram um modelo conceitual onde detalham os fatores envolvidos. O modelo identifica que as **características individuais**, **estados individuais** e **condições externas** contribuem para a experiência do consumidor.

Os fatores internos têm a ver com: **características individuais** que se refere às características biofísicas (idade, sexo, raça/etnia, etc.) e psicossociais; e com uma variedade de **estados individuais** como dor, estado de luto, mobilidade, humor, transições da vida, motivação e objetivos, dentre outros (BAKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005).

Por fim, uma ampla gama de **condições externas**, sob as quais o consumidor não tem controle, incluindo a discriminação, a repressão e estigmatização, a distribuição de recursos, dentre outras. No **contexto do consumo**, os fatores que contribuem para a vulnerabilidade são controlados pelo mercado e pela publicidade (BAKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005). Todas essas características podem contribuir para como o contexto de consumo é experimentado.

De acordo com John (1999), os indivíduos aprendem a consumir desde a infância e as suas interações e socialização desempenham papel importante nessa aprendizagem. Daí emerge a importância de compreender o ambiente social da criança. O consumo é algo perigoso para as crianças., no entanto, o consumo de forma positiva ou negativa é um caminho inevitável para que os indivíduos sejam participantes do mundo (COOK, 2008; 2013).

De acordo com Bauman (2013), a cultura no mundo moderno foi subjugada à lógica da moda, então o mercado e o consumo passaram a se mover por ciclos de moda. Os grupos de pares e a cultura têm um importante papel na determinação do que estará na moda e que será considerado como legal, no sentido de interessante e bem aceito, dentre

os seus integrantes. Os grupos filtram e determinar o que de fato será moda ou tendência de acordo com a realidade da subcultura do grupo (DITTMAR, 2008).

Na década de 1990 emergiu o interesse pelos *Tweens* (crianças de 7 a 12 anos), que são importante grupo de consumidores na sociedade moderna devido ao seu poder de compra e seu amor pelas marcas (ROPER; SHAH, 2007). A fase *Tween* pode ser considerada um período tenso entre a infância e a adolescência, em que as lutas de poder e as crises de identidade são comuns e as crianças começam a entender o valor de bens com base em significado social (JOHN, 1999; KELLER; KALMUS, 2009).

O grau de autonomia das crianças aumentou, em especial na década de 1990 (COOK 2007; SCHOR, 2009), quando passaram a ter maior participação nas atividades comerciais da família, devido as novas configurações familiares (McNEAL, 2000). Por tanto, as crianças despontaram como um alvo cobiçado pelo mercado (COOK, 2007; McNEAL, 2000).

O tema do consumismo infantil tem emergido como uma situação preocupante para autores como Linn (2006) e Schor (2009), pois afeta tanto as crianças, fazendo delas estressadas e ansiosas, como seus pais que estão intimamente ligados ao seu consumo (PUGH, 2004).

O consumo infantil está intimamente ligado às fases de desenvolvimento e suas necessidades psicológicas. De acordo com McNeal (2000) a seis necessidades mais importante por faixa etária de acordo com seu grau de importância encontra-se no Quadro 1.

Seis necessidades psicológicas mais importantes para as crianças			
IDADE	0-4	4-8	8-12 (Tweens)
NECESSIDADES	Senciência	Brincar	Afiliação
	Brincar	Senciência	Brincar
	Assistência	Afiliação	Realização
	Mudança	Realização	Autonomia
	Afiliação	Mudança	Senciência
	Exposição	Exposição	Exposição

Quadro 1 – Necessidades psicológicas das crianças

Fonte: McNeal (2000, p. 28-29).

Os *Tweens* têm como necessidade mais importante a *afiliação*, que é a necessidade de se relacionar de forma cooperativa com a família e os colegas, o que significa que estar com os grupos de amigos representa a necessidade mais urgente da criança. Em segundo

lugar *brincar*, que quer dizer que a criança está interessada estritamente em brincar, se divertir e de entreter, e de *realização* que indica a necessidade da criança em realizar atividades difíceis e desafiadoras, como aquelas atividades que fazem parte do universo adulto.

Em seguida, tem-se a necessidade de *autonomia*, com o desejo atuar de forma independente. Depois buscam usufruir da *senciência*, que são impressões sensoriais e por último têm a necessidade de *exposição*, ou seja, causar boa impressão aos outros.

Na infância, assim como na fase adulta, os bens têm funções e características **simbólico-expressiva** e **funcional-instrumental** e por meio deles existe a possibilidade de moldar as pessoas ao contexto cultural onde vivem (LUNDBY,2012). Os *Tweens* são cientes dos símbolos e status associados a diferentes formas de consumo, e podem usar intencionalmente as posses “apropriadas” (ROPER; NIECE 2009).

Lundby (2012) percebeu que as posses estruturam a interação entre os *Tweens* e segue o mesmo sentido que para os adultos, de desempenhar funções psicológicas. E encontrou quatro formas específicas pelas quais as crianças usam os bens para a socialização entre os pares. Essa socialização é facilitada por meio dos bens quando promovem o **brincar**, facilitam a **comunicação**, a percepção da **similaridade/semelhança**, e possibilitam a expressão da **generosidade**, contribuindo assim para atrair novos amigos.

As marcas também têm valor tanto funcional quanto simbólico, e esses valores são representativos tanto para adultos quanto para crianças (JOHN, 2002; CHAPLIN; JOHN, 2005). Podem ser um dos meios pelos quais um indivíduo busca para se integrar em novos grupos (LIPOVETSKY, 2007) e essa relação não é exclusiva dos adultos, as crianças têm a mesma consciência (MARTENSEN, 2007). Para elas é comum que percebam como definidor de identidade e pertencimento (ROPER; SHAH, 2007; ROPER; NIECE, 2009).

Os *Tweens* mais velhos de 10 a 12 anos desejam as marcas por motivos simbólicos, enquanto os mais novos, entre 7 e 9 anos desejam as marcas por questões mais funcionais (ROPER; SHAH, 2007). Dessa forma, entendem que usar marcas é uma necessidade e não um acessório e a necessidade é tão forte que podem considerar de maneira negativa aqueles que não possuem “as marcas” e são vistos por aqueles que as possuem como pessoas “pobres” e por isso pessoas “sem qualidade” (ROPER; SHAH, 2007).

Ainda em seus aspectos negativos Pugh (2004) percebeu que as crianças podem desenvolver condutas socialmente reprováveis quando não possuem determinados produtos como depredar o bem do próximo ou até furtar. É possível então dizer que o comportamento de consumo das crianças é um fator fortemente influenciado pelos grupos de pares (LUNDBY, 2012).

3 I METODOLOGIA

Na busca por conhecer como ocorre a associação entre o consumo de bens por *Tweens* e as suas relações sociais na infância esta pesquisa caracteriza-se como exploratória com abordagem qualitativa. O instrumento para coleta dos dados foi um roteiro semiestruturado elaborado com questões projetivas a partir de duas dimensões (Quadro 2). A dimensão *Influências contextuais* visaram identificar as percepções das crianças sobre os fatores que influenciam o seu consumo, sejam esses as influências do mercado ou as relações interpessoais. Na dimensão *papel dos grupos* o objetivo analisar como as relações sociais influenciam o consumo de bens e marcas dos *Tweens*.

A outra técnica projetiva utilizada foi a de construção de e-colagens pelos entrevistados, sugerida por Cohn (2012), com o intuito de identificar os produtos que são tendência no universo infantil e como estímulo visual usado durante as entrevistas das crianças. O uso do computador se deu conforme os estudos de Cody e Lawlor (2011) e Cody (2012).

Dimensões	Categorias	Subcategorias	Autores
INFLUÊNCIAS CONTEXTUAIS	Consumo	Influência do Mercado	Bauman (2013), Schor (2009)
	Relações Interpessoais	Influência dos pares	John (1999), Martens, Southerton, Scott (2004) e Roper e Niece (2009)
PAPEL DOS GRUPOS NO CONSUMO	Identidade	Importância dos bens para a manutenção do autoconceito.	Baker et al. (2005), Chaplin e Jonh (2005), Dittmar (2008).
	Socialização e interação entre os pares por meio dos bens	Simbólico-expressivo: similaridade e generosidade	John (1999), Martens et al. (2004), Roper e Shah (2007), Roper e Niece (2009) e Lundby (2012).
		Funcional-Instrumental: brincar e comunicação	Bauman (2013), Dittmar (2008) e Lundby (2012)
	Importância das Marcas	Relevância das marcas	McNeal (2000), Chaplin e John (2005), Lipovetsky, (2007), Martensen (2007) e Schor (2009).
	O Não ter	Como lidam com o não ter nos grupos	Pugh, (2004), Roper e Shah (2007), Roper e Niece (2009)

Quadro 2 - Quadro conceitual da pesquisa base do roteiro de entrevista

Fonte: elaboração própria.

De modo a compreender como o **consumo infantil** de bens é influenciado pelo contexto e pelos grupos, foi importante ouvir os próprios *Tweens*. As crianças foram selecionadas por conveniência, através de indicações dentro do ciclo de relacionamentos das pesquisadoras, residentes nas cidades de Campina Grande e João Pessoa na Paraíba (Quadro 3).

Criança	Idade (anos)	Tipo de escola	Série (ano)	Duração da entrevista	Cidade
Menina_01:11	11	Particular	6º	00:55:41	JP
Menina_02:8	8	Particular	3º	00:56:00	JP
Menina_03:11	11	Particular	6º	01:12:27	JP
Menina_04:7	7	Particular	1º	00:49:00	CG
Menino_05:8	8	Particular	4º	01:03:00	CG
Menino_06:10	10	Particular	4º	00:48:08	CG
Menino_07:9	9	Particular	3º	00:37:22	CG
Menino_08:9	9	Particular	4º	01:04:00	JP
Menino_09:9	9	Particular	3º	01:03:00	JP
Menino_10:10	10	Particular	6º	01:17:00	CG
Menina_11:12	12	Pública	7º	00:50:52	JP
Menina_12:8	8	Particular	3º	01:28:00	CG
Menina_13:10	10	Particular	4º	01:41:00	CG
Menino_14:11	11	Particular	6º	00:58:20	CG
Menina_15:11	11	Pública	6º	00:50:18	CG
Menina_16:11	11	Pública	6º	01:00:00	CG
Menina_17:11	11	Pública	6º	00:44:00	CG

Quadro 3 – Perfil das crianças entrevistadas

Fonte: elaboração própria.

As crianças foram nomeadas de acordo com o sexo, a ordem em que as entrevistas aconteceram e a respectiva idade (Sexo_ordem:idade). Foram entrevistadas dezessete crianças, sendo dez meninas e sete meninos, estudantes do 1º ao 7º ano do ensino fundamental.

A coleta de dados deu-se por meio de roteiro de entrevistas, de outubro/2014 a janeiro/2015 e foram gravadas. Aconteceram mediante a leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelo responsável. Foi utilizado um notebook para que as crianças construíssem suas e-colagens. Por fim, diante das informações coletadas, foram analisadas por meio da análise de conteúdo. Após transcrição e leitura do material coletado, utilizou-se o *software* Atlas TI® versão 6.2 como ferramenta auxiliar para separação dos conteúdos de acordo com as categorias do Quadro 3 (acima).

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os bens possibilitam que os *Tweens* se agreguem e se sintam em unidade devido às semelhanças, facilitam a expressão de características de gênero e a consequente aproximação (LUNDBY, 2012). Os *Tweens* podem se aproximar uns dos outros de acordo com a semelhança dos bens que usam ou de outros fatores compartilhados como, por

exemplo, a religião, a participação na mesma atividade física no colégio, a preferência pela mesma novela, o mesmo gosto musical, comportamentos em sala de aula e etc.

Mais ou menos, é assim, **a gente meio que escolhe o grupo porque acha mais legal e tem as mesmas coisas**, né. As mesmas coisas não tô falando *lphone*, tô falando assim, **mesmo estilo, gosta das mesmas coisas, assim**, sabe o que é amostrar, fala quem é amostrada. É, assim, tem o mesmo estilo. **De roupa não, assim, de mente mesmo.** (Menina_01:11)

As semelhanças das posses podem definir o que o grupo espera que os seus participantes tenham, mas não é necessariamente um determinante da aproximação. Existe a afinidade nos estudos, nos valores pessoais, no estilo de vida das famílias e suas condições financeiras, que influenciaram a forma como as crianças se comportam e conseqüentemente o grupo que participarão.

Por meio dos bens pode haver uma facilitação no entrosamento entre as crianças assim como com os adultos, devido a refletirem características pessoais de cada um, ou seja, por meio dos bens materiais há a possibilidade de que elas externem aquilo que são (DITTMAR, 2008; LUNDBY, 2012) embora possam não ter consciência disso. Entre os entrevistados há algumas crianças que percebem a separação dos grupos como um problema:

Não (balança a cabeça negativamente com cara de reprovação por não ser todo mundo unido), **tem essa história de grupos sim.** (Menina_13:10)

A Menina_13:10 deixou claro a sua insatisfação com essa 'história' de existirem crianças separadas por grupos, porque ele vive em constante esforço e conflito para participar deles. Tem-se indícios do quanto é difícil para eles se inserirem em grupos e pode-se inferir que o consumo pode facilitar o processo.

A aproximação acontece seja porque as crianças já possuíam produtos semelhantes ou porque foram influenciadas durante a amizade a consumir os mesmos bens, de forma mais simples para ficarem semelhantes aos amigos, ou até para não se sentirem inferiores.

É aquele sapato que tá na moda que fechado na frente e aberto atrás (se referindo aos calçados da marca *Crocs*). **Todo mundo... a minha sala todinha já tá cheia de sapato** desse. (Menina_16:11)

Elas podem usar os bens para serem semelhantes às amigas e reforçarem o **sentimento de pertencimento** ou escolherem consumir para participarem da moda do grupo. A Menina_16:11 comentou planejar sua próxima compra que seria um determinado sapato que as demais crianças estavam usando naquele período.

Na época da pesquisa havia a moda do uso de pulseiras artesanais de elásticos coloridos, presente em todas as escolas das crianças entrevistadas, se configurando como um fenômeno difundido entre classes alta, baixa e para ambos os gêneros. Todos ficaram semelhantes por causa do uso ou confecção das pulseiras, fossem meninos ou meninas.

Quando questionado sobre a moda das pulseiras o Menino_14:11 fez crítica a moda, mas provavelmente para não ‘ficar de fora’ e não correr o risco de ser diferente de uma forma negativa, disse que aderiu, pois segundo ele além das meninas, seus amigos também faziam as pulseiras. Ele disse: **“eu vi que era interessante. No colégio tem esse negócio que infecta um, infecta outro”** (Menino_14:11). Fica claro em seu discurso que mesmo quando visto a princípio como algo negativo eles aderem a moda do grupo.

O Menino_10:10 contou que ao chegar um colega novo no colégio este não possuía os jogos dos demais e por isso não conseguia interagir, mas a partir do momento que adquiriu o jogo ficou mais próximo dos demais garotos.

Ele não tinha, aí não jogava, aí resolveu baixar, agora todo santo dia que ele vai pra escola ele fala (sobre o jogo). (Menino_10:10)

Tem um amigo meu no meu colégio que a mesma coisa que aconteceu comigo aconteceu com ele também, que ele não ligava pra futebol, aí começou a gostar. Ele gosta muito de música. Aí ele **agora tem um fone e ele também gosta de celular** essas coisas (Menino_06:10).

O Menino_06:10 explicou que ele e outros amigos compartilham além das atividades e gostos em comum os mesmos objetos e essas similaridades fazem com que eles se identifiquem uns com os outros e se influenciem mutuamente em suas compras.

Na e-colagem o Menino_10:10 (Figura 1) escolheu dois jogos virtuais, o aparelho de videogame, e outros objetos como uma coleção de livros e gibis que foram moda no colégio durante aquele ano letivo porque um dos colegas disseminou a cultura da leitura entre os demais. Martensen (2007) aponta que os grupos adaptam suas preferências as preferências dos formadores de opinião e provavelmente foi este o caso.



Figura 1 - Colagem do Menino_10:10

Fonte: painel coletado na entrevista.

Na busca por fazer parte dos grupos despontam alguns problemas quando alguma criança não atende às expectativas destes. Essa vulnerabilidade se caracteriza pela influência de fatores internos: por estados individuais **psicossociais** onde a

motivação é manter um status social (conferido pelo ter algo) para participar dos grupos; concomitantemente com condições externas de **repressão, discriminação e pressão dos pares** (BAKER; GENTRY; RITTENBURG, 2005). O que leva as crianças ao desejo de consumirem a qualquer custo e estarem em situação de vulnerabilidade. Como dito por DITTMAR (2008) e LUNDBY (2012) quando as crianças querem fazer parte do grupo, subsidiada pela posse de bens materiais de forma excessiva, pode haver consequências negativas para o bem-estar individual.

Ainda sobre os aspectos negativos levantados, foi perceptível nas entrevistas a competição entre os pares confirmando as indicações de Belk (1988), John (1999) Keller e Kalmus (2009) que dizem que na infância a relação com os bens permeia um campo de rivalidade e posse. E de acordo com Belk (1988) as crianças ainda podem vir a expressar seus sentimentos de competição por meio deles.

Os bens são associados a noção dos símbolos e status e os *Tweens* podem usar intencionalmente as posses “apropriadas” para alcançar popularidade (ROPER; NIECE 2009) e para se destacar na multidão e também mostrarem sua individualidade (DITTMAR, 2008).

O que aconteceria se algum de seus colegas chegasse com um Iphone?
(entrevistadora)

Aí ele ia se enturmar fácil porque **o Iphone** ele ia ter muitas qualidades, **ele ia chamar muita atenção**. Tem um menino na minha sala que ele chegou e tinha um Iphone aí **ele vendeu e comprou outro porque o pessoal tava em cima direto só pedindo querendo jogar direto** aí já tinha tomado o celular dele **porque o pessoal era pegando** direto pra jogar aí ele vendeu e comprou um da Samsung (Menino_06:10)

Porém, as crianças se preocupam em fazer suas escolhas não apenas para serem iguais ou parecidas com as amigas, embora essas possam lhes inspirar, como esclarece a fala a seguir:

Não, **eu sempre compro coisas que são minha cara**. (Menina_11:12)

As crianças também sentem a necessidade de terem sua própria identidade mesmo que em alguma medida diferente do grupo. Observou-se que às vezes não querem ser vistas como imitadoras umas das outras e precisam demonstrar que têm sua própria identidade. Essa demonstração da identidade pode ser externada pelas coisas que usam, confirmando a abordagem de Belk (1988) e Dittmar (2008) sobre a importância dos objetos como expressão de parte da identidade pessoal.

Mais do que possibilitarem a comunicação presencial, a distância e a realização de pesquisas escolares os *smartphones*, *tablets* e computadores contribuem para que as crianças possam brincar juntas, sendo mais uma facilidade subjetiva proporcionada pelos aparelhos, além das facilidades funcionais. A Menina_02:8 e Menina_15:1, estudantes de

escolas privadas, insistem que precisam de um *smartphone*, mas não conseguem ganhar, no caso da primeira porque a mãe acredita não ser algo necessário.

As Crianças 11, 16 e 17, estudantes de escola pública, também não têm o aparelho com tecnologia que dê suporte às redes sociais online usadas pelos amigos como *facebook* e *whatsapp*. Elas expressaram que sentem necessidade de tê-los para não se sentirem “fora do grupo”, para suprir a necessidade de *comunicação* e poderem participar dos momentos *online*. Para contornar a questão elas costumam pagar para usar computadores.

Para os *Tweens* mais novos (7-9) ter um *smartphone* é um símbolo de independência e, portanto, um marcador de que são parecidos com os adultos, conforme apontado por McNeal (2000) esse desejo faz parte das necessidades dos *Tweens*. Para os mais velhos essa necessidade é presente, destaca-se a preferência pelo recorrentemente citado *Iphone* da *Apple*. Enquanto os estudantes de escolas públicas não se demonstraram exigentes quanto a marca, mas sim pelo desempenho das funções de um *smartphone*.

A partir dos dez anos os *Tweens* desejam as marcas por motivos simbólicos, enquanto os mais novos desejam por questões mais funcionais (ROPER; SHAH, 2007). Pode-se confirmar quando as entrevistadas de sete e oito anos não demonstraram relação de admiração com marca, mas com as funções dos objetos. Quando a Menina_04:7 explicava sobre seus bens falando os nomes de suas marcas ela sempre realçava as qualidades de conforto ou diversão que esses objetos poderiam lhe proporcionar.

Foi relatado pela Menina_03:11 que uma colega comprou uma bolsa cara da marca *Kipling* (primeiro item da sua colagem – figura 2) e que sabia da importância da marca para o grupo.



Figura 2- Colagem da Menina_03:11

Fonte: painel coletado na entrevista.

Ela quis compartilhar sua aquisição para poder aumentar a sua popularidade e gerou uma situação de conflito. Surgiu uma aparente competição entre as colegas que a acusaram de usar uma peça falsa como que se aquilo fosse diminuí-la.

Percebeu-se, pelo discurso das crianças sobre seus desejos e dos seus amigos, que o *Iphone* é o ícone máximo de status para um *Tween*. Eles colocaram em seus painéis ou citaram durante as entrevistas a importância e o seu forte desejo pelo aparelho. Uma das crianças utilizou o exemplo do aparelho para demonstrar que se uma pessoa não tem um *Iphone* e não consegue ocupar uma posição de destaque perante o grupo ela pode vir a tentar essa posição de outras formas:

Uma menina, ela... acho que ela não tem... assim, o pai dela não compra **celular bom** pra ela se amostrar...Porque acho que **ela pensa que não tem um Iphone então “vou me amostrar”** [expressão usada para designar o interesse de destaque perante aos demais]. (Menina_01:11)

Pelo discurso do Menino_14:11 foi possível perceber que, embora ele negasse o valor das marcas, a relevância dos produtos mais caros e objetos de desejo não está apenas na questão funcional. Há também o julgamento que podem vir a fazer sobre os colegas e a influência disso para se tornarem mais ou menos valorizados e populares.

Ainda sobre as marcas, Martensen (2007) e Roper e Niece (2009) apontam que os *Tweens* podem usar as marcas para se definirem e criarem a sua identidade. A Menina_13:10 expressou em seu discurso que para ela não existe uma preocupação com a exibição das marcas. O que pode refletir a realidade pessoal dela em relação a essa questão, ou ainda a realidade do seu grupo de pares, que difere da dos autores:

Não, a marca não disse nada, ninguém fica “fulano que marca é essa?” ninguém fica assim. O que a pessoa usa às vezes fica o que ela é. Por exemplo, se eu uso caveira [...] eu tenho título de radical, eu gosto mais dessas coisas de filme de terror. [...] Ou fulaninha gosta mais de flores ou de coisa, então ela é mais quietinha, delicadazinha, educada. Entendeu? **Mas assim as pessoa não ligam pela marca**, mas tem gente que gosta de estar mais formal adequada para ocasião e tem gente que vai do jeito que quer e pronto. (Menina_13:10)

Relativo à importância dos bens foi levantado que para o entrosamento das crianças e inclusão tem-se no compartilhamento uma boa alternativa. Como apontado pelos autores de uma maneira mais profunda, a expressão da **generosidade** apontada por Lundby (2012) surge nos grupos:

A gente pede a eles, “deixa eu brincar”. Quando eles tão brincando de outra coisa eu peço a meu amigo, “**deixa eu brincar um pouquinho**”, aí eles deixam. (Menino_07:9)

Percebeu-se que a generosidade pode amenizar ou resolver qualquer possível problema que pudesse haver quando alguma criança não pode ter “aquele” brinquedo para interagir com os colegas. E como relatado pelas crianças, a generosidade dos outros pode contribuir para que não se sintam mal no caso de não poderem possuir o que os amigos tem, o que confirma as afirmações de Lundby (2012).

A partilha é um exercício de troca e generosidade. A Menina_16:11 deixou claro que só compartilha algo com alguém se esse alguém tem hábito de compartilhar com ela. Foi possível perceber que o hábito de compartilhar os lanches no colégio é comum tanto em escolas públicas quanto particulares e são momentos de socialização permeados por bens materiais, sejam eles brinquedos ou até os alimentos.

Por outro lado, para algumas crianças não existem problemas associados ao fato de elas não possuírem algo que os demais possuam. A Menina_01:11, estudante de uma escola particular de destaque social em sua cidade, contou que algumas pessoas da sua sala julgavam como relevante a situação socioeconômica dos demais colegas, e essa característica é um aspecto comum aos integrantes de determinados grupos. O seu discurso evidencia o problema que algumas crianças podem ter com o fato de outras serem pobres, e esse status pode vir a ser um filtro importante para a socialização. De acordo com a garota, secundariamente se a criança for considerada como alguém “legal” (com facilidade de interação), tiver outros atrativos que não os aspectos materiais, sua inclusão será considerada pelos que se julgam superiores por não serem “pobres”.

Aí depende, são divididos tipo em grupo, aí tem menina que fala: **Ah, ela é pobre!** Essas coisas assim. **Aí não é amiga.** [...] **Mas assim, depende né, se for legal.** (Menina_01:11)

A fala a cima se assemelha ao que Roper e Shah (2007) encontraram em seu estudo sobre as crianças julgarem aquelas que não possuem as marcas corretas como pessoas “pobres” e por isso pessoas “sem qualidade”, como reflexo de uma visão na qual as pessoas são qualificadas como coisas, que podem ter mais ou menos qualidade de acordo com o que possuem. Algumas crianças quando questionadas sobre como se sentem aquelas que não possuem o que os outros têm, trouxeram relatos de que essas irão se sentir tristes, enciumadas, excluídas e com inveja.

Para além do fato de se rotularem de forma pejorativa como “pobres”, as crianças de escolas públicas apresentaram uma percepção corroborando com os apontamentos de Pugh (2004) de que elas podem desenvolver condutas socialmente reprováveis, como maltratar os pares. Esses comportamentos podem ser manifestos em agressões verbais e sentimentos de inferioridade. O relato a seguir confirma essa percepção:

Aí os outros **ficam com ciúme dele**, teve até um dia que **jogaram o tablet dele no chão.** (Menina_16:11)

Foi possível perceber nas crianças o sentimento de inferioridade quando entendem que por não terem algo que os amigos tenham ou quando têm algum bem inferior, elas serão discriminadas pelas outras. E como relatado por Pugh (2004) pode haver a depredação dos bens dos outros e a prática de ataque moral. No ataque moral, por exemplo, as crianças que possuem menos são rotuladas de pessoas pobres e sem qualidade segundo Roper e Shah (2007).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar como as relações sociais influenciam o consumo de bens e marcas dos *Tweens*. Uma vez que as crianças dessa faixa etária se encontram em vulnerabilidade perante o consumo. Observou-se que os *Tweens* podem se aproximar uns dos outros de acordo com a similaridade dos bens que usam ou de outros fatores compartilhados, os bens possibilitam que se agreguem em grupos e se sintam em unidade devido às semelhanças.

Eles entendem que a *similaridade* pode facilitar a aproximação daqueles que compartilham gostos e produtos parecidos, seja porque já os tinham ou porque foram influenciados durante a amizade. Eles consomem para ficarem semelhantes aos amigos, ou até para não se sentirem inferiores. Os *Tweens* têm a percepção de que o status social pode aumentar de acordo com o uso das marcas e fazem uso delas para aumentar a sua popularidade a medida que reconhecem que o uso das marcas corretas pode fazer com que eles se destaquem perante os demais.

A necessidade de aceitação pelos grupos de pares é um fator de motivação individual das crianças para o consumo que somada às condições externas da pressão dos pares, repressão e demais formas de influência negativa agravam a situação de vulnerabilidade da criança perante o consumo.

Identificou-se que assim como a similaridade, a generosidade expressada pelas crianças por meio dos bens tem o benefício extra de contribuir positivamente para diluir os possíveis problemas como o “não ter”. No geral, as posses não são determinantes para amizades verdadeiras de acordo com o discurso dos *Tweens*. Ou seja, os bens influenciam sim as interações entre eles e podem facilitar ou atrapalhar a socialização, incluir ou excluir.

REFERÊNCIAS

- ANDREASEN, A. R.; MANNING, J. The dissatisfaction and complaining behavior of vulnerable consumers. **Journal of Consumer Satisfaction**, Dissatisfaction and Complaining Behavior, v. 3, p.12-20, 1990.
- BAKER, S. M.; GENTRY, J. W.; RITTENBURG, T. L. Building understanding of the domain of consumer vulnerability. **Journal of Macromarketing**, V. 25 N. 2, p.128-139, 2005
- BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CODY, Kevina; LAWLOR, Katrina. On the borderline: Exploring liminal consumption and the negotiation of threshold selves. **Marketing Theory**, n. 11, v. 2, p. 207-228, 2011.
- CODY, Kevina. 'No longer, but not yet': Tweens and the mediating of threshold selves through liminal consumption. **Journal of Consumer Culture**, v. 12, n.1, p. 41-65, 2012.

COOK, D. T. The disempowering empowerment of children's consumer "choice": Cultural discourses of the child consumer in North America. **Society and Business Review**, v. 2, n. 1, p. 37-52, 2007.

COOK, D. T. The missing child in consumption theory. **Journal of Consumer Culture**, v. 8, n. 2, p. 219-244, 2008.

COOK, D. T. Taking exception with the child consumption. **Childhood**, v. 20, n. 4, p. 423-428, 2013.

DITTMAR, Helga. **Consumer Culture, Identity and Well-Being**: The search for the "Good Life" and the "Body Perfect". New York, NY: European Monographs in Social Psychology, 2008.

JOHN, D. R. Consumer socialization of children: retrospective look at twentyfive years of research. **Journal of Consumer Research**, v. 26, p. 184 -205, 1999.

KELLER, M.; KALMUS, V. What makes me cool? Estonian *Tweens'* interpretative repertoires. **Young Consumer: Insight and Ideas for Responsible Marketers**, v. 10, n. 4, p 329-341, 2009.

LINN, S. **Crianças do Consumo**: infância roubada. Trad: Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana. 2006.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre uma sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUNDBY, E. "If you have money, you can be kinder to them": possessions and economic resources in children's peer groups. **Young Consumers: Insight and Ideas for Responsible Marketers**, v. 13 n. 2, p. 136-146, 2012.

MARTENS, L.; SOUTHERTON, D.; SCOTT, S. Bringing children (and parents) into the sociology of consumption. **Journal of Consumer Culture**, v. 4, Out. p. 155-182, 2004.

MARTENSEN, A. *Tweens'* satisfaction and brand loyalty in the mobile phone market. **Young Consumers: Insight and Ideas for Responsible Marketers**, v. 8, n. 2, p.108-116. 2007.

McNEAL, J. U. **Children as consumers of commercial and social products**. Washington, DC: Pan American Health Organization, 2000.

PUGH, A. Windfall Child Rearing: Low-Income Care and Consumption, **Journal of Consumer Culture**, v. 4, n. 2, p. 229-49, 2004.

ROPER, S.; SHAH, B. Vulnerable consumers: the social impact of branding on children. **Equal Opportunities International**, v. 26, n.7, p. 712-728, 2007.

ROPER, S.; NIECE, C. L. The importance of brands in the lunch-box choices of low-income British school children". **Journal of Consumer Behavior**, v. 8 n. 2-3, p. 84-99, 2009.

SCHOR, J. B. **Nascidos para comprar**: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. Trad: Eloisa Helena de Souza Cabral. São Paulo. Editora Gente, 2009.

CAPÍTULO 5

PUBLICIDADE E CULTURA: A ANÁLISE DA LINGUAGEM DISCURSIVA REGIONAL NO ANÚNCIO AUDIOVISUAL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 08/06/2020

Alessandro Luchini Zadinello

FEEVALE, PPG em Processos e Manifestações
Culturais
Novo Hamburgo - RS
<http://lattes.cnpq.br/8974260929736257>

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo compreender como se dá a construção identitária regional em anúncios publicitários, veiculados regionalmente na televisão, e reconhecer quais são as estratégias que presidem essas peças publicitárias. Para isso será abordado o Estado do Rio Grande do Sul e o gaúcho como recortes de espaço regional e identitário. Valendo-se da identidade do gaúcho, criou-se na propaganda um nicho de mercado no qual se explora a condição de ser gaúcho, seu estilo de vida, seu cotidiano, tradições e particularidades. Assim, a publicidade utiliza-se dessas facetas estrategicamente, com a intenção de se aproximar, gerar empatia e interesse no público, buscando mais atenção e espaço no mercado de consumo. Para desenvolver a investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da identidade regional e da publicidade e, posteriormente, buscou-se desenvolver uma metodologia de análise que permitisse o exame das questões de investigação propostas. Essa metodologia articula contribuições advindas de uma semiótica de cunho pós-estruturalista, sustentadas aqui

pelas concepções de Patrick Charaudeau. Foram analisados oito anúncios de tema regional de acordo com a metodologia proposta e, para fins de estruturar de forma concisa esse estudo, foi exposta somente uma das análises nesse artigo. Os resultados alcançados permitiram identificar as principais estratégias que presidem essas produções. Entre elas, observou-se principalmente o uso recursivo de um fazer-crer na produção discursiva, que busca fazer o espectador acreditar que ele é o gaúcho construído pelo anúncio publicitário, com todos os seus valores e atributos. Como conclusão, destaca-se que os anúncios publicitários de caráter regional organizam a construção identitária do gaúcho por meio de contratos de comunicação que consideram, na instância da produção, valores e características da cultura rio-grandense muito sedimentados e, ao mesmo tempo consideram, na instância da recepção, um sujeito que se reconhece neste lugar, com todas estas características.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Identidade, Publicidade, Discurso publicitário, Publicidade regional.

ADVERTISING AND CULTURE: THE ANALYSIS OF REGIONAL DISCURSIVE LANGUAGE IN AUDIOVISUAL ANNOUNCEMENT

ABSTRACT: This study aims to understand how the construction of regional identity in advertising takes place, broadcasted regionally on television, and to recognize which are the strategies that preside over these advertising pieces. For that, the State of Rio Grande do Sul and the gaúcho

will be approached as cuts of regional and identity space. Using the gaucho's identity, a niche market was created in advertising in which the condition of being a gaucho, his lifestyle, his daily life, traditions and particularities were explored. Thus, advertising uses these facets strategically, with the intention of getting closer, generating empathy and interest in the public, seeking more attention and space in the consumer market. In order to develop the investigation, a bibliographic survey about the regional identity and advertising was carried out and, subsequently, an attempt was made to develop an analysis methodology that would allow the examination of the proposed research questions. This methodology articulates contributions arising from a post-structuralist semiotic, supported here by the ideas of Patrick Charaudeau. Eight regional theme ads were analyzed according to the proposed methodology and, for the purpose of concisely structuring this study, only one of the analyzes in this article was exposed. The results achieved allowed to identify the main strategies that preside over these productions. Among them, the recursive use of make-believe in discursive production was observed, which seeks to make the viewer believe that he is the gaucho built by the advertisement, with all its values and attributes. In conclusion, it is emphasized that the commercials in regional character organize the gaucho identity construction through communication contracts that consider, in the instance of production, values and characteristics of very sedimented riograndense culture - especially being a state with characteristics and "special" people – and meanwhile consider, in the reception instance, a guy who recognizes this place, with all these features.

KEYWORDS: Culture, Identity, Advertising, Advertising discourse, Regional advertising.

1 | INTRODUÇÃO

É necessário compreendermos a formação dos discursos publicitários para melhor entender a questão discursiva que está diretamente ligada aos sentidos construídos, que circulam simbolicamente na cultura social, gerados pelos anúncios publicitários de caráter regional. Muito deste discurso se constitui de referências sociais, históricas e culturais de uma sociedade em particular, e é através da interpretação e análise de anúncios regionais que poderemos compreender como se construiu sua linguagem discursiva e, com isso, entender os efeitos gerados pelo anúncio na sociedade em questão. Assim, contribuindo para o aprimoramento dos estudos discursivos da publicidade e para a compreensão dos seus efeitos de sentido gerados na sociedade.

A sustentação teórica desse estudo envolve duas principais dimensões, que se entendem como fundamentais para a compreensão dos resultados da análise discursiva de anúncios audiovisuais de caráter regional.

A primeira dimensão diz respeito a formação cultural e a identidade regional na sociedade em que o anúncio será veiculado. Nesse estudo em questão, como recorte de espaço e identidade, será abordada a formação cultural e identitária do gaúcho, que vem a ser meu objeto de pesquisa em outros trabalhos.

A segunda dimensão é o entendimento da publicidade e seus efeitos. Como aporte teórico neste texto será apresentada a inter-relação desses dois tópicos, que permitirá que

se compreenda o anúncio através da ótica da análise do discurso de Patrick Charaudeau e de seus estudos acerca das identidades sociais e discursivas presentes no objeto de estudo.

O objetivo dessa pesquisa é compreender os elementos que constituem a linguagem discursiva do anúncio audiovisual regional. Desta forma, poderão ser compreendidas as identidades sociais e discursivas presentes nessa categoria de texto publicitário.

A principal questão que leva ao objetivo descrito acima, é a da existência de um discurso particular da publicidade regional - nesse estudo, a sul-riograndense - e de sua origem discursiva ser oriunda da cultura e identidade do cidadão deste Estado.

Paralelamente poderemos compreender a influência da formação cultural e da identidade do gaúcho no discurso regional construído pela publicidade produzida e veiculada no estado do Rio Grande do Sul. Para isso observaremos a formação sócio-econômica e cultural do estado, e a formação do discurso publicitário regional, através da análise discursiva do objeto desta pesquisa, anúncios publicitários audiovisuais.

A estrutura desse artigo se dará pelo estudo bibliográfico das dimensões citadas acima, seguido da análise de um anúncio audiovisual veiculado regionalmente. Essa análise se dará sob a ótica discursiva de Patrick Charaudeau.

2 | DIMENSÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DO GAÚCHO

Para compreendermos um pouco mais sobre cultura, devemos levar em conta que a cultura é um modo de vida resultante das relações pessoais e sociais e de como a sociedade se posiciona com os aspectos advindos do modo de vida das pessoas. De certa forma, a cultura obedece aos aspectos históricos e econômicos do momento atual relacionando-os com os de momentos anteriores.

De acordo com Hall (1999), a cultura é composta por símbolos e representações que geram sentido e constroem identidade para o indivíduo.

A cultura atribui significado e importância à existência das pessoas, gerando um sentido para o indivíduo e conectando-o a um local de origem. Desta forma, mesclam-se “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados” (HALL, 1999, P. 12). Entente-se então, que a cultura se identifica como um campo de produção de significados onde grupos sociais lutam pela imposição de seus significados em uma sociedade mais ampla.

As culturas são compostas de subculturas que fornecem identificações mais específicas de um todo, podendo ser associadas a nacionalidades, religiões, grupos raciais ou às regiões geográficas. Pode-se, portanto, definir que subcultura são grupos sociais pertencentes a uma sociedade maior ou global, “cujos membros compartilham crenças e experiências comuns que os distinguem dos outros” (SOLOMON, 2002, p. 331). Ou seja,

cada subgrupo culturais apresenta diferentes comportamentos, vontades e desejos, que os diferem de outros subgrupos culturais.

Jacks (2003) define que a cultura regional pode ser caracterizada por envolver manifestações dos mais variados níveis que estão relacionados a uma determinada região e que descreve a sua realidade sociocultural. Partindo deste pressuposto, podemos observar como subcultura, ou cultura regional, a cultura Rio Grande do Sul. Com isso, a “cultura regional rio-grandense, ou gaúcha, faz parte de um grupo de fortes representantes que compõe a identidade nacional brasileira, acreditando ser esta constituída de uma diversidade cultural vinda das muitas identidades regionais” (JACKS, 2003, p.22). Estes grupos são conhecidos como subculturas “cujos membros compartilham crenças e experiências comuns que os separam dos outros” (SOLOMON, 2002, p.331).

Desta forma, através da fusão de movimentos culturais e fatos históricos do gaúcho, entende-se que a apropriação do gauchismo pelas mídias transforma a tradição, identidade, cultura e ideologia de uma região em produtos que são facilmente apropriados pela publicidade e utilizados na construção de sentidos para o consumidor. Assim, pode-se compreender a origem da identidade do gaúcho, da forma que é retratada pela mídia e exaltada pela publicidade.

3 | DIMENSÃO DA PUBLICIDADE E SEUS EFEITOS

A segunda dimensão deste trabalho é o entendimento da publicidade e de seus efeitos de sentido gerados. Para poder-se chegar a este entendimento, é necessário compreender como se forma a mensagem publicitária, seu texto e seu discurso.

A publicidade não pode ser vista somente do ponto de vista mercadológico, nem do papel econômico que desempenha. A publicidade é também um processo de produção cultural, que tem por base um discurso constituído de informações que são oriundas de conceitos sociais, históricos e culturais da sociedade onde ela é veiculada. Cada vez mais a publicidade se afirma no espaço social como um dos suportes da representação das identidades presentes na sociedade. No discurso publicitário surgem figuras que são construídas nos imaginários socioculturais e, conseqüentemente, a publicidade se apropria dessas figuras na sua construção narrativa.

O discurso publicitário nos confronta com um curioso paradoxo onde preconiza-se que o consumidor deve ser fabricado ao mesmo tempo, ou talvez antes que o próprio produto. Assim, a publicidade age incessantemente para instaurar identidades, destacando traços semióticos relevantes e diferenciados dentro do contexto social, por meio de um processo de construção discursiva e fazendo uso de figuras e espaços significantes.

A análise do discurso foge dos riscos das derivas da interpretação literal, subjetiva ou dos resultados do anúncio. Ela tem como objeto o fenômeno publicitário enquanto tipo de discurso social transformado em rito no seu funcionamento. O resultado desta análise discursiva permite revelar os efeitos pretendidos e os imaginários sociodiscursivos do texto.

A partir disso é construído o que Patrick Charaudeau (2006) chama de ritual sociolinguageiro, que resulta do relacionamento entre um sujeito comunicante (EUc), referindo-se ao anunciante publicitário e os sujeitos interpretantes (TUi), que é constituído pelos consumidores em potencial do produto. A este circuito externo corresponde uma apresentação do duplo deles representado no interior de cada uma das produções discursivas, sendo um enunciador (EUe) e um destinatário (TUd), protagonistas linguageiros da cena representada. Para esse circuito pode-se entender um contrato entre os participantes.

Esse contrato fala faz o sujeito comunicante transformar, por meio de um ato de persuasão, um consumidor de publicidade em um consumidor de mercadorias. Para alcançar seus objetivos, o sujeito comunicante utiliza estratégias de discurso que se manifestam pelas organização enunciativa e discursiva do ato de linguagem, estratégias que por muitas vezes ocultam a finalidade comercial do texto.

Para Charaudeau (2009), a existência de um sujeito, que se constrói através da sua identidade discursiva e, que no entanto, nada seria sem uma identidade social, corrobora para o entendimento de que o sujeito (EU) necessita de um (TU), para que este tenha sua consciência identitária e assim possa construir o discurso publicitário. Essa identidade social é composta por dados biológicos, construídos pelo próprio comportamento psicossocial atribuído ao sujeito.

A identidade social constitui parte importante na construção do discurso publicitário e deve ser reconhecida pelos outros para ter legitimidade. De acordo com Charaudeau (2009), a identidade social pode ser atribuída ao fato do saber-fazer, como um conhecimento atribuído-reconhecido ou pré-construído. Conhecimento de extrema importância para a inter-relação entre marca e consumidor.

Ao longo do processo, esse fazer-criar passa a ser um dever-criar, com intuito de persuadir ou seduzir o TUi, afim de completar o ritual sociolinguageiro proposto por Charaudeau (2006). Essa troca ocorre em um espaço chamado de *mise-en-scene* discursiva e é permeado pelos imaginários sócio-discursivos. Acerca desta *mise-en-scene* discursiva Charaudeau (2009, p. 9) entende que:

“O nível da *mise-en-scene* discursiva é o lugar em que o sujeito, tendo mergulhado nos imaginários socio-discursivos, e levando em conta as restrições do quadro situacional e de suas instruções, procede à organização de seu discurso, e portanto, constrói para si uma identidade mais ou menos “individuada”. Neste nível devem ser acionadas as competências discursiva e semiolinguística.”

Vê-se desta forma a importância dos elementos sócio-discursivos da identidade do gaúcho para a construção do discurso publicitário. E também a importância do ritual sociolinguageiro na situação de comunicação proposta pelo anúncio audiovisual, que virá a ser o objeto de análise aqui proposto.

4 | ANÁLISE

Dentre os oito anúncios analisados em meu estudo inicial, o escolhido para fazer parte deste artigo foi o anúncio da Cerveja Polar, com ênfase à Copa do Mundo de 2014, devido a grande presença de elementos identitários. O texto deste anúncio segue a linha tradicional dos audiovisuais desta marca de cerveja veiculados com este contexto até meados da segunda década deste século, onde a linguagem regional e o gauchismo são a base da construção textual. Esse audiovisual foi gravado e veiculado no ano de 2014.

O ponto de partida para a análise do anúncio da cerveja Polar intitulado “Latas Comemorativas da Copa do Mundo” é o contexto sócio-histórico-cultural em que este discurso foi produzido. Desde o início dos anos dois mil, no Rio Grande do Sul, é praticamente impossível pronunciar juntas as palavras “cerveja” e “gaúcha” e não pensar em uma garrafa com o rótulo da marca Polar. Durante esse período, a marca veiculou peças publicitárias com enfoque regional e focadas no gauchismo.

A descrição verbal e visual do texto em questão é fundamental para compreendermos todos os elementos envolvidos na situação de comunicação proposta por este anúncio e, desta forma, visualizar sua relação com o gauchismo.

Abaixo descrevo os elementos de construção geral do anúncio em forma de tabela, que está dividida em imagens, texto e áudio, com o intuito de facilitar a visualização do conjunto do texto publicitário.

IMAGEM	TEXTOS	ÁUDIO
<p>Cena 1</p> 		<p>Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio.</p>
<p>Cena 2</p> 		<p>Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio.</p> <p>Locução Personagem 1: - Bah, olha que preza essas latas que a Polar criou!</p>
<p>Cena 3</p> 		<p>Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio.</p> <p>Locução Personagem 2: - São de todos os países que vão jogar aqui!</p>
<p>Cena 4</p> 		<p>Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio.</p> <p>Locução Personagem 1: - Balta ideal!</p>
<p>Cena 5</p> 		<p>Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio.</p> <p>Locução Personagem 2: - Óhhhh, mas essa não sai daqui não.</p> <p>Locução Personagem 1: - Ah, bem capaz! Tenho um presentinho pra ti aqui.</p>

IMAGEM	TEXTOS	AÚDIO
Cena 6 		Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio. Locução Personagem 1: - Um imã de geladeira em forma de cula.
Cena 7 		Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio. Locução Personagem 1: - E esse gauchinho de pano. Locução Personagem 3: - Anhh, que passa?
Cena 8 		Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio. Locução Personagem 1: - Um pano de prato com a estampa de Erechim.
Cena 9 		Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio. Locução Personagem 2: - Bah véio! Com essa tu me emocionou cara!
Cena 10 	Beba com moderação.	Trilha Sonora: Presença de trilha sonora ao fundo do áudio. Locutor: - Polar, a melhor do mundo é daqui. - Beba com moderação.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2019)

O primeiro passo da análise é compreender a situação de comunicação proposta pelo texto do anúncio audiovisual, onde são identificadas as condições externas e as restrições situacionais da produção de acordo com a perspectiva de Charaudeau (2006).

A cerveja Polar surgiu em 1929, na cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul. Segundo SANTOS (2010), passou a denominar-se como Polar S/A em 1945. Nos anos 70, a Polar S/A é adquirida pelo Grupo Antarctica Paulista, e passa a fazer parte do seu portfólio de produtos, com produção e distribuição no estado do Rio Grande do Sul. Este cenário dura até abril de 1999, quando acontece a fusão das empresas Antarctica e Brahma e a marca passa a pertencer ao maior conglomerado de cerveja do mundo, a AmBev.

A AmBev manteve a marca Polar em seu portfólio e também a sua distribuição somente para o estado do Rio Grande do Sul, utilizando slogan: “A melhor é daqui”, reverenciando o orgulho em ser exclusivamente gaúcha.

Desde então a Polar vêm veiculando peças com enfoque regional e focadas no gauchismo. A marca foca em ações de marketing regionais e veiculação de filmes na televisão e na internet, sempre utilizando discurso regional como mote. Com o tempo, houve crescimento na produção de materiais publicitários, e uma maior identificação desses com o gaúcho. No ano de 2014 a marca ocupava a terceira posição no ranking de cervejas no Rio Grande do Sul, com aproximadamente 15% de participação de mercado.

Neste audiovisual em análise, utiliza-se como de costume, para interlocutores da marca, a dupla de atores que estrelou os comerciais da marca desde 2006 até meados da segunda década do século XXI, Diego Medina e Ricardo Kudla Neto, conhecidos como “magrões”. O termo “magrão”, de acordo com o Dicionário de porto-alegrês, de Luís Augusto Fischer (2007), significa o mesmo que os verbetes: rapaz, jovem e amigo.

A presença frequente dos atores nas campanhas da cerveja Polar, somado à empatia dos espectadores com a dupla, contribuíram para criar um forte vínculo entre os atores, a marca e os consumidores, gaúchos urbanos do sexo masculino.

Neste anúncio, o ato de transmissão da mensagem se passa em um ambiente onde pessoas de nacionalidades diferentes, as mesmas que das seleções que jogaram em Porto Alegre durante a Copa do Mundo de 2014, estão reunidas em uma confraternização. O ato de comunicação, que se inscreve neste local, é ocupado fisicamente pela dupla de garotos propaganda da marca e os figurantes representando os cidadãos dos outros países. O receptor desta mensagem é o consumidor, que faz o papel de espectador e está em sua casa, ou em outro local, assistindo a televisão.

A duração deste audiovisual é de 30 segundos, e a televisão é o canal responsável pela transmissão da situação de comunicação proposta pela cerveja Polar ao consumidor, com posterior veiculação na internet.

Após o levantamento dos dados da instância externa, deve-se compreender os elementos que compõem a instância interna dessa situação de comunicação, onde serão analisados os códigos verbais, não verbais e da linguagem audiovisual presentes no anúncio.

Os códigos verbais são compostos pelas falas dos personagens, nesse caso, os textos que a dupla de atores principais interpreta, somados aos textos interpretados pelos outros personagens. A situação de comunicação se passa entre os personagens, desta forma pode-se entender que eles não interagem diretamente com o espectador, e sim, participam de uma encenação em que a cerveja Polar é o objeto de culto. Finalizando o texto, ouvimos a voz do locutor, que faz a assinatura do anúncio, citando o slogan da cerveja: “Polar, a melhor do mundo é daqui”.

As falas evidenciam a qualidade da cerveja, os símbolos e tradições dos gaúchos. Sendo assim, todos os gaúchos podem confiar, a cerveja Polar é a melhor, pois é gaúcha, e ninguém pode tirá-la daqui. Os personagens utilizam-se da sua situação de gaúchos natos, para impor as condições de consumo da Polar.

Os códigos verbais utilizados no decorrer da ação, remetem à linguagem típica dos habitantes do Rio Grande do Sul, mais propriamente da cidade de Porto Alegre, local específico da origem do sotaque dos “magrões”. Pode-se dizer que esta forma de falar, é típica de pessoas consideradas como magrões pelos gaúchos. Isto se torna evidente através das falas dos personagens, que utilizam-se desse sotaque e de palavras comuns à linguagem regional típica do estado.

Os símbolos e códigos visuais relacionados com o gaúcho estão presentes no decorrer de todo o audiovisual. Os personagens não vestem indumentária típica do gaúcho, e sim roupas condizentes com as que vestiriam jovens urbanos das suas idades. Porém, o cenário está repleto de elementos que remetem às tradições gaúchas, além dos presentes que os personagens oferecem para os outros atores, associados à símbolos e cidades do estado.

Os “magrões, que são uma paródia aos gaúchos jovens e urbanos, principalmente originários de Porto Alegre, e ao seu jeito de ser e agir, utilizam-se do orgulho de ser gaúcho para comunicar aos telespectadores o motivo pelo qual consideram esta cerveja a melhor e o motivo pelo qual não deve sair do estado.

O tom adotado pelos personagens é um tom lúdico de essência caricatural, representando um típico gaúcho jovem da capital. Este tom permite que o personagem se dirija de forma mais agradável ao público, mostrando ao mesmo tempo humor e o produto em si. Esse tom propõe um alto grau de intimidade com o consumidor, assim gerando um vínculo quase pessoal com ele. O linguajar identitário e do tom leve e humorado também se revela uma estratégia discursiva empregada na construção desse anúncio.

Os códigos da linguagem audiovisual presentes neste anúncio são característicos de cenas internas. O cenário é provavelmente uma locação, que remete a uma casa ou apartamento. A iluminação é artificial, mas pode se notar interferência da luz do sol, desta forma simulando uma iluminação natural. A trilha sonora fica em segundo plano, em uma frequência mais baixa que a voz dos personagens.

Os recursos gráficos são quase inexistentes, aparecendo somente no *lettering* ao final do anúncio que indica que o consumo da cerveja deve ser feito com moderação.

O anúncio começa com os personagens entrando em cena em carregando um *cooler* da cerveja Polar. A câmera inicia focando nas pernas deles. Em seguida as cenas mostram o ambiente e as pessoas que estão nele, e depois focam os dois personagens no momento em que eles começam a falar. Eles colocam o *cooler* no chão e a câmera foca as latas no gelo. Em seguida um dos personagens joga a lata para um outro ator, e a câmera foca na lata que está na mão dele. O restante do audiovisual intercala cenas entre os personagens principais e os outros participantes, todas em planos fechados. O anúncio audiovisual encerra com as latas aparecendo em primeiro plano e ao fundo os participantes comemorando.

A disposição do conteúdo do anúncio segue uma ordem cronológica e pré-estabelecida. O anúncio começa com os personagens entrando em cena, a ação se desenrola, com o audiovisual encerrando-se com a presença da marca da cerveja através das imagens das latas comemorativas.

Podemos definir a dupla de atores como os sujeitos da ação - de acordo com Charaudeau (2006). Eles assumem seus personagens e, através destes, se dirigem ao consumidor. Desta forma, a cerveja Polar, se dirige ao público através da figura já conhecida dos personagens e os utiliza representando a imagem da marca.

Entende-se que a empresa fala diretamente com o consumidor através dos personagens e que, as trocas entre a marca de cerveja e o consumidor são feitas por intermédio dos “magrões”, que representam o consumidor jovem de cerveja, especificamente o gaúcho urbano do sexo masculino.

Por meio deste texto publicitário, a Polar, propõe um contrato entre ela e o gaúcho. Esse contrato é explorado no anúncio através do posicionamento dos personagens e propõe ao público que a cerveja Polar é a melhor cerveja do mundo, assumindo esta posição por ser originária do Rio Grande do Sul, que é tratado como “o melhor lugar do mundo” pela linha discursiva proposta pela marca. Desta maneira, a Polar só pode ser consumida dentro do estado, não podendo sair daqui, pois é a cerveja dos gaúchos, que também assumem esta postura de serem os melhores. A frase: “*no export*” e o fato de não poder sair do estado já foi explorado em outros anúncios da marca.

Inseridos na situação de comunicação apresentada pelo anúncio da Cerveja Polar, estão presentes os sujeitos que conduzem a ação. Podemos identificar como o EUC (sujeito comunicante) a própria cerveja Polar, que se expressa através do EUe (sujeito enunciador), no caso, os magrões, interpretados pelos atores principais, no projeto de fala desta situação de comunicação.

Esta situação indica que no lado contrário do EUC, está o TUI (o interpretante ou ser social) da ação, que podemos identificar como o público que tem acesso a televisão e pode ser exposto a esta situação de comunicação. No momento e que o EUe, projeta o seu dizer no espaço interno desta fala, ele se dirige ao TUD (destinatário) da mensagem: gaúcho, jovem, descolado, consumidor de cerveja e que aprecia futebol. Este é o perfil que a empresa busca para os seus consumidores. Sendo assim, podemos entender que o TUD pretendido tem origem no TUI exposto a esse audiovisual.

Compõe esse texto publicitário tanto referências verbais quanto visuais ao gauchismo. Essas referências estão presentes nas falas, sotaque e nos objetos de cena presentes no audiovisual.

Expressões tradicionais como o: “bah” e “baita”, somadas às expressões utilizadas por gaúchos urbanos e mais jovens, como: “olha que preza”, “bem capaz” e “véio”, fazem parte do diálogo proposto pelos personagens. As expressões bah, baita, olha que preza são utilizadas para enaltecer as qualidades do produto anunciado. Bah e baita são conhecidas nacionalmente como parte do linguajar típico do Rio Grande do Sul. Enquanto “bem capaz”, representa uma forte negação, algo impossível de acontecer; e véio é uma maneira carinhosa de se referir a um amigo, muito utilizada no estado. O sotaque “cantado”, dos dois personagens principais é típico dos jovens gaúchos oriundos da capital do estado.

Nota-se, logo que os personagens adentram ao ambiente, no reflexo de um espelho, um quadro representando a bandeira do Rio Grande do Sul pendurado em uma parede e abaixo dele um rapaz sentado em uma poltrona, com um computador no colo e envolto em um pano com as cores do estado. Muitos figurantes que se encontram em cena seguram

latas tradicionais de cerveja Polar, nas cores verde, vermelho e amarelo, as mesmas da bandeira do Rio Grande do Sul.

Quando um dos personagens pega uma sacola, onde estão as lembranças que ele vai dar aos personagens estrangeiros, esta sacola tem a inscrição: “I [ilustração de uma cuia de chimarrão] RS”, fazendo alusão à mundialmente famosa e difundida expressão americana que está presente em muitos brindes e lembranças da cidade de Nova Iorque, em que está o texto: “I [ilustração de um coração] NY”, ou seja, “eu amo Nova Iorque”. Como a cuia se assemelha ao formato do desenho de um coração, neste caso deseja-se expressar “eu amo o Rio Grande do Sul” de uma forma ainda mais local, substituindo o coração pela cuia, instrumento utilizado para preparar e consumir a tradicional bebida gaúcha, o chimarrão.

Os brindes retirados da sacola são: um imã de geladeira, em formato de cuia de chimarrão, encontrado em muitos locais de vendas de lembranças no estado; um boneco de pano de um gaúcho em roupas típicas; e um pano para secar louça onde está escrito: lembrança de Erechim, cidade situada ao norte do Rio Grande do Sul. Esses brindes são analogias a elementos e símbolos típicos do estado e presentes no dia a dia dos gaúchos, desta forma inseridos no que definimos como gauchismo.

5 | INTERPRETAÇÃO DA ANÁLISE

O texto do anúncio da cerveja Polar em questão tem sua ênfase marcada na ação dos sujeitos que conduzem a narrativa, no caso os dois gaúchos, que carregados de estereótipos e traquejos regionais típicos do habitante da capital do Rio Grande do Sul, constroem proposições para os outros personagens do anúncio, mediante regras e mecanismos linguísticos para alcançar o objetivo maior da narrativa, as afirmações de que a cerveja Polar “é a melhor do mundo”, “é do Rio Grande do Sul”, “e daqui não pode sair”. Os mecanismos linguísticos se tornam claros quando eles utilizam expressões regionais típicas, que constituem uma relação com as expressões utilizadas pelo consumidor dessa cerveja e que já estão presentes no seu inconsciente coletivo.

O fazer-criar, de que esta cerveja realmente é a melhor, tem seus pilares nas características e no discurso constituído pelos sujeitos da ação. Bem como descrito nas referências de análise do discurso de Charaudeau utilizadas para análise deste anúncio, a conversação entre os personagens é resultante da atividade interpessoal de dois ou mais indivíduos face a face, neste caso os dois sujeitos e o restante dos personagens.

Está implícita, neste texto, a memória discursiva de anúncios anteriores da mesma marca, que vêm sendo veiculados desde 2004, e que vem povoando o inconsciente coletivo do consumidor dessa cerveja. Também estão implícitos no texto do anúncio os pilares da formação sócio-histórica-cultural do gaúcho, que em conjunto com as referências

a anúncios anteriores da marca, possibilitam ao consumidor fazer a inter-relação entre a marca e o estado do Rio Grande do Sul.

O implícito, nesse caso, exprime esta formação/contexto em questão, sem arriscar ser considerado como responsável por tê-la dito, mas também adiantar uma ideia, subtraindo-a a eventuais objeções, como acontece no decorrer da ação desta narrativa. A ideia de que as latas comemorativas são uma novidade, a forma como são apresentadas aos estrangeiros, o modo como é dito pra eles que não podem levá-las embora, mesmo sendo “a melhor cerveja do mundo”, e o tom de humor com o qual os sujeitos substituem estas latas por outros elementos regionais, como o imã em forma de cuia, constitui uma ideia, trazida pelos sujeitos, que implicitamente utilizam a premissa de que a Polar é a melhor cerveja do mundo e por isso é só para os gaúchos. Assim, está subjacente um projeto de fala que coloca o gaúcho também como melhor sujeito do país e do mundo.

Pressupõe-se, desta forma, que o que é bom, o que temos de melhor no Rio Grande do Sul, não pode sair daqui, da mesma forma que a cerveja também não pode sair do estado. A pressuposição seria uma forma do implícito, permitindo dizer algo como se não estivesse sendo dito. Tudo o que já se disse sobre um tema e seus correlatos está, de certo modo, significado ali, interpelando os sujeitos. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, ou em outros momentos mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que é dito em algum lugar e trazem diferentes “pressupostos”. Como se supõe que a pessoa para quem é dirigido o discurso neste anúncio já conheça todos os pressupostos que constituem a narrativa em questão, que podem estar implícitos no texto, como é o caso da premissa: “o que é daqui” é melhor.

Os sujeitos do anúncio se apropriam desses pressupostos e da linguagem a fim de construir suas ações, que constituem a linha cronológica do anúncio e fazem com que o discurso tenha sentido, assim despertando a atenção do público a que será exposto. Todas as ações desse audiovisual são simbólicas, remetendo aos pressupostos implícitos de quem vai receber a informação. Ao mesmo tempo, as ações sociais também, pois geram discussão entre os espectadores.

Os sujeitos apropriam-se da linguagem regional para criar uma sequência lógica e ordenar a compreensão do anúncio, além de utilizarem informações e elementos conhecidos do espectador para aproximá-lo do texto. De certa forma empregam esses artifícios linguísticos para convencer o receptor da informação que esta cerveja é a melhor por ser gaúcha, e desta forma não pode sair do Rio Grande do Sul.

Esse anúncio tem como função criar um vínculo emocional com o consumidor e gerar seu desejo pela cerveja Polar. Isso se faz através da manipulação dos elementos da formação cultural e identitária do gaúcho, através da sua inserção em uma situação cotidiana, como no caso do anúncio, uma reunião em função da copa do mundo de futebol.

Partindo do pressuposto de que esses elementos estão implícitos no inconsciente coletivo do gaúcho, faz-se uso deles para gerar vínculo com o produto em questão, que

utiliza como mote o fato de pertencer aos gaúchos, como qualquer outro símbolo da cultura regional do estado. Pode-se interpretar que a cerveja Polar é um símbolo do estado, tanto quanto o chimarrão ou a música nativista. É dessa forma que a publicidade da cerveja Polar utiliza-se de linguagem discursiva regional para construir a narrativa de seu anúncio.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do confronto do texto do anúncio audiovisual com o ritual sócio linguageiro de Charaudeau (2006), aprofundou-se o entendimento da questão discursiva que está diretamente ligada aos sentidos construídos, que circulam simbolicamente na cultura social, gerados pelos anúncios de tema regional.

Notou-se que os sentidos construídos pelo anúncio aqui analisado estão fortemente vinculados ao “ser gaúcho”. No processo de construção discursiva, faz-se o uso de elementos identitários a fim de gerar os efeitos de sentido necessários para transmitir sua mensagem.

Depois de compreender como se dá a construção identitária do gaúcho no anúncio publicitário, pôde-se reconhecer quais são as estratégias que presidem essa produção. Entre elas, a principal é o apelo à imagem do gaúcho e de sua identidade social como estratégia para criar um elo com o espectador. O texto publicitário, em seu processo de construção discursiva, fez uso de elementos identitários para gerar os efeitos de sentido necessários para transmitir sua mensagem.

A marca utiliza-se da identidade do gaúcho e, assim, cria-se uma forte relação de caráter emocional com o público local. De modo que esse anunciante passe a fazer parte da cultura do estado e assim se torne parte do cotidiano do consumidor.

Entende-se que o vínculo identitário de um povo tem origem na sua cultura. Essa, por consequência, é constituída por uma série de características e elementos inerentes ao seu passado e seu presente. Contudo, deve-se lembrar que estas características mudam ao passar do tempo, e que novos elementos lhes são incorporados. A cultura de um povo é composta por fundamentos que provém da sua formação histórica, social e econômica, que somados e expostos à ação do tempo forjam a identidade social de um sociedade.

A construção discursiva de caráter regional na publicidade é formada principalmente por elementos sociais identitários. Sem a identidade social, que percebemos através dos valores, tradições e o entendimento dos modos de agir e pensar de um povo, seria muito difícil construir um vínculo contundente das marcas com os espectadores locais. Identidade essa que também é de certa forma construída e organizada midiaticamente e sustentada pela publicidade. Assim, é possível dizer que os vínculos identitários também estão presentes e são parte fundamental nas condições de produção dos textos publicitários.

Concluiu-se, então, que os anúncios publicitários de caráter regional organizam a construção identitária da sociedade por meio de contratos de comunicação que consideram,

na instância da produção, valores e características da cultura regional e, ao mesmo tempo, na instância da recepção, um sujeito receptor que se reconhece como parte dessa sociedade.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional**. 2009. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

FISCHER, Augusto Luís. **Dicionário de porto-alegrês**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JACKS, Nilda. **Mídia Nativa: indústria cultural e cultura regional**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTOS, Airton Engster dos. **Cerveja Polar**. Disponível em: <<http://www.x-flog.com.br/Aepan/126355>>. Acesso em 13/05/2014.

SOLOMON, Michel R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

YOUTUBE. **Anúncio Cerveja Polar – Latas comemorativas da Copa do Mundo 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/6k8ft>>. Acesso em 20 de julho de 2014.

CAPÍTULO 6

QUEM ESCOLHE O QUE VOCÊ LÊ? O IMPACTO DA PLATAFORMIZAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONSUMO DE NOTÍCIAS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Cristina Siqueira Pacheco

Universidade Feevale

Novo Hamburgo/RS

<http://lattes.cnpq.br/2872377906633100>

Sandra Portella Montardo

Universidade Feevale

Novo Hamburgo/RS

<http://lattes.cnpq.br/8777914359430078>

RESUMO: Neste artigo, propomos uma reflexão acerca dos impactos da plataforma da sociedade no consumo de notícias, problematizando a questão sob a lógica opaca do funcionamento algorítmico. A ascensão da Sociedade da Plataforma pode ser caracterizada por uma série de confrontos entre diferentes sistemas de valor, em que se busca o equilíbrio entre os interesses públicos e privados. Mais do que ferramentas tecnológicas, as plataformas estão infiltradas nas rotinas cotidianas de bilhões de usuários que, através delas, executam inúmeras atividades com exposição de dados e hábitos – e dessa forma, monitorando, coletando, organizando e distribuindo dados coletados em todas essas atividades, as plataformas moldam a forma como vivemos e como a sociedade está organizada (VAN DIJCK, POELL e DE WALL, 2018). Um dos primeiros setores da sociedade impactados pela internet foi o de notícias, transformadas com desenvolvimento

de plataformas online no final dos anos 90, com o surgimento de mecanismos de busca, agregadores de notícias e sites de anúncios classificados, uma jornada de desagregação e reorganização de conteúdo de notícias, audiências e publicidade, uma vez que os modelos tradicionais de distribuição e receita de notícias tiveram que se reinventar. O poder da comunicação online está na mão das plataformas chamadas de Big Five: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, empresas que agenciam as notícias publicadas e consumidas por usuários, enquanto não operam com as responsabilidades das empresas de mídia. A cultura da conectividade e a plataforma da sociedade são sistemas entre pessoas e máquinas, consumidores, produtores, usuários e proprietários, em meio a um fenômeno que se forma e se transforma incessantemente. É preciso seguir pesquisando e refletindo sobre a relação entre jornalismo e leitor, sobre as novas dinâmicas do interesse público e o poder de agenciamento das plataformas sobre as notícias que consumimos.

PALAVRAS-CHAVE: Algoritmos, Comunicação, Jornalismo, Mídias digitais, Plataformação.

WHO CHOOSES WHAT YOU READ? THE IMPACT OF PLATFORM SOCIETY ON NEWS CONSUMPTION

ABSTRACT

In this article, we bring a review on the impacts of platform society on news consumption, problematizing the subject under the opaque logic of how algorithms function. The rise of the Platform Society can be characterized by a series

of confrontations between different value systems, in which the balance between public and private interests is sought. More than technological tools, platforms are infiltrated in the daily routines of billions of users who, through them, perform countless activities with exposure of data and habits - and in this way, monitoring, collecting, organizing and distributing data collected in all these activities, platforms shape the way we live and how society is organized (VAN DIJCK, POELL and DE WALL, 2018). One of the first sectors of society impacted by the internet was News, transformed with the development of online platforms in the late 90s, with the appearance of search engines, news aggregators and classified ad sites, a journey of disaggregation and reorganization of news content, audiences and advertising, since traditional news distribution and revenue models have had to reinvent themselves. The power of online communication is in the hands of platforms called the Big Five: Google, Apple, Facebook, Amazon and Microsoft, companies that manage the news published and consumed by users, while are not hold responsible as media companies. The culture of connectivity and the platform society are systems between people and machines, consumers, producers, users and owners, in the midst of a phenomenon that is constantly being formed and transformed. It is necessary to continue researching and reflecting on the relationship between journalism and the reader, on the new dynamics of public interest and the agency's power of platforms on the news we consume.

KEYWORDS: Algorithms, Communication, Journalism, Digital media, Platform.

1 | INTRODUÇÃO

No final dos anos 70, a apropriação social da informática deu origem ao que se tornou cultura digital, resultando em uma rede aberta, plural e democrática, obra de visionários defensores da liberdade, inovação e criatividade (LEMOS, 2019). Tim Berners-Lee, um dos pais da internet e criador da Web Foundation, lembrou nas comemorações de 30 anos da web, em 2019, que aquilo que no começo foi pensado para gerenciar o enorme volume de informações em torno do acelerador de partículas nos laboratórios suíços do CERN, tornou-se um catalisador de fontes para estudo, design, comércio, medicina e acessibilidade geral (SAAD, 2019). Seu desenvolvimento como uma estrutura dinâmica, no entanto, deu origem à Plataformização, Dataficação e Performatividade Algorítmica, expressões que operam juntas sob a sigla PDPA e a partir delas, a sociedade conectada viu questionada sua soberania sobre liberdade, emancipação e conhecimento, fundamentos da cibercultura (LEMOS, 2019). Em carta aberta, Berners Lee aponta que a internet hoje também é espaço de desinformação, surgimento de oposições, geração de discursos contraditórios, ódio e criminalidade (BERNERS-LEE, 2019), e sugere que é possível salvá-la com medidas coletivas, entre elas o aumento da transparência dos algoritmos para entendermos como são tomadas decisões importantes que afetam nossa vida baseada nas plataformas digitais (idem, 2017).

Refletir sobre o conceito da plataformização da sociedade (VAN DIJCK, 2018) e seus impactos na comunicação, especialmente no consumo do jornalismo, é foco deste trabalho, através da compreensão de que o fenômeno transforma as manifestações culturais

contemporâneas, tornando a pesquisa relevante para o Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais. Para tanto, vale-se de artigos, entrevistas e matérias recentes da mídia como pontos de partida para a reflexão.

2 | DESENVOLVIMENTO

A internet é a mais importante infraestrutura de comunicação jamais criada pelo homem, uma rede descentralizada que “ampliou de forma inédita a democratização do conhecimento e a liberdade de circulação da informação pela liberação da emissão, conexão generalizada e reconfiguração social (cultural, política e econômica)” (LEMOS, 2019). Seu grande benefício deveria ser o amplo acesso à informação e emancipação, impedindo o obscurantismo, mas a realidade hoje apresenta um diferente cenário (idem). O que desafia o propósito positivo é o tripé Plataformização, Dataficação e Performance Algorítmica (PDPA), que fez da sociedade “refém das plataformas digitais, da lógica da dataficação (como uma modulação da vida pessoal por dados) e da ação opaca e silenciosa dos algoritmos” (LEMOS, 2019).

Quando a internet experimentou a virada para o padrão Web 2.0, termo cunhado por O’Reilly, em que o usuário ampliou seu lugar de fala e produção de conteúdo, seu protagonismo ficou evidente. Tanto que a revista Time escolheu “você”, internauta comum, como a pessoa do ano em 2006, devido à nova democracia digital que estava sendo fundada por pessoas que produziam conteúdo “em troca de nada”, superando profissionais de mídia em “seu próprio jogo” (GROSSMAN, 2006).

Movidas por uma sensação de poder e liberdade, pessoas passaram a confiar às estruturas da internet mais que seus textos, vídeos e fotos: passaram a informar praticamente toda sua vida. A navegação pela web, as postagens em redes sociais e todo e qualquer acesso do usuário deixam rastros que formam enormes bancos de dados com informações sobre sua rotina diária, locais que frequenta, quais produtos consome, seus trajetos diários (JURNO; DALBEN, 2018).

Ao imaginarmos a sensação de poder que sentiu o usuário ao encontrar um espaço para se manifestar publicamente com o advento da Web 2.0, nos deparamos com um paradoxo, considerando as noções de liberdade e poder relacionadas na máquina panóptica de Foucault, onde hoje as noções de regime e vigilância estariam na observância não das pessoas, mas de seus rastros online, seus dados (BLOMMAERT, 2019).

O panóptico que temos hoje é muito mais influente, muito mais eficiente. A internet representa com muito mais precisão os conceitos que Foucault escreveu nos anos 60 e 70. No conceito de panóptico, você sabe que está sendo visto, mas não sabe quando nem como será visto. A consciência do outro que observa e vigia é muito baixa hoje, mas o que fazemos é exatamente o que Foucault previu: fazemos muito ao falar sobre nós mesmos, revelar coisas sobre nós mesmos, divulgar informações sobre nós, e isso é efetivamente

usado como uma “outra selfie”: não a que tiramos de nós mesmos, mas a que é feita sobre nós por outras pessoas. É o panóptico perfeito e o temos em nossos bolsos e bolsas, o dia todo. (BLOMMAERT, 2019)

A possibilidade de fornecer textos, imagens, rastros e documentos espontaneamente, com liberdade de navegação e publicação por parte do usuário trouxe, segundo Pierre Levy, o conceito de “desintermediação”, como citado em pesquisa sobre o impacto da mediação digital sobre a sociabilidade e subjetividade (PECINI, 2018). A ideia é que a comunicação poderia circular “desintermediada, sem obstáculos e sem restrições” (idem), o que Foucault considera uma utopia, já que é impossível existir sociedade sem relações de poder. Ele nos ensina que poder são tensões, necessariamente nem boas ou más, que devem ser compreendidas como “estratégias através das quais indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta dos outros” (FOUCAULT, 2004, p.284).

O poder hoje está nas mãos de quem domina os dados massivos de uma sociedade conectada e dependente das plataformas, no entendimento de que o termo “plataforma” é usado aqui num cenário de digitalização conectada da sociabilidade, na concentração de um conjunto de estruturas num mesmo ambiente para operar processos de comunicação e informação (SAAD, 2109). As plataformas, performances algorítmicas e dados são controlados pelo que José van Djick chama de os Big Five: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft, dando a eles o acrônimo GAFAM. Através do domínio destas empresas privadas em grande parte da internet, se estabelecem práticas de transações privadas e públicas e já não se imagina a vida em sociedade sem a estrutura desta plataforma integrada. Como as pessoas hoje consomem notícias, por exemplo, está diretamente impactado pela plataforma:

“No consumo de notícias, nos tornamos quase completamente dependentes de distribuidores, como Facebook, como Instagram, como Twitter, para recebermos as notícias que consumimos. Nesse sentido, plataformas como o Facebook se tornaram uma força incrivelmente importante na nossa vida social.” (VAN DIJCK, 2019)

No Brasil, essa importância foi evidenciada pelo Reuters Institute Digital News Report: 66% da amostra das pessoas pesquisadas usa o Facebook para acessar notícias. Os dados, coletados em 2017, indicavam que mais da metade dos 111 milhões de perfis (usuários brasileiros ativos naquele ano) estão logados em busca de conteúdo jornalístico e informativo (DORNELAS, 2018). Seriam as plataformas então, pelo consumo intenso de mídia, empresas de mídia? Não é como elas se veem nem como são reguladas, já que apenas distribuem conteúdo produzido por usuários, jornais, agências de notícias (NAPOLI; CAPLAN, 2018). Mas Van Dijck pondera que são mecanismos automatizados presentes nestas plataformas que definem as notícias que iremos receber e ler (CAMARGO; TERRA, 2017). Nessa dinâmica, o usuário ainda têm um certo poder de escolha das notícias que vai consumir, mas os mecanismos por trás das plataformas e a forma como estão interligados,

personalizando seu fluxo de notícias a partir dos seus dados coletados, dos seus amigos e até das ações dos seus amigos, torna difícil o discernimento de onde está o *locus* do poder seletivo realmente, segundo Van Dijck (idem). Uma “plataforma poderosa pode orientar hábitos e inclinações dos usuários [...] e nem sempre fica aparente como os usuários são manipulados dentro da plataforma”, avalia a professora, em entrevista na revista *Parágrafo* (idem).

Na lógica de produção e consumo de notícias através das plataformas, a discussão sobre a propagação de fake news é um ponto complicado que vive um jogo de empurra-empurra de quem se responsabiliza por falsas notícias e seus compartilhamentos.

“O Facebook não é responsável por produzir essas notícias e sim empresas de mídia ou até indivíduos que as produzem e despejam no fluxo do feed. O Facebook, no entanto, é responsável pela distribuição e, portanto, pela seleção das fake news e é nesse ponto que eles prometeram melhorar, ao selecionar, por exemplo, quais notícias são falsas e quais não são, em termos de sua responsabilidade com a distribuição. [...] A solução para as fake news não é simples, é uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre governos, que precisam assegurar um panorama de mídia diversificado, o Facebook, que é um dos grandes distribuidores de mídia agora, também as organizações jornalísticas ou os negócios que devem tentar fazer o seu melhor, e claro, os usuários que em alguma medida são responsáveis pelo que eles consomem, o que eles consideram ser falso ou verdadeiro, ou notícia confiável.” (VAN DIJCK, 2019)

A cota de responsabilidade do usuário pode ser a ponta mais delicada de resolver, uma vez que não se espera que um consumidor usuário mediano tenha total capacidade para reconhecer e validar cada notícia que ele vê online. Este problema não é restrito localmente ao Brasil ou América Latina, os indícios são globais. Em julho de 2017, pesquisa da Universidade de Stanford apontou que estudantes americanos não conseguiam verificar a credibilidade das informações que consumiam em plataformas da internet. De 7.804 alunos de ensino fundamental, médio e superior, 40% não identificaram fake news (JOHANN, 2018).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade inexorável da sociedade dependente das plataformas conectadas, impõem-se alguns desafios para que limites sejam definidos, no que diz respeito à privacidade, transparência e precisão nas informações das notícias que são consumidas, por exemplo. Há que se levar em conta que a “desintermediação” observada por Levy nos apresenta duas interpretações: ao passo que os indivíduos podem postar com liberdade, as lógicas algorítmicas das plataformas globais coletam todos esses dados e impõem aquilo que lemos, assistimos e compramos.

Plataformas operadas por gigantes como Google e Facebook assumiram a

distribuição de notícias sem assumir as responsabilidades que vêm com as organizações jornalísticas. Seus mecanismos provocam desagregação e reagrupamento do conteúdo de notícias, das audiências e da publicidade, aponta Van Djick (apud GROHMANN, 2019). Em nome da liberdade do indivíduo na internet, elas abalaram não só os modelos de negócios das empresas de mídia, mas os próprios valores e normas que baseiam a atividade jornalística: independência, precisão, credibilidade.

O estudo de Van Djick sobre as plataformas e o jornalismo indica também que a arquitetura imposta por grandes corporações conectadas, como as GAFAM, provoca impactos na forma como o trabalho jornalístico se organiza. “Assim como a Uber tem motoristas que ‘não são seus’, os jornalistas estão cada vez mais separados das organizações midiáticas”, (apud GROHMANN, 2019). As plataformas contornam instituições, conectando indivíduos e consumidores privados, o que pode fragilizar a coletividade, os interesses e valores públicos.

Esta reflexão aponta que a cultura da conectividade e a plataformização da sociedade são sistemas entre pessoas e máquinas, consumidores, produtores, usuários e proprietários, em meio a um fenômeno que se forma e se transforma incessantemente. É preciso seguir pesquisando e refletindo sobre a relação entre jornalismo e leitor, sobre as novas dinâmicas do interesse público e o poder de agenciamento das plataformas sobre as notícias que consumimos.

REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, Tim. **30 years on, what's next #ForTheWeb?** Web Foundation, 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://webfoundation.org/2019/03/web-birthday-30/>> Acesso em: 09 jul. 2019.

BERNERS-LEE, Tim. **I invented the web. Here are three things we need to change to save it.** Crypto ID. 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2xJsXaF>> Acesso em: 09 jul. 2019.

BLOMMAERT, Jan. **Professor Jan Blommaert on Foucault and the internet.** DiggIt Magazine. 14 out. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZSPuoLs2HI>> Acesso em: 10 jul. 2019.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p.

CAMARGO, Isadora; TERRA, Carolina. **Faces da conectividade: Plataformas, Influência e Usuários.** Entrevista: José van Dijck. Revista Parágrafo, v.5, n.1. São Paulo, jan/jun. 2017.

DORNELAS, Raquel. **Um jornalismo para chamar de meu? Algoritmos e o fenômeno da customização de notícias.** Revista Parágrafo. Dossiê Mediações Algorítmicas. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 83-93, jan./abr. 2018.

GROHMANN, Rafael. **A Sociedade da Plataforma: entrevista com José van Dijck.** Digilabour. 06 mar. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2xE10Bg>> Acesso em: 09 jul. 2019.

GROSSMAN, Lev. **You – Yes, You – Are TIME’s Person of the Year**. Time. 25 dez. 2006. Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,1570810,00.html>> Acesso em: 10 jul. 2019.

JOHANN, Wellington. **O jornalismo digital na era da desinformação**. Observatório de Imprensa. 11 set. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2JANR1t>> Acesso em: 10 jul. 2019.

JURNO, Amanda C. e DALBEN, Silvia. **Questões e apontamentos para o estudo de algoritmos**. Revista Parágrafo. Dossiê Mediações Algorítmicas. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 17-29, jan./abr. 2018.

LEMOS, André. **Os desafios atuais da Cibercultura**. Lab 404, Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço, Universidade Federal da Bahia. 15 jun. 2019. Disponível em: <<http://www.lab404.ufba.br/?p=3599>> Acesso em: 09 jul. 2019.

NAPOLI, Philip; CAPLAN, Robyn. **Por que empresas de mídia insistem que não são empresas de mídia, por que estão erradas e por que isso importa**. Revista Parágrafo. Dossiê Mediações Algorítmicas. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 143-163, jan./abr. 2018.

PECINI, André. **Da plataformização da web à sociedade de plataforma: impacto da mediação digital na sociedade e subjetividade**. In: VI COMCULT – Congresso Internacional de Comunicação e Cultura. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2xJVVaB>> Acesso em: 09 jul. 2019.

SAAD, Elizabeth. **Sociedade digitalizada: “plataformização” das relações e uma privacidade “zerada”**. Jornal da USP, 12 abr. 2019. Disponível em: <jornal.usp.br/?p=237357> Acesso em: 09 jul. 2019.

VAN DIJCK, José. POELL, Thomas; DE WALL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Londres: Oxford, 2018.

VAN DIJCK, José. **Professor José van Dijck on today’s ‘platform Society’**. DiggIt Magazine. 09 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g2rVuDQeAeg>> Acesso em 10 jul. 2019 .

O CONSUMISMO EM PROL DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: UM DILEMA CRESCENTE DO SÉCULO XXI

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Helena Francisco de Oliveira Lima

Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus
Viamão
Viamão - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/1175423274826679>

Priscila Silva Esteves

Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus
Viamão
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7378075538874291>

RESUMO: O consumismo é a ação de comprar excessivamente e sem necessidade, sendo motivada por impulso ou desejo de comprar. A partir disso, este trabalho tem por objetivo abordar as consequências e impactos do consumo em excesso, como eles influenciam e como estão presentes na sociedade atual. A justificativa para desenvolver o presente trabalho deu-se pela hipótese do consumismo não ter uma causa específica e por esse comportamento ser motivado por uma série de fatores que envolvem desde a mídia até as estratégias de marketing utilizadas por empresas. O problema do consumismo surge em vários fatores, como o interesse das empresas de vender cada vez mais. Desmembrando isso, chega-se ao ponto da obsolescência programada, que é uma tática

utilizada por produtores/fabricantes, onde eles desenvolvem produtos que simplesmente param de funcionar ou se tornam obsoletos em um curto prazo de tempo. Assim, os consumidores são levados a adquirir versões mais novas daquele bem ou serviço. Foi realizada uma análise bibliográfica sobre o tema em questão buscando responder aos seguintes questionamentos: Como o marketing dos produtos faz com que o consumidor queira comprar em excesso? Como esse consumismo, juntamente com a obsolescência programada, impactam a atual sociedade e quais seus efeitos sociais, ambientais e econômicos? Optou-se por uma postura mais reflexiva e crítica para a análise destes fatores, buscando teorias, entre outras hipóteses de solução reais. Com base nas análises feitas até o momento pode-se concluir que com o aumento da procura por produtos, mais recursos naturais precisam ser explorados para atender a essa demanda, que muitas pessoas relacionam de forma extrema o sentimento de satisfação e alegria com o ato de comprar sem necessidade e que o consumo desenfreado pode acarretar no comprometimento financeiro por meio de uma quantidade excessiva de dívidas, através da compra de produtos desnecessários e supérfluos.

PALAVRAS-CHAVE: Consumismo, Impacto, Obsolescência Programada.

THE CONSUMERISM IN FAVOR OF PROGRAMMED OBSOLESCENCE: A GROWING DILEMMA OF THE XXI

ABSTRACT: Consumerism is the action of buying excessively and without necessity, being

motivated by impulse or desire to buy. From this, this work aims to address the consequences and impacts of excessive consumption, how they influence and how they are present in today's society. The justification for developing this work was the hypothesis that consumerism does not have a specific cause and that this behavior is motivated by a series of factors that involve from the media to the marketing strategies used by companies. The problem of consumerism arises in several factors, such as the interest of companies to sell more and more. This brings us to the point of planned obsolescence, which is a tactic used by producers/manufacturers, where they develop products that simply stop working or become obsolete in a short period of time. Thus, consumers are led to acquire newer versions of that good or service. A bibliographical analysis has been carried out on the subject in question seeking to answer the following questions: How does the marketing of products make the consumer want to buy in excess? How does this consumerism, together with planned obsolescence, impact the current society and what are its social, environmental and economic effects? A more reflexive and critical posture was chosen for the analysis of these factors, seeking theories, among other real solution hypotheses. Based on the analyses made so far, it can be concluded that with the increase in demand for products, more natural resources need to be exploited to meet this demand, that many people relate in an extreme way the feeling of satisfaction and joy with the act of buying without necessity and that unbridled consumption can lead to financial commitment through an excessive amount of debt, through the purchase of unnecessary and superfluous products.

KEYWORDS: Consumerism, Impact, Programmed obsolescence.

1 | O CONSUMISMO

O consumismo é caracterizado pela compulsão de compras em excesso e, na maioria, de produtos ou de serviços que não são necessários para a pessoa. O conceito também se relaciona com maneiras inconscientes e alienadas de comprar, sem avaliar o impacto social e ambiental. Também é possível que o consumismo evolua, em algumas pessoas, para um quadro clínico, como a síndrome de Diógenes. Nessa situação o indivíduo, tem tal apego pelos bens materiais adquiridos que não consegue parar de comprar nem se desfazer de produtos antigos. O marketing e a publicidade, somados aos padrões veiculados na mídia, foram, por muito tempo, responsabilizados por essa intensificação do consumo. Entretanto, profissionais da área têm mostrado que novos caminhos são possíveis, incluindo essas profissões em campanhas para um consumo mais ético e consciente.

O consumismo parte do conceito inicial da palavra “consumo”.

É o ato de adquirir bens ou serviços por meio da compra e pode ser compreendido como uma das etapas da atividade econômica, portanto, é a fase em que os bens e serviços chegam ao consumidor final, que irá adquiri-los para a satisfação de suas necessidades - este é o final desse ciclo econômico. (CARVALHO, 2019)

A atual sociedade, considerada capitalista, é marcada pela necessidade intensa de consumo, o que resulta numa maior necessidade de produção, que para atender a esta

procura, gera cada vez mais empregos, que aumentam o dinheiro disponível na economia e que tem por intuito de ser revertido para o próprio consumo. O excesso de todo este processo leva a uma intensificação da produção e, conseqüentemente, a um aumento da extração de matérias-primas e do consumo de energia, muitas vezes, de fontes não-renováveis. Para além disso, o amontoo cada vez maior de bens supérfluos leva a nossa sociedade a uma deterioração dos hábitos e dos valores, uma vez que as pessoas se tornam gradualmente escravas do consumo, em detrimento da reflexão crítica, de uma sociedade que privilegie a pessoa e a sua intelectualidade.



Imagem 1: Pirâmide de Maslow (adaptado de Heringer (2012, p. 97)).

2 | ONEOMANIA: A DOENÇA DO CONSUMISMO

O estímulo para a compra de produtos e serviços se dá pela crença de que o dinheiro é sinônimo de felicidade e a falta dele faz com que a pessoa sinta-se desamparada, a vida se torna “trágica”, e o maior incentivo para a compra é feito pelo sistema de marketing, com propagandas através de mídias sociais e todos os outros meios de indução. O Núcleo IPÊ, equipe produtora do site “Minuto Psicologia”, aponta que a sociedade atual se estruturou através do capitalismo e do consumo, e numa breve tentativa de parafrasear Descartes, pode-se dizer: “Consumo, logo existo”. A população é feita de consumidores, que são avaliados por aquilo que possuem, ostentam ou podem adquirir. Geralmente o que leva uma pessoa a comprar é a necessidade, a diversão, os modismos, a importância, o status e o apelo mercadológico do comércio. Mas existe quem consuma pelo simples prazer de comprar, de adquirir alguma coisa que não utilidade ou significado.

A “doença da dívida” está cada vez mais frequente, não é uma doença rara e se

chama Oneomania, um transtorno psiquiátrico marcado pela vontade sem controle de comprar. O Núcleo IPÊ também apresenta um levantamento em que pesquisas apontam que já chega a 3% os compradores compulsivos com esta patologia. Estes compradores têm em comum a vontade incontrolável de comprar, sem nenhum critério e, ou consciência da sua verdadeira necessidade condizente com a sua condição financeira.

Os oneomaniacos têm o consumo como vício, assim como um alcoólatra que necessita de bebida. Essa compulsão é suscetível a qualquer pessoa, independentemente de classe social, condição econômica e formação intelectual. Quando a pessoa está comprando, é sentido um alívio e prazer dos sintomas, que após um pequeno espaço de tempo voltam. A compra é realizada por impulso, sem estar precisando daquele produto/serviço, para compensar a angústia, ansiedade, alguma dor e, ou diminuir o desconforto físico e psicológico. Logo após a compra ela se arrepende. Normalmente essas pessoas são viciadas em consumo descontrolado e estão sempre devendo a algum credor. É considerada por alguns uma doença obsessiva-compulsiva mas nesse caso o indivíduo apresentaria outros comportamentos característicos, além do ato de comprar. Caso os próximos sintomas a serem apresentados estarem ausentes, a oneomania é considerada um distúrbio no controle dos impulsos.

O pesquisa apresentada no site “Minuto Psicologia” aponta que alguns sinais da compulsão são:

- a)** Sempre está procurando maneiras de conseguir dinheiro para cobrir o rombo da conta bancária;
- b)** Compra itens que não são necessários ou em quantidades exageradas;
- c)** Acaba sempre gastando mais dinheiro e mais tempo do que o planejado;
- d)** Tem problemas familiares e desgaste em suas relações sociais por conta dos gastos excessivos;
- e)** Tem dívidas que superam o valor que pode pagar;
- f)** mente, omite e esconde as compras excessivas e também as dívidas.
- g)** Tem preocupação excessiva em comprar;
- h)** Sempre se arrepende logo após as compras e sente-se frustrado com isto;
- i)** Toma empréstimo para cobrir os gastos realizados;
- j)** Quando está triste ou frustrado sempre busca comprar algo.

A doença pode estar associada a transtornos do humor e de ansiedade, dependência de substâncias psicoativas como álcool, tóxicos ou medicamentos. Transtornos alimentares como bulimia, anorexia e de controles de impulsos. A oneomania também surge para aliviar sentimentos de grande frustração, vazio e depressão.

Os compradores compulsivos devem buscar atendimento psiquiátrico e frequentar sessões de psicoterapia para tratar o problema, afirmam os médicos. A Oneomania é

uma doença que nunca melhora, somente piora, com o passar do tempo. É uma doença progressiva em sua natureza, que não pode jamais ser curada, mas pode ser vencida.

Daniel Fuentes, neuropsicólogo e coordenador de Ensino e Pesquisa do Ambulatório do Jogo Patológico e Outros Transtornos do Impulso (AMJO), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, segundo o seu estudo, a proporção é de quatro mulheres para cada homem com a doença. Os especialistas ainda não sabem precisamente o porquê da oneomania ser mais comum em mulheres, mas acreditam que o motivo está diretamente relacionado a condições culturais.

[...] A mulher sempre fica responsável pelas compras da casa e da família. Ela é que vai ao supermercado, ao shopping e compra presentes para todos os parentes. Sem contar que acaba se endividando comprando artigos que compõem sua identidade, como roupas e acessórios”, comenta a psicóloga. “Entretanto, e mulher busca mais tratamento do que os homens. Ela aceita mais o fato de estar com o problema e vai em busca de soluções. (FILOMENSKY, 2015)

3 I OBSOLESCÊNCIA TÉCNICA VS. OBSOLESCÊNCIA PSICOLÓGICA

O fenômeno intitulado de obsolescência programada, pode ser dividido em dois eixos: o técnico e o psicológico. No eixo técnico, os aparelhos param de funcionar sem um motivo prévio, logo assim, fazendo com que os clientes comprem um novo daquele mesmo produto. Alguns estudos levantam que o início do fenômeno pode estar associado à Grande Depressão que ocorreu em 1929. Durante a crise econômica absurda que foi um marco desse período, o mercado consumidor encontrou-se impotente, foi observado que havia muitos produtos industrializados em estoque e que não eram comercializados, isso fez com que, obviamente, o lucro das empresas caísse, o desemprego subiu e, conseqüentemente, reduziu o consumo e aumentou a crise. Diante disso, observou-se que produtos duráveis desfavoreciam a economia e o mercado, pois reduziavam o consumo. Um grande exemplo foi um cartel organizado em torno da década de vinte, entre fabricantes europeias e americanas de lâmpadas. Seus produtos tinham vida útil reduzida, o que fazia com que as vendas aumentassem. Já a segunda classificação, a obsolescência psicológica, acontece quando o consumidor, mesmo com um produto em perfeito estado de conservação, não se sente satisfeito com o item adquirido. Os avanços tecnológicos têm estimulado esta nova geração da sociedade, que enfatiza o surgimento e a criação de novos desejos e de necessidades. Assim, a produção e o consumo são regidos sob a lei do fenômeno, sob a sedução e a diversificação, impondo que, o que é novo será sempre superior ao antigo, assim fazendo com que haja o desuso e o descarte antecipado dos produtos consumidos. Isso, geralmente, ocorre porque o dono do produto considera-o ultrapassado, “fora de moda”, obsoleto, por conta do lançamento de novos modelos em um pequeno espaço de tempo. Temos como exemplo a Apple, empresa conhecida mundialmente por

ser uma empresa “verde”, lançou no território nacional o *iPad 4*, poucos meses depois de ter colocado em circulação o *iPad 3* no Brasil. Os usuários desse produto, diante do lançamento de uma nova versão que não apresentava consideráveis diferenças técnicas, mas exibia novo design, notaram que seu produto recém-adquirido, tornou-se obsoleto. Tal fato ensejou uma ação judicial, objetivando a substituição imediata do produto considerado obsoleto. (DANNORITZER, 2011, 17min33s).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2012) já decidiu pela abusividade da prática de obsolescência programada, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 984106/SC, em 04 de outubro de 2012. Na oportunidade, o Tribunal consignou os seguintes exemplos de ocorrência do fenômeno:

São exemplos desse fenômeno: a reduzida vida útil de componentes eletrônicos (como baterias de telefones celulares), com o posterior e estratégico inflacionamento do preço do mencionado componente, para que seja mais vantajoso a recompra do conjunto; a incompatibilidade entre componentes antigos e novos, de modo a obrigar o consumidor a atualizar por completo o produto (por exemplo, softwares); o produtor que lança uma linha nova de produtos, fazendo cessar a fabricação de insumos ou peças necessárias à antiga.

Para o Tribunal, essas práticas abusivas devem ser combatidas pelo Poder Judiciário, visto que contrariam a Política Nacional das Relações de Consumo, de cujos princípios se extrai a “garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho” (artigo 4º, inciso II, alínea “d”, do Código de Defesa do Consumidor). Como se percebe, a jurisprudência brasileira já pacificou o entendimento pela abusividade da obsolescência programada frente à vulnerabilidade do consumidor. Entretanto, é necessária a análise do fenômeno sob a perspectiva dos impactos causados ao meio ambiente pelo lixo eletrônico.

4 | JOGADAS DE MARKETING QUE SÃO VIESES DO CONSUMO COMPULSIVO E “COMBUSTÍVEL” PARA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Com consumismo fazendo parte da realidade atual, o ato de ter é algo crucial, mesmo que nem sempre seja necessário. Diante desse comportamento, a sensação de comprar e poder comprar se torna algo limitado e até mais prazerosa e, naturalmente, as marcas já perceberam isso. Assim surge o marketing de escassez, tem como foco explorar justamente esse tipo de atitude, ou seja, a sensação de urgência para ter algo que pode se esgotar a qualquer momento. Além disso, o trabalho também é fabricado em cima do medo do consumidor em ficar sem aquele produto, já que ele “tende” a esgotar rapidamente.

Não havia mais a necessidade de fomentar o consumo, e as empresas passaram a seduzir o consumidor por meio do marketing e do designer. O enfoque americano era criar consumidores frequentemente insatisfeitos com o produto que desfrutavam, desejando sempre o modelo mais recente. A felicidade somente seria conquistada através da satisfação mutável dos

Após análises bibliográficas e das mídias sociais, nota-se que uma das maiores estratégias para fazer com que algo se torne obsoleto além dos recortes dos aparelhos eletrônicos, é o mercado da moda, em que as tendências estão sempre mudando e fazendo com que as pessoas se adaptem às novas mudanças. Nos últimos 3 a 4 anos, a moda dos anos 80 e 90 vieram a tona, numa tentativa de ser uma nova tendência, com uma intitulação “*vintage*”, “*retrô*”. Muitos dos jovens já tinham esse estilo de roupa em casa, de outras gerações (mães e avós), mas a mídia trouxe uma visão e fez com que as pessoas consumissem de algo que já tinham. Numa tentativa de combater essa “reviravolta” houveram muitos *influencers* digitais com a customização de roupas consideradas velhas e fora de moda. A linha tênue entre consumir o novo e reciclar o velho, foi inevitável, mas ainda sim a indústria da moda manteve seus lucros em crescimento com o lançamento de tendências que não passam modas que já foram consideradas ultrapassadas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises feitas até o momento, foi corroborado que com o aumento da procura por produtos, mais recursos naturais e matérias-primas precisam ser explorados para atender a essa demanda, e isso conseqüentemente gera impactos ambientais, como o acúmulo de lixo eletrônico. Em janeiro de 2020, o Brasil foi considerado o país líder em produção de lixo eletrônico na América Latina, gerando 1,5 milhão de toneladas por anos e apenas 3% desse lixo é reciclado ou descartado de maneira adequada. A principal solução para esse problema tem sido o desenvolvimento sustentável, que está combatendo diretamente a crise ambiental. Por impactos sociais, além da oneomania, que muitas pessoas relacionam de forma extrema o sentimento de satisfação e alegria com o ato de comprar sem necessidade, há a degradação das relações sociais e até mesmo a alienação. E como impactos econômicos, tem-se que o consumo desenfreado pode acarretar no comprometimento financeiro pessoal e familiar por meio de uma quantidade excessiva de dívidas, contraídas por meio da compra de produtos desnecessários e supérfluos. A partir de todos os dados e teorias apresentados, é válido abrir a incógnita de como a sociedade como um todo pode se unir para mudar essa série de acontecimentos. Pode-se notar que há um problema intrínseco a população que é alimentado, na maior parte, através do sistema capitalista, sistema da procura, compra e venda, oferta e demanda. Como mudar esse ciclo vicioso? Se todos estão inseridos nesse meio, mas como conscientizar uma população inteira? Encontrar de onde surge o erro? Não há uma única conclusão diante de todos os debates apresentados, mas sim novos horizontes sendo mostrados, trazendo uma nova perspectiva da sociedade de consumo e suas deficiências.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Raquel; SIMÕES, Dora. **Publicidade em websites de redes sociais: caso da skol**, 2014. Revista de Humanidades. 29. 231. 10.5020/23180714.2014.29.2.231-250. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Direito do Consumidor. Vício Oculto. Defeito Manifestado Após O Término da Garantia Contratual Observância da Vida útil do Produto. nº 0506. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Informativo de Jurisprudência. Brasília. Acesso em: 29 mai. 2020

CARVALHO, Talita. **Significado de Consumo**. 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/consumo/>. Acesso em: 30 maio 2020.

DANNORITZER, Cosima. **Comprar, tirar, comprar: la historia secreta de la obsolescencia programada**. Produção de Cosima Dannoritzer. [S.l.], Arte France, Televisión Española, Televisió de Catalunya, 2011. (52min18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o0k7Uhd pOAO>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FILOMENSKY, Tatiana. **Oneomania: a Doença do Consumismo**: oneomania atinge principalmente as mulheres. Oneomania atinge principalmente as Mulheres. Disponível em: <https://bit.ly/2MwXujp>. Acesso em: 29 mai. 2020.

FIORENTIN, Renata Angelis Jamardo; LEMOS, Tiago. **Análise da teoria de Zygmunt Bauman: do consumismo ao superendividamento**. Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, Criciúma, v. 1, n. 1, p.1-8, 1 set. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2RXOUwg>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

HERINGER, B. I. D. F.; CASTO, M. D. L. V. de. **A eficácia das redes sociais no 249 Publicidade em websites de redes sociais: caso da skol**, Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2014 marketing de relacionamento no Varejo. Revista de Administração da FATEA, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 91-108. Acesso em: 30 mai. 2020

HOTMART. **Quais são as tendências do consumismo no Brasil?**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2XscTts>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

NOGUEIRA, Natália. **Marketing Segmentado e Consumismo**. Disponível em: <<https://bit.ly/327lwbo>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

OLIMPIO, Junior Araujo. **O que é Obsolescência Programada? - Dicionário do Marketing Digital**. Gestordemarketing, 2016. (3 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qZTmOf6c-Fk>. Acesso em: 27 mai. 2020.

PINTO, Igor de Souza et al. **A construção do iPhone como símbolo do consumismo no Pós-Moderno**. Bocc: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Pará, v. 1, n. 1, p.1-7, ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2xw6SfA>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

ZANIRATO, Sílvia Helena; ROTONDARO, Tatiana. **Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade**. Estudos Avançados, [s.l.], v. 30, n. 88, p.77-92, dez. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2JoUbc5>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MERCADOS DE INFORMAÇÃO: PRODUTOS E SERVIÇOS NA ARQUIVOLOGIA

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 01/06/2020

Ismaelly Batista dos Santos Silva

Universidade Federal da Paraíba.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5866979252577253>

RESUMO: a Arquivologia como ciência pautada em pesquisas de cunho técnico e científico, mediante seu objeto de caráter informacional possui capilaridade distinta em setores diversificados no contexto investigativo e no mundo do trabalho, haja vista sua capacidade de interlocução socioinstitucional mediante contemporâneas necessidades informacionais demandadas pelo contexto geopolítico e cultural. Neste sentido, a presente pesquisa visa promover uma reflexão acerca dos produtos e serviços no âmbito da Arquivologia e mapear o tema de produtos e serviços com recorte no campo Arquivístico brasileiro. No intento de realização da pesquisa a tipificamos como sendo descritiva mediante os objetivos e de acordo com os procedimentos trata-se de um levantamento de literatura nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação sob abordagem quantiquantitativa aplicada a análise dos conteúdos subscritos. Como resultados demonstra a escassez de literatura específica na Arquivologia sobre os produtos assim como serviços da área cuja origem orbita nas funções associadas ao Arquivista. Bem como, acredita-se que após sua consolidação os produtos e serviços arquivísticos possuem ampla

inserção junto ao Mercado Informacional, mas suscitam nos profissionais da área a capacidade de domínio das competências em informação, articulação e liderança. Por fim, se conclui que as funções arquivísticas e seus produtos e serviços tendem a um contínuo processo de remodelagem mediante as necessidades vigentes do Mercado Informacional. Soma-se a isso o fato de que a Arquivologia e os profissionais que a compõem devem se apropriar de saberes multidisciplinares (tecnologias computacionais, gestão de organizações e sistemas, dentre outros congêneres), além dos já consolidados no campo como estratégia para manutenção de sua atuação e relevância.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia, Produtos e Serviços, Mercado Informacional, Competência em Informação, Arquivista.

INFORMATION MARKETS: PRODUCTS AND SERVICES IN ARCHIVAL SCIENCE

ABSTRACT: Archival Science as a science based on technical and scientific research, through its informational object has a distinct capillarity in diverse sectors in the investigative context and in the world of work. Its capacity of social-institutional interlocution through contemporary information needs demanded by the geopolitical and cultural context is evident. In this sense, this research aims to promote a reflection on products and services in the field of Archival Science and to map out the theme of products and services with cutout in the Brazilian Archivist field. In order to carry out the research, we characterize it as descriptive according to the objectives

and procedures. It is a survey of literature in the areas of Archival Science and Information Science under a quantified approach applied to the analysis of the subscribed contents. The results show the scarcity of specific literature in Archival Science about the products as well as services of the area whose origin is in the functions associated with the Archivist. It is also believed that, after their consolidation, archival products and services have the challenge of being inserted in the Informational Market, raising from the professionals in the area the capacity of mastering the competences in information, articulation and leadership. Finally, it is concluded that the archival functions, as well as its products and services, tend to a continuous remodelling process according to the current needs of the Informational Market. In addition, Archival Science and its professionals must appropriate multidisciplinary knowledge (computer technologies, organization and systems management, among others), in addition to those already consolidated in the field, as a strategy for maintaining its performance and relevance.

KEYWORDS: Archival Science, Products and Services, Information Markets, Skills in Information, Archivist.

1 | PROLUSÃO INVESTIGATIVA E OS TEMAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS NA ARQUIVOLOGIA

A Arquivologia como ciência do campo das humanidades, e, nelas compoendo as Ciências Sociais Aplicadas é pautada em pesquisas de cunho técnico e científico mediante seu objeto de caráter informacional e capilaridade distinta de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, em setores diversificados no contexto investigativo e no mundo do trabalho, haja vista que contempla uma ampla capacidade de interlocução socioinstitucional mediante contemporâneas necessidades informacionais demandadas pelo macro contexto geopolítico e cultural nos múltiplos setores da sociedade em meio a era da informação.

O cenário dos Mercados de Informação ou Mercado Informacional aqui compreendidos pelo setor de produção e consumo de bens e serviços ligados a informação, representados não necessariamente por Unidades de Informação (Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação), mas pela própria malha financeira global (bolsa de valores, bancos online, sistemas de criptomoedas, dentre outros), indústria do entretenimento, plataformas virtuais de serviços, repositórios de documentos digitais e instituições que subsidiam a ciência e tecnologia. A partir da inovação tecnológica que gera possibilidades e oportunidades de crescimento e promove novos modelos de negócios estes Mercados de Informação tendem a se transformar de forma significativa.

Outrossim, o Mercado Informacional revela ações promissoras a atuação do Arquivista como, por exemplo, a gestão de repositórios digitais nas organizações que se encontram em processo expansão e adequação ao ambiente informativo contemporâneo visando o tratamento, gestão e preservação de informações com base em normativas da Organização Internacional de Normalização (ISO). Por outro lado, entendemos que há no campo Arquivístico aspectos que mitigam seu desenvolvimento como área potencial de

ocupação destes espaços de interlocução e trabalho através da inserção e apropriação dos profissionais formados em Arquivologia ante o contexto descrito.

Isto posto, fazemos uma análise em termos de justificativas em três níveis. Cujo primeiro é pautado no caráter pessoal e se revela através da experiência como Arquivista. Um segundo se encontra atrelado ao papel de mediação de conteúdos no contexto da Docência. E, como terceiro nível situa-se a análise do meio sociocultural, em que de maneira sistemática tais prerrogativas nos revelam alguns indícios como: o baixo percentual de literatura científica especializada ao que compete a investigação e promoção de uma reflexão e inovação ampla que subsidie os diálogos acerca dos produtos e serviços de informação no contexto Arquivístico. O que gera lacunas aos referenciais, interpretações equivocadas do ofício e que implicam no perfil profissional com baixa inferência acerca das competências em nível de atuação ou ainda em processo de formação junto ao mercado de trabalho atual orientado pelos Mercados de Informação cujos insumos informacionais representam a maior parcela de proventos e *royalties* presentes nas transações institucionais.

Outro ponto relevante é a própria formação profissional que, por vezes condiciona a um olhar operacional ou gestor hiperespecializado. Isso, quando não gera uma ausência de identidade da área acerca das funções a serem desempenhadas, assim como se peca na subestimação do caráter valorativo dos aspectos sociais. O que pode decorrer do próprio objeto de estudo de cunho informacional que se revela desafiador em termos de articulação na promoção de ações culturais no que tange a mediação e difusão.

A partir de um levantamento de fontes de pesquisa com recorte no cenário brasileiro (e que compõe parte dos resultados desta pesquisa) nos deparamos inúmeras vezes com a pouca literatura que se dedique com propriedade e visão contemporânea sobre a temática de produtos e serviços de informação no contexto Arquivístico. E, quando assim encontramos, avaliamos uma mescla com atividades de outras áreas, sobretudo, imbricadas às competências do Museólogo, Bibliotecário ou profissional da Tecnologia da Informação (TI). O que ocorre sob o discurso de um contexto interdisciplinar quando na realidade acaba transparecendo a ausência de propriedade acerca do ‘núcleo duro’ da área e incapacidade de realizar conexões com o macro contexto do conhecimento Arquivístico.

Neste sentido, a presente pesquisa possui dois objetivos sendo o primeiro promover uma reflexão acerca dos produtos e serviços no âmbito da Arquivologia e conta com um enfoque principal em seu ‘fluxo gerativo’ se assim possamos denominar. O que nos leva a um segundo ponto estruturante neste estudo que é o mapeamento do tema de produtos e serviços com recorte no campo Arquivístico brasileiro. E, que se estende desde a gênese até a aglutinação junto Mercado Informacional ou Mercados de Informações presentes na literatura publicada até o momento de realização deste estudo conforme passamos a apresentar nas próximas seções.

21 APORTE TEÓRICO E EMPÍRICO ACERCA DAS COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO, PRODUTOS E SERVIÇOS NA ARQUIVOLOGIA

Produtos e serviços sempre se encontraram correlacionados entre si. E, ganham visibilidade a partir das teorias da engenharia de produção e administração, principalmente com enfoque no contexto de áreas como o marketing e gerenciamento de recursos organizacionais. O que necessariamente representa que a temática de produtos ou mesmo serviços extrapolam o contexto e disciplinar conceitual para a Arquivologia (Produtos e Serviços Arquivísticos - PSA). Segundo Burke (2003), os serviços de informação situam sua notoriedade a partir da retomada da produção do conhecimento com fins de rentabilidade, uma vez que a materialidade da informação (que gera produtos) e sua distribuição passam a ser enxergadas como um mercado comercial promissor ou em amplo contexto os Mercados de Informação.

Algumas tentativas de conceituação para produtos e serviços no contexto Arquivístico tem sido suscitada como meio de contextualização destes temas para área. Neste sentido, Silva (2013, p.7) ressalta que “[...] os produtos e serviços da Arquivologia, ou se assim possamos entendê-los, como produtos e serviços arquivísticos e de arquivo, têm por natureza sua dada especificidade, uma vez que são encarados diferentemente dos encontrados em situações cotidianas”. Em outras palavras, no cerne da questão do Mercado Informacional temos um nicho especializado ao que cabe à Arquivística.

Tal direcionamento conceitual implica na compreensão ampla e não ingênua do que seriam os produtos e serviços para a Arquivologia, ou seja, como área do conhecimento científico e campo profissional a Arquivística tende a demonstrar posicionamento ante o campo do saber como artifício a reverberar teórica e de maneira aplicada no extrato social e mais especificamente no ofício de seus profissionais que atuam em acervos institucionais e têm neste contexto a possibilidade de geração e oferta de produtos e serviços.

A compreensão teórica do conceito de PSA é pouco refletida, mas de forma contextual possui raiz etimológica em campos como a administração e o próprio contexto dos produtos e serviços informacionais advindo da Ciência da Informação, em que tal diálogo multidisciplinar se revela propício a construção dos saberes e bases pragmáticas de atuação nos cenários Arquivísticos (SILVA, 2013).

Apesar de um tema não contemporâneo do ponto de vista de sua gênese os serviços e produtos orientados ao meio informacional ganham notoriedade a partir dos dispositivos gerados com a Tecnologia da Informação que avança consideravelmente em direção a padrões cada vez mais especializados com foco na satisfação e como modelo de negócio consolidado desde a modernidade (CIANCONI, 1999). Pois, “[...] a proliferação dos serviços de informação nas primeiras cidades modernas foi em parte um efeito da divisão urbana do trabalho e em parte uma reação à crescente demanda por informação” (BURKE, 2003, p. 69).

Os produtos e serviços de informação ao que consta, emergem de forma significativa a partir da revolução da produção impressa de textos como fonte de informação. E, à medida que a informação passa a ser gerada em larga escala ela se configura em produtos que necessariamente demandam serviços orientados a sua difusão (BURKE, 2003). Nos cenários contemporâneos os produtos e serviços informacionais tendem a acompanhar as transformações suscitadas no campo social, em que pese os aspectos de interação tecnológica e formas de relacionamento com mídias e dispositivos utilizados como plataforma para acesso à informação. Segundo Mcgee (1994, p. 73);

[...] as organizações de sucesso aperfeiçoam o uso da informação nos seus produtos e serviços, e identificam formas de satisfazer as necessidades dos clientes, associando, desassociando e reassociando a informação aos produtos, ou seja, as empresas embutem informação aos produtos e serviços já existentes, tornando-se uma parte vital do pacote comercializado.

Alinhar a infraestrutura tecnológica às iniciativas de desenvolvimento e aprimoramento de produtos tem sido de vital importância para aspectos de manutenção e subsistência de instituições que trabalham no nicho do Mercado Informacional. Algumas das principais áreas intimamente relacionadas com o papel dos contemporâneos produtos e serviços de informação são o marketing e administração voltados ao contexto informacional (BURKE, 2003). Para Assis (2006, p. 35), “a forma como os produtos e os serviços de informação serão desenvolvidos tem relação intrínseca com a forma como os dados obtidos pelas fontes de informação foram analisados, organizados e armazenados”.

No contexto das ciências que se debruçam ante a organização, tratamento e disseminação, acesso e usos da informação, tais como a Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia temos que a remodelagem que desloca o foco dos produtos e serviços de informação voltados ao olhar institucionalizado passa a centrá-lo na perspectiva dos usuários emanando novas competências aos profissionais que atuam nestas áreas, principalmente na perspectiva de alargamento da compreensão do que são estes produtos e serviços de informação, bem como passa a compreender onde situa-se seu real e potencial engajamento no Mercado Informacional (GALVÃO, 1999).

Os modelos tradicionais de produtos que estão pautados em sua tangibilidade (KOTLER, 2000; BORGES, 2007; SILVA, 2013) parecem não mais exercerem hegemonia inclusive teórica, visto que atualmente os pacotes e produtos virtualizados são adquiridos e consumidos sem a necessidade de embalagens físicas ou mesmo transporte postal físico até o domicílio do cliente como, por exemplo, ocorre nos serviços de *streaming* mundialmente. Porém, alguns aspectos como valor agregado, qualidade, estética, satisfação, e efetividade tem sido perpetuados sob a égide da Tecnologia da Informação e Comunicação que atualmente conferem a estes produtos informacionais aspectos de efemeridade e associados de modo irrefutável aos serviços que passam a coexistir conjuntamente e para além da teoria, ou seja, agora em termos práticos e executáveis.

Neste intendo, as competências dos profissionais que se engajam nos Mercados de Informação, em especial aos que organizam tratam e criam dispositivos de mediação da informação, tendem a ser uma demanda de especialização recorrente principalmente nos campos de gestão e tecnologia, ou seja, transpassando as formas de proceder o tratamento informacional o que pode tornar o ofício destes profissionais relevante aos dias atuais e reverberar em seu protagonismo social que se apoia na ação mediadora exercida por eles. Conforme afirma Gomes (2019):

As relações entre protagonismo social e mediação da informação sinalizam que o primeiro pode ser favorecido pela realização consciente da ação mediadora, o que evidencia o apoio desta a esse desenvolvimento, ganhando status nuclear no âmbito da relação entre a responsabilidade social do trabalho com a informação. (GOMES, 2019, p. 11)

Tomando por base a dinâmica social e suas necessidades informacionais contemporâneas ao que compete ao papel de profissionais das ciências de tratamento, organização e disseminação da informação (em particular o Arquivista) podemos apontar que a competência em mediar a informação em cenários dinâmicos e tecnológicos sugere bases de conhecimento bem estabelecidas (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2006). E, em se tratando de uma área como a Arquivologia é de se perceber que para além das funções de produção, classificação, avaliação, descrição, preservação/conservação, aquisição/recolhimento e difusão/acesso apontadas por Rousseau e Couture (1998), que se desdobram em competências para o ofício de Arquivistas e quiçá técnicos em Arquivo. Percebemos que a mediação entra em pauta como função social que extrapola a difusão de acervos e de forma sistêmica engloba todas as funções anteriores a ela.

Nesse ponto, a sociedade da informação torna-se mais real. Uma sociedade em que a informação e o conhecimento tornam-se fatores integrantes de produção. Outros valores entram em cena: para inovar e lidar com irregularidades, é preciso autonomia e responsabilidade, além de um conhecimento de processos e produtos. A informação e o conhecimento sempre fizeram parte do trabalho produtivo, mas agora existe visibilidade, sua importância é reconhecida. Como o conhecimento só pode ser mobilizado pelo trabalhador, pela pessoa humana, inverte-se a lógica. O trabalho deixa de ser o fator algo externo ao trabalhador e volta a ser algo intrínseco a quem o realiza. (MIRANDA, 2004, p. 113)

As competências em informação e sua concepção que busca apoiar um viés sistemático de apropriação e alinhamento da informação ao contexto social, ampara os fazeres emergentes de tratamento da informação a uma perspectiva coerente aos interesses coletivos da sociedade (MIRANDA, 2004). O que imprime a possibilidade de atuação ante os produtos e serviços mediante um viés dialógico (GOMES, 2019). Nestes temos, o trabalho Arquivístico passa a compreender um olhar reflexivo e com exponencial relevância no contexto sociocultural (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2006).

Desta maneira, produtos assim como serviços Arquivísticos tem origem nas funções associadas ao Arquivista, e, após sua consolidação, a inserção desses junto ao Mercado Informacional dá-se mediante a capacidade de domínio das competências, articulação e liderança profissional em bases inovadoras ante a sociedade e sua contemporaneidade.

3 I DADOS ACERCA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ANTE AS TEMÁTICAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM ARQUIVOLOGIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Atendendo a estratégia de pesquisa traçada na primeira seção deste texto e no intento de realização da pesquisa que segue a lógica indutiva (VOLPATO; *et al.*, 2013). Visando atender aos objetivos do estudo que é tipificado como sendo descritivo e com base nos procedimentos se encontra caracterizado como sendo um levantamento centrado no aporte teórico-empírico (GIL, 2008). E, que, conta ainda com uma abordagem qualiquantitativa (MINAYO; SANCHES, 1993), cujos dados foram tratados com base na técnica de análise de conteúdo (MORAES, 1999). Apresentamos e discutimos a seguir os resultados obtidos a partir do levantamento realizado nas principais e mais populares bases de dados científicos acerca da produção do conhecimento para as áreas de Arquivologia e Ciência da Informação no Brasil.

Neste íterim, para o levantamento das fontes de informação realizamos buscas nas bases de dados da CAPES (versão livre), BRAPCI, SCIELLO Brasil e no diretório Google Acadêmico no período de 20 de junho a 10 de julho do ano de 2019. Para tanto utilizamos os descritores: *Produtos e Serviços Arquivísticos*, *Produtos e Serviços na Arquivologia*, *Produtos Arquivísticos* e ainda *Serviços Arquivísticos*. Os resultados recuperados geraram um número total de 34.386 (trinta e quatro mil e trezentos e oitenta e seis) materiais entre artigos (em sua maioria), trabalhos de conclusão de curso, livros e capítulos de livros respectivamente.

Isto posto, a partir do mapeamento do tema de produtos e serviços, com recorte no cenário brasileiro orientado ao campo Arquivístico cabe salientar a escassez de publicações científicas que se debruçam especificamente sobre a temática visando a ampliação da pauta no cenário acadêmico da área de Arquivologia, conforme já mencionado. O que, por sua vez reverbera na apropriação de espaços e ações profissionais junto aos Mercados de Informação.

Os resultados da busca foram listados pelos termos e descritores indexados que após análise preliminar (no caso do Google Acadêmico apenas as cinco primeiras páginas) por meio dos títulos, resumos e palavras-chave foram selecionadas apenas 168 (cento e sessenta e oito) pelo teor correlacional e relevância apresentada para com a temática de estudo. Mas de forma objetiva apenas 27 (vinte e sete) pesquisas versaram efetivamente sobre a temática pesquisada. Neste sentido, nem todos os resultados recuperados passaram a compor nosso referencial teórico, mas compõem o embasamento contextual do presente artigo.

Descritor/ Base de Dados	CAPES (versão livre)	BRAPCI	SCIELLO Brasil	Google Acadêmico
PSA	17	01	00	6.520
Produtos e Serviços na Arquivologia	40	01	00	9.510
Produtos Arquivísticos	31	07	01	7.800
Serviços Arquivísticos	49	10	00	10.400

Quadro 01: Fontes de informação online sobre PSA

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Mediante o observado no Quadro 01, lista-se por base de dados os objetos informacionais recuperados que em súmula representam a relevância da pesquisa em bases confiáveis e especializadas. Cabe frisar que o diretório Google Acadêmico, apesar de seu algoritmo atualizado, segue listando termos correlatos de baixa inferência o que tende a reafirmá-lo como uma base pouco produtiva à realização de investigação científica mesmo adotando estratégias de busca, ou seja, filtros de pesquisa (operadores *booleanos*).

A partir do exposto cabe frisar que a pouca produção existente e que aborda desde o título até o conteúdo sobre os temas específicos aqui expostos (em que se destaca expressivamente o tema de serviços Arquivísticos), advém de pesquisadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e São Paulo. Sendo as temáticas relacionadas especificamente a PSA oriundas da Universidade Federal da Paraíba por meio de publicações em periódicos científicos, anais de eventos acadêmicos e trabalhos de conclusão de curso o que pode encontrar-se atrelado a existência de um componente curricular da graduação em Arquivologia intitulado “Produtos e Serviços de Informação Arquivística”.

Aprofundando a análise por meio de uma imersão às funções de difusão por meio de ações culturais ou ligadas a interação com comunidades de usuários da informação. Os PSA, com base nos dados do levantamento (pautados nas publicações recuperadas), exprimem de forma equivocada, mas não excepcional, que o entendimento destes produtos recai de forma pragmática ao que seriam brindes (canecas, canetas, agendas, calendários, dentre outros de mesma ordem). Por sua vez, e de maneira menos crítica, mas não longe disto, constata-se que os serviços estão associados a atividades como: guia de visitas, exposição ou organizador de evento do tipo “café com poesia no arquivo”. Situação esta, que reafirma as crenças iniciais aqui listadas que sinalizam necessidades de maior desdobramento de investigação e reflexão acerca da temática de PSA.

4 | TECITURAS FINAIS DOS CENÁRIOS DESCRITOS

Conforme analisado, a gênese dos produtos assim como serviços na Arquivologia tem base nas funções associadas aos profissionais da área (Arquivista ou Técnico em

Arquivo) e possuem ampla inserção junto ao Mercado Informacional, mas suscitam destes profissionais a capacidade de domínio das competências em informação, articulação e liderança.

Dialogar acerca de temas como produtos e serviços aproxima a Arquivologia do Mercado Informacional e tem por associação um processo de alinhamento com áreas como a administração. O que pode propiciar um movimento de fortalecimento da categoria Arquivística (em especial o Arquivista, dado que é gestor perante legislação específica - Lei. Nº 6.546/78) a almejar cenários prósperos na esfera administrativa e empreendedora.

Isto posto, compreendemos que os cursos que formam em base de conhecimentos na administração de empresas e gestão organizacional tem se tornado tronco comum a outros profissionais e não apenas a administradores. E, uma vez que os arquivos emergem do ofício administrativo e extrapolam seu teor para a memória e cultura social. Nestes termos, podemos pensar que no contexto das instituições/organizações o Arquivista possui competências para trabalhar desde a gênese até a destinação final e mediação cultural da informação como insumo estratégico à elas e a sociedade, pois tem conhecimento da estrutura/infraestrutura organizacional, pessoas, processos, fluxos e recursos, uma vez que estes elementos estão situados nos seus acervos informacionais geridos pelo Arquivista o que o põe em posição privilegiada.

Neste sentido, se conclui que as funções arquivísticas, bem como seus produtos e serviços tendem a um contínuo processo de remodelagem mediante as necessidades contemporâneas do Mercado Informacional o que nem sempre se reflete nas abordagens presentes na literatura. Destarte a Arquivologia e os profissionais que a compõem devem se apropriar de saberes multidisciplinares (tecnologias computacionais, gestão de organizações e sistemas, dentre outros congêneres), além dos já consolidados no campo, como estratégia para manutenção de sua atuação e relevância.

Por fim, se avalia a necessidade de desenvolvimento de uma agenda de pesquisas para produção de materiais que contribuam para a reflexão dos produtos e serviços no campo Arquivístico. O que pode representar mais informação e qualidade no repertório de conhecimento dos profissionais, pesquisadores e estudantes inseridos no contexto de ensino e aprendizagem na Arquivologia. Assim como, mediante uma evolução deste cenário se pode pensar em uma reverberação nos aspectos de mercado de trabalho, cultura e sociedade para reconhecimento, expansão e visibilidade do ofício Arquivístico como gestor estabelecido no século XXI. Visto que, é um processo culturalmente complexo, pois trata-se de um fenômeno social.

REFERÊNCIAS

ASSIS, W. M. **Metodologia para construção de produtos de informação nas organizações**, 2006. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BORGES, M. E. N. O essencial para a gestão de serviços e produtos de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 115-128, jul./dez. 2007.

BURKE, Peter. **Uma História social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CIANCONI, R. **Gestão de informação na sociedade do conhecimento**. Brasília: SENAI/DN, 1999.

GALVÃO, A. P. **Da convergência tecnológica à convergência empresarial**: o audiovisual como espaço de acumulação na era da digitalização. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo Social e Mediação da Informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p.10-21, mar./ago. 2019

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MCGEE, J. V. **Gerenciamento estratégico da informação**: Aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como a ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Métodos Qualitativos e Quantitativos: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MIRANDA, Silvânia Vieira. identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. de (Org.). **Arquivística**: temas contemporâneos. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2009, p. 175-223.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, I. B. S. Consultoria arquivística aplicada a gestão de produtos e serviços de informação no NDPI/UFPB. In: CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA, 26., 2013, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2013. Disponível em: < http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/7b.CAAGPSI_NDPI-UFPB.pdf >. Acesso em: 29 jun. 2019.

VOLPATO, Gilson. Luiz. BARRETO, Rodrigo. Egydo. UENO, Helene. Marico. VOLPATO, Enilze de Souza Nogueira. GIAQUINO, Percília Cardoso; FREITAS, Eliane Gonçalves de. **Dicionário crítico para redação científica**. Botucatu: Best Writing. 2013.

CAPÍTULO 9

DIPLOMA E PROFISSÃO, PARADOXOS DA FORMAÇÃO SUPERIOR¹

Data de aceite: 01/09/2020

1. A discussão desse texto (revisada atualmente) foi apresentada por meio de Comunicação oral no VII Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente, na UFU, em 19/06/2013 e publicada posteriormente, na Revista Ensino Em Re-Vista, v. 21. n. 2. Jul./dez. 2014.

Elane Luís Rocha

Pedagoga aposentada pela rede municipal de ensino de Uberlândia (MG) e Doutora por meio do PPGED/UFU, na linha de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação

Mara Rúbia Alves Marques

Professora Doutora aposentada pelo PPGED/UFU, na mesma linha de pesquisa

RESUMO: O presente texto tem por finalidade recuperar o pressuposto básico de Pierre Bourdieu de que os agentes sociais buscam legitimação profissional via aquisição do certificado escolar. Para tanto, estruturamos o trabalho a partir de uma incursão sobre a produção e circulação dos bens simbólicos e culturais e apresentamos uma reflexão sobre os paradoxos da formação profissional. De modo que, em última instância, este texto sinaliza a contradição do poder simbólico do diploma e sua relação com a sociedade, com a profissão, com o sistema escolar e com a criação de uma nova cultura universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Política, Educação Superior, Diploma, Profissão.

DIPLOMA AND PROFESSION, PARADOXES OF HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This paper aims to recover the basic assumption of Pierre Bourdieu that social workers seek professional legitimation through acquisition of school certificate. In order to do so, we have structured it from a research about the production and circulation of cultural and symbolic goods and presented a reflection on the controversy of professional education. So ultimately, this text indicates the contradiction of the symbolic power of the diploma and its relationship with the society as well as the profession, the school system and with the creation of a new university culture.

KEYWORDS: Culture, Politics, Higher Education, Diploma, Profession.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A função social da certificação escolar ou do diploma é explicada por Pierre Bourdieu (1998a, 1996, 1990, 1989, 1982, 1974) a partir da busca dos agentes sociais por autoridade que os legitimem a atuar no mundo social, sendo este mundo estruturado por campos culturais, científicos e políticos, dentre outros. Tais campos, a partir de sua especificidade, estruturam as ações dos agentes, definindo as condições de vida social dos mesmos, suas lutas e suas regras. O funcionamento de um dado campo implica a existência de “objetos de disputa e de pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que implique no conhecimento e reconhecimento

das leis imanentes do jogo” (BOURDIEU, 1983, p. 90). O conceito de *habitus* é explicado como “produto de condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação” (BOURDIEU 1996, p. 134), ou seja, é um sistema de disposições psíquicas, conscientes ou não.

Maria da Graça Setton (2002) explica o conceito de *habitus* a partir de “uma perspectiva relacional e processual de análise, capaz de apreender a relação entre indivíduo e sociedade, ambos em processo de transformação” (SETTON, 2002, p. 69).

Assim, a luta simbólica por autoridade compactua com diferentes estratégias para legitimação das ações dos agentes. “A noção de estratégia visa apreender as práticas inconscientes (no sentido de naturais e evidentes) como produto de *habitus* ajustados a uma determinada demanda social” (SETTON, 2002, p. 64). É também “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais” [...] (BOURDIEU, 1990, p. 81), e em geral, resguarda o funcionamento objetivo de um dado campo.

O encontro entre o *habitus* e o campo gera as regras de regularidades sociais, sendo que “nas sociedades onde o trabalho de codificação não é muito avançado o *habitus* é o princípio da maior parte das práticas” (BOURDIEU, 1990, p. 84). Isto significa que a legitimação das regras sociais perpassa a construção dos agentes, suas estratégias e seus acordos codificados e/ou racionalizados pelo registro escrito, ao mesmo tempo em que a lógica do *habitus* sustenta as estratégias de formação das regularidades sociais, sejam elas resguardadas ou não pela sistematização dos códigos escritos, que norteiam cada campo social, visto que “ao lado da norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores de práticas sociais” (BOURDIEU, 1990, p. 96). De forma que para analisar as regularidades sociais é necessário “supor que as pessoas obedecem a uma espécie de sentido do jogo” (BOURDIEU, 1990, p. 96). Assim, “é preciso reconstruir o capital de esquemas informais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatas e regradas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente a regras explicitamente colocadas como tal” (BOURDIEU, 1990, p. 97). Neste ponto, o referido autor baseia-se na teoria de Norbert Elias (1994), para refletir sobre as regularidades sociais.

Elias (1994) analisa as regras de construção das regularidades sociais como elaboradas a partir da identidade individual e da identidade do grupo, existindo, portanto, uma indissociabilidade entre o indivíduo e a sociedade, pois

[...] cada pessoa está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras: ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos de uma cadeia que a prendem [...]. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, [...] que chamamos de sociedade [...], e ao falarmos em regularidades sociais, não nos referimos a outra coisa senão isto: leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas (ELIAS, 1994, p. 23).

Essa relação entre ator social e estrutura social é recuperada por Bourdieu (1990, 1998a) ao salientar que existe uma estreita relação entre os agentes sociais e as demandas objetivas do campo social no qual esse indivíduo está inserido, buscando capital simbólico – entendido como poder de “consagrar um crédito” (BOURDIEU, 1990, p. 166-167) oferecido pelo capital cultural em seu estado incorporado, objetivado ou institucionalizado.

O capital cultural no estado incorporado está sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros [...] que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias; no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ele confere ao capital cultural de que é supostamente a garantia, propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2003, p. 74).

Esse campo social em que os agentes estão inseridos exige deles “armas e objetos de lutas que se travam nos campos de produção cultural (campo artístico, científico)” (BOURDIEU, 2003, p. 78). O capital incorporado (saber), o capital institucionalizado (diploma) e o capital objetivado (recursos de leituras e interpretações) possuem o poder de instrumentalizá-los na luta por legitimação social; impulsionando a expansão do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e culturais, o qual movimenta as regularidades sociais nos diferentes momentos políticos.

2 | O SISTEMA DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS BENS SIMBÓLICOS E CULTURAIS

Para Bourdieu existe – em todos os campos, principalmente no campo cultural – um relacionamento dinâmico da sociedade com os demais campos, pressupondo, além de acordos entre os agentes, mobilidades entre os mesmos e diferentes estratégias de luta simbólica – esta entendida como “o poder de produzir e impor a visão de mundo legítima” (BOURDIEU, 1990, p. 161). Tal luta gera a busca de legitimidade via certificado. Para o autor, os diplomas são “títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento” (BOURDIEU, 1990, p. 163). No entanto, a conquista da ordem simbólica é polêmica, visto que

a ordem simbólica não se constitui à maneira de um preço de mercado, pelo simples somatório mecânico das ordens individuais. De um lado a determinação da classificação objetiva e da hierarquia dos valores atribuídos aos indivíduos e aos grupos, nem todos os juízos têm o mesmo valor e os detentores de um sólido capital simbólico [...] têm condição de impor a escala de valores mais favorável a seus produtos (BOURDIEU, 1990, p. 163).

Assim, a construção da realidade social é analisada por Bourdieu (1998a, 1990) a partir das lutas políticas pelo princípio de “visão e divisão do legítimo” (BOURDIEU, 1990, p. 162). Para isso, os atores sociais valem-se de diferentes estratégias.

As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, [...]. Em meio à luta para a imposição da visão legítima, na qual a própria ciência se encontra inevitavelmente engajada, os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico (BOURDIEU, 1998a, p. 82).

Para Bourdieu (1974), existe uma relação de complementaridade e de oposição entre o campo de produção erudita e o campo das instâncias de conservação e de consagração. Tal relação estrutura o campo da produção e circulação dos bens simbólicos – a exemplo do campo acadêmico que, embora posto em pauta, na prática, o que se observa é que as “agressões contra essa instância constituem o melhor testemunho de que seus atores reconhecem a tal ponto a legitimidade de seus vereditos que lhe reprovam por não lhes ser concedido seu conhecimento” (BOURDIEU, 1974, p. 127). E ainda buscam formas de adquirir esse poder simbólico oferecido pela instituição universitária em diferentes instituições que possam oferecer capital cultural, científico e bens simbólicos. Essa busca dos agentes sociais pela autoridade cultural, por meio da legitimação oferecida pela credencial escolar alimenta a indústria cultural e o monopólio da violência simbólica, que se apoia na produção erudita para mercantilizar os bens culturais.

A produção, circulação e consumo de bens simbólicos e culturais precisa ser compreendida a partir de “um sistema de relações sociais que obedecem a uma lógica específica que se encontram objetivamente definidos os princípios de seleção mobilizados pelos diferentes grupos produtores envolvidos na concorrência pela legitimidade cultural” (BOURDIEU, 1974, p. 176). Nesse sentido, as instituições de educação superior são

sede de uma concorrência pela consagração propriamente cultural e pelo poder de concedê-la (e o campo de indústria cultural, sobretudo pela mediação da relação que mantém objetivamente com o campo da produção erudita) – ao sistema das instituições que possuem a atribuição específica de cumprir uma função de consagração [...] cumprem tal função assegurando a conservação e a transmissão seletiva dos bens culturais, ou então, trabalhando em favor da reprodução dos produtos dispostos e aptos a produzir um tipo determinado de bens culturais e de consumidores dispostos e aptos a consumi-los (BOURDIEU, 1974, p. 118).

Esses consumidores de bens simbólicos e culturais procuram legitimar-se como autoridades e o reconhecimento que um agente consegue de seu grupo permite-lhe impor “o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum, existindo, portanto, uma alquimia nessa representação” (BOURDIEU, 1974, p. 82).

O sistema de produção e circulação dos bens simbólicos e culturais “define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão desses bens”

(BOURDIEU, 1974, p. 105). Nesse sentido, o “campo da indústria cultural obedece à lei da concorrência para a conquista de maior mercado possível” (BOURDIEU, 1974, p. 105). Já o campo da produção erudita

[...] tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, e obedece à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são ao mesmo tempo clientes privilegiados e concorrentes. [Nesse âmbito], quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como uma arena fechada de concorrência pela legitimidade cultural, [...] tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão. [Tais demarcações constituem e consagram a hierarquização do campo, visto que], em todo campo intelectual sempre existe uma hierarquia de posições, no tocante à legitimidade, também as diferentes posições culturais constitutivas do campo cultural tendem a organizar-se segundo uma hierarquia que nunca se manifesta inteiramente ao nível da consciência dos agentes, inclusive porque seu princípio não se encontra globalmente situado no interior do próprio campo (BOURDIEU, 1974, p. 105-106, 166).

Bourdieu explica que entre fatores possíveis de determinar as leis de funcionamento de um campo científico encontram-se “a produtividade de uma disciplina em seu conjunto ou da produtividade diferencial de seus diferentes setores [...] a posição dos diferentes produtores na hierarquia própria a cada uma destas disciplinas” (BOURDIEU, 1974, p. 167). E ainda:

As reconversões coletivas quase sempre inconscientes que levam à disciplina científica mais consagrada uma parcela importante dos produtores do momento [...] são vividas como se fossem inspiradas pela “vocaçãõ” ou determinadas pela lógica de um itinerário intelectual, muitas vezes imputadas a efeitos de moda. Na verdade, não passam, a exemplo de alguns empréstimos apressados de modelos e esquemas, de reconversões destinadas a assegurar o melhor rendimento econômico ou simbólico a um tipo determinado de capital cultural (BOURDIEU, 1974, p. 167-168).

Tal questão impulsiona os intelectuais a uma busca de temáticas dotadas de valor na economia específica do campo, isso por serem “capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem, a própria lei do campo, envolve os intelectuais na dialética da distinção cultural, [...], com a procura [...] de qualquer diferença capaz de livrá-los do anonimato” (BOURDIEU, 1974, p. 19). Para o autor, os diferentes setores do campo da produção erudita se “distinguem fortemente segundo o grau em que dependem para sua reprodução de instâncias genéricas (como o sistema de ensino)” (BOURDIEU, 1974, p. 117). Essa distinção é feita com o auxílio dos atores sociais e

através de uma ação prolongada de inculcação, tal sistema é capaz de produzir agentes dotados de um *habitus* secundário, ou seja, de um *ethos* e de um *eidós* secundários que constituem os produtos da interiorização de um conjunto, mais ou menos integrado em um sistema, mais ou menos apropriado, destes esquemas (BOURDIEU, 1974, p. 117).

Segundo o autor, a comunidade intelectual e artística “afirma a autonomia da ordem propriamente cultural quando controla a dialética da distinção cultural, sempre ameaçada de degradar-se em busca da diferença a qualquer preço” (BOURDIEU, 1974, p. 110). O sistema de ensino, com seus ritos, sanciona as diferenças culturais elaboradas socialmente, assim,

basta levar em conta a função de legitimação das diferenças sociais cumprida pelas diferenças culturais e, em particular as diferenças que o sistema de ensino reproduz [...] a fim de perceber a contribuição que as instâncias de conservação cultural trazem à conservação social, em sua qualidade de depositárias e guardiãs da legitimidade cultural [...] todas as antinomias da ideologia dominada na esfera da cultura derivam do fato de que, ao dissimular o arbitrário que constitui seu princípio e quando chega a impor através de suas sanções, a lei cultural tende a excluir efetivamente a possibilidade real de uma contestação da lei que consiga escapar à tutela da lei contestada (BOURDIEU, 1974, p. 131-135).

O ato de transmissão cultural não é neutro. Ao contrário, implica a valorização da cultura transmitida e uma desvalorização das demais culturas, o que significa dizer que “todo ensino deve produzir, em grande parte, a necessidade de seu próprio produto e, assim, constituir enquanto valor ou como valor dos valores a própria cultura cuja transmissão, lhe cabe” (BOURDIEU, 1974, p. 218). Para efetivar sua transmissão, os sistemas de ensino – sobretudo no nível superior, no qual a legitimação profissional apresenta um valor simbólico mais marcante – valem-se das diferentes formas institucionais e/ou de diversificação na oferta de modalidades de cursos, questão que impulsiona certa hierarquia nesse ensino.

3 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRANSMISSÃO CULTURAL E HIERARQUIZAÇÃO

Bourdieu (1974), referindo-se à transmissão cultural que a escola legitima, explica que a dualidade do ensino gera agentes que se desvalorizam por não conseguirem lidar com a concorrência que o campo social exige deles, visto que:

alguns indivíduos são condenados por sua formação a uma espécie de hemiplegia cultural, sentem-se por esta razão inclinados a identificar seu próprio valor com o valor de sua cultura, e ao mesmo tempo são levados a viver ansiosamente os contatos com os portadores de uma cultura estranha e muitas vezes concorrente. Tal ansiedade poderá traduzir-se por um fervor compensatório com função de exorcismo (BOURDIEU, 1974, p. 218).

Esse exorcismo gera “a dualidade rígida das formações escolares, que corresponde a uma dualidade de cultura” (BOURDIEU, 1974, p. 220), haja vista que “o mercado escolar tende a sancionar e a reproduzir a distribuição do capital cultural fazendo com que o êxito escolar seja proporcional à importância do capital cultural legado pela família” (BOURDIEU, 1974, p. 312). E as instituições de educação superior não se diferenciam apenas pela formação que oferecem, mas

[...] pelo tipo de capital que exigem [...] em função da carreira que dão acesso a hierarquia escolar impõe-se de maneira perfeita [...]. Na medida em que registra e consagra as diferenças que separam as diversas nações do ponto de vista do capital cultural [...], o sistema de ensino tende a reproduzir [...] a estrutura de relações entre a estrutura do capital cultural e a estrutura de distribuição do capital econômico entre as frações através das relações de oposição e complementariedade que definem o sistema de instituições do ensino superior (BOURDIEU, 1974, p. 326).

Essa hierarquização ordena as instituições “conforme a posição na hierarquia do capital econômico e do poder das profissões para as quais encaminham” (BOURDIEU, 1974, p. 328). Tal questão constitui a “ilusão do mérito cuja forma mais típica é a ideologia da escola libertadora” (BOURDIEU, 1974, p. 326). Mas, na prática, essa instituição se encontra, em geral, a favor da conservação social. A conservação da ordem social, a transmissão hereditária do capital cultural e a autonomia relativa dos sistemas de ensino, suas funções específicas e suas funções externas, caracterizam, segundo o autor, uma “duplicidade funcional que atualiza plenamente” (BOURDIEU, 1974, p. 208). Esta duplicidade impulsiona a multiplicação das diferenças institucionais e de cursos, muitas vezes politicamente planejadas pelo Estado, em aliança com a burguesia, grande guardiã da ordem moral, cultural e política. De forma que, para compreender o sincretismo da moral universitária, “é necessário compreender a relação de subordinação e de complementariedade que se estabelece entre as ideologias burguesas [...] a lógica autônoma da instituição escolar; [...] e em particular a vida política” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 211). Esta lógica procura, por meio da inculcação ideológica, normatizar a diferenciação institucional e o destino social dos indivíduos inseridos nas diferentes instituições.

Para que o destino social seja transformado em vocação da liberdade ou em mérito da pessoa, [...] é preciso que a Escola, [...] consiga convencer os indivíduos que eles mesmos escolheram ou conquistaram os destinos que a necessidade social antecipadamente lhes assinalou (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 218).

Bourdieu em parceria com Jean-Claude Passeron (1982), refletindo sobre a relação entre inserção no ensino superior, estrutura de classes e oportunidades de acesso neste ensino salientam que

categorias que possuem as mais fortes chances de ascender a um nível dado de ensino têm também as oportunidades mais fortes de ascender aos estabelecimentos, às seções e às disciplinas que ligam às mais fortes oportunidades de êxito posterior tanto escolar quanto social (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 236).

Esta estrutura de oportunidades de acesso à educação superior exerce diferenciações que são acompanhadas de “uma redefinição contínua de critérios da classificação escolar e social dos títulos universitários” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 236). Então, o sistema de ensino procura “neutralizar, graças a uma diferenciação crescente que dissimula sua

estrutura hierárquica, os efeitos da translação da estrutura, das oportunidades de acesso à Escola” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 236).

Nesse sentido, o diploma como credencial escolar que sinaliza ingresso na profissão e/ou no mercado de trabalho representa, na análise de Bourdieu, uma contradição, pois,

ainda que o ingresso nas profissões liberais suponha a posse de títulos escolares elevados, o acesso às posições mais elevadas nestas profissões depende um pouco menos da posse de um capital econômico e social do que no setor industrial e comercial, o que explica a taxa muito elevada de hereditariedade profissional, sobretudo na elite médica onde existem verdadeiras dinastias profissionais (BOURDIEU, 1974, p. 334).

Nesses casos, “o diploma não passa em última instância de uma caução facultativa que serve para legitimar a herança” (BOURDIEU, 1974, p. 334). Mas, se os detentores de capital econômico têm mais chances de adquirir capital cultural e validade na aplicabilidade de suas credenciais, estes agentes possuem, também,

o poder de dispensar essas credenciais, pois o título escolar constitui moeda fraca, cujo valor total só se faz sentir nos limites do mercado escolar [...] a estrutura de distribuição do capital cultural não corresponde exatamente à estrutura do capital econômico e político, a autonomia relativa de que dispõe o mercado escolar só parece justificar a ideologia do mérito segundo a qual a justiça escolar fornecerá uma espécie de recurso ou revanche àqueles que não possuem outro instrumento a não ser sua “inteligência” ou seu “mérito”, quando se quer ignorar, de um lado, que “a inteligência” ou a boa vontade escolar representam tão-somente uma forma particular de capital – que vem juntar-se, na maioria dos casos, à posse do capital econômico e do capital correlato de poder e de relações sociais – e de outro lado, que os detentores do capital econômico têm mais chances [...] de deter o capital cultural (BOURDIEU, 1974, p. 334).

Assim, o diploma que possui uma eficácia determinada dentro da esfera escolar e/ou institucional parece, segundo as reflexões de Bourdieu (1974, 1982, 1998a), ser diluído ou reconfigurado pela dinâmica do mercado de trabalho, pois, para o autor,

na medida que nos afastamos da esfera escolar, o diploma parece perder sua eficácia própria de garantia de uma qualificação específica dando acesso a carreiras determinadas de acordo com regras formalizadas [...] até tornar-se uma simples condição permissiva (BOURDIEU, 1974, p. 334).

Porém, tal acesso depende do capital de relações sociais que o agente possui, sobretudo quando se trata de profissões liberais. Para o autor, o desempenho das frações dominantes é relativamente independente das oportunidades de acesso à educação superior, visto que, para as classes populares “a posse de um diploma, por mais prestigioso que seja, não é por si mesma capaz de assegurar o acesso ao poder econômico” (BOURDIEU, 1974, p. 334). No entanto, “o diploma é tanto mais indispensável quando se é originário de uma família desprovida de capital econômico e social” (BOURDIEU, 1974, p.

333). De modo que a busca do certificado escolar representa uma relação contraditória, em que o agente busca a legitimação profissional, valendo-se do capital cultural que,

assim como em uma economia pré-capitalista onde uma garantia vale o que vale o fiador, o diploma vale fora do mercado escolar o que seu detentor vale econômica e socialmente, sendo que o rendimento do capital escolar (forma transformada do capital cultural) depende do capital econômico e social que pode ser utilizado em sua valorização (BOURDIEU, 1974, p. 333).

Apesar de toda essa reflexão sobre as contradições que envolvem a validação e a aplicabilidade da credencial escolar, o autor não nega o valor do diploma como certificação para acesso ao mercado de trabalho, visto que alguns trabalhadores, desprovidos de capital econômico e social, só possuem a legitimidade da credencial escolar. Entretanto, ao olhar o diploma e a educação superior pelo ângulo da contradição, Bourdieu salienta o efeito ideológico da escola, ressaltando que “os indivíduos são vítimas desse efeito que a mesma produz ao desvincular as disposições a seu respeito (esperanças e vontades), [...] as leis do mercado escolar determinam as aspirações delimitando o grau em que podem ser satisfeitas” (BOURDIEU, 1974, p. 310).

Enquanto “força formadora de hábitos”, a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome do *habitus* cultivado (BOURDIEU, 1974, p. 211).

Nesse prisma, a formação e/ou o ensino superior, pela própria lógica de seu funcionamento, “modifica o conteúdo e o espírito da cultura que transmite e, sobretudo, cumpre a função expressa de transformar o legado coletivo em um inconsciente individual e comum” (BOURDIEU, 1974, p. 212).

Embora a escola seja apenas um agente de socialização dentre outros, todo este conjunto de traços que compõem a “personalidade intelectual” de uma sociedade – ou melhor, das classes cultivadas desta sociedade – é constituído ou reforçado pelo sistema de ensino, profundamente marcado por uma história singular e capaz de modelar os espíritos dos discentes e docentes tanto pelo conteúdo e pelo espírito da cultura que transmite como pelos métodos segundo os quais efetua esta transmissão (BOURDIEU, 1974, p. 227).

Nessa análise do autor, existe uma estreita relação entre o conhecimento científico, a sociedade e o modelo de homem nela inserido, sendo a formação, até certo ponto, responsável pela sistematização cultural de um povo,

a escola não fornece apenas indicações, mas também define itinerários, ou seja, no sentido primeiro, métodos e programas de pensamento [...] os itinerários já de antemão esboçados [...] já foram diversas vezes percorridos no curso das aprendizagens escolares. [Neste sentido], a relação que

cada indivíduo mantém com sua cultura carrega a marca das condições da aquisição, pode-se distinguir de imediato o autodidata do homem formado pela escola. Por não poder contar com itinerários reconhecidos, o autodidata de La Nausée de Sartre se põe a ler, por ordem alfabética, todos os autores possíveis (BOURDIEU, 1974, p. 214).

Ao explicar a dinâmica da cultura escolar, Bourdieu salienta que os traços da educação, sobretudo do ensino superior, refletem na identidade de um grupo. “Os valores últimos de uma sociedade podem ser identificados no seu sistema de ensino, nos traços mais característicos e mais diversos de sua cultura” (BOURDIEU, 1974, p. 198). Mas o sistema de ensino, sobretudo o ensino acadêmico, apesar de todo seu caráter de doutrinação da cultura dominante, da hierarquização e legitimação desigual de autoridades científicas, de transmissão hereditária de privilégios, possui também o caráter exterior a essa reprodução, ou seja, o poder de refletir suas ações. De forma que, para Bourdieu e Passeron, reduzir o papel da educação aos reflexos sociais é retirar dessa seu caráter de avanço via capital cultural.

Colocar [...] que o sistema de educação de uma sociedade reflete o sistema social dessa sociedade, é reduzir, sem outra forma de procedimento, a instituição escolar à sua função genérica de controle social, resíduo comum de todas as funções específicas, e condenar-se a ignorar tudo que o sistema de ensino deve à sua função própria, em particular sua maneira específica de cumprir suas funções externas, numa sociedade dada e em um momento dado (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 200).

Isto significa que é necessário mediatizar as relações entre sistema escolar e sociedade, visto que, historicamente, a sociedade influenciada pela ideologia estatal espera da escola uma mão de obra técnica que corresponda ao desenvolvimento tecnológico. E a escola, sobretudo o ensino universitário humanizado, espera que a sociedade e os postos de trabalho ultrapassem o caráter técnico da formação, modificando a ordem social. Entretanto, um “sistema que reproduz a estrutura das relações de classe serve efetivamente à sociedade, no sentido de manutenção da ordem social” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 202). Esse sistema tem, em geral, como aliado o conservadorismo pedagógico que,

em sua forma extrema, não assinala outro fim ao sistema de ensino senão o de conservar-se idêntico a si mesmo, sendo o melhor aliado do conservadorismo social e político, já que, sob aparência de defender os interesses de um corpo particular e de autonomizar os fins de instituição particular, ele contribui por seus efeitos diretos e indiretos, para a manutenção social (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 207).

Para os autores citados, seria simplismo conceber e/ou acreditar que as funções sociais da escola e de suas certificações possuíssem apenas o caráter técnico de atender o mercado de trabalho e a economia – segundo grau de desenvolvimento e de racionalização – pois um ensino planejado nesse perfil racional

seria aquele que, subordinando-se totalmente às exigências da calculabilidade e da previsibilidade, produzisse ao menor custo formações específicas diretamente ajustadas a tarefas especializadas e garantisse os tipos e os graus de qualificação requeridos, num prazo dado, pelo sistema econômico, o que significa utilizar para esse fim pessoal especialmente formado num manejo de técnicas [...] ignorando as barreiras de classe e de sexo para aproveitar o mais amplamente possível as reservas intelectuais [...] substituindo um ensino de cultura [...] por um ensino capaz de produzir necessariamente e em tempo previsto especialistas [...] (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 192).

Os referidos autores nos mostram, portanto, que é “preciso situar a cultura escolar no universo social em que ela foi formada” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 159). Então, pode-se dizer que um sistema de ensino seja tanto mais capaz de “dissimular sua função social de legitimação das diferenças de classe sob sua função técnica de produção das qualificações quanto menos lhe é possível ignorar as exigências, do mercado de trabalho” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 173).

Nesse âmbito, o mercado de trabalho, e, logo, o mercado de bens de consumo e de prestação de serviços, mesmo com as mediações citadas, consegue “obter da escola que ela produza e garanta [...] cada vez mais indivíduos qualificados, isto é, cada vez mais adaptados às exigências da economia” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 173).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, depreende-se que a contradição da legitimação profissional, pela via da certificação universitária, é polêmica. A qualificação, na maioria das vezes, não garante uniformidade de ascensão nos postos profissionais, visto que esses postos podem, sob a ótica empresarial, “ser ocupados a títulos diferentes e com remunerações desiguais, por indivíduos que na hipótese mais favorável à fiabilidade do diploma só se diferenciam pelo grau em que foram consagrados pela Escola” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 173-174). Portanto, a função social do diploma é paradoxal, pois tanto oferece legitimidade na ocupação de cargos, sobretudo onde existe raridade de mão de obra, como rapidez de acesso à profissão e efeito de banalização profissional onde existe excesso de contingente qualificado; na pior das hipóteses, a ausência de certificação condena alguns agentes a “uma posição subalterna ainda que sua eficácia técnica os torne indispensáveis” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 174), visto que “a concorrência opõe categorias [...] na hierarquia [...] pelo rótulo escolar ainda, que elas preencham as mesmas tarefas técnicas” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 175). Entretanto, nos postos de trabalho “o valor de uma produção profissional é sempre socialmente percebido como solidário do produtor e esse por sua vez como resultante do valor escolar de seus títulos” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 174), já que o campo (conjuntura) e o *habitus* (sistema de disposições psíquicas, conscientes ou não) são construídos socialmente não só pela escola, mas por outras instâncias sociais, como os postos de trabalho, numa constante luta contraditória – ora procurando manter

a ordem social, ora buscando romper com essa reprodução; o que se justifica porque os campos econômicos, políticos e socioculturais se fazem presentes nessas instituições influenciando seus avanços, rupturas e retrocessos. Como afirmado anteriormente, o valor social atribuído à certificação escolar possui mais crédito no interior da escola, pois embora essa possua todos os rituais que segregam, diferenciam e diversificam o ensino; este, necessita de tal credenciamento, inclusive em nome da organização das regularidades sociais e do avanço das relações humanas e científicas nas diversas sociedades.

A legitimidade da certificação escolar – diploma – refletida a partir da análise de Bourdieu, sinaliza a polêmica desta formação que, ao mesmo tempo que é socialmente necessária para a inclusão do agente nos ritos de inserção profissional, não a assegura; e a ausência da certificação também poderá, na pior das hipóteses, excluir o próprio agente. Assim, ao analisar o sistema escolar do ponto de vista político-cultural e ressaltar a estreita relação entre conhecimento científico, sociedade e modelo de homem nesta inserido, Bourdieu salienta também a importância de não reduzirmos a instituição de ensino superior à sua função genérica de controle social. E, embora a escola, como instância reguladora do Estado, possua essa função reprodutora, como uma instituição social, ela é contraditória na medida em que marca a cultura e é marcada por esta; possui uma função externa ao mercado de trabalho (embora muitas vezes esteja a serviço deste); é influenciada pela sociedade, ao mesmo tempo que lhe introduz marcas culturais; e finalmente, lida com o conhecimento, reflete sobre o mesmo e possui uma consagração social.

Embora Bourdieu tenha afirmado em 1974 que “os valores últimos de uma sociedade podem ser identificados no seu sistema de ensino, nos traços mais característicos e mais diversos de sua cultura” (BOURDIEU, 1974, p. 198), em estudos posteriores (1982) o autor já relativiza e amplia essa afirmação chamando a nossa atenção para o fato de que “colocar que o sistema de educação de uma sociedade reflete o sistema social dessa sociedade, é reduzir [...] a instituição escolar à sua função genérica de controle social” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 200). É necessário, entretanto, mediatizar as relações entre sistema escolar e sociedade sem, contudo, abandonar a interligação desta dinâmica, como sugere Elias (1994) e o próprio Bourdieu (1982) ao ressaltar que o conservadorismo pedagógico é o “melhor aliado do conservadorismo social e político” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 207). Existindo nessa dinâmica, portanto, aquilo que Elias (1994) classifica como uma cadeia de regularidades sociais, construída na relação entre indivíduo, sociedade e escola, haja vista que os campos econômicos, políticos e socioculturais estão imbricados nas instituições de formação profissional e travam lutas simbólicas influenciando seus avanços, rupturas e retrocessos, sendo esta uma questão relacional, um jogo dinâmico da sociedade, do trabalho e da escola. Assim, a qualificação fornecida por meio da certificação, ao mesmo tempo em que não garante uniformidade de ascensão nos postos profissionais, oferece legitimidade na ocupação de cargos e banalização profissional, sinalizando, um certo poder simbólico na aquisição do diploma. Tal questão sugere a geração de um *habitus* de

conformidade por parte dos agentes, inclusive diante das fragilidades de algumas formações, podendo também gerar uma nova cultura universitária, um *habitus*, que normatiza essa estratégia de hierarquização na formação, sugerindo conformação, incômodo ou frustração para os agentes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; AFRÂNIO, C. (org.). **Escritos de Educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 72-79.

BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998a, p. 81-83.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b.

BOURDIEU, P. A demissão do Estado. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 215-225.

BOURDIEU, P. **Razões prática**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 19-57.

BOURDIEU, P. **Questão de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ROCHA, E. L. **A expansão da educação superior privada em Uberlândia, a partir da década de 1990**: racionalidades institucionais e motivações discentes. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2005. p. 25-39.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, Autores Associados, p. 60-70, 2002.

“O SINAL ESTÁ FECHADO PRA NÓS, QUE SOMOS JOVENS”? AS RELAÇÕES E INTERAÇÕES CONSTRUÍDAS (OU NÃO) ENTRE A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E JUVENTUDES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA/PI

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 30/06/2020

Marcos Rangel de Sousa Costa

Universidade Estadual do Piauí/UESPI
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/6493191786856269>

Luciano de Melo Sousa

Universidade Estadual do Piauí/UESPI
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/3801957465653536>

Gabriel Eidelwein Silveira

Universidade Federal do Piauí/UFPI
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/3581967627700243>

RESUMO: O presente artigo refere-se aos estudos e interpretações sociológicos que permitem perceber a relação entre os jovens estudantes de uma escola pública de Ensino Médio de Teresina com a disciplina Sociologia. O trabalho baseia-se em uma pesquisa que teve como objetivo compreender a relação entre os jovens com a Sociologia, tendo em vista a contribuição, ou não, desta na construção das reflexões e compreensões de suas realidades sociais. Para tal, são discutidos os conceitos sobre juventude e juventudes na intenção de estabelecer as diferenças entre um conceito e outro (UNESCO, 2004; ESTEVES, ABRAMOVAY, 2007). Debate-se o ensino de Sociologia e o seu papel enquanto disciplina do Ensino Médio na formação de sujeitos

reflexivos, capazes de interpretar, compreender e questionar as sociedades e suas estruturas econômica, social e política (SILVA SOBRINHO, 2007; APPLE, 2004; SARANDY, 2004; LAHIRE, 2014). Metodologicamente, esta é uma pesquisa de caráter exploratório que desenvolveu-se a partir da realização de grupo focal e entrevistas individuais. Os resultados da pesquisa indicam que as juventudes não se relacionam com a disciplina Sociologia a partir das experiências vivenciadas em seus contextos sociais. Verifica-se que há um distanciamento dos estudantes perante a disciplina, mesmo aqueles que gostam dela, tendo em vista que a prática pedagógica conservadora do professor não os envolve em debates que incluam suas experiências, seus anseios, suas realidades e suas identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes, Ensino de Sociologia, Educação, Ensino Médio.

“IS THE LIGHT RED FOR US, WHO WE ARE YOUNG”? RELATIONSHIPS AND INTERACTIONS BUILT (OR NOT) BETWEEN THE SOCIOLOGY COURSE AND THE YOUTH IN A PUBLIC SCHOOL IN TERESINA/PI

ABSTRACT: This article focuses on sociological studies and interpretations that allow us to understand the relationship between young students from a public high school in Teresina with the Sociology course. The research, in which this article is based, had the goal to understand the relationship between young people and Sociology, in view of the contribution, or not, of the latter in the construction of reflections and understandings of the students' social realities. In

order to do so, the concepts of youth and youths are discussed, so that we could establish the differences between one concept and another (UNESCO, 2004; ESTEVES, ABRAMOVAY, 2007). We debate the teaching of Sociology and the role of the Sociology course, as a High School subject, in the formation of reflective beings, capable of interpreting, understanding and questioning societies and their economic, social and political structures (SILVA SOBRINHO, 2007; APPLE, 2004; SARANDY, 2004; LAHIRE, 2014). Methodologically, this is an exploratory research based on a focal group and individual interviews. The results of the research indicate that youths do not relate the course of Sociology with their experiences of their social contexts. It seems that there is a distance between the students and the course, even those who like it, considering that the teacher's conservative pedagogical practice does not involve them in debates that include their experiences, their desires, their realities and their identities.

KEYWORDS: Youths, Sociology teaching, Education, High school.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu a partir da curiosidade sociológica em se analisar as possíveis relações entre jovens de uma escola pública e a disciplina Sociologia. Esta curiosidade construiu-se a partir de observações realizadas durante o desenvolvimento, pelo primeiro autor, das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II (curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Piauí/UESPI, Campus Poeta Torquato Neto), como também através das atividades de extensão propostas pelo programa “Humanismo Caboclo – Educação e Cidadania”¹ (UESPI). A pesquisa foi realizada na mesma escola pública onde foram realizados os estágios, situada na zona norte de Teresina.

Pensar as juventudes, quem são elas e seus espaços sociais ocupados, é um exercício sociológico recente e, por essa razão, há poucos trabalhos e pesquisas desenvolvidas dentro deste campo (SILVA, 2010). Por isso, este é um trabalho necessário, tendo em vista que esta temática é pouco abordada pelas Ciências Sociais, especialmente acerca do ensino da Sociologia nas escolas: como a disciplina dialoga com os diferentes jovens que frequentam as escolas? Há esforços de investigação sobre esses jovens nas atividades pedagógicas da disciplina Sociologia?

A juventude vai além da idade biológica, conforme preconiza o senso comum. De acordo com a UNESCO (2004, p. 23 e 25), juventude refere-se ao:

ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos [...] e, do ponto de vista demográfico, corresponde a uma faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade.

Assim, a UNESCO constrói e explora uma conceituação pragmática de juventude, caracterizando-a, principalmente, a partir do período temporal vivido e das transformações

1. “O Humanismo Caboclo é um programa de extensão da Universidade Estadual do Piauí, vinculado à coordenação de Ciências Sociais. Suas áreas temáticas são Educação e Cultura”. (Disponível em: <https://www.humanismocaboclo.com/sobre>)

biológicas que ocorrem na puberdade. Por sua vez, Luiz Esteves e Miriam Abramovay (2007, p. 21 e 22) argumentam que:

a realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades.

Isto significa que, ao observarmos as juventudes, percebemos que estas multiplicam-se em grupos juvenis diversos que se diferenciam uns dos outros ao organizarem-se de forma heterogênea, onde cada grupo, dentro do seu contexto sociocultural, político e econômico, vivencia experiências de vida e oportunidades de formas diferentes uns dos outros. Ou seja: de acordo com a forma na qual se organizam e que se reconhecem.

Neste sentido, a sociologia da juventude, conforme nos indicam Esteves e Abramovay (2007, p. 21 e 22), percebe duas formas de se discutir juventude:

Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isso é, pertencerem a um dado grupo etário [...] Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e interseções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante, nessa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego de termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria.

Isto significa que, conforme discutimos até aqui, a sociologia observa duas formas de se perceber a juventude: na primeira forma, que também reitera a visão do senso comum, define-se juventude a partir do período temporal vivido pelo sujeito, cuja faixa etária é o fator determinante para que um indivíduo seja ou não jovem. A segunda forma, por sua vez, define por juventudes as múltiplas possibilidades e formas do jovem se expressar, suas formações ideológicas e de personalidade, pensamentos, comportamentos, as culturas que partilham e constroem, suas distintas participações na sociedade etc.

Complementando, Vânia Reis (2008, p. 63), parafraseando José Machado Pais (2003; 2005), nos ajuda a diferenciar juventude de juventudes e compreendê-las:

“Juventude”, no singular, não pretende uniformizar a heterogeneidade, mas referir-se a uma fase da vida, que se manifesta, se realiza, conforme a trajetória de vida que cada um vai conseguindo construir, a qual, embora seja individual, por estar imbricada em processos coletivamente vivenciados, assume também a condição de trajetória coletiva. “Juventudes”, no plural, diz respeito à multiplicidade de expressões dos jovens, nos diferentes contextos sociais em que estão inseridos

Assim, Vânia Reis constrói uma compreensão de como as juventudes se organizam e se desenvolvem a partir de suas variações e contextos sociais vividos. A autora nos sensibiliza a não limitarmos a compreensão sobre as juventudes, tão diversificadas, a uma mera fase temporal da vida, e a percebermos suas múltiplas formas de se expressarem e de vivenciarem os espaços sociais aos quais fazem parte. Maria Souza (2005, p. 92), em consonância com Vânia Reis, afirma que a

palavra 'juventude' não pode ser interpretada somente como um fenômeno demográfico a ser modelado numa 'classe de idade', com um status e uma personalidade homogênea e universal, compondo uma 'fase' distinta de 'preparação', 'espera' ou 'moratória' para o exercício maduro da vida 'adulta' responsável, séria, cidadã, produtiva e reprodutiva (isto seria, basicamente, uma extensão a adolescência).

Portanto, a palavra juventude não deveria, assim, homogeneizar tantas particularidades culturais e de expressões das juventudes numa fração de tempo, uma vez que podemos perceber inúmeros sujeitos vivenciando diversas experiências e realidades de maneiras diferentes a partir de comportamentos e realidades socioculturais também diferentes. Tampouco deveria ser uma fase da vida vista apenas como período de teste para a fase adulta, reduzindo as práticas socioculturais das juventudes a um momento da vida que apenas precede a idade adulta. Esta fase juvenil é compreendida como moratória social “ao pensar que os jovens atravessam um período de ‘quarentena’ até a entrada em um mundo de obrigações e deveres” (MÜLLER, 2005, p. 76).

Desta maneira, as Ciências Sociais podem pensar as juventudes não como sujeitos à parte dos demais grupos sociais, mas sim em relação a estes, com os mesmos direitos, com as mesmas responsabilidades e como agentes sociais que constroem as sociedades.

Paralelo a isso, deparamo-nos com o ensino de Sociologia no Ensino Médio, temática que também não é tão recorrente nas Ciências Sociais. O ponto de partida trabalhado aqui é o de uma visão consagrada sobre como e o que deve ser ensinado pela disciplina (SILVA SOBRINHO, 2007). Com isso, levamos em consideração que o ensino de Sociologia, assim como as demais disciplinas humanísticas, teriam como um de seus objetivos propiciar às juventudes do Ensino Médio um ensino reflexivo e fundamentado em debates e diálogos, compreendendo suas organizações, suas múltiplas diferenças, suas leis, e encarando suas realidades sociais a partir de uma abordagem crítica. Para tanto, os estudantes precisam compreender a juventude como um fenômeno social contemporâneo, os lugares de que fazem parte, bem como a si próprios como agentes sociais com potencial para a autonomia.

Partindo da contribuição que a Sociologia tem em sala de aula na formação dos sujeitos, observamos os papéis que a disciplina tem na formação intelectual e reflexiva das juventudes. Frisamos, que a Sociologia pode ser vista como uma ferramenta que pode auxiliar a sociedade a legitimar a ordem social vigente ou a criticá-la (APPLE, 2004; SARANDY, 2004).

Assim, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira/LDB (Lei nº 9.394/96), em seu Art. 2º, Título II, expressa que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, ela nos mostra que a escola possui uma gama de papéis que contemplam uma formação integral do estudante. Primeiramente, parte dos “princípios de liberdade” e dos “ideais de solidariedade humana”. Esta é uma forma da escola, entre outras funções, trabalhar com a diversidade cultural da sociedade e com todas as identidades múltiplas dos estudantes que fazem parte do universo escolar, respeitando² cada identidade, individualidade e grupo cultural. Estas premissas permitem, conforme o artigo, o “pleno desenvolvimento do educando”. Isto significa que, ao respeitar a multiplicidade das identidades e ao propor uma educação que prepare os estudantes para “o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, a escola consegue atingir sua finalidade de contribuir com o pleno desenvolvimento do educando.

Neste sentido, ao questionamos: como os diferentes jovens são tomados como matéria de reflexão (ou não) da Sociologia? A abordagem desta disciplina estaria (ou não) criando obstáculos para o pleno desenvolvimento dos estudantes? Ao distanciar a Sociologia tanto da grade curricular do Ensino Médio quanto de suas práticas educativas curriculares e extracurriculares, assume-se a responsabilidade de limitar as funções da escola à mera preparação para o mercado de trabalho, como se a educação fosse responsável única e exclusivamente pelo ensino técnico. Preocupa esse distanciamento entre a Sociologia e as diversas potencialidades educativas que ela é capaz de exercer, pois a nossa disciplina, em conjunto com a educação e as premissas da LDB e da Constituição Federal, buscam um mesmo objetivo: construir um espaço escolar humanista, inclusivo e acessível, preparando o estudante para o trabalho “e” para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, nossa pesquisa provoca: como problematizar a temática das juventudes no ensino da Sociologia na educação básica? Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs+)³, há uma orientação para contextualizar os conteúdos sociológicos a partir da produção de “novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas” (2006, p. 43).

2. Partimos da ideia de igualdade entre as identidades diversas, descartando, desta forma, o respeito às identidades que promulgam violências (tais como as identidades machistas, racistas, fascistas e afins). Para isso, apoiamos-nos no Paradoxo da Tolerância, do filósofo Karl Popper (apud ALVES, 2015), que prevê que “se estendermos a tolerância ilimitada mesmo aos intolerantes, e se não estamos preparados para defender uma sociedade tolerante contra os ataques dos intolerantes, então, os tolerantes serão destruídos, e a tolerância juntamente com eles”.

3. Como a pesquisa foi realizada no ano de 2019 e ainda não vigorava a reforma do Ensino Médio promulgada pela lei nº 13.415/17 (a mesma só entrará em vigência a partir de 2022), optamos por citar as regulamentações que, no momento, orientavam o ensino da Sociologia.

Levando em conta que o público estudantil do Ensino Médio é composto, em sua maioria, por jovens brasileiros, tanto de escolas públicas quanto privadas, com uma diversidade de perfis, deve-se considerar as estratégias que Sociologia pode se utilizar para debater a juventude, relacionando-a com a disciplina, com o sistema educacional e com a sociedade. Com isso, pode levar o jovem a pensar e se perceber nos vários campos sociais dos quais faz parte: religião, cultura, política, etc. É importante sabermos que:

[...] a construção do discurso sobre o ensino médio exige decisões teórico-práticas, e não meras reflexões teóricas deslocadas da realidade. Por isso, cabe ao ensino de Sociologia desvelar o que é a sociedade junto com os estudantes do ensino médio [...] e isso pode justificar sua importância na escola básica e para toda a sociedade (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 54).

A Sociologia não deve distanciar-se dos contextos sociais e políticos dos quais os jovens fazem parte, sob os riscos de fazer-se uma disciplina isolada, vazia e improdutiva. Conforme Fabiana Ferreira (2012), sua importância e tarefa encontra-se na sua capacidade de “promover a reflexão crítica voltada para a cidadania, levar o jovem a pensar sobre como se sente no mundo, sobre a sua capacidade para transformá-lo, favorecer a sua inserção social”. Através das discussões e reflexões sobre situações que fazem parte das diversas realidades vividas pelas juventudes do Ensino Médio, espera-se que a Sociologia permita-lhes observar os espaços e as práticas sociais com um olhar acurado e crítico.

2 | METODOLOGIA

Pensar as juventudes exige procedimentos e metodologias que sejam capazes de compreender e lidar com multiplicidades, diferenças, realidades e universos vividos por elas em seus contextos sociais e em suas formas de vida culturalmente construídas (REIS, 2006).

Desta forma, não há métodos mais apropriados do que os qualitativos para garantir uma percepção detalhada de cada indivíduo jovem e, principalmente, de seus grupos e espaços sociais; pois, como afirma Teresa Haguette (2013, p. 59), “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”.

Utilizamos uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, adotando as técnicas de grupo focal e entrevistas individuais, para a construção do “corpus” empírico. O grupo focal foi utilizado para construir uma compreensão de uma percepção geral dos estudantes a respeito da temática juventudes e do processo de ensino-aprendizagem da Sociologia (MORGAN, 1997; KITZINGER, 2000 apud TRAD, 2009). A partir dele e de seus resultados, realizamos as entrevistas individuais no intuito de observar e compreender as realidades e as percepções individuais dos estudantes, levando em consideração suas sensações e observações pessoais. Participaram da pesquisa jovens com idades entre 15 e 19 anos, estudantes do 2º ano do Ensino Médio.

As entrevistas e o grupo focal apresentaram uma estrutura de poucas perguntas que abordam nossos objetivos, pois

As perguntas do questionário aberto devem ser poucas: entre duas e cinco interrogativas são suficientes. [...] O número limitado de perguntas obriga o investigador a um trabalho cuidadoso em extremo. Com efeito, as indagações propostas ao sujeito, além de serem claras, precisas e expressas numa linguagem natural, adequada ao ambiente no qual se realiza a pesquisa, devem apontar os assuntos medulares do problema (TRIVIÑOS, 1987, p. 171).

Desta forma, as questões respeitaram o espaço escolar, as realidades e personalidades dos jovens. Tanto no grupo focal como nas entrevistas individuais, as perguntas adequaram-se aos objetivos da pesquisa e centraram-se nos sujeitos, debatendo o ensino de Sociologia e sua relação (ou não) com a temática Juventude(s) enquanto conteúdo programático.

3 | RESULTADOS OBTIDOS

À luz do aporte teórico desta pesquisa, estruturamos a análise das narrativas levando em consideração a relação que os jovens estudantes possuem com a disciplina Sociologia e como esta aborda (ou não), junto a estes jovens, a temática Juventude. Frisamos que os nomes dos estudantes citados aqui são fictícios na intenção de garantir a privacidade de suas identidades.

Assim, partimos do primeiro questionamento do grupo focal: vocês gostam de Sociologia? Por quê?

Eu, particularmente, gosto. Mas, tipo, eu acho que a disciplina ela é muito mal ensinada nas escolas. A disciplina de Sociologia fala, tipo, de sociedade. Tipo, ela tem que pegar o ponto de vista dos alunos e repetir; e falar o conteúdo sob o ponto de vista. E, tipo, não tem isso nas escolas do Estado. O que tem aqui, por exemplo: o professor dava um texto, ficava olhando pra nossa cara e não tinha, tipo, um debate ou alguma explicação. Porque, tipo, a matéria de Sociologia é pra pessoa debater e falar sobre gostos, formas de viver, de sociedades e não tinha isso aqui (Carlos Marques, 19 anos).

Observamos na fala do estudante Carlos Marques que ele possui um vínculo de afinidade com a Sociologia, contudo, esse vínculo é frágil em virtude da maneira pela qual o professor regente – formado em Ciências Sociais – desenvolve sua abordagem em sala de aula. Sociologia requer debate, questionamento, desconstrução de preceitos e preconceitos: um exercício contínuo de análises e reflexão (conforme o significado das competências específicas da Sociologia proposto pelos PCNs+).

A narrativa do jovem Carlos Marques e a análise acima são corroboradas pelas ideias da jovem Emanuelle Reis (16 anos), quando diz que não gosta de Sociologia “porque eu nunca entendi e o professor nunca soube explicar direito”, e também da jovem Mel Oliveira (16 anos), ao afirmar que também não gosta de Sociologia “pelo simples fato de

que, quando a gente perguntava algo sobre a matéria pro professor, nem ele mesmo sabia explicar”.

Analisando os pontos que as jovens colocam sobre os motivos pelos quais não gostam de Sociologia, percebe-se que a metodologia do professor regente, a qual não era didática, acabava afastando os estudantes da disciplina. Podemos afirmar que o maior responsável pela paixão do estudante por determinada disciplina é o professor e sua capacidade de apresentá-la para suas turmas de forma cativante. Ou seja, que a abordagem não reduza a Sociologia a uma disciplina técnica, academicista, com conteúdo enciclopédico e construída em cima da soma e memorização de informações, resultando para o estudante em uma disciplina sem valor (SARANDY, 2004; LAHIRE, 2014). E a Sociologia, que é um exercício de reflexão e raciocínio, não pode ser abordada de maneira diferente.

Quando questionados sobre as habilidades pedagógicas do professor regente para debater os conteúdos da Sociologia, correlacionando-os com as realidades sociais dos estudantes, deparamo-nos com respostas curtas e pontuais: “(o docente) não debate, apenas manda ler”, “(o docente) pouco debatia, poderia aprofundar e melhorar mais, mas poucas vezes saía dos textos do livro”. São respostas recorrentes nas falas dos estudantes. Podemos, a partir desta situação, polemizar: qual a diferença entre este método de ensino quase autodidata comparativamente a um ensino à distância de Sociologia? É importante que esse paralelo seja feito, ainda mais ao levarmos em consideração a ideia de educação proposta pelos PCNs+ (2002, p. 12), quando consideram que uma boa educação se constrói coletivamente entre escola (gestores, diretores e educadores), estudantes, família e comunidade, retirando o papel limitado de “transmissores” dos professores e o papel passivo de “pacientes” dos estudantes.

Assim, da forma como a Sociologia vem sendo construída na sala de aula do Ensino Médio, como ela seria capaz de promover o diálogo entre seus conteúdos e as vivências das juventudes no dia a dia? As aulas levam em consideração os aspectos individuais e pessoais dos estudantes no contexto de suas realidades sociais e de seu cotidiano? O jovem Carlos Marques (19 anos) diz que:

Sim (sente falta desse diálogo contextualizado em sala de aula), porque a Sociologia é pra debater assuntos sociais, tipo, o que a pessoa vive, o que a pessoa vê, o que a pessoa sente. Isso não é o que a Sociologia ensina pra gente hoje, o professor não chega a debater estes assuntos na sala de aula.

Sua fala carrega o anseio de discutir questões pessoais relacionadas ao seu cotidiano, ao seu contexto sociocultural e aos espaços sociais dos quais ele faz parte, além das próprias questões subjetivas que cercam sua vida social – “o que a pessoa vive, o que a pessoa vê, o que a pessoa sente”. Esse diálogo que permitirá ao estudante compreender suas participações na sociedade e, principalmente, contribuir com as construções identitárias como jovem e agente social potencialmente transformador.

O exercício de observação e reflexão garante uma tomada de consciência sobre sua identidade: quem é, qual o seu lugar, o que ele é capaz de fazer. Sem este exercício, corremos o risco de formar estudantes capazes apenas de agir sem consciência reflexiva, obedecendo às normas sociais sem questioná-las. Com isso, corre-se o risco de reproduzir o senso comum e preconceitos e, desta forma, sustentar uma sociedade incapaz de promover mudanças quando elas são necessárias.

A jovem Dandara Costa (15 anos) argumenta que o docente “ensinava bem, apesar dele se atrapalhar durante as aulas; e também meio que ele, às vezes, fugia do assunto”. Ensinar Sociologia não é o mesmo que ensinar a pensar sociologicamente. O professor (principal e inevitavelmente o professor de Sociologia) tem como missão conhecer os seus estudantes e suas realidades para, assim, saber como construir a sua disciplina. Neste contexto, o aluno Marcos Roberto (18 anos) vê a Sociologia através da prática docente do professor em questão:

Bom, eu acho que, dos conhecimentos que ele (o docente) passou, nenhum vai influenciar na minha vida, nenhum vai me ajudar; porque o que ele passava mais eram textos sobre coisas que aconteceram na História. E o que eu queria era saber coisas de atualmente, pra poder me ajudar no meu relacionamento com as outras pessoas. Ele passou mais coisas antigas.

O jovem apresenta seus anseios e demandas como estudante e ator social. Sua expectativa de “saber” através da Sociologia acabou frustrada em virtude do professor sociólogo não ter observado suas demandas. Geralmente, esse fato se dá por não ter levado em consideração as realidades e as individualidades dos jovens de sua turma no momento de construir sua metodologia de ensino e seus conteúdos programáticos – “me ajudar no meu relacionamento com as outras pessoas”.

Quando essa prática acontece, produz-se uma ruptura entre o estudante e o professor. Frustrou-se a expectativa de que o docente pudesse contribuir para a superação de problemáticas e dificuldades dos educandos, não apenas no campo escolar, mas também nas dimensões psíquicas e sociais. Apesar de muitos pesquisadores criticarem a sobrecarga de obrigações sobre todos os docentes (GASPARINI et al, 2005, p. 192), entendemos que, nas microrrelações em sala de aula, um educador não deveria ser insensível às problemáticas vividas pelos educandos. Como as disciplinas humanas tratam de modo mais direto sobre as vontades, sentimentos e sentidos das pessoas, elas podem contribuir com reflexões que dialoguem com as ansiedades dos estudantes, desde que o docente saiba articulá-las.

A partir das entrevistas individuais, quando perguntados se o docente ensinou a disciplina de forma que alguma questão dela tenha refletido em suas vidas, os estudantes foram precisos e concisos: não. O jovem Marcos Roberto (18 anos) justifica-se com uma informação interessante e que levanta debates: “Em Filosofia (o professor) já falou algo da nossa vida, mas em Sociologia, nunca. A gente quase não teve aula de Sociologia.

Tivemos poucas aulas e a maioria foi o senhor (neste caso, comigo, primeiro autor deste artigo, enquanto estagiário) dando aula ano passado (2018)”. O mesmo docente lecionava as disciplinas de Sociologia (área de sua formação) e de Filosofia (disciplina que lecionava para complementar sua carga-horária obrigatória).

Nestes moldes de ensino que pudemos observar, como a disciplina pode auxiliar na construção de diálogos e debates sobre juventudes e suas participações nos espaços sociais?

A proposta é compreender como os jovens estudantes veem na disciplina de Sociologia modos e ferramentas que permitam observar suas realidades, seus contextos socioculturais, construir autorreflexão sobre suas identidades e, fundamentalmente, sobre suas participações sociais, para além do senso comum.

Assim, questionamos aos educandos: “você se considera jovem? Por quê?”. Carlos Marques (19 anos) considera-se jovem “porque, tipo, eu só vou me considerar um homem (adulto) quando eu tiver fora de casa, com emprego e renda. E também minha idade, né. E eu gosto de coisas que jovens gostam de fazer, tipo sair, se divertir, encontrar amigos”. Em primeira mão, observamos que a fala de Carlos Marques traz a conceituação de juventude concebida pelo senso comum, marcada pela ideia de temporalidade que combinaria com uma certa falta de maturidade e experiência.

A percepção de Carlos não está assegurada exclusivamente pelos marcadores de cronologia (“minha idade”). Responsabilidades (“quando eu tiver fora de casa, com emprego e renda”) e práticas socioculturais associadas às juventudes (“sair, se divertir, encontrar amigos”) são elementos associados à juventude em sua moratória social, que são percebidos e difundidos pelo senso comum do que significa ser jovem. Estes elementos constroem uma visão das juventudes que, primeiramente, as condensa em um único grupo homogêneo, bem como acaba retirando delas suas possibilidades de participação e protagonismos sociais, tendo em vista que ainda não são adultos e não possuiriam maturidade para tal.

Assim, observamos que as demais falas dos jovens estudantes partilham da mesma linha de raciocínio: “me considero jovem por causa da falta de maturidade. De não ter tanta experiência como as outras pessoas mais velhas, pela idade, também, porque ainda sou muito novo” (Marcos Roberto, 18 anos); “Eu me considero jovem, além da idade, por eu não ter maturidade o suficiente pra me considerar uma pessoa mais velha, adulta” (Dandara Costa, 15 anos); “Eu me considero jovem por causa da idade, pelo que eu acho que eu sou e pelas coisas que eu faço e cumpro” (Luís Ângelo, 16 anos).

Diante das afirmações, questionamos, individualmente, aos sujeitos: você já teve oportunidade de discutir sobre a realidade dos jovens de Teresina? Se sim, o que foi discutido? A resposta dos revela a falta de debates acerca de temáticas do seu cotidiano por parte da Sociologia. Identificamos a ausência de abordagens às temáticas para construir discussões capazes de evocar nos jovens reflexões acerca de suas vidas e seus espaços sociais.

À pergunta, Marcos Roberto (19 anos) afirmou que “não, não tive a oportunidade, nunca houve discussão. Sempre foram aqueles textos (do livro didático) e só isso. Nunca foi trazido nada do que acontece ao nosso redor pra escola e pras aulas, não”. Dandara Costa (15 anos) disse que “não, só comentários, mesmo, mas nada aprofundado”. Carlos Marques (19 anos) foi conciso: “Não, não tive”. Luís Ângelo (16 anos), da mesma forma: “Não, nunca discutimos”. Emanuelle Reis (16 anos) comentou que “teve uma vez, foi até com o senhor (comigo, primeiro autor deste artigo, enquanto estagiário) no ano passado (2018). Mas só ali, com o outro professor, nunca”.

Como é possível ensinar Sociologia em sala de aula sem promover pensamentos reflexivos e debates democráticos entre os estudantes, conforme estabelecem as premissas da LDB e dos PCNs? Como provocar nos jovens o pensamento sociológico, sem correlacionar os conteúdos da disciplina com suas vidas pessoais e coletivas (“nunca foi trazido nada do que acontece ao nosso redor pra escola e pras aulas, não”)? Tal processo culmina na falta de interesse dos estudantes pela disciplina.

Questionamos os participantes, nas entrevistas individuais, quanto a se saberiam identificar alguma possibilidade de discussão, por parte da Sociologia, sobre as identidades juvenis. Especificamente sobre as maneiras pelas quais o professor da disciplina trata a questão da juventude e o que ele fala sobre os jovens, Marcos Roberto (18 anos) afirmou que era “difícil explicar, porque a gente nunca teve o assunto, nem debate”. Dandara Costa (15 anos) revelou que o professor “meio que só passava alguns textos, explicava pra gente e pronto, só isso. Não conversava nada sobre isso com a gente, não. Era sempre só o que tinha no livro”. Carlos Marques (19 anos) enfatizou que “ele não tratava. Ele pegava uma página do livro, botava a gente pra ler e ficava lá até bater o horário. Ele não debatia nada, ele só pegava o livro, botava a questão pra gente ler, perguntava se a gente entendeu, acabava o horário e pronto. De vez em quando ele falava alguma coisa, mas era bem pouco”. Luís Ângelo (16 anos) revelou: “nunca ouvi dizendo nada, não. Apenas ano passado (2018), quando eu estudava pela manhã, meu professor falava muito sobre a questão familiar, interação entre pai e filho, avós, tios; e aí eu meio que me senti com um conhecimento a mais porque ele transmitia confiança com estes assuntos. Mas com o professor da tarde, este ano (2019), não teve nada disso, não”. Emanuelle Reis (16 anos) respondeu, com certa frustração, que “ele (professor) praticamente não falava nada, porque ele só passava um texto e meio que não sabia explicar, não debatia direito. Ele só mandava a gente ler. Não debatia, não explicava por que é que acontecia, como é que fazia”.

Os estudantes expõem o quanto a disciplina, abordada da maneira descrita, se distancia de suas realidades e se nega a discuti-las enquanto temática da Sociologia. Infelizmente, essa é uma prática que fortalecimento do senso comum, esquivando-se das discussões e debates reflexivos em sala de aula que contribuiriam para a desconstrução de ideias e convicções sustentadas pelo pensamento cotidiano (a exemplo das ideias e noções do que é ser jovem apresentadas pelos próprios estudantes). A partir do momento em que

o professor regente esvazia a sala de aula de debates, os estudantes distanciam-se de outras formas de se pensar e de ver a vida e as práticas sociais; e, conseqüentemente, de se perceberem enquanto sujeitos históricos capazes de ocupar e transformar os espaços sociais dos quais fazem parte: construir suas identidades a partir de sua autonomia e do seu empoderamento, formando-se sujeitos com decisões, desejos, vontades, poder de escolha, opiniões, etc.

Ainda buscando observar se saberiam explicar como a Sociologia discute o conceito de juventude e, caso soubessem, como seria essa discussão, os jovens entrevistados continuaram revelando em suas respostas o vazio que a disciplina possuía, tal como manejada, na contextualização de seus conteúdos a partir das realidades e dos elementos socioculturais comuns às suas vidas: “Não, não sei. Até o que eu estudei hoje nunca foi discutido” (Marcos Roberto, 18 anos); “Não sei. (O professor) não fazia muito essas coisas, não discutia muito bem isso com a gente, não. Mais era coisa de antigamente e aí (ele) não entrava muito nesses assuntos, não” (Dandara Costa, 15 anos); “Pelo meu ponto de vista, é perguntando sobre o cotidiano de cada aluno. Mas não tivemos essa discussão na sala, só acho que é assim, perguntando, fazendo debates, mas não tinha isso” (Carlos Marques, 19 anos); “Acho que apenas observando o que os alunos fazem no dia a dia. A Sociologia estuda o ser humano, o comportamento, né? Mas nunca vi isso nas aulas” (Luís Ângelo, 16 anos); “Não muito, porque nunca vi isso na Sociologia” (Emanuelle Reis, 16 anos).

Deparamo-nos com jovens que, em suas falas, revelam como não conseguem identificar as noções, conceitos e teorias pelas quais a Sociologia poderia discutir a realidade da juventude. No entanto, não devemos observar este fato como culpa ou incapacidade desses estudantes, visto que o professor regente era o responsável por promover, através dos conteúdos sociológicos, os debates e as análises que permitiriam a construção do conhecimento e o domínio das discussões sobre essa e outras temáticas.

Desta forma, observamos o quanto o ensino de Sociologia construído em diálogo com as experiências e com os contextos socioculturais dos estudantes acaba por favorecer o distanciamento entre eles e a disciplina, tirando-lhes a oportunidade de formarem-se como agentes sociais e históricos. Além disso, contribui para que se reproduza o senso comum sobre o que é ser jovem.

4 | CONCLUSÃO

Ao investigarmos, a partir dos olhares dos jovens estudantes, o processo de ensino-aprendizagem da Sociologia e o seu desenvolvimento em sala de aula, pudemos perceber que este processo desenvolveu-se de forma fragilizada e distante das realidades dos educandos. Isto porque a disciplina, através da prática pedagógica conservadora do professor regente, não envolve os jovens no processo de debates e diálogos que a Sociologia é capaz de provocar. Assim, o ensino da disciplina constrói-se a partir de

uma única via – a do professor –, sustentado em leituras de textos do livro didático, sem contextualização com as realidades das juventudes e sem ouvir suas vozes e percepções sobre o mundo social.

Contudo, é importante ressaltar as condições da prática docente do professor sociólogo, por encontrar-se em uma função cada vez mais desvalorizada e precarizada no ensino público: lidar com uma rotina de trabalho exaustiva ao assumir a disciplina em diversas escolas para cumprir sua carga-horária; ter disponível apenas uma hora-aula semanal (um tempo escasso para se desenvolver uma disciplina que lida com interpretações, questionamentos, debates e reflexões); falta de concursos para professores efetivos de Sociologia, bem como a remuneração abaixo do teto para os professores contratados através de concursos temporários; professores formados em outras áreas de conhecimento que assumem a disciplina e contaminam a discussão sociológica com seus conhecimentos diletantes, etc.

Assim, pudemos observar que, no contexto estudado, as juventudes não se relacionam com a disciplina de Sociologia a partir das experiências vivenciadas em seus contextos sociais: verificamos que há um distanciamento dos estudantes perante os saberes da disciplina, mesmo por parte daqueles que gostam dela, tendo em vista que a prática pedagógica conservadora do professor não os envolveu em debates que contemplassem suas experiências, seus anseios, suas realidades e suas identidades. Quando a Sociologia não envolve os estudantes, no processo pedagógico, através de diálogos e reflexões, ela os exclui de sua própria formação pessoal e intelectual, contribuindo para que estes jovens mantenham opiniões fundamentadas no senso comum e sem a sensibilidade para compreender e questionar os espaços e regras sociais dos quais fazem parte e que os constituem.

A Sociologia, conforme preconiza Oliveira (2016, p. 11), é uma disciplina cuja presença em sala de aula representa uma demanda, por parte da sociedade, de uma educação de qualidade⁴, mas não necessariamente uma política do Estado Brasileiro. Assim, os estudantes que mais precisam “das reflexões da sociologia para a compreensão das transformações inerentes à condição juvenil, são os que menos se beneficiam de sua contribuição para responder às questões de seu tempo”.

Desta forma, podemos concluir esta investigação com os seguintes desafios propostos para a Sociologia na educação básica: primeiramente, a garantia de sua presença na grade curricular do Ensino Médio brasileiro (e não que tenha apenas seus conteúdos discutidos transversalmente por outras disciplinas); que seja ministrada por professores formados na área; bem como – e não menos importante – que seja construída a partir de estratégias e práticas pedagógicas que se aproximem das realidades dos estudantes,

4. Diferentemente do governo brasileiro que, a partir das mudanças da LDB no ano de 2017, praticamente, retirou a obrigatoriedade do ensino da Sociologia nas escolas, tendo em vista que a Lei nº 13.415/17 apenas vê a possibilidade de discutir-se os conteúdos de Sociologia em sala de aula, mas não prevê estes conteúdos discutidos através da obrigatoriedade da disciplina.

garantido que os debates sociológicos em sala de aula possam ser somados e adaptados pelos jovens em suas vidas e, assim, possam perceber sua contribuição em todas as suas relações e seus espaços sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Osias. Popper e o Paradoxo da Tolerância. **Jornal GGN**, 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/popper-e-o-paradoxo-da-tolerancia/>. Acesso em: 18 jun. 2020;

APPLE, Michel. A educação e os novos blocos hegemônicos In: RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**, (Coleção o que você precisa saber sobre...). 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004;

BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dez. De 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, dez de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jun. 2020;

BRASIL, LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. **Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, fev 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 8 jan. 2019

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEB, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 18 jun. 2020;

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007;

FERREIRA, Fabiana. A Sociologia no Ensino Médio: concepções de professores sobre formação crítica para a cidadania. **Estudos de Sociologia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. V. 2, n.18, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235248/28269>. Acesso em: 18 jun. 2020;

GASPARINI, Sandra et al. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, mai/ago 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020;

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14ª ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2013;

HUMANISMO CABOCCLO. **Sobre o Humanismo Caboclo**. Disponível em: <https://www.humanismocaboclo.com/sobre>. Acesso em: 18 jun. 2020;

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? In: **Revista de ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014;

MÜLLER, Elaine. "As Palavras Nunca Voltam Vazias": reflexões sobre classificações etárias. In: **Jovens & Juventudes**. ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JÚNIOR, Edísio (orgs. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005;

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon et. al. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, formação docente e a gestão escolar**. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/EduardoAugustoMosconOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020;

OLIVEIRA, Jonas Henrique. Sociologia, juventude e educação: dilemas, problemas e desafios. In: **Revista MovimentoAção**. V. 03, n.04, 2016;

REIS, Vânia. Juventude e Juventudes. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Holanda; FERREIRA, Maria Dalva Macedo (Org.). **Jovens e crianças: outras imagens**. Fortaleza: Edições UFC, 2006;

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. In: Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Org. carvalho, Lejeune Mato Grosso de. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004;

SILVA, Fabiano P. A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero16.html>. Acesso em: 18 jun. 2020;

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. Eu odeio/adoro sociologia: os sentidos que principiam uma prática de ensino. In: **Leituras sobre sociologia no ensino médio**. Org. PLANCHEREL, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. Maceió: EDUFAL, 2007;

SOUZA, Maria Antonieta Albuquerque de. A juventude no plural – anotações sobre a emergência da juventude. In: **Jovens & Juventudes**. ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JÚNIOR, Edísio (orgs. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005;

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2020;

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. – São Paulo: Atlas, 1987;

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

CURRÍCULO E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Juliana de Souza Ramos

UNESP, Faculdade de Ciências e Letras,
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais (PPGCS/UNESP/Ar)
Araraquara – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/4318079176972392>

RESUMO: Este estudo pretende tomar como categoria de análise a influência causada nas relações escolares, a partir da reflexão trazida nos índices de procura, matrícula e formação nos cursos técnicos e Ensino Médio nas ETECs da grande São Paulo e a produção discente nas disciplinas de História e Sociologia, no primeiros anos do século XXI, bem como a produção não oficial discente, no cotidiano escolar. Pretende para tanto, evidenciar neste referencial as representações sobre o feminino e suas percepções, mudanças, rupturas e permanências, trabalhadas por intermédio das disciplinas de História e Sociologia e suas repercussões estabelecidas entre os representantes de diferentes grupos que atuam no ambiente escolar do Ensino Médio. Para esta análise as repercussões identificadas engendram um modo de interpretar, comunicar e sobre o modo de produzir e elaborar conhecimentos. Ou seja, uma análise que toma o impacto mencionado como fenômeno, portador de saberes e crenças dos grupos envolvidos, objetivando na sua tradução, a produção e a elaboração de conhecimento.

Os principais resultados obtidos foram a promoção de poder, autoridade e afirmação, das adolescentes, em especial pretas e pardas no contexto da escola pública; delegação e reconhecimento de identidade. A alta mobilização e participação nos projetos sobre a temática entre discentes e docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Currículo, Gênero, Etnia, Sociologia.

CURRICULUM AND EMANCIPATORY PRACTICES: A CASE STUDY

ABSTRACT: This study intends to take as a category of analysis the influence caused in school relations, from the reflection brought about in the demand, enrollment and training indexes in technical and high school courses at ETECs in the greater São Paulo and the student production in the disciplines of History and Sociology, in the first years of the 21st century, as well as the unofficial student production, in the school routine. Therefore, it intends to highlight in this framework the representations about the feminine and its perceptions, changes, ruptures and permanences, worked through the disciplines of History and Sociology and their repercussions established among the representatives of different groups that work in the high school environment. For this analysis, the identified repercussions engender a way of interpreting, communicating and on the way of producing and elaborating knowledge. In other words, an analysis that takes the impact mentioned as a phenomenon, with the knowledge and beliefs of the groups involved, aiming at translating, producing and developing knowledge.

The main results obtained were the promotion of power, authority and affirmation, among adolescents, especially blacks and browns in the context of public schools; delegation and identity recognition. High mobilization and participation in projects on the theme among students and teachers.

KEYWORDS: Education, Curriculum, Genre, Ethnicity, Sociology.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo pretende apresentar algumas considerações sobre currículo e práticas emancipatórias nas suas diferentes formas de entendimento e de repercussão, presentes no desenvolvimento escolar referente ao ensino médio. Para tanto toma como categoria de análise a influência causada nas relações escolares, a partir do referencial trazido nos índices de procura, matrícula, evasão e formação, apresentados nos cursos técnicos e Ensino Médio nas ETECs da grande São Paulo e a produção discente nas disciplinas de História e Sociologia desenvolvidas na Etec Juscelino Kubitschek de Oliveira, na cidade de Diadema, entre os anos de 2008 ao 2019.

Pretende para tanto, evidenciar neste referencial, o currículo como ferramenta e a escola como local privilegiado para as possibilidades e emergência de percepções, mudanças, rupturas e permanências, trabalhadas por intermédio das disciplinas acima mencionadas e suas repercussões estabelecidas entre os representantes de diferentes grupos que atuam no ambiente escolar do Ensino Médio como gestores, professores, alunos e seus núcleos familiares.

Para esta análise as repercussões identificadas engendram um modo de interpretar, comunicar e sobre o modo de produzir e elaborar conhecimentos. Ou seja, uma análise que toma o impacto mencionado como fenômeno, portador de saberes e crenças dos grupos envolvidos, objetivando na sua tradução, a produção e a elaboração de conhecimento.

Substanciando as referências em análise, nos últimos anos vem se evidenciando o aumento da procura de mulheres pelas escolas técnicas do Centro Paula Souza e do ensino médio regular, mas principalmente pelos cursos técnicos, onde muitos eram procurados, pensados e planejados para uma demanda de maioria masculina.

O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Presente em aproximadamente 300 municípios, a instituição administra 221 Escolas Técnicas (Etecs) e 68 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais.

As Etecs trabalham com mais de 207 mil discentes (2019) nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, com 140 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuário e de serviços, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica.

Segundo dados apresentados no Fórum Profissional Feminina e o Mercado “Centro Paula Souza 1969 – 2019”, realizado em 26 de abril de 2019 na sede da instituição

localizada no bairro de Santa Efigênia, na cidade de São Paulo, a participação de mulheres tem aumentado. Segundo o número de matrículas no primeiro semestre de 2019, 53.410 mulheres se matricularam nos cursos diurnos frente a 50.715 homens, ou seja, 5% mais alunas nas escolas técnicas do Centro Paula Souza. Contudo, nos cursos noturnos ainda temos a maior presença de homens, 55.452, enquanto 50.715 mulheres.

Matrículas no período noturno e diurno em toda a rede de escolas do Centro Paula Souza – 1º semestre de 2019			
Período	Feminino	Masculino	Diferença %
Diurno	53.410	50.502	5%
Noturno	50.715	55.452	9%

Fonte: Fórum Profissional Feminina e o Mercado - 26/04/2019.

No final do século XX, a diferença entre as matrículas entre homens e mulheres era grande, em 1998 apenas 37% de mulheres foram matriculadas, os números entre homens e mulheres matriculadas se aproximam somente em 2010, com 49% de alunas matriculadas, a partir de então encontramos certa paridade.

Relação de matrículas em toda a rede de escolas do Centro Paula Souza – 1998 a 2019		
Ano	Feminino %	Masculino
1998	37	63
2001	43	57
2004	42	58
2007	45	55
2010	49	51
2013	51	49
2016	49	51
2019	50 (106.019)	50 (107.048)

Fonte: Fórum Profissional Feminina e o Mercado - 26/04/2019.

Sobre os discentes concluintes no segundo semestre de 2018, as mulheres também superaram os homens, 51% mulheres. Não foram divulgados dados relacionados a etnia dos inscritos e nem matriculados no estado de São Paulo.

Relação de discentes matriculados e concluintes no Centro Paula Souza – 2º semestre de 2018			
	Matriculados	Concluintes	% Concluintes
Feminino	26.070	21.418 - 51%	82%
Masculino	26.412	20.916 – 49%	79%

Fonte: Fórum Profissional Feminina e o Mercado - 26/04/2019.

Essas “pequenas” mudanças com relação ao aumento da presença feminina nas escolas técnicas estaduais do Centro Paula Souza, além de serem reflexo da mudança social ocorrida nos últimos anos nas grandes cidades brasileiras, (com o crescimento das políticas públicas e debates sobre gênero e etnia, por exemplo) também interferem no Currículo construído nas escolas e em seus resultados político-pedagógicos. Uma vez que o currículo não atua somente nos alunos, os professores, gestores e demais funcionários também são impactados, e precisam transformar suas ações, seu modo de pensar e fazer a escola.

2 | ETEC JK

No município de Diadema, a Escola Técnica Juscelino Kubitschek de Oliveira teve sua história iniciada em 26 de junho de 1998, como Extensão da ETEC Lauro Gomes, com três cursos técnicos: Administração, Secretariado e Informática. No dia 08 de agosto de 2007, passou a ser uma unidade do Centro Paula Souza com o nome de ETEC Diadema. Em 2009, em parceria com a Secretaria da Educação, foi criada a classe descentralizada, na E.E. Robert Kennedy, em São Bernardo do Campo. Em julho de 2015 foi assinado um convênio entre o Centro Paula Souza e a Associação Comunitária Despertar para a implantação de uma classe descentralizada na Despertar. Em janeiro de 2017 agrega mais uma classe descentralizada, o Céu Caminho do Mar, em São Paulo, com três cursos técnicos: Administração, Finanças e Orientação Comunitária. O município de Diadema localizada na região sudeste da grande São Paulo, passou a se destacar na década de 1950 como importante núcleo de instalação de pequenas e médias indústrias empenhadas na fabricação de produtos complementares para a produção das principais empresas multinacionais instaladas à época em São Bernardo do Campo e sua história está diretamente relacionada ao processo de industrialização do país e explica a urbanização do seu território através de dois elementos principais: indústrias e população de baixa renda. No seu processo de desenvolvimento, o município de Diadema vem se destacado devido ao crescimento econômico, cultural e político ocorrido nas últimas décadas e abriga pequenas, médias e grandes empresas, principalmente nas áreas mecano-metalúrgicas, química e plástica (SANTOS, 2009, p.35).

Localizada no bairro Serraria, a ETEC Juscelino Kubitschek de Oliveira é uma unidade escolar pequena, sem quadra esportiva, com 9 salas de aula e 3 laboratórios de Informática. Recentemente foi adaptado, perto da cantina, um local com cozinha e refeitório para atender os alunos do Ensino Médio que fazem curso técnico a tarde e as 3 salas de Etim de Administração (Ensino Médio e Ensino técnico juntos).

Com base no Plano Plurianual de Gestão elaborado em 2018, os discentes dessa unidade escolar matriculados em 2018 são 53,5% mulheres e 46,5% homens. Autodeclarados pardos 43,6%, pretos 14,7%, brancos 38,4%, amarelos 2% e indígenas 1%, também se declararam afrodescendentes 43,8%.

Mais da metade (55,8%) das famílias dos discentes são compostas por quatro a seis pessoas, enquanto 35,9% de uma a três pessoas. Sobre a renda familiar, novamente a maioria do total de alunos (44,5%) possuem renda mensal de um a dois salários mínimos, enquanto 22,8% declararam ter renda familiar de dois a três salários mínimos. Com relação a faixa etária dos matriculados: 58,1% tem de dezessete a vinte e um anos, 17,7% de doze a dezesseis anos, 11,1% de vinte e dois a vinte e seis anos e 2,5% acima de 41 anos.

A Etec JK por ser uma escola sem o mínimo de infra estrutura física para atender seus alunos (falta quadra poliesportiva, laboratórios de ciências e uma área de coletiva (pátio) que comporte todos os seus alunos ao mesmo tempo), precisou se repensar, e principalmente, escutar os discentes, caso contrário acreditamos que o trabalho pedagógico satisfatório não se realizaria.

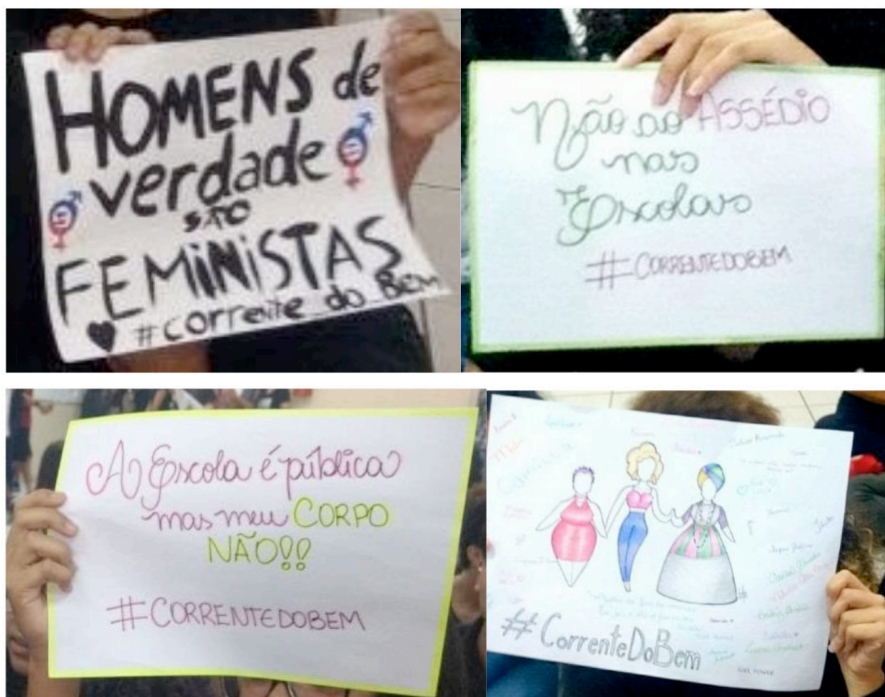
Neste cenário, um grupo de professores passou a implementar pequenas ações que paulatinamente passaram a modificar o contexto de aprendizagem. Dentre estas ações, por exemplo, passou-se a incluir no currículo (global) a compreensão das diferenças de gênero, etnias e classes objetivando alcançar a comunidade escolar e estimular formas de repensar o seu fazer e sua autoconstrução cotidiana, trabalhando para que a diferença apareça, faça parte, de modo a construir ações e atitudes de transformação, de modo a “igualar” as diferenças. Iniciativas nas quais um aluno homossexual poderia se sentir acolhido e respeitado. Onde conteúdos pedagógicos poderiam ser expandidos e dialogassem em com as problemáticas que o discente enfrenta no seu dia-a-dia, como o racismo, sexismo e misoginia. Propiciando meios de produção de novas realidades, buscando romper com ideologias conservadoras, trazendo a ideia de currículo como experiência, uma vez que o mesmo interfere na construção de saberes, ouse já, deferindo as características dos discentes, de modo a cumprir suas funções sociais, dentre elas a de ser a ponte entre a sociedade e a escola.

Assim, ao longo de onze anos de existência, foram se desenvolvendo práticas, projetos, e principalmente escutas que fazem com que os alunos sejam reais participantes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

Além das atividades já incorporadas ao calendário escolar, como Festival de Bandas (agosto), Festival de Dança (outubro) e Disputa de Rimas (abril), o CPS promove na maioria

das suas unidades a Semana Paulo Freire (A proposta é oferecer uma série de atividades pedagógicas, artísticas e sociais, desenvolvidas por alunos e professores, para homenagear o patrono da educação brasileira, como exposições fotográficas, saraus, debates, palestras e exibição de vídeo que mostram a história de Paulo Freire). Em Diadema ela acontece em maio, onde os alunos, por três anos, realizam em um dia dessa semana o "Café Filosófico", onde os mesmos escolher temas relevantes e da atualidade para serem debatidos, em 2019, alguns dos temas foram: Feminicídio, Aborto, Lei de armamento, Refugiados e Xenofobia, e Combate ao Racismo. Todos os alunos se inscrevem em uma das propostas. Já existe a demanda de oferecer mais um dia de debates, para que os discentes possam participar em mais de um tema, a mediação é feita pelos professores.

Existem também ações "colaterais", ou seja, demandas que surgem exclusivamente por iniciativa dos alunos (não apoiadas pela gestão e por parte dos docentes), como rodas de conversa buscando a organização de coletivos (Feminino, LGBTQIA+ e Negro) e manifestações. Neste contexto, em maio de 2018, ocorreu uma denúncia de assédio de um aluno para com uma aluna. Os discentes se mobilizaram e organizaram uma manifestação na escola.



Fonte: Arquivo pessoal.

Quando questionados pela direção sobre o ato, que “não se justificaria e nem teria vínculo com as “Bases Tecnológicas da instituição” (conteúdos padrões do CPS), os alunos se justificaram mostrando o site da escola (http://www.etcjk.com/?page_id=23. Acesso em 10/012/2019) e em seus cadernos, nos quais no início do ano letivo, por solicitação da coordenação pedagógica, seguem a prática de copiar as bases da proposta curricular da instituição, que constam na disciplina de História.

Esta proposta curricular, para o Ensino Médio, foi atualizada em 2011 com o objetivo de atender os adendos da Lei e Diretrizes e Bases e pareceres do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação, que estabelecem novas demandas às escolas no que se refere à inclusão de conhecimentos sobre a matriz indígena e africana.

Para a Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, o texto oficial pauta os temas a serem contemplados, trazendo assim a oportunidade de tratar de tópicos relacionados à Cidadania no Brasil de hoje; Direitos, direitos humanos, direitos sociais, direitos dos povos, direitos internacionais. Sobre a Constituição, Códigos e Estatutos; organismos governamentais e não-governamentais em defesa de direitos, assim como os avanços e conquistas em relação à inclusão social (atualização Da Proposta De Currículo Por Competência Para O Ensino Médio Do Centro Paula Souza. Dezembro de 2011. Página 31). Para a base que se refere à disciplina de Sociologia, as proposições trazem temas que abordam questões sobre Diferença e desigualdade; Desumanização e coisificação do outro, questões de gênero e etnia; Mudança e Transformação social; Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais; Inclusão e exclusão; Movimentos sociais no Brasil; Violência, Violência e representações sociais; Violência e sua construção como problema sociológico; Violência simbólica (atualização Da Proposta De Currículo Por Competência Para O Ensino Médio Do Centro Paula Souza. Dezembro de 2011. Páginas 34 e 35).

Nas circunstâncias da experiência de denúncia citada acima, é importante compreendemos a problemática por parte da admiração da unidade, uma vez que um dos alunos envolvidos na denúncia era menor de idade, e por isso a questão foi levada ao conhecimento dos pais e resolvida dentro do sigilo necessário, contudo os discentes demonstraram estarem empenhados na compreensão e resolução de uma questão do cotidiano escolar e social à luz dos ensinamentos acadêmicos. De certa forma, até atendendo a Missão da unidade escolar:

Formar cidadãos com competência técnica e consciência ética, promovendo autonomia profissional por meio de conhecimentos e habilidades, visando sua inserção e progressão no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município de Diadema (Plano Plurianual de Gestão 2018 – 2022. Etec Juscelino Kubitschek de Oliveira)

Sob o ponto de vista da teoria de Currículo Reconceptualista de Giroux (1997) é o que se deseja, a criação de ações de resistência frente a racionalidade técnica e utilitária positivista, ou seja, mediações e ações em nível micro que podem trabalhar contra os

desígnios do poder e do controle na formulação de uma Pedagogia das Possibilidades. Entendendo que a escola e o currículo possam ser, ferramenta e local onde se deve exercer habilidades democráticas, com práticas efetivas direcionadas para as atividades críticas a serviço da emancipação, dando voz a construção de espaços onde anseios e pensamentos possam ser ouvidos e considerados.

Neste âmbito é importante mencionar e considerar, com relação a todo o processo educacional, em especial, as demandas da educação escolar no ensino médio, para a equipe docente o desgaste brutal posto para solucionar e encaminhar satisfatoriamente todas as necessidades surgidas no universo da escola e evidenciados nos últimos dez anos e amplamente divulgados. Âmbito este que exige do corpo docente bons resultados nos diferentes formatos de avaliação externa e em especial o para Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e vestibulares aliados as necessidades sócio-emocionais dos alunos. Ou seja, desenvolver ética e cidadania, em contextos de grande diversidade e escassez de toda ordem e preparar para o mercado de trabalho, fato este, muito significativo para as escolas técnicas, mesmo nos cursos de ensino médio regular. Apesar do cenário adverso,

As Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) tiveram destaque no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018, repetindo o ótimo desempenho alcançado nos anos anteriores. O cruzamento de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), publicado no site da Folha de S. Paulo no dia 18 de junho, mostra que as 25 melhores escolas públicas da Capital e 32 das 50 melhores escolas estaduais do Brasil são Etecs. Entre as primeiras 60 melhores escolas públicas do Estado, 44 são Etecs. (Portal do Governo: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/mais-uma-vez-escolas-tecnicas-estaduais-se-destacam-no-enem/>. Acesso em 20/06/2019.

Na amostra divulgada, a Etec JK ficou em 54º lugar, entre as sessenta melhores escolas públicas do estado de São Paulo. Há cinco anos está em primeiro lugar entre as escolas públicas da cidade de Diadema e em 2016 foi primeiro lugar na cidade.

Analisando os processos pedagógicos e a realidade prática dos mesmos, foi possível perceber que buscar aliar as necessidades do mercado, do ENEM e dos vestibulares com condições emancipatórias não é fácil, mas faz parte do ideal desenvolvido por um grupo de professores da escola.

Este compromisso relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social. É uma prática, uma expressão e função socializadora e cultural que determinada pode instituir e reagrupar uma série de subsistemas. É o que em tese, está por trás de toda a educação, para transformar suas metas em estratégias de ensino. Expressão de equilíbrio de forças que gravitam no sistema educativo.

Assim, foi pela necessidade de sobrevivência qualificada que a escola, por ora, consegue lidar muito bem com poucos casos de indisciplina e problemas de funcionamento, privilegiada por ser uma escola pequena, na qual todos se conhecem e a maioria dos alunos

sentem-se acolhidos e se reconhecem como partícipes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

Pensando a teoria do currículo e sua construção, utilizamos como referência alguns de seus pensadores críticos e pós-críticos, que almejavam a análise da educação e do currículo a partir do questionamento dos pressupostos e dos arranjos educacionais, visando compreender o que o currículo de fato faz.

Segundo Bourdieu (1998), a leitura hegemônica que se faz da escola é o espaço das experiências, da construção da cidadania, permeada por ações progressistas que buscam avaliar como ser mais eficaz, classificando os sujeitos a partir do quanto eles produzem. Onde a reprodução cultural que a escola articula funciona como “uma imposição do conhecimento do ‘eu’ e do mundo, propiciando ordem e disciplina aos indivíduos, na qual a reprodução da cultura dominante garante a reprodução social.

Neste sentido, o Capital cultural funciona como forma de inscrição de sistemas simbólicos de acordo com os quais a pessoa deve interpretar e organizar o mundo e nele agir, onde a prática escolar e o processo de escolarização, segundo Popkewitz (2008, p.192) “incorpora estratégias e tecnologias que dirigem a forma como os estudantes pensam sobre o mundo em geral e sobre o seu eu nesse mundo”.

Pensando as disciplinas oferecidas nos cursos de ensino médio regular e no ensino médio com o técnico (ETIM), acreditamos que o modus operandi que articular o capital cultural do currículo imposto pelo Centro Paula Souza (CPS) ainda permite espaços para formas e abordagens, atividades e até mesmo conteúdos relacionados a vivência e as necessidades expressas pelos discentes. Ação que deve passar pelo crivo da percepção docente para articular as sequências didáticas, entendendo que o conhecimento válido é construído a partir de lutas entre diferentes grupos em uma matéria sobre as normas de participação, verdades e reconhecimentos.

Um exemplo prático é a disciplina de Sociologia que de modo tardio passou a fazer parte da grade curricular do CPS. No caso da Etec JK somente em 2014, depois da mudança da grade de disciplinas), por conta de várias solicitações do corpo docente e discente, ocorrendo o processo de naturalização no qual o debate e a luta que produziram o conhecimento disciplinar são encobertos e um sistema de ideias estável é apresentado aos adolescentes e jovens.

Na atualidade, a disciplina abarca os conteúdos do currículo da Instituição, contudo também contempla debates e apontamentos dos alunos sobre gênero e etnia, as principais demandas dos discentes apontadas no início de cada ano letivo. Contudo, já está prevista uma reforma no currículo da instituição CPS, na qual Projetos serão os norteadores das disciplinas, vistas sob esse prisma como algo “ultrapassado”, no caso da Sociologia continuará com uma carga horária mínima, com uma aula semanal, somente nas 1ª e 2ª séries do ensino médio e no ETIM.

3 | CONCLUSÃO

Embora ainda situados em bases preliminares, os principais resultados obtidos, na pesquisa em andamento referenciada neste artigo, emergiram nas formas de promoção de poder, auto-estima e afirmação dos discentes, em especial das adolescentes e jovens mulheres pretas e pardas no contexto da escola pública, assim como delegação e reconhecimento de identidade.

A alta mobilização e participação nos projetos sobre a temática entre discentes e docentes que foram desde criação de cartazes à organização de manifestações contra casos de assédio no ambiente escolar, também se configurou como resultado relevante. Neste sentido, ainda podemos incluir a organização e a criação de coletivos para promover rodas de conversas e debates sobre temas relacionados a esfera do feminino, em especial as formas de violência contra as mulheres, negros e LGBTQIA+.

Outro fator importante a ser observado, foi o reconhecimento e a participação da família em trabalhos solicitados, bem como no retorno apresentado através das Reuniões de Pais e Mestres. Por fim o registro de interferências de caráter democrático nas normas de convivência fixadas pela gestão escolar a partir de ações específicas e reuniões com os representantes de classe e a reelaboração do projeto político e pedagógico da escola, de modo coletivo.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortes, 2004.

CORAZZA, Sandra Mara. **Por um Inferno em Educação: Nietzsche, Deleuze e outros afins**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 2a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem** [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PIERRE, Bourdieu. **Escritos de educação** / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 16. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

POMPEU, Fernanda. **Psique e Negritude: Os Efeitos Psicossociais do Racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto AMMA, 2008.

POPKEWITZ, T. S. **História do Currículo, Regulação Social e Poder**. In: T. T. Silva (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 173-210, 2008.

RAMOS, Juliana de Souza. **Mulheres Negras: Projetos de Vida**, São Paulo. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

RAMOS, Juliana de Souza; Araújo, Patrício Carneiro e Conceição, Joanice Santos. **Entraves e possibilidades para implementação da lei 10.639/2003: Apoio para professores**. São Paulo: FAPESP. 2013.

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2004.

SAUL, Ana Maria e SILVA, Antônio Fernando Gouvêa. **O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 90, n. 224, p. 223-244, jan./abr. 2009.

SANTOS, Joana Darc V. dos. **Lutas por moradia na cidade de Diadema (1983-1996): cooptação política e acomodação de conflitos do capital**. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

<http://www.etecjk.com/wp-content/uploads/2018/08/ppg-2018.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

<https://www.cps.sp.gov.br/etecs-promovem-semana-paulo-freire/>. Acesso em 10/04/2019.

http://www.etecjk.com/wp-content/uploads/2018/08/Atualiza%C3%A7%C3%A3o_da_proposta_de_curr%C3%ADculo_por_compet%C3%A2ncia_para_o_Ensino_M%C3%A9dio.pdf. Acesso em 23/01/2013.

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/mais-uma-vez-escolas-tecnicas-estaduais-se-destacam-no-enem/>. Acesso em 20/06/2019.

CAPÍTULO 12

A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O ESTUDO DO CONCEITO DE CIDADANIA A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Michel Gustavo de Almeida Silva

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Arealva-São Paulo.

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=19EDCC223C7D9C8E4E25209AB70AA1D3

Vitor Machado

UNESP (Universidade Estadual de São Paulo), Bauru-São Paulo

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796301J6>

RESUMO: A presente pesquisa qualitativa foi desenvolvida com o objetivo de contribuir com a melhoria do ensino de Sociologia na educação básica do Brasil, e se propôs a estudar a história do ensino de Sociologia no Brasil, dentro do recorte temporal: os Pareceres de Rui Barbosa (BRASIL, 1882) até o contexto de implementação da primeira BNCC Ensino Médio (BRASIL, 2018). Apresentou a reflexão sobre a Sociologia enquanto ciência humana bem como da Sociologia enquanto componente curricular do Ensino Médio. Pautou-se também na análise de conteúdos dos materiais didáticos oferecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e o PNLD (BRASIL, 2018) e deu enfoque à análise da problemática educacional apresentada pela Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011) e em que sentido tal

corpo teórico e metodologia pode contribuir com a prática pedagógica em prol da aprendizagem significativa de Sociologia, enfatizando o conteúdo: Cidadania a partir da aplicabilidade de uma sequência didática para o 3º Ano Ensino Médio da E E Sebastião Inoc Assumpção, Arealva, São Paulo e no desenvolvimento do objeto de aprendizagem: Trilha da Cidadania, um jogo didático desenvolvido com o objetivo de contribuir com a prática pedagógica da Sociologia, do conteúdo Cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Sociologia, Pedagogia Histórico-Crítica, Cidadania.

SOCIOLOGY IN BASIC EDUCATION AND THE STUDY OF THE CONCEPT OF CITIZENSHIP FROM HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY

ABSTRACT: This qualitative research was developed with the objective of contributing to the improvement of the teaching of Sociology in basic education in Brazil, and proposed to study the history of the teaching of Sociology in Brazil, within the time frame: the opinions of Rui Barbosa (BRAZIL, 1882) to the context of implementation of the first BNCC Ensino Médio (BRASIL, 2018). He presented the reflection on Sociology as a human science as well as Sociology as a curricular component of High School. It was also guided by the content analysis of the teaching materials offered by the São Paulo State Education Secretariat and the PNLD (BRASIL, 2018), and focused on the analysis of the educational problem presented by the Historical-Critical Pedagogy (SAVIANI, 1999, 2011) and in what sense such a theoretical body

and methodology can contribute to the pedagogical practice in favor of meaningful learning in Sociology, emphasizing the content: Citizenship from the applicability of a didactic sequence for the 3rd Year High School of EE Sebastião Inoc Assumpção, Arealva, São Paulo and in the development of the learning object: Citizenship Trail, a didactic game developed with the objective of contributing to the pedagogical practice of Sociology, of the Citizenship content.

KEYWORDS: Teaching of Sociology, Critical Historical Pedagogy, Citizenship.

1 | INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa é resultante da nossa reflexão crítica acerca da problemática materializada na prática pedagógica cotidiana e consiste em: a Sociologia no Ensino Médio: estudando o conceito de cidadania a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. E da necessidade de propor um fazer pedagógico que supere a potencialização da excludência, superficialização e a fragmentação conteudista da Sociologia, antes e depois da Lei do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017) e que permita o empoderamento intelectual e cultural dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade para que o alunado desenvolva uma consciência cidadã crítica e desejosa de transformação social. O objeto da pesquisa é o ensino de Sociologia e a possibilidade de aplicar uma metodologia de ensino que permita a aprendizagem significativa dos conteúdos da Sociologia. Destarte, a investigação do tema foi embasada na análise sobre o processo histórico do ensino de Sociologia na educação brasileira, desde os Pareceres de Rui Barbosa (BRASIL, 1882) até o processo da implementação da primeira Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BRASIL, 2018). Perpassa também pela investigação teórica sobre a Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011), a partir da revisão de literatura acerca do assunto em questão e investigou em que sentido o método da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2012) é eficiente e eficaz para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos da Sociologia.

Para a análise concreta da temática, foi aplicada uma sequência didática, desenvolvida a partir do método da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011), em um plano de ação para oito aulas e durante o primeiro bimestre de Sociologia do 3º Ano do Ensino Médio, de 2020 que, de acordo com o Currículo (SÃO PAULO, 2010) contempla a temática da cidadania.

Os resultados da presente pesquisa deram origem as quatro seções da minha dissertação no Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica, UNESP, a saber: na primeira seção, abordamos os Procedimentos metodológicos, onde apresentamos o contexto e local da pesquisa, o tipo de pesquisa e as características da metodologia aplicada bem como o contexto do produto educacional.

Na segunda seção: Sociologia e o ensino da Sociologia no Ensino Médio e as suas implicações; analisamos o processo histórico do ensino de Sociologia na Educação Básica do Brasil, no recorte temporal: Pareceres de Rui Barbosa (BRASIL, 1882) até a

implementação da BNCC Ensino Médio (BRASIL, 2018), como se materializa o ensino de Sociologia no contexto de sala de aula e os documentos normativos que balizaram o ensino de Sociologia no Ensino Médio até a vigência da BNCC Ensino Médio (BRASIL 2018).

Na terceira seção: A Sociologia na educação básica: analisando o conceito de cidadania à luz do pensamento sociológico, realizamos a reflexão sobre a Sociologia enquanto Ciência Humana e a apresentação do conceito de cidadania no campo da sociologia e análise de conteúdo: cidadania no Currículo (SÃO PAULO, 2011) e materiais didáticos propostos pela Secretaria Educação do Estado de São Paulo supracitados. E por fim, na quarta e última seção: A Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011) como fundamentação metodológica para o ensino de Sociologia no Ensino Médio e o produto educacional: trilha da cidadania, apresentamos a Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011) e a descrição do método e a aplicabilidade do método a partir de sequência didática sobre o conteúdo: Cidadania e a descrição do objeto de aprendizagem: “Trilha da Cidadania”.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo da compreensão de que há, no Brasil, um projeto político histórico de desconsideração com a Educação que, propositadamente, inclui a constante exclusão e inclusão da Sociologia e reproduz a ideologia dominante e camufla as contradições do sistema capitalista e nivela por baixo as diferentes culturas dos estudantes, filhos e membros da classe trabalhadora sem promover a sua emancipação social, favorecendo os interesses da classe dominante.

Para embasar teoricamente o presente trabalho de cunho qualitativo, realizamos um estudo do ensino de Sociologia no Brasil, dentro de um recorte temporal: Pareceres de Rui Barbosa (BRASIL, 1882) até o contexto da Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e da BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018) a partir da pesquisa bibliográfica de artigos, leis, dissertações e livros acerca dos principais estudos sobre o ensino de Sociologia no Brasil.

Nesse momento da pesquisa, levamos em consideração o que foi apontado pelos seguintes autores da literatura disponível sobre o tema: Corrêa (1996), Moraes (2011), Feijó (2012), Machado (2012), Oliveira (2013), Jinkings (2007), Freitas e França (2016), Meucci (2015), Simões (2017), Silva (2019) e Turini (2019). Elaboramos uma reflexão sobre a Sociologia enquanto Ciência Humana desenvolvida na Modernidade a partir dos autores: Bauman (2010), Berger (1972), Elias (1970), Ianni (1988), Lakatos (1990), Mills (1965), e analisamos os documentos oficiais que balizaram o ensino de Sociologia no Ensino Médio a partir da LDB (BRASIL, 1996), a saber; os PCN+ Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2002), OCEM Sociologia (BRASIL, 2006), a BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018), e o estudo de autores que se debruçaram a refletir sobre a temática, a saber: Guimarães (2012), Machado (2012), Pereira (2007), Praxedes (2017), entre outros, visando

compreender as características da Sociologia enquanto componente curricular do Ensino Médio na educação brasileira. Analisamos também as perspectivas da escola na sociedade capitalista a partir de referenciais teóricos dos seguintes autores: Emile Durkheim (1975), Louis Althusser (1980), Mézaros (2008) e de Demerval Saviani (1999, 2011, 2012), e Saviani e Duarte (2012), além de outros autores que contribuíram para a elucidação de uma teoria social da educação.

Foi investigada a hipótese de que há na educação atual um viés neoliberalista que propositalmente pretende promover o reducionismo do ensino de Sociologia, componente curricular que, em teoria, deve promover o pensamento crítico e a visão múltipla sobre os fenômenos sociais no ambiente de sala de aula. Essa pesquisa pretendeu verificar e compreender como se dá o fazer pedagógico da Sociologia no Ensino Médio brasileiro em toda a sua complexidade. Segundo Machado (2012, p. 181):

A Sociologia enquanto disciplina curricular: Deve contribuir para o aluno produzir conhecimentos sobre a sociedade e as relações sociais nela existentes. Além disso, ela tem que, obrigatoriamente, desenvolver nele, o senso crítico. Somente unindo esses dois processos, é que o aluno se perceberá como sujeito transformador da sua própria história.

Conforme nos salienta o autor, o componente curricular Sociologia enquanto saber escolar cumpre um objetivo; a contribuição intelectual para que o estudante secundarista possa produzir conhecimentos científicos sobre a sociedade na qual está inserido e compreender as relações sociais nela produzidas. Para Praxedes (2017, p, 53) se o professor de Sociologia não der um direcionamento na sua prática pedagógica, voltado para a abordagem crítica dos conteúdos: “Os estudantes e toda a sociedade se tornarão vítimas de uma configuração social cujos problemas não são conscientemente formulados pelos seus membros. Sem pensamento crítico não é possível imaginar alternativas para a ordem social existente”.

Guimarães (2012, p.137- 38) ao teorizar sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica, conclui que

O contexto de sala de aula exige do professor de Sociologia engajado em incitar curiosidade dos alunos por meio da imaginação sociológica além da sua bagagem acadêmica, a seleção prévia dos conteúdos, metodologias e estratégias didáticas e avaliativas adequadas.

Refletindo sobre a nossa experiência de sala de aula e a fala do autor citado anteriormente, analisamos que problema não está, somente, nos conteúdos da Sociologia, e sim, na forma como eles são abordados, dessa forma, pensamos qual método poderia proporcionar aos alunos aprendizagem significativa dos conteúdos de Sociologia e despertar-lhes a autonomia para além das competências e habilidades da BNCC Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Essa pesquisa também se fundamentou no entendimento de que há uma saída para

a marginalização social promovida pela escola na sociedade capitalista, a qual se apresenta como Pedagogia Histórico-Crítica que tem o materialismo histórico dialético, de Karl Marx, como método de análise do processo educativo e que segundo Saviani (2011) tem estar comprometida com a transformação da sociedade e não a manutenção da situação social vigente.

Saviani (2013, p.26) nos frisa que a Pedagogia Histórico-Crítica deve propor um contraponto à ideologia burguesa e interesses da classe dominantes presentes na prática pedagógica da escola da sociedade capitalista e inserir na luta pela transformação social, nas suas palavras:

Ora, no caso da pedagogia histórico-crítica, uma de suas características fundamentais é que ela se posiciona claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí seu caráter de pedagogia contra hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual.

Sendo assim, essa pedagogia, conforme frisa o autor, propõe ao professor uma postura crítica diante das contradições da sociedade capitalista, da qual, a escola e a educação fazem parte, como afirma o próprio Saviani (2011, p. 86):

A pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como o educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional. Aí está o sentido fundamental do que chamamos de pedagogia histórico-crítica.

Nesse sentido, segundo o autor, a Pedagogia Histórico-Crítica implica ao professor a necessidade de perceber com clareza dos determinantes sociais da educação, como por ex. a ideologia burguesa, as leis do mercado, a divisão social do trabalho que prioriza os interesses da classe dominante, bem como a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como afirma Saviani (2011, p.86):

O educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional. Aí está o sentido fundamental do que chamamos de pedagogia histórico-crítica.

Saviani (2012) a chama de pedagogia revolucionária, e afirma que o seu empenho é colocar a educação a serviço dos interesses da classe social: os trabalhadores, emancipar o alunado, tornando-o crítico, questionador, livre e desejoso de mudança social e visar a transformação da sociedade capitalista.

Destarte, seu método deriva de uma concepção pedagógica que leva em consideração a articulação entre educação (como instrumento de compreensão e

transformação da sociedade) e sociedade (a escola como espaço social de reprodução das contradições sociais do capitalismo e a escola como local de formação para a compreensão e transformação social).

A Pedagogia Histórico-Crítica parte do entendimento de que a sociedade em que vivemos é dividida em classes com interesses opostos e a educação pública deve estar à serviço dos interesses populares (SAVIANI, 2012), é estruturado em uma perspectiva dialética e espiral, e dividido em cinco passos (momentos), sendo eles: “prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final” (SAVIANI, 2012, p. 70-71-72).

Nesse contexto, pretende-se investigar a partir da proposição de uma sequência didática, em que medida esse método pode ser um possível caminho pedagógico para o processo de ensino-aprendizagem emancipatória de Sociologia para o conteúdo: Cidadania.

3 I OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E O CONTEXTO DA PESQUISA

Este trabalho pretende contribuir com a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, desenvolvendo uma sequência didática à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, visando proporcionar uma alternativa didática e pedagógica mais eficiente e eficaz para o trabalho docente, a ser realizado em sala de aula. Tal objetivo intenciona realizar também a produção de um produto educacional, material didático pedagógico sobre o conceito de cidadania voltado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio; a Trilha da Cidadania.

Partindo do pressuposto de que a teoria é imprescindível para a ampliação das possibilidades da prática, o presente trabalho apresentou uma ampla reflexão sobre as problemáticas oriundas do ensino de Sociologia no Ensino Médio, bem como as suas características idealizadas pelas diretrizes legais brasileiras, a proposição metodológica da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011), a partir da literatura disponível e contribuir como referencial teórico para os professores de Sociologia que enfrentam situações-problemas semelhantes no contexto cotidiano escolar paulista e sentem a necessidade de propor um fazer pedagógico pautado em um método que visa à emancipação do aluno.

Espera-se também que a sequência didática pautada na metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica proposta por essa pesquisa, seja eficaz e eficiente no fazer pedagógico sobre o conteúdo: Cidadania. E por último que, a confecção e a disponibilidade do produto educacional para os alunos estudarem em sala de aula, como uma alternativa metodológica e didática para complementar o livro didático e o Caderno do aluno, materiais disponíveis pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Dessa feita, esse trabalho foi desenvolvido a partir do entendimento acerca das dificuldades surgidas durante a prática docente de Sociologia, dificuldades essas que

perpassam pela não familiarização dos alunos com essa ciência, pelo oferecimento tardio e breve do referido componente curricular à vida escolar do alunado, a ausência de alternativas de materiais didáticos, além do livro didático e Caderno do Aluno São Paulo Faz Escola (SÃO PAULO, 2020) que não abordam de maneira efetiva os conteúdos da Sociologia e da necessidade de buscar uma alternativa metodológica para o enfrentamento dessas, que hipótese pode vir-a-ser a metodologia de ensino-aprendizagem da Pedagogia Histórico-Crítica. Bem como, espera-se com essa pesquisa, contribuir ao quadro de pesquisa sobre o ensino de Sociologia no Brasil, pois essa é parte constituinte de um estudo aprofundado sobre uma temática importante para milhares de professores brasileiros e, por conseguinte para a Educação Básica brasileira, a saber, um estudo do ensino de Sociologia no Brasil, desde os Pareceres de Rui Barbosa (BRASIL, 1882) até 2018, o contexto da BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018) e um estudo aprofundado da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999,2011), que possui uma importante metodologia de ensino e aprendizagem voltada para a transformação social do aluno.

Essa pesquisa foi realizada na E. E Prof. Sebastião Inoc Assumpção, localizada na cidade de Arealva, São Paulo, cidade com população de 8.000 habitantes (nativos e migrantes nordestinos e de paulistanos) e direcionada para a produção de uma alternativa didática, um produto educacional para os alunos de 3º Ano C do Ensino Médio. Na referida escola, o Ensino Médio, nível escolar no qual se situa a oferta do componente curricular de Sociologia, está distribuído em três turnos e em nove turmas. O terceiro ano do noturno, turma na qual será realizada a metodologia dessa pesquisa, contém 32 alunos; 20 alunos da zona urbana e 12 da zona rural.

Durante a prática pedagógica, vários problemas foram identificados na turma referida; defasagem de leitura e interpretação de textos sociológicos, visão reducionista sobre o conteúdo: Cidadania, materiais didáticos com deficiências em abordagens sociológicas e conceitualização sobre o conteúdo o conteúdo em questão.

A partir da aplicação de um questionário chegamos aos seguintes dados; essa turma escolar é constituída de jovens com faixa etária entre 15 e 18 anos, de gênero masculino e feminino, homossexuais e bissexuais e com diferentes perspectivas de vida e situações econômicas semelhantes. Verificamos que 70% dos alunos têm o desejo de seguir os estudos para o nível Superior, 20% com perspectivas para o ensino técnico enquanto 10% apenas querem completar o segundo grau e trabalhar nas atividades produtivas locais: comércio: lojas e mercados, agricultura, algumas pequenas indústrias: salão de bordado, abatedouro, cerâmica, oficinas mecânicas, etc.

Foi constatado que 70% do alunos trabalham para complementar de forma significativa com a renda familiar que gira em torno da média de 4 a 5 salários mínimos. Essa escola foi escolhida, em primeiro lugar, por ser o local do início e continuidade da minha experiência profissional e, em segundo lugar, por que o público-alvo do professor de Sociologia na Escola Básica do Brasil são os alunos do Ensino Médio.

O público-alvo (alunos do 3º Ano do Ensino Médio) pode contribuir com o sucesso da presente pesquisa, na medida em que, a temática em questão é importante para a formação pessoal e intelectual desse, pela diferente proposta de ensino que essa pesquisa propõe e, por sua vez, visa promover o diálogo horizontal entre o professor e o aluno, o trabalho em grupo, o estímulo a pesquisa e valorizar a aprendizagem do aluno, colocando o também como protagonista do fazer pedagógico de Sociologia.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de análise dos resultados é qualitativo. Esse trabalho está foi realizado a partir da correlação de dois planos: teórico e o prático. O primeiro: Estudo do ensino de Sociologia na Educação Básica do Brasil desde os Pareceres de Rui Barbosa, de 1882 (BRASIL, 1882) até o contexto da primeira BNCC do Ensino Médio, (BRASIL, 2018), que foi traçado à luz da base teórica e realizado por meio de pesquisa exploratória, revisão de trabalhos já existentes acerca do ensino de Sociologia na Educação Básica do Brasil.

Bem como o estudo e pesquisa da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011) e a observação das contribuições práticas que esses oferecem à prática pedagógica do componente curricular Sociologia no conteúdo: Cidadania, a ser desenvolvida em uma turma do 3º Ano do Ensino Médio.

Desenvolvemos também a análise de material didático; conteúdo: Cidadania no livro que foi disponibilizado como material didático do Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2018) para a escola referida, a saber: Sociologia para os jovens do século XXI, (OLIVEIRA; COSTA, 2016) e o Caderno do Aluno São Paulo Faz Escola- Sociologia (SÃO PAULO, 2019).

Elaboramos e aplicamos uma sequência didática amparada na Pedagogia Histórico-Crítica através de uma sequência didática sobre o tema: Cidadania (1º bimestre), para o 3º Ano do Ensino Médio a partir de um plano de ação para oito aulas delimitadas em um bimestre e do (produto) o objeto de aprendizagem: Trilha da Cidadania. Objeto esse que foi idealizado a partir do diálogo entre o orientando e o orientador e a partir da problemática inicial da dissertação; o ensino de sociologia a partir do método da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011) que se configura como uma possibilidade para a resolução dos problemas da prática pedagógica, isto é, a aprendizagem significativa dos conteúdos de Sociologia. O referido objeto de aprendizagem, ao mesmo tempo em que, apresenta elementos de ludicidade também apresenta situações-problemas que exigem exercícios de reflexão sobre diferentes perspectivas do conteúdo em questão e fomentam o desenvolvimento de habilidades e competências específicas do componente curricular Sociologia bem como das dez competências gerais da BNCC Ensino Médio (BRASIL, 2018).

O objetivo específico do produto (o objeto de aprendizagem) é fornecer recursos

teóricos à reflexão sobre o conteúdo Cidadania em diferentes perspectivas para o 3º Ano do Ensino Médio. Espera-se que, esse objeto de aprendizagem que será disponibilizado no repositório do Programa de Pós Graduação em Docência para Educação Básica, UNESP-Bauru, seja implementado pelo professor, durante o trabalho docente em sala de aula, desenvolvido a partir do método da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999, 2011) no terceiro passo: Instrumentalização, além de servir como elemento possibilitador do trabalho em grupo também pode servir de base metodológica para que o professor possa analisar em que medida o alunado desenvolveu a Catarse (4º passo), a apropriação sintética do conteúdo trabalhado durante o plano de aula.

Essa atividade pedagógica não implica necessariamente em avaliação, mas de uma metodologia ativa, na qual, o professor, através da coleta de dados e a partir do desenvolvimento da prática intelectual da resolução dos problemas e exercícios propostos pela dinâmica do jogo educativo, pode promover a instrumentalização e inferir se houve ou não o avanço dialético da Catarse, proposto pelo método. O professor, em determinada etapa do seu projeto pedagógico, poderá propor aos alunos o trabalho em grupo, tendo como material de apoio, o jogo educativo: Trilha da Cidadania e será o mediador da atividade lúdico-pedagógica.

5 | RESULTADOS DA PESQUISA

A imersão dessa pesquisa no campo empírico, se deu no primeiro trimestre de 2019, na Escola Estadual Prof. Sebastião Inoc Assumpção, Arealva-Sp em uma turma 3º Ano do Ensino Médio com 32 alunos, onde inicialmente foi aplicado um questionário visando a identificação do perfil da turma em questão.

A partir da hipótese de que o método da Pedagogia Histórico-Crítica pode ser eficiente e eficaz para o ensino de Sociologia, do conteúdo Cidadania (que é contemplado pelo Currículo oficial do Estado de São Paulo para o 1º bimestre do 3º Ano -Sociologia), desenvolvemos um Plano de Ação para um bimestre e aplicamos uma sequência didática composta de cinco atividades avaliativa pautadas nos seus cinco passos (momentos): prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.

Durante o primeiro momento da aplicação do método em sala de aula, a prática social inicial, a partir de um diálogo inicial, comprovou-se que todos os alunos tinham uma noção básica do conceito de cidadania e mais de 50% correlacionaram Cidadania como um conjunto de direitos que o cidadão tem e 25% compreenderam que Cidadania está relacionada com participação política, deveres e democracia, e todos tinham uma visão conceitual sincrética da Cidadania como algo social importante. Na problematização que, foi desenvolvida a partir de *brainstorm* com questões centrais, pedimos aos alunos que analisassem a problemática da Cidadania por vários ângulos e elaborassem novas questões.

A ideia do desenvolvimento do produto educacional: Trilha da Cidadania surgiu no momento da instrumentalização, que se deu através do oferecimento de aula expositiva, proposição de textos diversos: sociológicos, charge, filmes, tirinhas, letras de músicas, poemas, crônicas, trechos da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), letras de músicas e da internet. No momento seguinte da prática pedagógica, através da promoção de um debate e a produção textual sobre a temática Cidadania, compreendemos que a catarse foi desenvolvida através da observação da participação dos alunos. O quinto momento do método: a prática social final, foi verificado a partir da minha observação sobre as ações dos alunos dentro da escola que realizaram a produção de um jornal sobre a Cidadania e roda de conversa com outras turmas.

Essa pesquisa resultou também no desenvolvimento do Plano de Aula de uma Disciplina Eletiva do Programa Inova São Paulo (SÃO PAULO, 2019): Cidadania na escola, que será disponibilizada na grade curricular da referida escola em 2020. Ao final da aplicação da Sequência Didática e da coleta de dados, comprovou-se que o método promove o desenvolvimento do ensino aprendizagem tanto dos alunos como do professor, chegando inclusive a ampliar a reflexão e prática do conhecimento para além do âmbito escolar.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir do entendimento acerca das dificuldades advindas da prática pedagógica de Sociologia no Ensino Médio, dificuldades essas, que perpassam pela não familiarização dos alunos com essa ciência, pelo oferecimento tardio e breve do referido componente curricular à vida escolar do alunado, a ausência de alternativas de materiais didáticos além do livro didático que, por sua vez, não aborda de maneira efetiva os conteúdos da Sociologia. Bem como da necessidade de buscar uma alternativa metodológica para o enfrentamento dessas, que pode vir-a-ser a metodologia de ensino-aprendizagem da Pedagogia Histórico-Crítica. O mote dessa pesquisa se baseou tanto na análise sobre o processo histórico do ensino de Sociologia na educação brasileira, desde os Pareceres de Rui Barbosa, de 1882 (BRASIL, 1882), até o processo da implementação da primeira Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BRASIL, 2018), quanto na investigação teórica sobre a Pedagogia Histórico-Crítica. Dentro dessa problemática, investigou-se que o método da Pedagogia Histórico-Crítica pode ser eficiente e eficaz para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos da Sociologia: Cidadania e suas categorias: democracia, movimentos sociais, participação política, cultura política, etc. a partir do desenvolvimento e aplicação de uma sequência didática pautada nos cinco momentos propostos por tal método.

Esse método (PHC) (SAVIANI, 1999, 2011) norteou a elaboração e a construção do nosso produto; material didático digital, destinado à alunos do 3º Ano do Ensino Médio, que é fruto da minha dissertação de Mestrado.

A referida pesquisa é um recorte de um estudo desenvolvido para a dissertação do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica, UNESP-Bauru, desenvolvido, em 2019, na Escola Estadual Prof. Sebastião Inoc Assumpção, Arealva, São Paulo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (**Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3**). Sociologia.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

_____. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Secretaria da Educação Básica, MEC. 2002.

CORRÊA, Lesi. Reflexões sobre a exclusão e inclusão da Sociologia no currículo escolar. **Revista Mediações**, Londrina, v.1, n.1, p.40-51, jan-jun. 1996.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

GUIMARÃES Neto, Euclides. **Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão/** Euclides Guimarães Neto, Marcos Arcanjo de Assis e José Luís Braga Guimarães. -Belo Horizonte: RHJ, 2012.

IANNI, Octávio. **A Sociologia e o Mundo Moderno**. Aula Inaugural. USP, março-1988.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral/** Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi, colaboradora. 6. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

MACHADO, Vitor. O Ensino de Sociologia na Educação de Nível Médio: sugestões à prática docente. In: **Cadernos de Docência na Educação Básica I**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, p. 251-260, setembro/dezembro 2015.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, A. 2011. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Caderno Cedes**, 31, n. 85, p.359-382, set-dez. 2011.

OLIVEIRA, L. F. de e COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI** -4. Ed. - Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando o ensino da sociologia. **Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, realizado em Recife (PE), 29 de maio a 1 de junho de 2007.

PRAXEDES, Walter. O ensino de sociologia como prática pedagógica de construção de conhecimento. **Revista Espaço Acadêmico**. nº190. Março/2017.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 32ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. Demerval. **Escola e Democracia**. Coleção Polêmicas do nosso tempo, 42ª Edição. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Michel Gustavo de Almeida. In **Caminhos da Educação**, 4./Ivânio Dickmann (organizador). 1. ed. -São Paulo: Diálogo Freireano, 2019, v.4. p. 159-173.

CAPÍTULO 13

POR UMA ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA: A INTEGRAÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES BOLIVIANOS NA EMEF ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 02/06/2020

Israel Filipe Santos Nascimento

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

Marina Nascimento Simão

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo
Orientadora: Stella Christina Schrijnemaekers

RESUMO: A quantidade de alunos imigrantes nas escolas municipais da cidade de São Paulo aumenta gradativamente por ser essa cidade um dos principais destinos migratórios do País. A escola com mais estudantes nessa situação, na capital paulista, é a EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus, na qual o país de origem mais comum entre os imigrantes é a Bolívia. Essa instituição é conhecida por realizar projetos educativos que promovem a inclusão de todos os alunos em um ambiente de respeito às diferenças culturais. Com a pesquisa, pretende-se discutir como esses projetos influenciam a integração social dos alunos bolivianos e descendentes de bolivianos na escola. Para isso, foram realizadas visitas a campo que permitiram vivenciar o dia-a-dia da EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus, conhecer os projetos e conversar com alunos, professores e o diretor, além de identificar o idioma como fator principal na integração social

em ambiente escolar, por parte dos imigrantes estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Bolivianos, Imigrantes, Integração social, Preconceito, Racismo.

FOR AN INCLUSIVE PUBLIC SCHOOL: THE SOCIAL INTEGRATION OF BOLIVIAN IMMIGRANTS ON EMEF ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS

ABSTRACT: The number of immigrant students on the municipal schools in the city of São Paulo increases gradually as this city is one of the main migratory destinations of Brazil, and the school with more students in this situation, in the state capital, is EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus, and the most common country of origin among immigrants, is Bolivia. This institution is known for carrying out educational projects that promote the inclusion of all students in an environment that respects cultural differences. The research intends to discuss how these projects influence the social integration of Bolivian students and Bolivian descendants in that school. For that, field visits were made that allowed to experience the daily life of EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus, to know the projects and to talk with students, teachers and the director, besides identifying language as the main factor in social integration in school environment, by the immigrants studied.

KEYWORDS: Bolivians, Immigrants, Social integration, Preconception, Racism.

1 | INTRODUÇÃO

A Bolívia é definida em sua Constituição como uma República unitária, independente, livre, soberana, multi-étnica e pluricultural. Diversas etnias e culturas são destaque desse país que está situado geograficamente na região centro-oeste da América do Sul.

Nas últimas décadas o país tem enfrentado diversos problemas, nos mais diferentes âmbitos. A situação socio-econômica da Bolívia apresenta aspectos muito delicados, o que em parte está associado a problemas do passado do país, especialmente a dificuldades econômicas, à corrupção e a uma falsa democracia.

Segundo o Ranking Mundial de Desenvolvimento Humano (2018), feito anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNDU, a Bolívia encontra-se na 114ª posição de um total de 189 países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,703. Quando analisado o IDH dos países da América do Sul, a Bolívia encontra-se na última posição.

Por decorrência de uma fraca economia, problemas sociais relacionados a saneamento básico, moradia, segurança e educação acabam por seguir o mesmo sentido, isto é, indicadores baixos que causam uma baixa qualidade de vida. Os conflitos étnicos também se mostram presentes no país, com destaque para os dois grupos regionais mais predominantes, os collas e os cambas, que lutam pela divisão do país entre oriente e ocidente.

Esses fatores influenciam a escolha da imigração da população boliviana ao Brasil, o que tem se elevado paulatinamente. Através de esquemas, em sua maior parte de maneira ilegal, os bolivianos optam pela entrada ao país.

No total, 292.288 estrangeiros mudaram-se para São Paulo entre 2001 e 2017¹. Os bolivianos, facilmente notados sobretudo nos bairros centrais da cidade, como o Bom Retiro, lideram o ranking. A maior parte dos 10 mil alunos estrangeiros matriculados em escolas públicas da capital paulista é composta por bolivianos, seguidos por angolanos, haitianos e japoneses. Apesar do aumento de 98% no número de alunos estrangeiros nos últimos anos, as redes municipal e estadual de ensino de São Paulo não possuem diretrizes de como receber e integrar essas crianças.

A maior parte das escolas públicas sofre com problemas de baixa infraestrutura e de profissionais que são submetidos a condições de trabalho não ideais, como contratos temporários, salários muito baixos, alta rotatividade, entre outros problemas. Essas péssimas condições expressam-se no cotidiano escolar e no desenvolvimento cognitivo dos estudantes, configurando uma primeira fronteira na educação pública brasileira. Este quadro agrava-se quando o atendimento educacional atinge alunos estrangeiros – que passam por um processo de adaptação em uma sociedade diversa de sua origem e com uma língua estranha à sua e à de seus familiares – sem oferecer uma infraestrutura de

1. Dados obtidos pelo “Estadão dados” em parceria com a Polícia Federal, em 2017.

suporte, ou seja, o ensino de Português para estrangeiros.

Segundo Aranha², “escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional, [...] reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades” (2004, p.7). É fundamental que a escola identifique as necessidades de mudanças e capacidades para que as diferenças não impactem negativamente as relações entre os alunos e professores, contribuindo assim para o processo de inclusão dos alunos estrangeiros.

Para o imigrante, aprender o idioma é um dos passos necessários para sua inclusão no ambiente escolar. Contudo, a solidariedade e o espírito colaborativo da sociedade que o recebe é o que vai garantir que este se sinta atuante no grupo, podendo assim, além de se comunicar, interagir de forma efetiva, indagando, questionando, criticando e sugerindo, exercendo, assim, o seu papel como qualquer aluno nativo.

Escolhemos analisar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Escritora Carolina Maria de Jesus³, que está localizada no Canindé, bairro do centro de São Paulo com a maior concentração de imigrantes bolivianos. Ao menos 20% dos alunos são estrangeiros, sendo praticamente metade dessa porcentagem de imigrantes bolivianos.

Estudando no centro, onde vemos imigrantes e refugiados levando seus filhos para as escolas próximas logo de manhã, escolhemos esse tema tanto por curiosidade quanto por preocupação, pois temos consciência de que não deve ser fácil estar em um país como estrangeiro com baixa qualidade de vida, e por mais que o Brasil seja conhecido como um país acolhedor e receptivo, ainda são comuns casos de racismo e xenofobia. Tendo em mente a importância da escola e a socialização na infância, procuramos analisar e entender como isso acontece para os bolivianos, que são a maioria dos imigrantes atualmente em nossa cidade.

2 | PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Para se estudar a integração social das crianças imigrantes bolivianas em São Paulo, é preciso considerar que seu país de origem apresenta fortes problemas socio-econômicos e, portanto, além da dificuldade de integração devido às diferenças culturais, existe o preconceito envolvendo as condições econômicas dos bolivianos. A pesquisa teve como objetivo descobrir e entender quais os principais obstáculos enfrentados pelas crianças imigrantes bolivianas no seu processo de integração social na EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus e se existem casos de racismo ou xenofobia na escola.

O principal problema explorado pela pesquisa envolve a busca por uma resposta

2. Maria Salete Fábio Aranha, professora e doutora da UNESP- Bauru na área de Psicologia.

3. O nome da instituição encontra-se em transição. Atualmente, a escola chama-se EMEF Infante Dom Henrique, mas, após reunião e votação com todos os funcionários, alunos e pais de alunos, foi definida a alteração do nome para EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus em homenagem a uma escritora da região do Canindé. A decisão foi tomada porque o nome atual, Infante Dom Henrique, remete a uma figura histórica que promovia a escravidão, o que vai de encontro aos princípios da escola.

à questão: existe xenofobia em sala de aula contra as crianças imigrantes bolivianas na Carolina de Jesus, mesmo com todos os projetos? Segundo Vidal (2011):

É comum que crianças bolivianas recém-chegadas em São Paulo enfrentem comportamentos preconceituosos nas escolas pelo fato de não saber falar português sem sotaque, sendo elas às vezes desprezadas enquanto <<índios>>. Sem embargo, muitos bolivianos entrevistados dizem que "isso é coisa de criança" e não veem nesses comportamentos infantis o reflexo de uma atitude sistematizada dos brasileiros para com os bolivianos.

Em vista dessa afirmação, torna-se fundamental procurar identificar se a diferença do idioma afeta o aprendizado dos alunos bolivianos.

Para além da relação das crianças imigrantes com seus colegas, é preciso entender como (e se) os professores são orientados a lidar e como de fato lidam com esses alunos, pois o aprendizado dos estudantes pode ser influenciado pelo comportamento dos educadores. Pretendia-se saber se há, por parte das crianças bolivianas, um sentimento de exclusão, especialmente em sala de aula.

Não deixando obstante a disseminação de movimentos pró-imigrantes, mas levando-se em conta que a xenofobia ainda encontra forte expressão, em um momento de crise migratória mundial, a hipótese era de que existem, sim, exclusão e dificuldades para estudantes imigrantes bolivianos, apesar de amenizadas pela política inclusiva da escola. Os grandes fluxos migratórios que marcam as primeiras décadas do século XXI são o que dá relevância ao tema proposto. O acontecimento de guerras, como a da Síria, além de desastres naturais, como o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, e níveis baixíssimos de qualidade de vida, como é comum no próprio Haiti, na Venezuela e na Bolívia, segundo dados da Organização das Nações Unidas, leva o número de migrantes internacionais a crescer de forma mais acelerada do que a população mundial. Entre 2000 e 2017, a porcentagem de migrantes na população mundial saltou de 2,8% para 3,4%⁴.

O Brasil, por não apresentar políticas agressivas aos imigrantes, é o destino de muitos que precisam deixar seu país. No caso dos bolivianos, o primeiro destino foi a Argentina, ainda no século XX. No entanto, aqueles que vivem em São Paulo dizem que os argentinos são agentes de forte preconceito (VIDAL, 2011), o que pode ser reflexo das políticas de branqueamento promovidas na Argentina na segunda metade do século XIX, que incluíram o posicionamento de soldados negros nas linhas de frente em batalhas, como na Guerra do Paraguai, nas guerras civis e na guerra de Independência. A população negra e indígena tornou-se muito pequena no país, e alvo do racismo a que se referem os bolivianos.

Segundo a Polícia Federal, a quantidade de imigrantes em território brasileiro aumentou em 160% entre 2006 e 2016⁵. Para os bolivianos, a despeito da diferença do

4. Refúgio em números – 3ª edição. Disponível em <http://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/de-101-mil-refugiados- apenas-51-mil-continuam-no-brasil/>; os dados obtidos sobre migrações são oficiais, mas existem muitos casos subnotificados de migrantes clandestinos.

5. Anuário da Polícia Federal. Disponível em <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/anuarios>.

idioma, o Brasil é um país atraente devido às facilidades em questões burocráticas, além da proximidade geográfica e do fato de que, na América Latina, o Brasil é o país mais desenvolvido economicamente.

A pesquisadora Rosana Baeninger, da Universidade Estadual de Campinas, realizou uma pesquisa a respeito da imigração boliviana no Brasil e organizou, em 2012, uma publicação na qual reúne os estudos de diversos pesquisadores com temas semelhantes. Entre eles encontra-se Sidney A. da Silva, que apresentou, no ciclo de palestras *São Paulo: seus povos e suas músicas*, organizado pela Biblioteca Mário de Andrade em 2011, o texto intitulado *Bolivianos em São Paulo – Dinâmica cultural e processos identitários*.

No texto, Silva descreve o fluxo de bolivianos em direção ao Brasil com destino a São Paulo. Segundo o pesquisador, a maior parte desses imigrantes, quando se instalam na capital paulista, passam a trabalhar no ramo da costura. A despeito das precárias condições de trabalho, os bolivianos entrevistados afirmam que a situação na Bolívia era ainda pior, o que pode ser complementado pela pesquisa de Dominique Vidal, *Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo* (2011).

Para Vidal, é importante destacar a oposição dos bolivianos entre collas e cambas. Os cambas são os que não apresentam traços indígenas e aparentemente são de ascendência europeia. Já os collas, são os povos do altiplano boliviano, dos quais fazem parte a maioria dos que emigram para o Brasil e trabalham na costura. Os brasileiros não costumam notar diferenças entre collas e cambas. Nas escolas, segundo Vidal, as crianças bolivianas, normalmente collas e, portanto, de origem indígena, são alvo de brincadeiras preconceituosas em decorrência de sua aparência, sendo chamados de índios em tom pejorativo. Apesar disso, ela afirma que os migrantes collas enfrentam, no Brasil, menos desprezo do que no próprio país:

Os migrantes provenientes da região altiplânica – e, particularmente da cidade de El Alto, próxima de La Paz – afirmam não encontrar em São Paulo o desprezo que, na Bolívia, os “blancos” ou “os que são descendentes de espanhóis” têm pelos “mestiços” e os “indígenas”. Também não enfrentam no Brasil nada igual à hostilidade dos cambas, nome dos moradores da região de Santa Cruz de la Sierra que não têm traços índios e reivindicam uma ascendência europeia -, em relação aos collas, categoria que remete aos povos do altiplano boliviano. (VIDAL, 2011)

A discriminação sofrida por crianças bolivianas nas escolas pode ser analisada à luz do que diz Erving Goffman em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1963). Para ele, um indivíduo que se encontra dentro de um grupo social diferente daquele de origem, no qual foi criado e através do qual formou seu ponto de vista, não apresenta defeitos ou uma degenerescência em relação aos demais indivíduos. No entanto, a atenção ao seu traço de distinção pode sobrepor-se aos seus outros atributos, o que caracteriza um estigma.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. [...] Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário com fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 1963)

Uma criança estrangeira que sofra com preconceitos pode crescer imerso em uma crise de identidade. Segundo Dubar (1997), é na infância que se constrói a identidade de um indivíduo. A infância, portanto, é a fase da vida responsável por criar a base social e identitária sobre a qual se forma uma pessoa, e que é reconstruída incessantemente ao longo da vida. Disso surge a importância da socialização das crianças nos ambientes onde vivem, seja em casa ou na escola.

Para Piaget (1995), as ações que atingem uma pessoa ainda na infância evocam nela o aprendizado. Desta forma, as situações pelas quais ela passa influenciam todo o seu desenvolvimento. Se uma criança é exposta a situações em que sofre com o preconceito, pode apresentar problemas em suas relações no futuro, considerando-se o que diz Leon Crochik (1995), segundo o qual o preconceito pode ser definido como uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais. Quando a hostilidade funda-se na origem da vítima, trata-se de xenofobia.

É importante ressaltar que, ao abordar a integração das crianças bolivianas na escola, constantemente remeter-se-á à prática de bullying, que, conforme Neto (2005), “diz respeito a uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão”. Como o centro da questão são as crianças bolivianas, pode-se confundir o bullying com o racismo. O primeiro possui caráter pontual, ou seja, pode acontecer em momentos específicos e, tão logo seja combatido, pode acabar. Já o racismo, tem raízes na sociedade e pode originar o bullying. “O racismo é uma prática que reproduz na consciência social coletiva um amplo conjunto de falsos valores e de falsas verdades e torna os resultados da própria ação como comprovação dessas verdades falseadas” (CUNHA JR., 1992).

De acordo com o professor Cesar Luís Sampaio, docente da EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus, em entrevista concedida ao portal UOL em 2017, os episódios de bullying envolvendo racismo são fruto do “cotidiano das crianças fora da escola”. Existe, portanto, um racismo estrutural, o que a escola tenta corrigir por meio de atividades que promovam a inclusão e o respeito a diferentes culturas. Em 2014, como forma de estimular a integração entre os estudantes, alguns alunos estrangeiros e brasileiros foram levados a uma viagem até a Bolívia, numa oportunidade de conhecer de perto as culturas bolivianas.

O professor relata que os efeitos das atividades organizadas pela escola são visíveis. Como exemplo, destaca um episódio em que um dos alunos chamou um colega de classe de “macaco”. Imediatamente, os outros alunos revoltaram-se e cobraram do professor uma medida punitiva. O ofensor pediu desculpas ao colega e a toda a classe, e “se mostrou muito arrependido e envergonhado”.

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

Na nossa pesquisa trabalhamos principalmente com crianças bolivianas e descendentes de bolivianos, de sete a 12 anos. Entramos em contato com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Escritora Carolina Maria de Jesus, no Canindé, região central de São Paulo. A escola é conhecida por acolher grande quantidade de alunos imigrantes, entre eles bolivianos, e promover projetos de inclusão que visam à igualdade entre todos os seus estudantes.

Escolhemos usar a entrevista não estruturada na maior parte dos casos, pois em nossa observação, ao conversar com o diretor e alguns alunos, percebemos certas dificuldades. Com o diretor, houve um imprevisto que encurtou o tempo disponível para a conversa, e com alguns dos alunos a dificuldade era em relação à sua atenção para a conversa. Ao ler pesquisas diferentes que também trabalharam com crianças⁶ percebemos que os desenhos podem cativar mais sua atenção e estimulá-las a falar do assunto. Isso foi um ponto positivo na maioria das conversas com as crianças, pois foram realizadas no contexto dos projetos da escola, em que é comum a produção de desenhos.

As entrevistas foram realizadas em locais diferentes. Com a Dra. Patrícia Tavares de Freitas foi realizada na biblioteca da FESPSP, sendo utilizado o método da entrevista semi-estruturada. Já a entrevista com o diretor foi realizada na própria Carolina de Jesus, e, com as duas alunas, no SESC Consolação, por ser um lugar mais amigável e tranquilo.

Como o objeto de estudo são as crianças bolivianas e descendentes de bolivianos, foi priorizado o contato informal com os alunos nas visitas à escola, pois as conversas com o formato de entrevistas poderiam criar um distanciamento entre as crianças e os pesquisadores. No caso da entrevista com duas alunas, por exemplo, elas demonstraram certa timidez, diferente dos demais, com os quais houve uma maior aproximação.

4 | CONTEXTUALIZAÇÃO: EMEF ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS

4.1 As primeiras visitas

A primeira visita foi realizada numa quinta-feira, 13 de setembro de 2018, das 10h10 às 10h50. Localizado no bairro do Canindé, podendo-se considerar na zona central de São Paulo, o ambiente em torno da escola apresenta grande quantidade de pessoas em situação de abrigo na rua. O motorista de aplicativo apresentou resistência em ir até o local por considerar a área insegura, mas decidiu completar o trajeto. No muro da escola, encontra-se a frase *no human being is illegal* (nenhum ser humano é ilegal), e logo na recepção uma pintura que representa etnias diversas com a frase *por uma escola pública inclusiva*.

6. CEZAR, Marcos.; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, vulnerabilidade tensões. São Paulo, SP, 2015. LIBERATO, Débora.; LOKOI, Zilda Marcia Gricoli. Crianças bolivianas nas fronteiras da educação brasileira. Porto Alegre, RS, 2014.

Ao chegar, conversamos com a recepcionista, explicamos o motivo da visita, e ela dirigiu-se à sala do diretor. Saindo de lá, pediu que o aguardássemos. Cerca de dez minutos mais tarde, fomos chamados ainda na recepção pelo diretor Carlos Eduardo Jr, que se apresentou simplesmente como Cadu. Explicamos-lhe o tema e objetivo da pesquisa, pedindo autorização para conhecer o interior da escola e os projetos. O diretor explicou que não tinha tempo disponível para apresentar a escola por estar em organização de uma semana de provas, mas indicou reportagens sobre os projetos e os prêmios recebidos, para que fossem pesquisados. Ressaltou, ainda, o processo em andamento pela mudança de nome da instituição, de EMEF Infante Dom Henrique para EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus. Ao fim da conversa, ficou marcada uma nova visita para a semana seguinte, quando Cadu teria mais tempo disponível. Havíamos imaginado o diretor como um senhor, já que até então havíamos conversado apenas por e-mail. Ele, no entanto, aparenta aproximadamente 30 anos.

Conforme combinado, voltamos à escola na quarta-feira, 19 de setembro. Chegamos por volta das 9h e notificamos a recepcionista sobre o compromisso.

A entrevista com o diretor estava marcada para as 9:30, mas chegamos um pouco mais cedo, então a recepcionista pediu-nos para esperarmos na sala dos professores ao fim do corredor. No caminho passamos pelas salas de aula em cujas portas os nomes das matérias estavam escritos em Inglês, Português, Espanhol e Árabe. Além disso, também vimos diversos desenhos colados pelas paredes do corredor, desenhos dos alunos retratando temas como a igualdade social e de gênero, o preconceito e o racismo.

Na sala dos professores, há uma grande mesa para os docentes, uma menor com café disponível e um armário com uma prateleira para cada professor, no qual se guardam seus materiais. Às 9h15 começou a ser tocada uma música com alto volume no corredor. Uma professora nos avisou que era o toque do intervalo e que a cada duas semanas os próprios alunos escolhem a música a ser tocada.

Esperando pelo diretor, uma professora chegou à mesa para desamassar um cartaz feito por uma aluna do sétimo ano com o tema “mulheres fortes”. A aluna havia escolhido falar sobre igualdade no trabalho e a professora estava bastante animada e satisfeita com o resultado.

Durante o intervalo, o diretor compareceu à sala dos professores e informou que faria uma longa reunião com o corpo docente. Ele pediu desculpas e nos explicou que a reunião era muito importante, pois trataria de uma mudança cobrada à escola, que deveria enviar documentos à Secretaria de Educação para a ampliação da carga horária. A entrevista, portanto, marcada inicialmente para as 9h30 seria realizada mais tarde.

As 11h fomos para uma sala com o diretor e mais uma garota que fazia estágio na escola. A entrevista foi muito diferente do esperado, pois não houve tempo para que realizássemos muitas perguntas. O próprio diretor iniciou a conversa, explicando como era a escola antes de se iniciarem os projetos e como ela foi transformada, se tornando

referência na educação inclusiva. Falou sobre a realidade das famílias dos alunos bolivianos e de como os projetos são importantes para a relação harmoniosa entre os brasileiros e os imigrantes, em especial os bolivianos. Perguntamos sobre um dos projetos, o *Escola Apropriada*, e ele explicou que é uma reunião realizada quinzenalmente com alunos imigrantes e alguns brasileiros, com o intuito de se fazerem trocas de conhecimentos culturais. A conversa durou cerca de 30 minutos, até as 11h30, e o diretor nos convidou a voltar na semana seguinte para presenciar uma reunião do Escola Apropriada.

Conseguimos informações importantes nessa conversa, mas algumas das perguntas não puderam ser feitas devido à falta de tempo provocada pelo imprevisto da reunião.

Tanto o diretor quanto a recepcionista e os professores foram muito receptivos, mostrando-se dispostos a contribuir com a pesquisa. Toda a estrutura da escola, com frases nas paredes referindo-se à igualdade entre as etnias e com grande interferência dos alunos com seus desenhos, além da fuga do padrão com músicas para indicar o intervalo, tornam o ambiente muito agradável e parecem fazer com que os estudantes se sintam bem na escola e incentivados a respeitarem seus colegas.

Nesta visita já percebemos o diferencial da escola; os temas abordados nos trabalhos expostos nos corredores deixam clara a preocupação dos professores em ensinar e explicar a importância de se respeitarem as diferenças, ainda mais em uma escola reconhecida pela grande diversidade entre os alunos.

4.2 O entorno

A escola tem três grandes agrupamentos entre os alunos: o primeiro é remanescente da favela do Canindé, uma comunidade de cerca de trezentas famílias, vivendo em uma situação precária de moradia. É um local de grande disputa por estar próximo ao centro, mas a criminalidade é alta. A escola reconhece que praticamente todos os moradores desta comunidade estudaram na Carolina de Jesus, até então Infante Dom Henrique, ou seja, tanto os pais quanto os filhos, tendo em vista que a escola tem pouco mais de 60 anos.

O outro agrupamento vive em um lugar muito mais novo, de 2004, o edifício Olarias. Com 187 apartamentos, essa é uma moradia social criada no final da gestão de Marta Suplicy à frente da prefeitura de São Paulo. Segundo o diretor, a maioria dos alunos que vêm destes apartamentos vive em uma situação melhor do que a dos moradores da favela do Canindé, já que muitos dos apartamentos chegam a ter até dois dormitórios, ou seja, uma área muito mais organizada para receber famílias.

O terceiro agrupamento vem do que eles chamam de “morrinho”, onde existem pessoas que vivem com uma situação econômica boa em relação às dos outros agrupamentos, mas se encontram morando em cortiços, ou seja, é um agrupamento mesclado, num lugar caracterizado por uma grande ladeira.

No momento da pesquisa, 24% dos alunos da EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus eram imigrantes, cerca de 130 alunos, sendo destes a maioria bolivianos. As famílias

destes alunos organizam-se na chegada à região, geralmente alugando casas que dividem espaço com oficinas de costura. O ritmo de trabalho pode ser considerado surreal, tendo em vista que muitos trabalham das 7h até as 23h. Nesses casos os pais ainda buscam as crianças na escola, mas em seguida já voltam ao trabalho. Recentemente houve denúncias de trabalho escravo, e algumas destas oficinas foram fechadas.

A escola tem por hábito receber muitos alunos imigrantes, primeiro por conta da região, que historicamente é conhecida como um ponto de encontro e acolhimento de diversos imigrantes, principalmente bolivianos e árabes, e segundo devido aos projetos desenvolvidos pela instituição.

Tendo em mente tudo isso, o diretor diz que a escola se sente na obrigação de acolher essas crianças, ensinando-lhes a língua e costumes locais para que fora da escola elas também se sintam seguras.

4.3 A escola

A escola foi fundada há aproximadamente 60 anos, e não são incomuns professores que estão na casa há mais de 10 anos. Isso faz toda a diferença, pois os projetos e trabalhos tornam necessária a sua permanência. Assim sendo, os projetos tornam-se mais bem elaborados. O grupo atual tem o propósito de realizar mudanças estruturais na escola.

A EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus possui educação integral do primeiro ao terceiro ano. Nesse período as crianças ficam sete horas, tendo nesse tempo até três refeições. O oitavo e o nono ano podem ficar até mais do que essas sete horas, pois a escola possui uma parceria com o Instituto Federal, por meio da qual todos os alunos possuem vaga para um curso preparatório pré-vestibular. Até a realização da pesquisa, eram 120 alunos no oitavo e nono ano, e 40 deles participavam das aulas extras.

O ciclo de alfabetização da escola possuía um grupo fechado de seis professoras que estavam juntas há mais de quatro anos. A taxa de alfabetização com sucesso da escola, segundo o diretor, é de 95%. Tendo em mente a diversidade de alunos, esse número torna-se muito considerável, já que em média 20% desses alunos são alfabetizados em uma segunda língua.

Em uma visita que realizamos na reunião do projeto Escola Apropriada, além de percebermos a real diversidade de alunos em uma só sala, também percebemos como eles têm se relacionado bem com a Língua Portuguesa. Conhecemos dois meninos bolivianos que estavam em São Paulo há apenas dois meses e já falavam o Português sem problemas, com apenas algumas dificuldades na escrita, e um aluno marroquino, que havia chegado ao Brasil há apenas oito meses e já falava o Português fluentemente, apesar de ser tão diferente do Árabe, sua língua materna. Quando conversamos com eles percebemos o quanto pareciam alegres, conversando sem problemas com seus colegas brasileiros, e ao lado estava sempre uma professora ajudando-lhes com a escrita e pronúncia.

Na entrevista realizada com as duas alunas também foi possível perceber um grande empenho em além de aprender o Português, também não perder o Espanhol. Segundo as próprias alunas, a escola mantém as aulas de Espanhol e elas, mesmo estando em uma escola brasileira e aprendendo o Português, se sentem livres para falar em Espanhol entre si ou até mesmo ensiná-lo aos seus amigos e colegas brasileiros.

5 | IMIGRAÇÃO BOLIVIANA

Para compreender como ocorre o processo da imigração boliviana ao Brasil, entrevistamos Patrícia Tavares de Freitas, especialista em migrações internacionais, Direitos Humanos e Sociologia, que realizou uma pesquisa de doutorado sobre esse assunto.

A ditadura militar boliviana, iniciada em 1964, levou o país a uma profunda crise social e econômica, que continuou mesmo após o fim do regime autoritário, em 1982. Foi nesse período que as numerosas minas da Bolívia foram privatizadas e, como afirma a entrevistada, ocorreu um programa de realocação laboral, e muitos dos mineiros migraram dentro do país para trabalhar em outros setores. Uma cidade diretamente afetada por esse processo foi Oruro, onde há muitas minas. Boa parte dos mineiros da cidade mudou-se para Villa Pagador, um bairro de La Paz, para trabalhar na costura.

É no ramo da costura que trabalha a imensa maioria dos bolivianos que migram para o Brasil. Diferente do que se imaginava no começo da pesquisa, o mais comum não é que se mude para o Brasil com a pretensão de morar. Segundo Patrícia, costuma-se fazer a viagem para se passar apenas um período no Brasil, juntando-se lucros para investimentos no país de origem, o que não significa que não existam casos de fixação no Brasil.

É importante lembrar da denominação dos cholos na Bolívia, que são indígenas, geralmente Quechua ou Aymara. É comum que mulheres cholas trabalhem com serviços domésticos em casas de brancos. De acordo com Patrícia, acontece um apadrinhamento que firma um dever da chola com a família branca. A família garante educação e acolhimento à chola, que, se decidir não mais viver na casa, precisa deixar alguém para trabalhar em seu lugar.

A maneira da relação entre brancos e cholos acaba por se reproduzir na relação entre os migrantes que trabalham na costura em São Paulo. Mesmo vivendo em condições subumanas, tendo a força de trabalho explorada, muitos dos cholos que trabalham nas oficinas de costura optam por continuar nessa situação, pois a saída significaria um rompimento com a família na Bolívia.

Outro ponto descrito pela entrevistada é que existem imigrantes bolivianos em São Paulo que não falam em Espanhol, e sim em Quechua ou Aymara. Isso leva a uma outra questão: muitos cholos que migram para o Brasil vão direto das regiões rurais da Bolívia.

Em situação de precariedade e incerteza quanto ao permanecimento em São Paulo, muitas crianças bolivianas que vão à cidade com seus pais não frequentam a escola. Isso prejudica não apenas seu progresso educacional, mas também seu desenvolvimento social, pois limita-se o contato com outras crianças.

6 | EMEF ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS: PROJETOS

6.1 Escola Apropriada

Durante a pesquisa, pudemos conhecer dois projetos da EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus. Um deles é o Escola Apropriada, reunião que ocorre quinzenalmente com alunos estrangeiros e alguns brasileiros, com o fim de promover trocas culturais.

Para se conhecer o projeto, foi feita uma observação participante em uma das reuniões. Inicialmente, os alunos estavam sentados em grupos de cerca de cinco pessoas. A professora distribuiu um pedaço de papel para cada criança, contendo uma palavra, e para cada palavra havia um antônimo no pedaço de papel que estava com outra criança. Dessa maneira, formaram-se duplas com quem estava com palavras antônimas.

Com as duplas formadas, a tarefa era conversar entre si sobre questões ligadas ao lugar de origem de cada um, para que fossem apresentados aspectos culturais. Depois disso, foram formados grupos de quatro, juntando-se as duplas. A tarefa agora era criar uma história envolvendo tudo sobre o que havia sido conversado. Essas atividades permitiram que as crianças tivessem a mente aberta para conhecer as culturas uns dos outros.

Nessa reunião, conversamos com alguns alunos bolivianos e percebemos neles uma satisfação com o projeto e com a escola, em especial porque, com as aulas, falam o Português fluentemente, o que facilita a integração junto aos colegas brasileiros.

6.2 Diversidade

O segundo projeto que conhecemos estava ainda no começo. Uma professora chamada Darla reuniu alunos de salas diferentes para debater temas ligados ao respeito às variadas identidades. Na oficina que presenciamos, ela fez uma dinâmica de integração e pediu que as crianças fizessem, cada uma, um desenho que as representasse.

A maioria das crianças desenhou um retrato de si. Quando os desenhos estavam prontos, a professora pediu que os alunos observassem o que os outros produziram e, caso quisessem, realizassem comentários. Todos os alunos que comentaram elogiaram os desenhos. Após esse momento, a professora propôs uma discussão sobre o que é a beleza, enfatizando que não existe uma identidade única, e sim inúmeras identidades, cada uma com a sua beleza.

Esse novo projeto ainda não tinha nome, e ficou combinado que as próprias crianças decidiriam como chamá-lo, no decorrer das reuniões seguintes.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convivência no dia-a-dia escolar e a participação em atividades da EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus foram fundamentais na busca de respostas às perguntas iniciais da pesquisa. O objetivo era compreender quais são os principais obstáculos na integração dos estudantes bolivianos com os demais colegas na Carolina de Jesus e se existem casos de racismo e xenofobia em sala de aula.

Assim como se esperava, o preconceito com os alunos bolivianos em sala existe, mas amenizado devido à presença dos projetos da escola. No entanto, a eficácia desses projetos é maior do que o imaginado. As falas das crianças bolivianas nas conversas demonstram que a ocorrência de atitudes racistas ou xenofobas são muito pouco frequentes, e quando acontecem os professores atuam prontamente para inibir a recorrência e educar os agressores. Isso pode ser exemplificado pela fala de uma das crianças entrevistadas. Ela afirmou que quando começou a estudar na Carolina de Jesus, algumas alunas mais velhas diziam que ela era esquisita e que “parecia índia”, em tom pejorativo, mas ela comentou sobre isso em uma reunião do Escola Apropriada e as professoras resolveram o assunto conversando com as alunas.

Segundo os estudantes bolivianos e descendentes de bolivianos, a maior dificuldade na relação com os colegas brasileiros é a língua. Quando chegam à cidade de São Paulo e à escola, eles não compreendem bem o Português. No começo, portanto, é um desafio desenvolver uma conversa com os colegas locais. Em poucos meses, porém, esse problema costuma ser revertido, pois a escola oferece aulas de Português para os alunos estrangeiros. Na maioria dos casos, persiste certa dificuldade na escrita, mas os professores dão suporte nessa situação. Os alunos se sentem, assim, parte da instituição.

Outro ponto que releva a importância dos projetos da Carolina de Jesus encontra-se na fala de Cadu, o diretor. De acordo com ele, quando por algum motivo a escola passa por um período sem discutir o preconceito e o racismo, os casos de xenofobia voltam a ser frequentes, como antes do início dos projetos, quando era comum até a prática do bullying.

Após o conhecimento dos projetos da EMEF Escritora Carolina Maria de Jesus, conclui-se que os projetos inclusivos são responsáveis por mudar substancialmente a relação dos estudantes bolivianos com os brasileiros. Se em um primeiro momento esses alunos demonstram dificuldade em integrar-se ao ambiente escolar, o que acontece com os projetos é uma transformação dessa realidade, com os bolivianos vencendo a barreira das diferenças culturais e sendo aceitos pelos estudantes locais. As práticas da escola poderiam, inclusive, ser adotadas por toda a rede municipal de ensino em São Paulo, por uma escola pública inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E.J. (org) Educação Especial temas atuais. Marília Publicações: Marília SP, 2000.

BAENINGER, Rosana. **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa 2012.

C, José Leon. **Preconceito, indivíduo e sociedade**. *Temas em psicologia* 4.3 (1996): 47-70.

CEZAR, Marcos.; SILVA, Ana Paula. **Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: Adaptação, vulnerabilidade tensões**. São Paulo, SP, 2015.

CUNHA JR., Henrique. **As estratégias de combate ao racismo. Movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. *Pág* (1996): 147-156.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. 3 Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN, LTC, 2013.

LIBERATO, Débora.; LOKOI, Zilda Marcia Gricoli. **Crianças bolivianas nas fronteiras da educação brasileira**. Porto Alegre, RS, 2014.

NETO, Aramis A. Lopes. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. *Jornal de pediatria*, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SILVA, Sidney A. da. **Bolivianos em São Paulo – Dinâmica cultural e processos identitários**. In: BAENINGER, Rosana. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa 2012.

VIDAL, Dominique. **Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo**. In: BAENINGER, Rosana. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa 2012.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. Cultura escolar, migrações e cidadania**, 2010.

GONÇALVES, Carolina Abrão. **O limiar entre ser boliviano e ser brasileiro: as identidades híbridas das crianças imigrantes na cidade de São Paulo**. In: *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

CAPÍTULO 14

FERROVIA, IMPRENSA, ESPORTES E SOCIEDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX EM PONTA GROSSA – PARANÁ

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 04/06/2020

Cláudio Jorge Guimarães

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7019519818071197>

Alfredo César Antunes

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0960979160330230>

Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7934725111247478>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo pensar o imbricamento entre a ferrovia, a imprensa, o esporte e a sociedade pontagrossense no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A ferrovia, considerada na literatura local como elemento fundamental no desenvolvimento local/regional; a imprensa escrita, como meio de divulgação/comunicação de questões relacionadas à ferrovia, ao esporte e a sociedade que consome/consumia a ferrovia; os esportes e o jornal. O caminho metodológico seguido assentou-se em uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, sobre a cidade de Ponta Grossa, sobre o esporte e a imprensa local e pesquisas nos jornais “O Progresso” e “Diário dos Campos”. Como apoio teórico buscou-se as contribuições de

Pierre Bourdieu a partir da teoria dos campos, a concepção de habitus e relações de poder. Os resultados apontam a influência da ferrovia e a relevância que a imprensa passou a ter com a ampliação do campo esportivo local/ regional. A pesquisa aponta a necessidade de novos estudos sobre os primeiros anos do esporte local, evidenciando lacunas para se pensar as formas organizacionais e o papel da imprensa na trajetória do campo esportivo em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Ferrovia, Imprensa, Sociedade, Ponta Grossa.

RAILROAD, PRESS, SPORTS AND SOCIETY IN THE FIRST DECADES OF THE 20TH CENTURY IN PONTA GROSSA - PARANÁ

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the imbrication between railroad, the press, sport and Pontagrossense society in the late nineteenth century and the first decades of the twentieth century. The railroad, considered in the local literature as a fundamental element in local / regional development; the written press, as a mean of disseminating / communicating issues related to the railway, sports and society that consumes / consumed the railroad, sports and the newspaper. It should be added that this is a research in progress, with notes in the construction process. The methodological path followed was based on a bibliographical research about the city of Ponta Grossa, about sports and the local press and researches in the newspapers “O Progresso” and “Diário dos Campos”. As theoretical support was sought the contributions of Pierre Bourdieu from the field theory, the conception of habitats

and relations of power. The results indicate to the influence of the railroad and the relevance that the press has to the expansion of the local / regional sports field. The research points out the need for new studies on the early years of local sport, highlighting gaps in thinking about organizational forms and the role of the press in the course of the sports field in general.

KEYWORDS: Soccer, Railroad, Press, Society, Ponta Grossa.

1 | INTRODUÇÃO

A questão norteadora da pesquisa está relacionada com a percepção de que as narrativas sobre a instalação da rede ferroviária, na cidade de Ponta Grossa – Paraná, destacam que a ferrovia foi o elemento preponderante para o desenvolvimento da cidade. É relativamente comum que a literatura sobre a cidade faça esse destaque, articulado com a noção do “entroncamento ferroviário” e, posteriormente, com a cidade estar situada no maior “entroncamento rodoferroviário do sul do Brasil”, o que por si só explicaria a cidade, ou o processo de desenvolvimento e urbanização da urbe.

A rede ferroviária está/esteve presente em diferentes percepções e debates sobre a cidade, tanto em relação com o processo de urbanização e desenvolvimento econômico, político, cultural quanto sobre a preservação do patrimônio material e imaterial pós desmonte do parque ferroviário central da cidade e o tombamento das construções em 1990.

Nesse sentido a pesquisa intencionou refletir sobre o papel representado pela ferrovia no processo de constituição do campo esportivo local, articulando com a constituição do campo jornalístico e as lutas decorrentes desses processos constitutivos para a sociedade local/regional.

Metodologicamente o caminho trilhado foi a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com o levantamento da literatura pertinente sobre a constituição da rede ferroviária e do jornal “o Progresso”, posteriormente renomeado como “Jornal Diário dos Campos”. Para tanto o trabalho de pesquisa procurou levantar as edições do Jornal “O Progresso” e “Diário dos Campos” no período de 1907 a 1930, no acervo da Casa da Memória Paraná, localizada em uma das antigas estações da rede ferroviária, que se encontram digitalizados para consulta. Também se buscou a literatura sobre o “Jockey Club” de Ponta Grossa, espaço de corridas de cavalo ainda no século XIX, não como Jockey Club, que seria fundado na década de vinte do século XX, mas como raias de corridas, representante do campo esportivo local. Nesse sentido, foi importante a pesquisa realizada no acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa, junto ao COMPAC, Conselho do Patrimônio Artístico Cultural, responsável pela política de preservação do patrimônio local.

A data baliza para a pesquisa realizada está datada de 1894, período da inauguração da Estação Paraná (atual Casa da Memória) conectando a cidade de Ponta Grossa com a Estrada de Ferro do Paraná, fazendo a ligação com a capital do estado e o Porto de Paranaguá. Posteriormente a estrada de ferro foi ampliada com a ligação via Estrada de

Ferro São Paulo – Rio Grande, isso em 1896, com a construção da definitiva estação, conhecida como Estação Central.

A outra data é 1930, utilizada como ruptura que marca o fim da república velha, ou primeira república, terminologias que se referem ao período compreendido entre a proclamação da república em 1889 e a denominada revolução de 30, com a chegada ao poder de Getúlio Vargas.

Essa data baliza, 1930, se justifica porque o campo esportivo em Ponta Grossa, bem como o campo jornalístico já estavam constituídos, ao mesmo tempo em que marca a passagem de Getúlio Vargas em Ponta Grossa, via ferrovia, com destino ao Rio de Janeiro para tomar posse do governo provisório, evidenciando o fim da sociedade oligárquica ou ao menos a diminuição de seu poder político em termos regionais.

No que se refere ao campo teórico a pesquisa está ancorada nas contribuições de Pierre Bourdieu, uma vez que novos campos são construídos socialmente com a constituição de novos habitus na sociedade ponta-grossense do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Bourdieu (1983, p.89) explicita a concepção de campos quando diz que:

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). [...] Cada vez que se estuda um novo campo [...] descobre-se propriedades específicas, próprias a um campo particular [...]. Mas sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Nesses primeiros anos do futebol na cidade de Ponta Grossa, as equipes locais, como Operário, Guarani e União Campo Alegre buscavam, em vários momentos participarem dos jogos com equipes da capital, a historiografia local evidencia os conflitos que, seguidas vezes, impediram essa participação, via regras impostas que tornavam difíceis os deslocamentos, via estrada de ferro, horários de trens, etc, que podem evidenciar as disputas entre interior e capital no campo esportivo e que envolve a sociedade local em posicionamentos em relação essa disputa, bem como a ferrovia e a imprensa local e estadual.

No que se refere a concepção de habitus Bourdieu (1989, p. 105) diz que:

O habitus, como se diz a palavra, é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanentes. Esta noção lembra então, de maneira constante, que se refere a algo histórico, que é ligado à história individual, e que se inscreve num modo de pensamento genético, por oposição a modos de pensamento essencialistas (como a noção de competência que encontramos no léxico chomskiano).

Ainda em relação ao habitus, Bourdieu (1989, p. 105) insere a denominação de que o habitus é um capital e que sendo incorporado se apresenta com as aparências de algo inato. Nesse momento diferencia habitus de hábito:

O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na ideia de que o habitus é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o habitus é um produto dos condicionamentos que tende reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos.

O que é construído socialmente nesses campos que se estabelecem na cidade de Ponta Grossa no final do século XIX, no campo ferroviário, campo esportivo, campo jornalístico e campo social? Que novos habitus são adquiridos, encarnados nesse final e início de século? As possibilidades de fontes podem permitir pensar esse imbricamento? É possível tecer a rede de interfaces na sociedade princesina¹? Esses questionamentos permeiam a pesquisa.

De forma ampla, pode-se dizer que novos habitus se estabelecem com a ferrovia sendo um elemento que possibilitou que a sociedade ponta-grossense ampliasse o consumo cultural. Segundo Bucholdz, (2007, p. 20)

A ferrovia possibilitava um efervescente intercâmbio cultural com as capitais de São Paulo, Paraná e Rio Grand do Sul. Grupos teatrais e atrações musicais que se apresentariam nas capitais dos três estados aproveitavam a passagem por Ponta Grossa para interagir com a população local, criando um rico ambiente para as manifestações artístico-culturais. As intensas atividades justificaram a existência simultânea de nada menos que três cine-teatros nos primeiros anos do século.

Da mesma forma que a ferrovia, o campo esportivo se amplia com a ferrovia e o campo jornalístico divulga no campo social o que se passa na cidade, no estado e no país. As comunicações via telégrafo integram o meio jornalístico com a reprodução de notícias dos centros políticos e econômicos do país e do mundo como, por exemplo, com informações sobre a primeira guerra mundial. As fontes pesquisadas apresentam elementos que podem contribuir para a tessitura de uma rede de interfaces entre os campos citados.

2 | APRESENTANDO O CENÁRIO

A cidade de Ponta Grossa – Estado do Paraná, está localizada na região dos Campos Gerais. Entende-se este espaço como

1. A cidade de Ponta Grossa também é conhecida como “Princesa dos Campos”.

[...] uma estreita e alongada faixa de terras no segundo planalto paranaense, formada de campos e entremeadas de pequenos bosques de matas que se estende de Jaguariaíva até a margem direita do rio Negro, passando pela Lapa. (WACHOWICZ, 2010, pp. 95).

A origem da cidade está ligada às sesmarias, as quais configuraram as fazendas de criação e de engorda tanto de gado vacum, quanto o muar e equinos e que teve, no amplo movimento do tropeirismo, principalmente a partir da metade do século XVIII, um impulso para essa atividade. A atividade tropeira consistia em transportar o gado desde Viamão, no Rio Grande do Sul, até Sorocaba, São Paulo. Ao longo deste caminho, nos pousos dos tropeiros, foram se originando povoados, atualmente cidades. Segundo Wachowicz (2010, p. 127), “[...] tal é a origem de Rio Negro, onde se localizava a barreira (posto fiscal) que arrecadava os impostos devidos, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, etc.”

A sociedade que se organizou nos Campos Gerais, estava assentada na atividade campeira e se caracterizou pelo latifúndio, fazenda autossuficiente e mão de obra escrava. Essa sociedade que, após a criação da Província do Paraná, passou a ter o domínio político no estado. Segundo Wachowicz (2010), “o poder político regional era exercido de forma oligárquica pela elite campeira”.

Ao final do século XIX a elite campeira entrou em um amplo processo de decadência em razão de novas conjunturas, como a proibição de criação de gado ao norte do Rio Iguazu, medida esta que visava a proteção do mercado gaúcho, o crescimento dos cafezais principalmente em São Paulo, ampliação do processo migratório e a decadência do transporte de muares via expansão das ferrovias.

A expansão da ferrovia e sua chegada até Ponta Grossa e, posteriormente, sua expansão, integrando o Paraná aos centros mais dinâmicos da economia nacional proporcionou o acesso, pelas elites regionais, a bens de consumo até então de acesso mais restrito. Ao mesmo tempo a ferrovia possibilitou não apenas a chegada de produtos diferenciados e incremento comercial, tanto no sentido da importação quanto da exportação, mas a circulação de ideias, produtos culturais, pessoas, facilitando os transportes pelos trilhos da ferrovia e ampliação do campo social local e regional, com o estabelecimento das oficinas, escritórios da rede, posterior organização da Cooperativa 26 de Outubro para atendimento dos cooperados, Hospital 26 de Outubro, para atendimento dos ferroviários e comunidade em geral. Dessa forma o campo operário cresceu bem como as divergências e movimentos grevistas em luta nesse campo por melhores condições de trabalho.

Ao mesmo tempo, possibilitou o acesso a informações via consumo de jornais destas regiões. Esse aspecto levantou o debate sobre a necessidade de a cidade, em razão do processo de urbanização e modernização, possuir seus veículos de informação.

Assim, despontaram diversas experiências no sentido de prover a cidade de jornais, considerado como um elemento indispensável para definir a cidade como um importante centro urbano. Segundo Bucholdz (2007, p. 23),

A passagem do século XIX para o século XX assinalava a transição da pequena à grande imprensa nos principais centros urbanos brasileiros. A consolidação da imprensa era sinônimo da confirmação do desenvolvimento, da instrumentalização da democracia, do culto à liberdade de expressão”.

Com várias tentativas de dotar a cidade de veículos de comunicação impressos durante o final do século do XIX e início do século, de forma infrutífera, com jornais de curta duração, foi montado, em 1907, o jornal “O Progresso” que em 1913 alterou o nome para Diário dos Campos e que veio a se constituir no jornal de maior perenidade na cidade, estabelecendo, assim, o campo jornalístico na cidade de Ponta Grossa e estendendo-se para outras regiões do estado, inclusive do país.

A ferrovia e os jornais, especificamente o Jornal “O Progresso”, depois “Diário dos Campos”, estão articulados com o contexto de práticas esportivas na cidade de Ponta Grossa e estão presentes no imaginário da sociedade local. Os caminhos de ferro estiveram presentes na trajetória esportiva como meio de locomoção, como meio de financiamento dessas práticas assim como a imprensa escrita esteve presente na comunicação e como elemento de preservação da história do campo esportivo na cidade.

3 | ESPORTES

a) Turfe

No que se refere à questão esportes e sua presença na sociedade ponta-grossense, ou a prática esportiva no município de Ponta Grossa, as fontes para pesquisa se encontram ainda em processo de levantamento. Nesse sentido faz-se uso de memorialistas, que desenvolveram trabalhos junto às famílias e materiais como cartas, depoimentos, bem como em jornais e legislação do final do século XIX e início do século XX.

Quando se utiliza no texto a expressão esporte a intenção é se referir ao esporte enquanto prática moderna cujas origens

se encontram na Inglaterra do século XVIII, é mais claramente sistematizado nas escolas públicas inglesas no século XIX e rapidamente se espalha para outros países, entre os quais pioneiramente a França e os Estados Unidos”. (MELO, 2009, p. 71).

Trabalhando sobre as primeiras manifestações do esporte moderno, referindo-se ao século XIX, Melo (2009) afirma que em geral as primeiras manifestações esportivas estiveram relacionadas ao uso e presença de animais, destacando-se o cavalo que conectava o campo à cidade.

Pode-se observar essa conexão quando nos referimos às experiências em Ponta Grossa, recuperando o que foi comentado anteriormente sobre as origens do povoamento da cidade, ligado ao tropeirismo que conectava a região dos Campos Gerais às atividades mineradoras e ao sistema de transporte de cargas no Brasil, interligando Viamão, Campos Gerais, Sorocaba, regiões mineiras e Rio de Janeiro.

No século XIX viajantes que percorreram a região dos Campos Gerais e estiveram em Ponta Grossa deixaram suas impressões sobre as raças de equinos presentes. Referindo-se ao cavaleiro da região tem-se os escritos de Salvador José Correia Coelho, citado por Fernandes (2003, p. 362) onde descreve o cavaleiro como:

O monarca da coxilha, como Salvador chama os cavaleiros dos Campos Gerais, deve saber domar para aturar os corcovos e incidentes do cavalo e da equitação, laçar correndo a cavalo, pealar que é a ação de caçar com o laço pelas patas o animal que se pretende segurar.

Em relação a qualidade do equino presente na região, as falas dos viajantes denotam uma forte crítica sobre os mesmos. Fernandes (2009, p. 362) cita a narrativa do viajante alemão Robert Avé-Lallemant, que percorreu a região em 1858 e deixou escritos onde afirmava que:

[...] a raça é degenerada e fraca; no verão correm os animais no campo e sustentam-se com o grosseiro capim. No chamado inverno tudo fica queimado e destruído pela geada noturna e os animais caem numa magreza esquelética. Arrastam-se, na maioria, entre as matas e moitas e aí vivem dos renovos do bambu. O homem não os socorre: estábulos e forragens são coisas desconhecidas aqui; ninguém quer ter incômodos, ninguém quer trabalhar.

Outro viajante que percorreu a região em 1872, Thomas Plantagenet Biig-Wither, engenheiro inglês, também criticava os pequenos cavalos da região, mas visitando um inglês, proprietário de uma fazenda na região, destacava a presença de um cavalo puro sangue, importado da Inglaterra. (FERNANDES, 2009).

Ainda o debate sobre a qualidade do cavalo na região, a influência dos imigrantes se faz notar nos movimentos para a melhoria do plantel. Nesse sentido, Fernandes (2009, p. 363) comenta sobre a presença na região, em 1874, de um famoso hipólogo, Luiz Jácome de Abreu e Souza, estudioso sobre o cavalo no Rio Grande do Sul e que esteve realizando pesquisas sobre os cavalos dos Campos Gerais. Em uma comparação com o cavalo do Rio Grande, o hipólogo afirma que a degeneração do cavalo paranaense era ainda pior do que o gaúcho, mas se propõe a organizar cursos de doma e adestramento, clubes de corridas, feiras e importações de raças para a melhoria do plantel regional. Ainda segundo Fernandes (2009, p. 363, Jácome fala sobre

[...] a existência de um cavallo inglez puro-sangue (sic), de nome Bridegroom (filho do célebre corredor Claret), um magnífico animal de seis anos (sic), que foi importado em 20 de setembro de 1870, de propriedade do fazendeiro inglez sr. Spencer Neville Edimborough, estabelecido no centro dos Campos-Gerais, no lugar denominado Ponta Grossa. Diz mais: que esse ganhão se encontra à disposição dos criadores, mediante a retribuição de setenta mil réis e que, até aquela época (1874), já havia produzido treze potros pertencentes a fazendeiros nacionais e dezessete a seu proprietário, sem contar as poldras. Bridegroom (= noivo, recém-casado) foi, então, um dos primeiros puros-sangue que aportaram ao Paraná e que, nessa condição, principiou a melhorar a raça equina.

Observa-se pela citação que o processo de melhoria dos cavalos liga-se a imigração para a região dos Campos Gerais, mas a presença da prática de corridas de cavalos é ainda anterior a importação de cavalos puros sangue. Como dito anteriormente, a trajetória das lides campeiras fazia com que o cotidiano da população, de forma geral, estivesse ligado aos equinos, seja como participantes de corridas como ginetes, ou como público, inclusive com as chamadas apostas.

Pedroso (1990, p.105), citando depoimento do professor Valdevino Lopes, que rememora a infância e adolescência na cidade de Castro, falando sobre as corridas de cavalos o mesmo relatou que:

[...] naquele tempo em todo lugar, nas fazendas, nas vilas, nas cidades, sempre se encontrava uma raia. Esta era uma pista ou cancha reta geralmente de dois trilhos, onde os melhores animais da região, aos pares, moíam-se em disparadas loucas para alegria ou desgosto da torcida que apostava o que tivesse: dinheiro, terras, criação, aperos e até a roupa do corpo, tudo servia para arriscar nos cascos do preferido, dependendo apenas das posses e do entusiasmo, as mais das vezes insensato, de cada um. As carreiras eram uma verdadeira festa, à qual compareciam além dos homens, também as mulheres e as crianças, mas nem por isso deixavam de ser um negócio sério.

Mesmo que as tradições orais remetam o princípio das práticas de corridas de cavalos, por meio das raiais em diferentes locais da região, com os primeiros povoadores da região, Pedroso (1990, p. 105-106) trabalhando com Livros de Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, no período de 1870 a 1889, elenca dados oficiais sobre um período histórico mais específico e diz que:

Em janeiro de 1875, Augusto Lustosa de Andrade Ribas e Domingos Ferreira Pinto, fizeram um requerimento à Câmara Municipal, pedindo um terreno a fim de edificar um prado para corridas de cavalo. Logo no dia seguinte, 13, a Câmara unanimemente aprovou a concessão do tal terreno.

Ainda em relação a localização das primeiras raiais para as corridas de cavalos, ou a participação da sociedade nesses eventos, Fernandes (2009, p. 351) diz que:

Conta-se que os estancieiros antigos trabalhavam duro, de doze a quinze horas por dia, mas que também apreciavam certas diversões. Por isso, várias vezes ao ano vinham à cidade com toda a família, principalmente para os festejos de Santo Antônio, São João, São Pedro e Nossa Senhora de Sant'Ana. Tinham especial predileção pelo turfe, o mais nobre divertimento do povo: todo fazendeiro que se prezasse mandava abrir uma raia, com duas avenidas paralelas, de três ou mais quadras de comprimento, nas quais os peões e os vizinhos próximos se reúnem nos domingos e dias santos. Na cidade de Ponta Grossa, a raia mais antiga ficava nas proximidades do Cemitério (atual Rua Balduino Taques), certo que, com o tempo, outras foram abertas nos arredores, como a do Jaguarão, uma das mais célebres, com dois mil e tantos metros de pista. O Jóquei Clube, seguindo a disciplina do turfe europeu, somente apareceu no final do século 19, sob a inspiração de Augusto Ribas e do Barão de Guaraúna, empolgando, porém, a população campeira.

O Jockey Club de Ponta foi fundado em 1927, mas as notícias remetem a criação do Prado Pontagrossense, denominação anterior do Jockey, situado no mesmo espaço físico, no ano de 1890. A documentação constante no processo de tombamento da arquibancada do Hipódromo de Uvaranas/Jockey Club Pontagrossense, grafia que aparece no processo, diz que:

Prado Pontagrossense foi inaugurado no ano de 1890, em um terreno que pertencia a família Neves – seus principais fundadores foram os senhores – Francisco e Augusto Ribas, Firmino Rocha, Antônio Peixoto (grande incentivador), Comendador Bonifácio Villela, Dr. Vicente Machado (promotor público da Comarca de Ponta Grossa), Manoel Bittencourt, Ernesto e José Villela e, com o decorrer do tempo, foram engajados novos sócios – Maneco Guarda (que tinha uma xarqueada na Ronda), Rodolfo Osternack, Domingos e Bortolo Nadal, Paulo Canto, João Bach (atacadista pontagrossense) e outros cidadãos pontagrossenses. Antes da inauguração do prado, disputavam-se as corridas nas raias do Rio Verde e Cará-Cará. Na inauguração vieram delegações de Castro, Guarapuava e Curitiba. Os hotéis princesinos de Augusto Canto, Romão Branco e Antônio Nascimento dos Santos ficaram lotados pelos caravanistas. O cavalo mais famoso, que ganhou muitas corridas, era um animal tordilho meio-sangue chamado “Pata-Branca”, que pertenceu ao Sr. Maneco Guarda e depois passou ao Sr. Rodolfo Osternack”. (COMPAC – Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, fls 05.

Mesmo a terminologia utilizada para se referir ao espaço utilizado pelas corridas de cavalos altera-se constantemente. É comum encontrar referências às raias de corridas, Prado de corridas, Prado de Uvaranas, Prado Pontagrossense, Prado dos Campos Gerais, Hipódromo de Uvaranas, Jóquei Clube Pontagrossense e Jockey Club Pontagrossense. Observa-se essas denominações tanto na documentação no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural quanto nas matérias dos jornais, não sendo diferente no diálogo com pessoas da comunidade, onde é comum a expressão Prado de Uvaranas ou Hipódromo de Uvaranas. Ou seja, a terminologia do espaço de corridas – Prado, com a localização do Bairro onde se situa – Uvaranas.

b) Futebol

As notícias sobre a presença do futebol na cidade de Ponta Grossa estão presentes em matérias na imprensa local/regional e nacional, nos trabalhos realizados por jornalistas, memorialistas, textos apresentados em encontros científicos com a temática esportes/futebol, ex-atletas e por pessoas ligadas emocionalmente a clubes esportivos, dentre outros.

Os primeiros dados sobre a prática do futebol destacam que a cidade de Ponta Grossa é o berço do futebol paranaense e seus primeiros jogadores também teriam influenciado a origem de outras equipes tanto localmente quanto regionalmente.

A literatura sobre o futebol nacional apresenta um personagem – Charles Miller -, como um dos incentivadores do futebol nacional, filho de escocês com uma brasileira

que estudou na Inglaterra e trouxe na bagagem o material necessário para a prática, principalmente a bola que não era confeccionada no Brasil, e as regras.

Conta a lenda que na volta da Europa, aos 20 anos, para trabalhar na São Paulo Railway (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), ele trouxe na bagagem duas bolas de futebol, um livro de regras, uniformes e chuteiras. Começou, então, a difundir o futebol entre os trabalhadores da estrada de ferro, passando depois a organizar as competições de futebol em São Paulo, tendo importante colaboração na criação da Liga Paulista de Futebol. Participou, ainda, da organização do São Paulo Athletic Club, jogando na equipe até 1910, tendo conquistado o tricampeonato (1902-1903-1904). (Acervo O Globo, acesso em 29/05/2019)

O detalhe é que trabalhava na Ferrovia, percebe-se essa relação em diferentes cidades brasileiras, com equipes de futebol originando-se entre os trabalhadores da estrada de ferro. Não foi diferente na cidade de Ponta Grossa, onde o personagem foi Charles Wright, engenheiro inglês da *American South Brazilian Engineering Company*, que trouxe da Inglaterra, ao estilo Charles Miller, os equipamentos para a prática do *Foot Ball*, onde os autores comentam que sua bagagem continha “chuteiras, joelheiras, meias e caneleiras, uns belos calções daqueles que iam até a metade do joelho (maxi-calção), e uma bola nº 5 de couro” (RIBEIRO JÚNIOR, 2002, p. 11).

As bolas estavam presentes, mas não tinham a bomba para enche-la, resolveu-se a questão com Charles Wright pedindo aos “próprios operários das oficinas dos trens que construíssem uma bomba para encher a primeira bola a ser utilizada nos jogos”. (DEFINO, 2012, p. 21-22)

A presença de ingleses, escoceses, operários da estrada de ferro, estiveram presentes em diferentes regiões do Brasil na origem de equipes de futebol. Em termos cronológicos, de fundação de equipes, organização de disputas onde as temporalidades permaneceram em “lugares de memórias” como diria Pierre Nora, pode-se recuperar esses vestígios. Mas também é possível garimpar e inferir outros dados, como diz Buchmann (2002, p. 21), “Onde Quer que se construísse estações, os ingleses tratavam de marcar o campo ao lado. Era o que bastava. Com estação e campo de futebol lado a lado, o apito do chefe de trem poderia servir também ao árbitro, então chamado de referee”. Em matéria publicada no Placar, assinada por Altair Santos, a “paternidade” do futebol paranaense é trabalhada da seguinte forma:

O berço do futebol no Paraná está em Ponta Grossa, cidade localizada a 120 quilômetros de Curitiba. Foi lá que, em 1908, o inglês Charles Wright apresentou a bola aos paranaenses. Quatro anos depois, nascia na cidade o Operário Ferroviário esporte Clube. Trata-se do segundo clube mais antigo do Estado – atrás apenas do Coritiba, fundado em 1909. (SANTOS, 2004, p.13)

O fato concreto que se tem é que a primeira partida oficial de futebol no Paraná foi realizada na cidade de Ponta Grossa em 24 de outubro de 1909, e teria marcado a data

de fundação do Coritiba Futebol Clube, a equipe mais antiga do Estado, com o Operário Ferroviário Esporte Clube como a segunda equipe mais longeva. No livro Futebol Ponta-Grossense, consta que a partida teve a duração de 80 minutos e a vitória coube a equipe de Ponta Grossa por um gol que teria sido marcado por Flávio Carvalho Guimarães. (RIBEIRO JÚNIOR, 2004).

Em relação a mesma partida Delfino (2012, p. 22), cita o Jornal O Progresso, para dirimir a dúvida se o jogo teria sido realizado no dia 23 ou dia 24 de outubro e o autor do gol teria sido Charles Wright. Assim na publicação do dia 26 de outubro de 1909, terça-feira, “[...] põe fim à divergência, esclarecendo que o jogo aconteceu no domingo, dia 24 de outubro, terminando com a vitória por 1x0 do time ponta-grossense, com gol de Charles Wright”.

Para não perder de vista o imbricamento entre a ferrovia, a imprensa, o esporte e a sociedade, é importante anotar que essa primeira partida a denominação da equipe local aparece na literatura consultada como Ponta Grossa Sport Club (RIBEIRO JÚNIOR, 2004) e como Foot-Ball Club Ponta-grossense (DELFINO, 2012), sendo indicado, também, que esse confronto ocorreu nas dependências do “Jockey Club Pontagrossense” (RIBEIRO JÚNIOR, 2004).

Ainda segundo Ribeiro Júnior (2004), a primeira partida intermunicipal ocorreu entre as equipes do Coritiba Foot Ball Club e do Ponta Grossa, com a vitória da equipe da capital pelo placar de 5x3, o detalhe fica para o espaço do confronto – Hipódromo Guabirotuba, em Curitiba, o meio de locomoção - a ferrovia, deslocando as equipes e a torcida; o meio de comunicação escrita – os jornais; lembrando do papel de destaque que o rádio terá, principalmente, após a década de 1930.

Após essa primeira partida de futebol, considerada como a oficial no Estado do Paraná, começaram a ser organizadas equipes na cidade no decorrer dos anos subsequentes, construindo-se diferentes clubes como por exemplo: Club de Foot Ball Tiro de Guerra, Riachuelo Foot Ball Club, Rio Branco Foot Ball Club, Club Atlético Pontagrossense, Foot-Ball Club Operário Ponta-grossense, União e Recreio Sport Club, e outros durante as primeiras décadas do século XX, alguns times por curto período de tempo, outros como o Operário (1912) e o Guarani (1914) construíram o clássico da cidade – OpeGuá, que movimentou a cidade em diferentes contextos, com uma interrupção de 1917 a 1927, quando o Guarani se dissolveu e depois foi refundado, até 1971 - quando o Guarani licenciou-se do futebol profissional e não mais retornou. (RIBEIRO JÚNIOR, 2007).

Diferentes equipes de futebol foram criadas na cidade principalmente até o início da década de 1930. As disputas se faziam em campeonatos locais, criação de liga, etc. O futebol era caracterizado como amador com o profissionalismo chegando na cidade, de forma oficial na década de 50, mas antes mesmos os jogadores recebiam o “bicho”².

2. Nome utilizado na linguagem do futebol para prêmio aos jogadores e equipe técnica em caso de vitória ou resultados positivos.

As equipes que buscaram participar de encontros tanto na capital como fora do estado enfrentaram dificuldades, como foi o caso da excursão do Guarani, utilizando a ferrovia como transporte, em 1917, ao sul do Brasil, na cidade de Pelotas, Bagé, São Gabriel e Santa Maria, com sérios prejuízos financeiros o clube deixou de existir, retornando apenas em 1927 (RIBEIRO JÚNIOR, 2007).

O campo esportivo no período caracterizou-se pelo esporte amador, com diferentes equipes participando de torneios locais e embates com equipes da região, como o Caramuru da cidade de Castro e equipes da capital.

Em 1930 o contexto político nacional foi alterado com o movimento denominado revolução de 30, com o gaúcho Getúlio Vargas assumindo o governo provisório e depois definitivo, colocando interventores nos Estados com a quebra do poder das denominadas oligarquias regionais. Aqui tem-se a interface sócio política com a passagem do novo mandatário do governo Federal em Ponta Grossa, sendo recepcionado na estação ferroviária, com posterior destino ao Rio de Janeiro para assumir o governo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Metodologicamente, tecer considerações finais de um trabalho de pesquisa diz respeito a retomar questões delimitadas no início da investigação para avaliar se os objetivos foram cumpridos. Neste sentido, retomamos aqui algumas das questões norteadoras:

a) Nesse sentido a pesquisa intencionou refletir sobre o papel representado pela ferrovia no processo de constituição do campo esportivo local, articulando com a constituição do campo jornalístico e as lutas decorrentes desses processos constitutivos para a sociedade local/regional.

Com o processo descrito no presente trabalho, podemos concluir que se estabeleceram os novos habitus por meio da instalação da ferrovia e a viabilização do consumo cultural. Ao mesmo tempo, ficou explícito a relação que se pretendia apontar no campo esportivo no entrelaçamento da ferrovia e o campo jornalístico e esportivo.

Outra questão apresentada foi:

b) A rede ferroviária está/esteve presente em diferentes percepções e debates sobre a cidade, tanto em relação com o processo de urbanização e desenvolvimento econômico, político, cultural quanto sobre a preservação do patrimônio material e imaterial pós desmonte do parque ferroviário central da cidade e o tombamento das construções em 1990.

Na trajetória descrita, percebe-se a importância que a ferrovia teve para a cidade de Ponta Grossa. Como recurso podemos apresentar o cenário presente em que se detecta os desdobramentos daqueles acontecimentos. Ou seja, A ferrovia passou pelo mesmo quando da retirada dos trilhos da região central da cidade. O espaço da rede ferroviária foi adquirido pela prefeitura municipal em 1988 com todas as instalações. Em torno de

projetos de ocupação da área, novamente com o prefeito Pedro Wosgrau Filho, a intenção era construção de um Shopping, pelo projeto escolhido. O campo ferroviário transformou-se em espaço de luta, envolvendo a comunidade. Em 1990 foi realizado o tombamento das edificações pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná. Tanto que no ano de 2019 o espaço passa por processo de restauração.

Por fim, sobre os questionamentos levantados, conclui-se que a imprensa escrita dos primeiros anos em Ponta Grossa demonstra uma série de publicações que eram criadas e em pouco tempo deixavam de existir, seja pelas dificuldades financeiras, falta de leitores, de assinantes ou de disputas no campo jornalístico – grupos rivais e políticos, como a tentativa de empastelamento do jornal “O Progresso” ainda em 1909. (BUCHOLDZ, 2007). O jornal conseguiu se estabelecer em profundas lutas com dificuldades financeiras, contribuiu para estabelecer o campo jornalístico na cidade e, por meio de seus números conservados nos acervos da Casa da Memória, é possível buscar o imbricamento entre a ferrovia, o esporte, a imprensa e a sociedade, que também se expressava em suas lutas por esse meio de divulgação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BUCHMANN, Ernani. **Quando o futebol andava de trem**: memória dos times ferroviários brasileiros. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2002.

BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos Campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

DEFINO, Ângelo Luiz De Col. **Imortal Operário Ferroviário**: as histórias do Fantasma de Vila Oficinas. Ponta Grossa: Estrategium Comunicação, 2012.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Das Colinas do Pitangui**. Ponta Grossa: Editora Gráfica Planeta Ltda, 2003.

MELO, Victor Andrade. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. In PRIORI, Mary Del; MELO, Victor Andrade (orgs). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **Uma história pra nossa gente**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta Ltda, 1990.

PONTA GROSSA, COMPAC – **Conselho Municipal do Patrimônio Cultural**. Processo de Inventário para Tombamento nº 18/2001, do Pavilhão do Jôquei Clube de Ponta Grossa, situado na rua Pereira Passos, de propriedade do Jôquei Clube de Ponta Grossa. Comissão de Estudos do Patrimônio Edificado. Ponta Grossa: Fundação Municipal de Cultura, 2001.

RIBEIRO, Antônio Giacomini. **As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava**. Boletim de Geografia – UEM, Ano 07, nº 01, setembro de 1989.

RIBEIRO JÚNIOR, José Cação. **O Fantasma da Vila**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2002.

_____. **Futebol Ponta-grossense**: recortes da história. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

_____. **O bugre princesino**: Guarani o clube que conta sua história. Ponta Grossa: [s.n.], 2007.

SANTOS, Altair. A volta do Fantasma: Operário, segundo clube mais antigo do Paraná, quer de novo assombrar a dupla Athletica. Placar Magazine, nº 1272, jul. 2004, p. 13. Acesso em 15/05/2019.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta e tutora da especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alvenaria Estrutural 16, 22

Anúncio Audiovisual 53, 55, 57, 59, 61, 65

Arquivologia 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

B

Bagaço do Caju 16, 17, 20, 21, 22

C

Cidadania 106, 109, 110, 118, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 171

Comportamento 18, 23, 38, 42, 57, 66, 74, 79, 116, 146, 156

Concreto Armado 16, 18, 22

Conjuntura 102

Consumidor Infantil 38

Consumismo 41, 52, 74, 75, 76, 79, 81

Consumo de Notícias 67, 70, 71

Cultura 35, 37, 39, 40, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 90, 91, 92, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 110, 128, 140, 141, 156, 158, 169

Currículo 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 139, 141, 142

D

Design de Vestuário 24, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34

Diploma 92, 94, 99, 100, 102, 103

Disciplina 4, 91, 96, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 128, 134, 136, 140, 164

E

Educação Básica 13, 109, 117, 118, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141

Escola Pública 48, 105, 106, 120, 129, 143, 149, 155

Esportes 157, 162, 165, 169

Estudo de Caso 120

F

Ferrovias 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 167, 168, 169

Fibras 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

H

Histórico-Crítica 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142

I

Imigrantes Bolivianos 143, 145, 146, 153

Imprensa 15, 73, 129, 157, 159, 162, 165, 167, 169

Inclusiva 37, 143, 145, 146, 149, 151, 155

Integração Social 143, 145

Interações Construídas 105

J

Juventude 13, 14, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119

L

Linguagem Discursiva Regional 53, 65

M

Mercados de Informação 82, 83, 84, 85, 87, 88

O

Obsolescência Programada 33, 74, 78, 79, 81

P

Pedagogia 127, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142

Plataformização 67, 68, 69, 72, 73

Práticas Emancipatórias 120, 121

Produtos 16, 17, 26, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 39, 42, 43, 45, 49, 51, 56, 59, 69, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 123, 160, 161

Profissão 92, 99, 102

Publicidade 39, 40, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 67, 72, 75, 81

S

Serviços 13, 14, 27, 39, 75, 76, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 102, 121, 153

Sociologia 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 169

Sustentabilidade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 81

T

Tweens 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

 **Atena**
Editora

Ano 2020